

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO SOCIAL

JACIANE FREIRE SANTANA

A CPI DA PANDEMIA DA COVID-19 E O PAPEL DA TV SENADO

Caruaru

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO SOCIAL

JACIANE FREIRE SANTANA

A CPI DA PANDEMIA DA COVID-19 E O PAPEL DA TV SENADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste, na modalidade de monografia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Sheila Borges de Oliveira

Caruaru

2022

S232c Santana, Jaciane Freire
A CPI da pandemia da covid-19 e o papel da Tv Senado / Jaciane Freire Santana. - Caruaru, 2022.
242 f.; il.: color.

Orientadora: Sheila Borges de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Curso de Comunicação Social, 2022.
Inclui referências e apêndice.

1. TV Senado. 2. Comunicação pública. 3. Espetáculo político. 4. Reality show. 5. CPI da Pandemia. I. Oliveira, Sheila Borges de (Orientadora). II. Título.

302.2345 CDD (23. ed.)

JACIANE FREIRE SANTANA

A CPI DA PANDEMIA DA COVID-19 E O PAPEL DA TV SENADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste, na modalidade de monografia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Comunicação Social.

Aprovado em: 27/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Sheila Borges de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr. Diego Gouveia Moreira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Ma. Christianne Alcântara de Brito (Examinadora Externa)
Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Mais um canudo para os meus pais com todo o amor de sempre!

AGRADECIMENTOS

Tenho muito que agradecer pois não conseguiria fazer nada sozinha.

Obrigada meu deus pela vida, oportunidade, família, amigos, trabalho e sanidade para escrever em momentos tão difíceis.

Nominalmente preciso agradecer a minha orientadora Sheila Borges por me acompanhar e me guiar nessa trajetória que é o TCC. A todos os meus professores do curso de Comunicação Social, a quem devo muito também, e aos colegas de turma.

Obrigada a UFPE que me permitiu mais uma graduação, e é o local onde sou muito feliz trabalhando. Aproveito também para agradecer a todos os meus queridos amigos da biblioteca: Giane, Ana Lígia, Fernanda, Jonatan, Allan, Amanda Lays, Amanda Paulino, Amil, Anderson, Celso, Eugênio, Filipe, Dani, Dayvson e Junior.

Agradeço a mainha, painho e Jackson, minha família, por me apoiarem e estarem comigo sempre. E também a minha família de amigos que escolhi e adotei para a vida: Ana Luiza e Liz, Jéssica Cavalcanti, Aline, Alyne Kika, Jennifer e Isis, Suanny, Lays, Jéssica Lins, Ediane, Elis e Eva, Julliana, Tassinha e Flora, Polly e Hugo, Arthur, Poly, Rosa e Francisco, Larissa ruiva, Roberto, Bruno, Marília, Erick, Nandinho, Kassandra com Arthur e Davi, Carol Notaro, Luana e Antônio, Mirthes, Tulio, Lucas, Myller, Vanessa, Rafa Ide, devo muito a todos vocês.

Muito obrigada por estarem ao meu lado em mais essa jornada!

“Em saúde pública comunicação vira comportamento” (CARVALHO, 2021).
Senador Rogério Carvalho, CPI da Pandemia
07 de outubro de 2021

RESUMO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia da Covid-19 foi um dos assuntos mais recorrentes no ano 2021 e segue sendo pauta para a mídia tradicional e independente, mesmo com os trabalhos oficialmente concluídos. Assim, a premissa deste trabalho foi investigar a cobertura realizada pela TV Senado durante o desenvolvimento dos trabalhos daquela CPI e verificar se ela cumpriu o papel de uma emissora pública. A TV Senado é uma emissora legislativa pública, criada em 1996, que tem como missão principal abrir as portas da Casa para todo cidadão acompanhar as atividades dos parlamentares. Analisamos, também, se há elementos que permitiram realizar uma aproximação da CPI da Pandemia com o conceito de *reality show*. Esse estudo tomou como aportes teóricos os conceitos de comunicação pública, com base em Duarte (2007, 2012), Zémor (2009) e Bucci (2015), de sociedade do espetáculo de Debor (1967) e de *reality show*, segundo Feldman (2008) e Bazo (2011). Quanto às questões metodológicas, realizamos uma pesquisa qualitativa, seguindo os passos de Minayo (2013), e elaboramos uma análise de conteúdo, a partir de Bardin (2011) e Franco (2018). Como conclusão foi verificado que a TV Senado cumpriu o seu papel de agente promotor da comunicação pública na cobertura da CPI da Pandemia. Ao mesmo tempo, percebeu-se que houve aproximações possíveis da CPI da Pandemia com um *reality show*, mas a comissão foi, por excelência, cenário para um espetáculo político, como define Antonio Rubim (2003), e não palco de um espetáculo de entretenimento.

Palavras-chave: TV Senado; comunicação pública; espetáculo político; reality show; CPI da Pandemia.

ABSTRACT

The Parliamentary Commission of Inquiry (CPI) of the Covid-19 Pandemic was one of the most recurring subjects in 2021 and continues to be an agenda for traditional and independent media, even with the work officially completed. Thus, the premise of this work was to investigate the coverage carried out by TV Senado during the development of the work of that CPI and to verify if it fulfilled the role of a public broadcaster. TV Senado is a public legislative broadcaster, created in 1996, whose main mission is to open the doors of the House for every citizen to follow the activities of parliamentarians. We also analyzed whether there are elements that made it possible to bring the CPI of the Pandemic closer to the concept of reality show. This study took as theoretical contributions the concepts of public communication, based on Duarte (2007, 2012), Zémor (2009) and Bucci (2015), on the society of the spectacle by Debor (1967) and reality show, according to Feldman (2008) and Bazo (2011). Regarding methodological issues, we carried out a qualitative research, following in the steps of Minayo (2013), and developed a content analysis, based on Bardin (2011) and Franco (2018). As a conclusion, it was verified that TV Senado fulfilled its role as an agent promoting public communication in the coverage of the CPI of the Pandemic. At the same time, it was noticed that there were possible approximations of the Pandemic CPI with a reality show, but the commission was, par excellence, the setting for a political spectacle, as defined by Antonio Rubim (2003), and not the stage of an entertainment show.

Keywords: TV Senado; public communication; political spectacle; reality show; Pandemic CPI.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Base para a parte da análise de conteúdo dos Programas da TV Senado	61
Quadro 2 - Base para a análise de conteúdo das transmissões das reuniões da CPI	62
Figura 1 - Programa: Em Discussão (Ep. 7 - Covid-19: vacina brasileira e ajuda da indústria veterinária)	68
Figura 2 - Entrevista coletiva com os senadores Randolfe Rodrigues e em seguida Rogério Carvalho exibida em 15 de julho de 2021	70
Figura 3 - Programa: Em Discussão exibido em 4 de maio de 2021	71
Figura 4 - Senado Notícias exibido em 6 de maio de 2021	72
Figura 5 - Senado Notícias exibido em 06 de maio de 2021	73
Figura 6 - Senado Notícias exibido em 06 de maio de 2021	74
Figura 7 - Senado Notícias exibido em 3 de agosto de 2021	75
Figura 8 - 3ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 04 de maio de 2021	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	JUSTIFICATIVA.....	20
3	OBJETIVOS.....	25
3.1	Objetivo geral.....	25
3.2	Objetivos específicos.....	25
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
4.1	Comissões Parlamentares de inquérito no Brasil.....	26
4.2	Comunicação Pública.....	36
4.3	TV Senado.....	44
4.4	Sociedade do espetáculo e <i>reality show</i>	49
5	METODOLOGIA.....	59
5.1	Coleta de dados.....	62
6	ANÁLISE DE DADOS.....	65
6.1	O papel da TV Senado na Comunicação Pública.....	66
6.2	Aproximações e similaridades entre a CPI da Pandemia e os <i>realities shows</i>	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE A – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PROGRAMAÇÃO.....	100

1 INTRODUÇÃO

Estudar um objeto em profundidade, seguindo os critérios de cientificidade pode ser desafiador, ainda mais quando esse objeto é um evento social vivo, no sentido de que reverbera no cotidiano e, de certa forma, ainda está acontecendo, como é o caso da pandemia da Covid-19. Por isso, nos é contemporâneo. Hannah Arendt conseguiu expressar tal qual a dificuldade de ser e estar presente a contemporaneidade em nossos objetos de estudo: “somos contemporâneos somente até o ponto em que chega nossa compreensão” (ARENDR, 1993 *apud* FELDMAN, 2008, p. 1). Assim, observo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, que ocorreu entre 13 de abril e 26 de outubro de 2021, no Senado Federal com o objetivo de investigar as ações governamentais para enfrentar a pandemia da Covid-19, caracterizada como tal pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, uma crise sanitária que, oficialmente, para a OMS, ainda não acabou.

Essa comissão esteve presente no dia a dia dos brasileiros desde maio de 2021 e, mesmo com os trabalhos oficialmente concluídos, ainda seguiu sendo tema de pauta da mídia tradicional e independente ao longo deste ano de 2022. Nesse cenário, a pergunta desta pesquisa é: Como a TV Senado cobriu CPI da Pandemia? A premissa deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Comunicação Social, do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é investigar a cobertura realizada pela TV Senado da pandemia da Covid-19 e os trabalhos da CPI da Pandemia, cujas sessões foram transmitidas ao vivo, analisando dois aspectos.

O primeiro aspecto é se a TV Senado desempenhou o seu papel de ser um veículo de comunicação pública, quando abordou a crise sanitária da pandemia da Covid-19 na sua grade de programação. Para fazer essa análise, tomamos como principal aporte teórico o conceito de comunicação pública, com base em Jorge Duarte (2007, 2012), Pierre Zémor (2009), Eugênio Bucci (2015) e Elizabeth Pazito Brandão (2012). Já o segundo aspecto da pesquisa foi investigar se as sessões da CPI da Pandemia se transformaram em um *reality show*, segundo os estudos de Ilana Feldman (2008), Francisco Bazo (2011) e Patrício Dugnani (2017).

Em relação à metodologia, vamos nos lastrear em uma pesquisa qualitativa, seguindo os passos de Minayo (2013), trabalhando com a análise de conteúdo,

segundo Laurence Bardin (2011) e Maria Laura Franco (2018). Pretendemos, com este TCC, desenvolver um percurso teórico e metodológico para responder à pergunta de nossa pesquisa: como a TV Senado cobriu a CPI da Pandemia? A nossa investigação acadêmica teve como foco a cobertura da pandemia e da CPI pela TV Senado, que é uma emissora legislativa pública, criada em 1996. Ela tem como missão principal abrir as portas da Casa para todo cidadão poder acompanhar as atividades dos parlamentares que o representa.

Para realizar tal estudo, foi necessário entender, inicialmente, o que é uma CPI e como esse tipo de comissão surgiu no país. Nessa perspectiva, o Brasil, desde a fase da redemocratização de 1945, já contabilizou 203 CPIs na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou criadas de forma mista. Esse último tipo acontece quando as comissões são formadas por membros das duas Casas Legislativas, com a composição dos membros de forma igualitária (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [2021]). A Câmara dos Deputados foi responsável pela instalação de 105 CPIs. Desse montante, 49 foram concluídas. Já no Senado Federal, das 98 instaladas, apenas 17 foram finalizadas (GUERRA, 2021). É importante frisar que esses dados apresentam apenas as comissões federativas e que estados e municípios podem, também, desenvolver comissões investigativas em suas esferas.

O primeiro passo para a formalização da CPI da Pandemia foi dado no dia 4 de fevereiro de 2021, quando o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou o requerimento para a instalação da comissão no âmbito do Senado Federal. O intuito era investigar ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19 e, em especial, o agravamento da crise no Amazonas em função da falta de oxigênio.

A crise sanitária do sistema de saúde do Amazonas eclodiu no dia 14 de janeiro de 2021, quando o estoque de oxigênio acabou em diversos hospitais de Manaus e pacientes internados pela Covid-19 vieram a óbito (AGÊNCIA SENADO, 2021a). De acordo com o consórcio de veículos de imprensa¹, no mesmo dia em que Randolfe protocolou o requerimento, o Brasil registrava 228.883 vítimas do novo coronavírus (BRASIL, 2021a). No Estado do Amazonas, só naquele dia 8.716 pessoas tinham perdido a vida por conta da Covid-19.

¹ Os veículos de comunicação formaram uma parceria em 08 de junho de 2021 para dar transparência aos dados de Covid-19, assim jornalistas de G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL coletaram nas secretarias de Saúde, e divulgam em conjunto, números sobre mortes e contaminados, em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde na época.

Entretanto, mesmo com a quantidade de assinaturas necessárias para a criação da CPI, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (Democratas-MG), afirmou que era “absolutamente inapropriada”² a instalação, naquele momento, de uma CPI para apurar a conduta do governo federal no combate à pandemia. Na ocasião, 32 dos 81 senadores tinham assinado o requerimento. Até mais que o necessário, uma vez que a regulamentação exige, pelo menos, 27 senadores, ou seja, um terço da Casa, o que já referendava a instalação da comissão. Para o presidente do Senado, segundo disse aos órgãos de imprensa e à Agência Brasil, a CPI não deveria fazer o papel de investigação cabível ao Ministério Público, à polícia e aos órgãos de controle (BRANDÃO, 2021).

Diante da posição de Pacheco, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou, no dia 08 de abril de 2021, que o Senado adotasse as medidas necessárias para a instalação da CPI da Pandemia. Essa resposta ocorreu em função do mandado de segurança, impetrado pelos senadores Jorge Kajuru (Cidadania-GO) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que reagiram à negativa anterior do senador Rodrigo Pacheco. Em sua liminar, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que a CPI deveria ser instalada porque preenchia os requisitos constitucionais necessários, a saber: o número mínimo de assinaturas e a existência de um fato determinado.

Nesse cenário, Rodrigo Pacheco afirmou que “decisão judicial se cumpre”³ e agendou a instalação da CPI para a semana seguinte, solicitando a indicação dos partidos para compor a comissão. Na reportagem da Agência Brasil, no dia 08 de abril de 2021, após a decisão do ministro do STF Luís Roberto Barroso, Rodrigo Pacheco não escondeu seu descontentamento (BRANDÃO, 2021). Para ele, a CPI naquele momento: “Pode ser o coroamento do insucesso nacional no enfrentamento da pandemia. Como se pretende apurar o passado se não conseguimos definir nosso presente e nosso futuro, com ações concretas?”⁴ (BRANDÃO, 2021).

² Para ter acesso à reportagem na íntegra, acesse o link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Consulta em: 27 out. 2021.

³ Para ter acesso à reportagem na íntegra, confira o link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Acesso em: 18 out. 2021.

⁴ Para ter acesso à reportagem na íntegra, acesse o link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Acesso em: 18 out. 2021.

Diante desses acontecimentos, no dia 13 de abril de 2021, foi instalada a CPI da Pandemia no Senado Federal, popularmente conhecida como CPI da Covid. Os trabalhos da comissão foram iniciados no dia 27 de abril de 2021 e encerrados no dia 26 de outubro de 2021, quando foi aprovado o relatório final elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL). O prazo final da CPI foi prorrogado em função da necessidade de mais tempo para analisar os documentos recebidos e até mesmo avançar nas linhas de investigações que surgiram ao longo da CPI. No dia em que foi finalizada a comissão, o Brasil registrava 600.293 mil mortes pela Covid-19 (G1, 2021).

A TV Senado transmitiu ao vivo as reuniões da CPI da Pandemia na grade de programação de seu canal na televisão aberta e em suas redes sociais, a exemplo do YouTube. Ao transmitir os acontecimentos no âmbito do parlamento, a TV Senado contribuiu para dar visibilidade ao trabalho daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, que antes ficava restrito a quem tinha acesso, fisicamente, às salas do Senado. Anteriormente, esses eventos eram considerados privados-públicos. Privados, por um lado, porque apenas pessoas autorizadas poderiam participar, mas, por outro, públicos porque eram realizados por pessoas públicas e para debater temas de interesse público (MEYROWITZ, 1985 *apud* FREITAS, 2004). Com as transmissões da TV Senado, todos puderam acompanhar, independentemente da presença física no local.

Freitas (2004) destaca que as publicizações das reuniões e comissões do Poder Legislativo na TV aberta, como acontecem atualmente, contribuem para a consolidação da democracia brasileira (FREITAS, 2004). É possível acompanhar as atividades dos parlamentares não apenas na TV, mas sua presença também está consolidada nas redes sociais digitais. Tomando como exemplo o canal da TV Senado no YouTube é possível verificar que, a partir da CPI da Pandemia, ele cresceu em seguidores e audiência. No dia 11 de junho, o canal tinha 839 mil inscritos, 116,6 mil a mais desde que a CPI da Pandemia começou (MONTEIRO, 2021).

E antes do fim da CPI, o canal alcançou a marca de um milhão de inscritos, mais especificamente no dia 5 de outubro de 2021. As visualizações dos depoimentos pela plataforma do YouTube também registram altos índices de audiência. O vídeo mais assistido da CPI da Pandemia foi o depoimento de Luciano Hang com 1.560.063, seguido pela oitiva dos irmãos Luis Ricardo Fernandes

Miranda, servidor do Ministério da Saúde e o deputado Luis Claudio Fernandes Miranda com 1.386.452 visualizações⁵.

Desde o início dos trabalhos, os números da audiência cresceram em contínuo (AGÊNCIA SENADO, 2021b). Segundo a pesquisa XP/Ipespe⁶, realizada pela XP Investimentos, entre os dias 7 e 10 de junho de 2021, 76% da população estava acompanhando os depoimentos da Comissão. Durante o mês de julho, o Instituto DataSenado verificou que 73% dos brasileiros sabiam da existência da CPI, número maior do que o registrado em maio, que foi 65%. Dentro desse percentual, 67% afirmaram estar acompanhando os trabalhos da CPI e, desse grupo, 66% consideraram que a criação da CPI foi “muito importante para o país” (AGÊNCIA SENADO, 2021b).

Nesse contexto de atenção voltada para a CPI da Pandemia, que é transmitida pela TV Senado, e retransmitida por TVs por assinatura em diversos canais (Band News, CNN, Globo News, além do próprio canal do YouTube da TV Senado e portais independentes), o conceito de comunicação pública é um aporte teórico central para a pesquisa que estamos realizando neste TCC. Para Pierre Zémor (2009), esse tipo de comunicação abrange “troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais” (ZÉMOR, 2009, p. 189).

Heloiza Matos (1999) definiu a comunicação pública como um “processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 1999a *apud* DUARTE; VERAS, 2006, p.12). Sobre o conceito de comunicação pública, utilizaremos ainda Jorge Duarte (2007; 2012), Elizabeth Pazito Brandão (2012), Eugênio Bucci (2015) entre outros.

Além do conceito de comunicação pública, também iremos aprofundar o conceito de *reality show*, de acordo com Ilana Feldman (2008), Francisco Bazo (2011) e Patrício Dugnani (2017). Segundo Saraiva (2006, p. 26), “a expressão *reality show* é feliz como designação do gênero televisivo: trata-se, entre os variados formatos, da criação de dispositivos capazes de fazer o registro audiovisual prolongado de pessoas comuns em um show”. Em paralelo, nossa análise se alinha

⁵ Dados de visualizações coletados em 30 set. 2022.

⁶ É possível ter acesso integral aos dados pesquisa através do link: https://conteudos.xpi.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa-XP_-2021_06.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

com a visão da *Sociedade do espetáculo*, de Guy Debord. Em sua formulação, o espetáculo “constitui um modelo atual da vida dominante da sociedade” (DEBORD, 1967, p. 23).

Para Debord, qualquer indivíduo pode se exhibir e aparecer para o público na sociedade do espetáculo e, também, pode desempenhar vários papéis. Debord atribui essa potencialidade de estatuto midiático:

Lá onde a posse de um “estatuto midiático” alcançou uma importância infinitamente maior que o valor daquilo que se foi capaz de fazer realmente, é normal que este estatuto seja facilmente transferível e confira o direito de brilhar, da mesma maneira, seja onde for. (DEBORD, 1967, p. 101)

Diante deste cenário midiático da CPI da Pandemia, e enquanto estudante do Curso de Comunicação Social, uma pergunta sempre me inquietava: Como a TV Senado cobriu a CPI da Pandemia? Foi essa indagação que me motivou a realizar a pesquisa que orienta este TCC. Quis aprofundar meus estudos para compreender como a comunicação pública se processava para vislumbrar o debate público acerca dessa CPI e quais os elementos que poderiam, supostamente, transformar uma CPI em um *reality show*.

A partir desses questionamentos, perguntei-me se esse tema seria suficiente para um trabalho monográfico. Embora fosse um tema instigante, não acreditava que tal temática poderia gerar um trabalho monográfico. A partir de conversas com a orientadora e de pesquisas iniciais, percebi que o tema não se esgota, ao contrário, permite-me vislumbrar não apenas um trabalho de conclusão de curso, mas, também, um roteiro para um documentário, uma dissertação de mestrado e, quiçá, uma tese de doutorado.

Essa possibilidade de continuidade do tema é o que mais me motiva a seguir com essa pesquisa. Em minha primeira graduação em Biblioteconomia e até o meu mestrado em Ciência da Informação, desenvolvi pesquisas que se encerraram em si e não permitiram, ou não trabalhei de forma satisfatória, vislumbrar outras possibilidades. Além dessa possibilidade, outro fator que me estimula é o fato de fazer parte de uma instituição pública.

Estou habituada com a cultura acadêmica, uma vez que sou bibliotecária e atuo na Universidade Federal de Pernambuco trabalhando diretamente com alunos, em especial durante o período de construção dos seus trabalhos de conclusão de

curso. Assim, trabalhar em um tema que permite vislumbrar outros estudos me interessa bastante porque se aproxima de meus objetivos pessoais e acadêmicos.

Aliado a isso, a política hoje me fascina, embora nem sempre foi assim. Quando mais jovem, considerava-me uma pessoa apartidária, mas minha percepção mudou drasticamente com o golpe que o Brasil vivenciou em 2016, resultando no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT). O ex-presidente Michel Temer (MDB) assumiu o cargo após a saída de Rousseff, uma vez que era o vice dela, e iniciou um processo de diversas “reformas” e emendas. Entre essas, vale destacar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 ou 55⁷ com o objetivo de congelar gastos públicos na tentativa de contornar a crise econômica, especialmente nas áreas de Saúde e Educação⁸.

Esta última me atingiu diretamente enquanto servidora pública da Universidade Federal de Pernambuco. Entendi, então, que era preciso escolher um lado, porque a omissão também é intencional e não deixa de representar uma posição política. Naquele momento, percebi que tudo é política. E afirmar qualquer isenção ou apartidarismo também é uma posição política. Foi no curso de Comunicação Social, iniciado em 2015, que aprendi que o conceito de comunicação pública está atrelado a um direito humano. O direito de acesso às informações públicas é uma das garantias previstas no artigo 5º, da Constituição Federal brasileira, no inciso XXXIII, de forma que:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988, sem paginação).

Uma das formas de aprimorar e enriquecer a democracia é garantir o direito humano à comunicação e à informação de interesse público. Esse é o objetivo primordial da comunicação pública. Eugênio Bucci afirma que a “democracia vai bem quando o público está bem informado” (BUCCI, 2021, sem paginação). Brandão

⁷ Os números são diferentes, mas tratam da mesma PEC. A PEC tem o número de 241 na Câmara dos Deputados em Brasília, e 55 no Senado Federal.

⁸ Para aprofundar as questões do Golpe de 2016 no Brasil sugere-se a leitura do artigo Pedro Bastos: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.1-63, 2017. E para examinar alguns detalhes acerca da PEC ver o artigo: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 1-5, 2016.

(2012) explica que a comunicação pública se desenvolve e se organiza na mesma medida em que cresce e estabelece o poder dos cidadãos na sociedade civil. E de forma complementar, a autora define Comunicação pública como:

o processo de comunicação que instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da pública no país (BRANDÃO, 2012, p. 31).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar se a TV Senado cumpriu o seu papel de agente promotor da Comunicação Pública na cobertura da CPI da Pandemia, partindo do pressuposto que a televisão é um elemento central do cenário de representação política (CR-P), como sinaliza Venício Lima:

o espaço específico de representação da política nas “democracias representativas” contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto de articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão. (LIMA, 2008, p. 186).

Como percurso metodológico, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, tomando como aporte teórico autores e autoras como: Jorge Duarte (2007; 2012), Eugênio Bucci (2015), Elizabeth Pazito Brandão (2012), Guy Debord, (1967) Venício Artur de Lima (2001), entre outros e outras. Adotamos a abordagem qualitativa, que

[...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2013, p. 57).

Tal abordagem possibilita, assim, desvelar processos sociais e elaborar novas hipóteses. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa social que, conforme Minayo, seria “os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2013, p. 47). Qualquer tema que se escolha para ser investigado geralmente não aparece de forma isolada, comumente os objetos de pesquisa estão intrinsecamente relacionados com contexto social e histórico que os circundam, e o nosso objeto em questão não é diferente.

No campo científico da Comunicação, o conteúdo de qualquer ato comunicacional pode ser analisado. Lasswell propôs um formato para descrever esse ato comunicativo que vai além da mensagem emitida. Para ele, o campo científico da comunicação pode ser organizado de forma a responder às seguintes perguntas: Quem? (Emissor), Diz o quê? (Mensagem), Por qual canal? (Meios de comunicação), A quem (Recepção de mensagem) e Com qual efeito? (efeito) (SOUZA; VARÃO, 2006). Nesta pesquisa, vamos concentrar os esforços em responder as duas primeiras questões: Quem? Diz o quê?

Para tal, adotamos como método de investigação a análise de conteúdo (AC), inspirada em Laurence Bardin (2011). Os dados que vão fundamentar essa pesquisa serão coletados através da observação da grade da TV Senado. Foram definidos 12 dias, que perpassam todo o período das reuniões da Comissão da CPI, coletando dados referentes ao início, meio e fim dos trabalhos da CPI da Pandemia. Assim, espera-se que, com o rigor metodológico necessário do campo científico e com observação apurada, se verifique como procedeu a cobertura da CPI da Pandemia na TV Senado.

2 JUSTIFICATIVA

De acordo com o *Google Trends*, ferramenta que mostra os termos mais populares e buscados em determinado período, a repercussão do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia do Senado atingiu picos de popularidade que deram mais visibilidade ao papel da TV Senado na transmissão das atividades dos senadores. Com tanta evidência na mídia, os termos “CPI da Pandemia” ou “CPI da Covid” foram bastante recorrentes nos mecanismos de buscas, como Google e Bing. Os dados da audiência daquela CPI foram similares tanto nas pesquisas na web quanto nas realizadas pelo próprio YouTube⁹.

Embora aparecesse de forma expressiva nos buscadores comuns como Google e Bing, os termos “CPI da Pandemia” e “CPI da Covid” ainda são escassos quando se trata de estudos acadêmicos¹⁰. Provavelmente, como é um fato recente e de muita repercussão, as pesquisas estão sendo realizadas em diversos campos do conhecimento para que sejam, posteriormente, divulgadas por meio de artigos, livros, monografias, dissertações e teses. Dessa forma, esse TCC pode contribuir, com esse conhecimento que está sendo elaborado, para que possamos refletir sobre o trabalho da TV Senado em nosso cotidiano.

Diante de tanta visibilidade da CPI, torna-se relevante para o campo científico estudar, de forma detalhada, esse fenômeno social. Nesse contexto, a comunicação pública é um conceito central para se estudar a TV Senado. Para Jorge Duarte, a comunicação pública

é uma expressão que não especifica um conjunto de conhecimentos, áreas, profissões ou estruturas, estando mais próximo de se caracterizar como um ethos uma postura de perceber e utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania. No setor público, em que tem maior potencial de desenvolvimento, incorpora o pressuposto da transparência em um tema historicamente relacionado à busca de visibilidade ou promoção institucional (DUARTE, 2012, p. 60).

⁹ Consulta dos termos disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2021-05-01%202021-10-30,2021-05-01%202021-10-30,2021-05-01%202021-10-30&geo=BR,BR,BR&q=cpi%20da%20covid,cpi%20da%20pandemia,TV%20Senado>. Acesso em: 18 nov. 2021.

¹⁰ A estratégia de busca realizada foi a combinação dos termos "cpi da covid" OU "cpi da pandemia". O operador booleano OU amplia a busca e foi usado intencionalmente, porque recupera um termo ou outro. Como resultado foi obtido 91 resultados em 0,01 segundo no Google Acadêmico em 17 de novembro de 2021.

Analisar as reuniões da comissão se torna importante porque a CPI colocou em relevância problemas enfrentados pela sociedade brasileira em um momento de crise sanitária mundial. Além disso, ela também se constituiu em um palco de projeção e exposição de seus membros. Se a atuação dos senadores foi positiva ou negativa, cabe à equipe dos parlamentares definir, mas foi possível notar que a desenvoltura dos parlamentares, envolvidos nessa CPI, repercutiu no campo político e foi um ponto abordado nas campanhas eleitorais de 2022. Nas eleições de 2022, foram escolhidos o presidente da República, governadores, deputados federais e estaduais e parte do Senado, já que o mandato dos senadores é de oito anos.

No contexto midiático, Adriana Ferraz, jornalista do “O Estado de São Paulo”, comparou a CPI da Pandemia com um *reality show*. As similaridades para justificar tal alusão são comuns na cultura televisiva: “O enredo é trágico, os personagens vestem o figurino indicado (com papéis bem definidos), há periodicidade na apresentação dos capítulos e o final pode ser surpreendente” (FERRAZ, 2021). Mas não é só isso, o cientista político Marco Antonio Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, explica as possíveis razões que atraíram o público pela CPI da Pandemia:

Primeiro, o assunto, que é impactante e tem a ver com a vida de muitas pessoas. Depois, os 'personagens' são bons e travam duelos retóricos dignos de um espetáculo. E, por fim, o assunto não é técnico. Diferentemente da CPI da Petrobrás, por exemplo, que era chamada de a CPI do engenheiro, os temas tratados agora são de domínio público, ou seja, não exigem conhecimento técnico (FERRAZ, 2021, sem paginação).

Diante disso, este estudo se justifica porque embora a CPI tenha acontecido dentro do campo político foi um tema recorrente no dia a dia dos brasileiros. E embora a política devesse estar presente no cotidiano da população, a maioria só se lembra da política em anos eleitorais. Assim, a investigação de um evento político como a CPI da Pandemia, é imprescindível para entender a relação do público com os parlamentares eleitos.

Além disso, esta pesquisa justifica-se, também, por analisar o papel da TV Senado enquanto emissora que faz a comunicação pública e não apenas comunicação estatal (do Estado) ou governamental, que seria uma comunicação de cunho mais propagandística. Bueno (2012) já observou que a comunicação pública costuma estar associada a processos, ações e estratégias de comunicação colocadas à disposição e praticadas pelos gestores dos Poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário. Ou seja, há uma confusão conceitual, para parte do cidadão, sobre o que é comunicação de uma gestão ou de um governo e o que é uma comunicação pública, que está acima das gestões na área de comunicação. O autor indica que:

Há quem prefira denominá-la Comunicação no Serviço Público, englobando aí o Executivo propriamente dito (Presidência da República, Governadores e Prefeitos e suas diversas instâncias [...]), as empresas públicas ou mistas, o Congresso, as forças armadas etc. Há diferenças importantes entre a visão moderna de Comunicação Pública e a Comunicação dita Política ou Governamental (BUENO, 2012, p. 136).

O Brasil já vivenciou um longo caminho para sedimentar a comunicação pública, uma vez que, historicamente, os meios de comunicação no Brasil foram desenvolvidos a partir dos conflitos de interesses entre diferentes projetos societários. Ou seja, o nascimento da radiodifusão no Brasil surgiu a partir de interesses privados e políticos, com iniciativas de diferentes governos nacionais, especialmente daqueles de cunho autoritário, a partir dos anos de 1960 (ORTH; SOARES, 2020).

Nos primórdios do que se pode chamar de radiodifusão pública, portanto, o que prevaleceu foram emissoras de rádio e televisão vinculadas a diferentes órgãos estatais, que cumpriam com o objetivo único de informar sobre as atividades do Estado e dos seus governantes. O que faziam quase sem interferências e mediações, totalmente desvinculadas dos pilares de Comunicação Pública (ORTH; SOARES, 2020, p. 440).

E mesmo que a Constituição de 1988 tenha previsto a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado no artigo 223 (BRASIL, 1988), o texto da constituinte não expressa o que seria a diferenciação entre esses sistemas. Mais de 30 anos depois ainda não há uma distinção clara acerca deles. Nesse sentido, o que prevalece no sistema nacional de televisão está pautado nas concessões públicas para empresas privadas. O ideal de uma democracia plena exige uma comunicação pública de qualidade que sirva a todos os cidadãos e não aos agentes públicos ou benesses do mercado. Nesse contexto também, Matos já discorria que comunicação pública

pressupõe uma democracia consolidada, onde a interpenetração entre o público e o privado admite a participação de uma ampla gama de setores sociais organizados, e independe do caráter estatal de qualquer agente: exigindo sempre uma negociação entre os atores, a

comunicação pública envolve inclusive a esfera privada (MATOS, 1999b *apud* DUARTE; VERAS, 2006, p.12)

O ideal de uma comunicação pública e plural deveria contrapor a interferência direta de agentes públicos na mídia. O que ocorreu, por exemplo, com a criação da TV Senado, um canal público que deveria funcionar independentemente das gestões que dirigem aquela casa. Mas, infelizmente, nas concessões públicas a influência política é um componente forte para definir quem fica com os canais de comunicação. As concessões das mídias, ainda que públicas, são subordinadas às regras do mercado e ou agentes públicos, e embora o artigo 54, da Constituição Federal que proíbe que deputados federais e senadores sejam donos de canais de rádio e TV (BRASIL, 1988) a realidade é um tanto distinta.

Essa temática, inclusive, foi estudada por Fabíola Vasconcelos em sua dissertação de mestrado, apresentada em 2010, com o título: “Coronelismo eletrônico ou indústria cultural? Uma análise das empresas de radiodifusão do deputado federal Inocêncio Oliveira”. A pesquisa, de fato, investigou essa relação entre concessões e influência política com um estudo de caso, o das empresas de radiodifusão do deputado federal Inocêncio Oliveira (PR-PE), que, na época, era proprietário dos seguintes veículos: TV Asa Branca e as rádios A Voz do Sertão (AM) e as FMs Líder do Vale e Transertaneja (VASCONCELOS, 2010).

E não se trata de um fato isolado, pontual ou não mais recorrente. Quase dez anos depois da pesquisa de Fabíola Vasconcelos, nas eleições de 2018, o Intervozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social, realizou um levantamento em cidades acima de 100 mil habitantes em dez estados (PA, CE, PB, PE, BA, MG, RJ, ES, SP e PR) e no Distrito Federal. Os dados do estudo demonstraram que pelo menos 34 candidatos eram donos de emissoras de rádio e TV. O número seria maior se incluísse as cidades abaixo de 100 mil habitantes. Os donos de mídia listados concorreram aos cargos de deputado federal (11), senador (6), deputado estadual (16) e governador (1). A maioria deles era político de carreira: 16 tentaram a reeleição, 5 possuíam outros cargos políticos eletivos no momento e 7 já tiveram cargos eletivos anteriormente (INTERVOZES, 2018).

Fatos como esses, observados pelo coletivo Intervozes, endossam a percepção de Eugênio Bucci. Para ele, “a comunicação pública no Brasil atual é o mais monstruoso embaralhamento de interesses privados e recursos públicos que

se pode ver à luz do dia” (BUCCI, 2015, sem paginação). Assim, estudos, como o proposto por esta monografia, são importantes para se refletir a comunicação pública no Brasil. Entretanto não se pretende, neste trabalho, analisar toda a comunicação pública no âmbito nacional, mas focar em uma emissora legislativa, a TV Senado e o seu papel na cobertura da pandemia e da CPI da Pandemia.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a TV Senado no cumprimento do papel de agente promotor da comunicação pública na cobertura da CPI da Pandemia.

3.2 Objetivos específicos

- Mapear a grade de conteúdo da TV Senado durante a CPI da Pandemia;
- Analisar o conteúdo exibido durante a transmissão da CPI da Pandemia e os programas da grade da TV Senado a partir do conceito de comunicação pública;
- Identificar que elementos e aproximações são possíveis nas características de um *reality show* tendo como referência as transmissões das reuniões da CPI da Pandemia.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Comissões parlamentares de inquérito no Brasil

Não há um consenso dos historiadores quanto ao surgimento da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na história. Acredita-se que foi entre os séculos 14 e 17 na Grã-Bretanha. Ao longo dos anos, as comissões parlamentares de inquérito passaram a ser adotadas em todo o mundo. Alencar afirma que:

Da Inglaterra os inquéritos parlamentares passaram às suas colônias no Novo Mundo, onde eram realizados com grande amplitude, mesmo depois da independência, embora fossem exceções as Constituições estaduais que consignassem essa competência do Poder Legislativo (ALENCAR, 2005, p. 9).

No Brasil, há o registro em 1826 de um grupo de deputados e senadores que analisou as condições do Banco do Brasil. Na época, o grupo não se intitulou enquanto CPI, mas, na prática, eles se propuseram a fiscalizar e esse é o principal objetivo de uma CPI (MORAIS, 2013).

No Brasil, as CPIs surgiram nominalmente com a Constituição de 1934 e concedia poderes de investigação somente à Câmara dos Deputados. Durante esse período, o Congresso Nacional era composto apenas pela Câmara dos Deputados e aos senadores caberiam eventuais colaborações (LACERDA; DIZARÓ; FARIA, 2006 *apud* SILVA *et al.*, 2018).

Em 1937, por conta do Golpe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas impôs uma Constituição sem mencionar a criação das Comissões Parlamentares de Inquérito. As CPIs só voltaram com a Constituição de 1946, com a possibilidade de instalação tanto pela Câmara quanto pelo Senado (MORAIS, 2013).

Em 1966, a ditadura militar fechou o Congresso Nacional. A Câmara voltou a funcionar para aprovar, sem debates, a Constituição de 1967, que previa a realização de CPIs formadas por senadores e deputados, e a possibilidade da criação de comissões mistas, inéditas até então. Em termos operacionais, as CPIs também passaram a ter obrigatoriamente um tempo determinado para funcionar, mas, conforme Morais (2013), as novas regras demoraram muito para serem colocadas em prática.

Atualmente, a CPI está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu art. 58, § 3º determina que:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e de prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (BRASIL, 1988, sem paginação).

O Poder Legislativo tem por função principal criar leis. Porém, por conta do sistema interligado dos três Poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo, também cabe ao Legislativo fiscalizar as ações do Executivo e é nesse momento que ocorrem as Comissões Parlamentares de Inquérito. As CPIs são comissões de investigação conduzidas no âmbito do Poder Legislativo (nas esferas federal, estadual e municipal). A finalidade de uma CPI é investigar possíveis erros e crimes cometidos pelos governos federal, estadual ou municipal ou por agentes a eles ligados em questões de interesse público.

Uma CPI tem vários poderes de autoridades judiciais. Entre esses, podemos destacar: convocar pessoas para prestar depoimentos, requisitar documentos, decretar quebras de sigilos (bancário, fiscal, telefônico e telemático) ou ainda determinar diligências. Uma CPI, contudo, não pode instalar escutas telefônicas ou determinar medida cautelar, como prisão de nenhum investigado. A CPI pode dar voz de prisão no momento do depoimento, mas esse tipo de prisão não seria uma medida cautelar. Os resultados de suas investigações, apresentados no relatório final, são repassados ao Ministério Público e outros órgãos competentes, que poderão tomar as medidas cabíveis, quando necessário.

Mas a aprovação e constituição de uma CPI no plenário não significa, necessariamente, que ela vai ocorrer de fato. Figueiredo explica que

algumas não chegam sequer a ser instaladas, isto é, os membros da comissão não são nomeados. Frequentemente, os propositores de uma CPI nem mesmo pretendem realizar um inquérito: como ela pode servir de moeda de troca política, basta sua aprovação para que sejam produzidas as consequências políticas desejadas. Uma CPI também pode ser proposta como parte da estratégia de um político particular, o qual busca estabelecer um registro em determinada questão para uma próxima eleição. Com o teto para o número de CPIs funcionando simultaneamente, pode-se, também, propor uma CPI para evitar a formação de alguma outra. Por

exemplo: se os membros da coalizão governista perceberem que a oposição tem possibilidade de conseguir apoio para alguma CPI que considerem indesejável, podem formar outra, primeiro, somente para derrotar a oposição. Finalmente, uma CPI proposta por um parlamentar da oposição pode ser aprovada, mas impedida de formar-se caso os partidos governistas não nomeiem membros para ela: constitucionalmente, a composição de uma CPI deve ser proporcional ao número de cadeiras que cada partido tem na Casa e, pelo regimento interno, os líderes dos partidos são responsáveis pela nomeação de seus membros. Isto significa que, para constituir-se, uma CPI depende dos líderes — especialmente os dos maiores partidos —, e que a maioria governista pode evitar inquéritos indesejáveis simplesmente deixando de agir. (FIGUEIREDO, 2001, p.695-696)

Nesse sentido, o desenvolvimento dos trabalhos investigativos em uma CPI é permeado de conflitos políticos e manobras estratégicas, tanto de parlamentares, com seus interesses individuais, quanto de líderes partidários, pelos mesmos motivos. Monte (2012, p. 43) explica que “isso decorre do que já é senso comum entre os parlamentares – o fato de que todos sabem como começa uma investigação, mas não podem prever como ela terminará”. A partir desse ponto, vamos apresentar os trabalhos de algumas CPIs que marcaram a história política recente do Brasil.

Em 1992, a **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do PC Farias**¹¹ investigou um esquema de corrupção envolvendo o empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência da República. Collor foi eleito em 1989. Pedro Collor, irmão do presidente, denunciou o esquema de corrupção. Com a denúncia, foram descobertas empresas fantasmas, venda de favores e favorecimento de empresas em obras públicas. Em seu depoimento, Paulo César Farias afirmou que se afastou do governo assim que a campanha eleitoral se encerrou.

O presidente daquela comissão, deputado Benito Gama (PFL-BA), disse que o Brasil jamais seria o mesmo depois desta CPMI. E de fato não foi, as apurações levaram ao pedido de impeachment de Fernando Collor de Melo, que renunciou antes de ser condenado. No dia 23 de junho de 1996, Paulo César Farias foi encontrado morto, junto com sua namorada Suzana Marcolino. No relatório final da

¹¹ Desde a década de 1990 até os dias atuais, mesmo se tratando de Comissões Mistas, com deputados e senadores, não se adota a sigla CPMI, geralmente se usa apenas CPI. Neste trabalho, optou-se por adotar a sigla referente ao tipo de comissão por questões pedagógicas.

CPMI, PC Farias (como era conhecido) foi apontado como um dos principais culpados pelo esquema de corrupção de financiamento das campanhas.

Desde aquele período já se discutia os problemas oriundos de uma campanha eleitoral financiada por empresas privadas e os favores decorrentes desse esquema (MAGALHÃES, [2005]). A mudança só ocorreu, de fato, em 2017 com a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, por meio da Lei 13.487/2017. Nas eleições de 2018, pela primeira vez no Brasil a campanha eleitoral não teve financiamento de empresas privadas.

Em 1993, a **CPMI do Orçamento** investigou outro escândalo de corrupção, conhecido como Anões do Orçamento, envolvendo principalmente parlamentares com pouca projeção política, considerados os “anões do poder”. No esquema, deputados e senadores eram denunciados por manipularem emendas parlamentares com o objetivo de desviar dinheiro através de entidades sociais fantasmas ou com a ajuda de empreiteiras.

Esse escândalo foi descoberto quando o então assessor da Comissão de Orçamento José Carlos Alves dos Santos foi preso e acusado de tramar a morte de sua mulher. Ele não aguentou a repercussão que o caso teve e resolveu expor o esquema que era comandado pelo deputado baiano, João Alves, na época vinculado ao partido PFL. As investigações da CPMI do orçamento concluíram que João Alves teve enriquecimento ilícito, pois sua média mensal de movimentação bancária era 300 vezes maior do que o salário de deputado. Apontado como chefe do esquema, João usava a loteria para lavagem de dinheiro. O deputado alegou ter ganhado 56 vezes na loteria certo e errado, apenas durante o ano de 1993. Pela probabilidade matemática, para alcançar esse feito, João Alves teria que ter gastado quase 17 milhões de dólares em apostas.

A chamada emenda do relator era essencial para o funcionamento desse esquema, porque não precisava ser previamente publicada. Os pareceres do relator, por causa disso, eram entregues na última hora, apostando-se no quórum mínimo. Ao chegar ao plenário, no limite do tempo para aprovação, o projeto de orçamento era uma verdadeira caixa-preta, conhecido por poucos parlamentares. A CPMI do Orçamento foi a primeira na qual os parlamentares investigaram seus próprios colegas. Há quem afirme que “grandes nomes teriam sido tirados das listas de investigados, decaindo a culpa apenas sobre o “baixo clero”, como são conhecidos os deputados de menor expressão” (FAVERO, 2013, sem paginação).

O relatório da CPI do Orçamento solicitava a cassação de 18 parlamentares, seis deputados tiveram a cassação do mandato: Carlos Benevides (PMDB-CE), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Feres Nader (PTB-RJ), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Raquel Cândido (PTB-RO). Dois parlamentares renunciaram e se livraram da perda dos direitos políticos. Entre eles, João Alves, apontado como o chefe do esquema.

Uma outra CPI que movimentou a política em Brasília começou no dia 8 de abril de 1999, a partir de requerimento apresentado pelo então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA): a **CPI do Poder Judiciário**. Foram investigadas nove denúncias de corrupção nos tribunais, a mais expressiva foi o esquema de desvio de verbas públicas destinadas à obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Após seis anos de obras e gastos de mais de R\$ 230 milhões, o prédio do Fórum Trabalhista paulista ainda não havia sido concluído. O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que menos de R\$ 70 milhões tinham sido efetivamente aplicados na construção. Os R\$ 169 milhões restantes foram desviados para as contas do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, e do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), dono do grupo OK, responsável pela obra.

O relatório daquela CPI concluiu que o juiz aposentado praticou atos que indicaram enriquecimento ilícito, improbidade administrativa e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o período em que foi responsável pela construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal (AGÊNCIA SENADO, 1999). A mesma CPI apurou o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, que teve sua herança dissipada durante o processo de inventário na Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal.

O relatório apontou ainda a existência de indícios de que o juiz, na época responsável pela Vara, Asdrúbal Zola Vasques Cruxên, e a promotora Zenaide Souto Martins, teriam contribuído para a dilapidação do patrimônio do herdeiro do Consórcio Itapemirim. As investigações da CPI da Justiça sobre as denúncias de ilegalidades no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB) expuseram a prática de nepotismo, admissão irregular de pessoal, aquisição superfaturada de imóveis, pagamento ilegal de diárias aos servidores e magistrados, turismo internacional às custas do contribuinte (AGÊNCIA SENADO, 1999).

Mas uma das comissões mais longas no Brasil foi a **CPMI do Banestado** (Banco do Estado do Paraná), criada em 2003, para investigar a remessa ilegal de dinheiro para o exterior. Ao todo, foram 22 meses de trabalho, mas quase teve fim antecipado quando surgiu a denúncia de vazamento das informações bancárias dos investigados. A comissão apurou denúncias de envio ilegal de até R\$ 150 bilhões ao exterior, por diversos bancos, entre eles o Banestado. A evasão de dinheiro teria ocorrido entre 1996 e 2002, envolvendo até 200 pessoas.

No dia 14 de dezembro de 2004, foi realizada a leitura do relatório final, em uma sessão conturbada, que pediu o indiciamento de 91 pessoas: empresários, banqueiros, comerciantes e doleiros por praticarem crimes contra o sistema financeiro nacional, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção. A lista incluía nomes como o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, já falecido. Pedia o indiciamento de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, no governo Fernando Henrique Cardoso, o que causou duras críticas. Por outro lado, alegando falta de tempo para aprofundar os estudos, o relator não mencionou o ex-prefeito de São Paulo e ex-governador do Estado de São Paulo, Paulo Salim Maluf (CPI DO BANESTADO, 2004, sem paginação).

As investigações da CPMI do Banestado examinaram as remessas ilegais de divisas, pelo sistema financeiro público brasileiro, para o exterior a partir de 1996, último ano do segundo mandato de Paulo Maluf como prefeito da cidade de São Paulo. Em 21 de dezembro de 2004, estava prevista a votação do relatório final da CPMI do Banestado, mas, o próprio relator, o deputado José Mentor (PT-SP), tentou obstruir a discussão e a votação do relatório final.

José Mentor iniciou a tentativa de obstrução pedindo verificação nominal de quórum. Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPMI, acolheu a solicitação e após constatar a existência do número regimental de senadores e deputados deu prosseguimento aos trabalhos, que foi marcado por sucessivos pedidos de questões de ordem. Parlamentares da base do governo e da oposição, na sua maioria referente a nomes incluídos no relatório de Mentor, lido na semana anterior, contestaram a veracidade dos fatos denunciados e detalhados em um relatório com mais de 1.500 páginas (AGÊNCIA SENADO, 2004). Com o início da

Ordem do Dia¹², no Plenário do Senado, a reunião da comissão foi suspensa e o relatório final nunca foi votado.

Outra CPMI que gerou muita repercussão foi a dos Correios. A revista *Veja*, de 18 de maio de 2005, publicou uma matéria intitulada “O homem chave do PTB”. Nela, transcrevia diálogos de Maurício Marinho, então diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). As conversas indicavam a ocorrência de atos de corrupção ativa e passiva no âmbito dos Correios. Três dias depois, em 21 de maio de 2005, foi exibida no *Jornal Nacional*, da TV Globo, uma filmagem que mostrava Maurício Marinho recebendo R\$ 3 mil de propina para “facilitar” licitações em benefício de uma empresa do ramo de informática.

Além de receber o dinheiro, o servidor declarava que arrecadava recursos para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), presidido na época pelo deputado e membro da base aliada do governo Lula, Roberto Jefferson. O fato deu início à articulação para instaurar, em 9 de junho de 2005, a **CPMI dos Correios**, presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ela, inicialmente, tratou de investigar a rede de desvios de recursos da empresa com licitações viciadas, que contavam com a participação direta de apadrinhados de partidos da base aliada do governo, uma vez que a ocupação dos cargos de segundo e terceiro escalão sofriam interferências (MONTE, 2012).

Contudo, o fato que desencadeou a aceleração dos trabalhos dessa comissão foi a declaração de Roberto Jefferson, em duas entrevistas concedidas ao jornal *Folha de São Paulo* (6 e 13 de junho de 2005). Nas entrevistas, ele dava detalhes de um suposto esquema de compra de apoio parlamentar ao qual ele atribuiu o nome de “mensalão”. No dia 15 de junho de 2005, a *Revista IstoÉ Dinheiro* divulgou uma entrevista de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério. Ela acusava o seu ex-chefe de envolvimento no esquema de pagamentos a deputados através do Banco Rural. O esquema foi apelidado de “Valerioduto” devido à aproximação de Marcos Valério da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em meio a essas denúncias, surgiu a **CPMI do Mensalão ou da Compra de Votos**. Instalada no dia 20 de julho de 2005, presidida pelo senador Amir Lando

¹² A Ordem do Dia ocorre após a primeira parte da sessão – destinada à leitura do expediente e pronunciamentos. O principal critério para inclusão de matéria na ordem do dia é sua antiguidade e importância. Durante a ordem do dia, as comissões ficam impedidas de se reunir. Fonte: Agência Senado, 2021.

(PMDB-RO), com o objetivo de averiguar a existência e os possíveis beneficiários do mensalão e, “por retaliação dos líderes governistas, o pagamento de parlamentares no processo de aprovação da emenda que garantiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997” (MONTE, 2012, p. 60). Santi explica que, a partir das alegações de Fernanda Karina, “foi construída a principal linha de investigação da CPMI dos Correios e, posteriormente, também da CPMI do Mensalão” (SANTI, 2012, p. 153).

Depois de quatro meses de trabalho, a CPMI da compra de votos apresentou um relatório parcial em conjunto com CMPI dos Correios, em 1º de setembro de 2005 (SANTI, 2012), que confirmava a existência do pagamento a parlamentares, mas afirmava não haver provas da compra da reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Apesar do volume das denúncias, os parlamentares desta CPMI não conseguiram angariar as 171 assinaturas necessárias para prorrogar o prazo dos trabalhos. Com o encerramento dessa comissão, as investigações e atenções se voltaram na CPMI dos Correios (MONTE, 2012).

Esse relatório parcial originou os processos disciplinares na Câmara dos Deputados contra os parlamentares envolvidos no esquema. A maioria foi absolvida. Foram cassados os deputados José Dirceu (exonerou-se do Ministério da Casa Civil, por conta das denúncias em 16 de junho de 2005), Roberto Jefferson e Pedro Correia, ex-presidente do Partido Progressista (PP) perderam os mandatos na Câmara. Os parlamentares Valdemar da Costa Neto (extinto Partido Liberal PL-SP), Bispo Rodrigues (PL-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) optaram por renunciar ao mandato (SANTI, 2012). A renúncia é uma manobra feita pelos parlamentares para evitar a perda dos direitos políticos por oito anos num eventual processo de cassação.

É importante destacar que essa CPMI do Mensalão foi a primeira a ser exibida integralmente ao vivo e sem cortes pela TV Senado. Na época, alcançou considerável audiência (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008). A partir do sinal da TV Senado, foi possível a reprodução dos conteúdos pelas emissoras abertas. Nesse sentido,

a crise política de 2005 levou deputados e senadores aos programas de rádio, jornal e televisão, reservando-se para os mais ilustres parlamentares os horários nobres do fim do dia, ao vivo na TV Senado e a tempo de entrarem nos principais noticiários. (ALDÉ; VASCONCELOS, 2008, p. 62).

Quanto à CPMI dos Correios, o relatório foi apresentado em março de 2006 por Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele concluiu que os empréstimos do Banco Rural e do BMG ao Partido dos Trabalhadores e às empresas do publicitário Marcos Valério “eram mera formalidade contábil e financeira. A verdadeira origem dos recursos provinha de cofres públicos, como o Fundo de Recursos da Visanet, gerido pelo Banco do Brasil, ou de fontes privadas, como a Brasil Telecom e a Usiminas” (BRASIL, 2006a, p. 770). O relatório pedia ainda o indiciamento de 118 pessoas, sendo 35 pessoas vinculadas a esquemas nos Correios, 38 pessoas ligadas a irregularidades nos fundos de pensão e 25 pessoas envolvidas nas operações do empresário Marcos Valério, além de 18 deputados ou ex-deputados (BRASIL, 2006b).

Outro exemplo de comissão que merece destaque é a **CPI dos Bingos** no Senado Federal, criada em 2004, através do Requerimento nº 245 de 2004, do então senador Magno Malta (PL-ES). Mas os trabalhos se iniciaram, de fato, apenas no dia 29 de junho de 2005. A CPI intencionava investigar a divulgação pela imprensa de uma fita gravada no ano de 2002 por um empresário do setor de jogos, Carlos Augusto Ramos, conhecido como “Carlinhos Cachoeira”. Na gravação, ele expôs o assessor parlamentar da Casa Civil, Waldomiro Diniz, na época presidente da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj), que aparecia pedindo propina para campanhas de candidatos do Partido dos Trabalhadores e para si próprio.

Esse episódio reverberou no governo federal afetando diretamente José Dirceu, então ministro da Casa Civil, e que exercia influência na administração do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2006c). Essa CPI também investigou as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre o esquema do mensalão, mas, conforme visto anteriormente, coube à CPMI do Mensalão uma investigação mais exaustiva. O relatório final da CPI dos Bingos foi aprovado em 31 de janeiro de 2006.

Alguns desses exemplos aqui mencionados de comissões parlamentares de inquérito foram precedidos de denúncias veiculadas por alguma empresa de comunicação, de matérias investigativas, escândalos e etc. E, de acordo com Santi (2012, p. 248), “a presença de mídia já pode ser constatada na origem de todas as CPIs de grande relevância política neste período democrático recente”.

Ao elaborar um guia acerca das comissões parlamentares entre 1974 e 2005 na Câmara de Deputados em Brasília e no Senado Federal, Cardoso Júnior (2005)

percebeu que é possível agregar as temáticas das CPIs e CPMIs em três grandes grupos, a saber:

- 1) Irregularidades/corrupção na administração pública/estatais, tema central de 36 CPMIs e CPIs (Senado);
- 2) Crise/irregularidades no sistema financeiro, Previdência Social, ou Sistema Financeiro de Habitação (SFH) eclodindo na criação de 24 CPIs (Senado) e CPMIs;
- 3) Conflito agrário que foi tema central investigado por 7 CPIs.

Retomando o nosso objeto de estudo, **a CPI da Pandemia**, os dados gerais apresentados no relatório final indicam que foram apresentados 1.582 requerimentos, dos quais 1.062 foram apreciados. A Comissão também aprovou 251 transferências de sigilo¹³ (fiscal, bancário, telefônicos e telemáticos). No total foram expedidos 2.669 ofícios, em sua maior parte solicitando informações, bem como foram recebidos 2.792 documentos, 71.957 arquivos contendo documentos de acesso irrestritos e 4.251.840 arquivos com documentos sigilosos (BRASIL, 2021b). Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, entre os meses de abril e outubro de 2021, foram realizadas 67 reuniões. Desse montante, 58 foram destinados a depoimentos. Foram convocadas 61 pessoas, além de vítimas e parentes de cidadãos que faleceram em decorrência da Covid-19.

É interessante ainda retomar a visibilidade e a repercussão que esta CPI teve durante o desenvolvimento de seus trabalhos. As reuniões da CPI foram transmitidas pela TV Senado e retransmitidas por diversos canais televisivos, do YouTube ou até mesmo em outras plataformas como Instagram ou Facebook, sempre a partir do sinal da TV Senado. Mas é importante frisar que, por exemplo, os parlamentares presentes nas reuniões não poderiam fazer *lives*¹⁴ em suas contas nas redes sociais durante as reuniões, a transmissão partia sempre da TV Senado.

¹³ No relatório final da CPI da Pandemia adota o termo transferência bancária, mas comumente é conhecido como quebra de sigilo.

¹⁴ A *live* é um recurso que permite a gravação e transmissão de vídeos ao vivo em redes sociais como Instagram, Facebook ou YouTube. Esse recurso começou a aparecer a partir de 2016 em algumas plataformas, mas em 2020 com a pandemia e o isolamento social transformou-se em uma opção importante para empresas, personalidades e figuras públicas aparecerem para o seu público e amplificarem sua audiência nas redes sociais digitais.

4.2 Comunicação pública

Depois de dar exemplos mostrando o papel de uma CPI no Congresso Nacional e Senado Federal, precisamos explicar os principais conceitos que irão embasar o nosso estudo sobre o papel da TV Senado na visibilidade dada à CPI da Pandemia. O primeiro deles é o de comunicação pública (CP). Ela começou a ser discutida em meados da década de 1980, no Brasil. Dois fatores foram decisivos para despertar o interesse pela comunicação pública nos meios acadêmicos: a redemocratização do país, em 1985, e a Constituição Federal de 1988, que garantiu legalmente a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e a divulgação e transparência dos atos de governo (KOÇOUSKI, 2012).

No campo de estudos da Comunicação Pública, a priori, não houve consenso entre os estudiosos e até mesmo um conceito nítido. Antes de se estabelecer um consenso acerca do que seria a comunicação pública, vários autores trataram de delimitar o que não seria a comunicação pública (BRANDÃO, 2012; KOÇOUSKI, 2012; HASWANI, 2013; BUCCI, 2015). Entretanto, Mcquail indica que: “na maioria dos casos, “comunicação pública” se refere à complexa rede de transações informais, expressivas e solidárias que ocorrem na “esfera pública” ou no espaço público de qualquer sociedade” (MCQUAIL, 2012, p. 17).

Na tentativa de construir um conceito para o campo, Marina Koçouski (2012) analisa a comunicação pública sob três diferentes autores de países distintos, antes de tratar o conceito da comunicação pública sob a ótica brasileira. Ainda segundo a autora, na perspectiva italiana é comum ambientar o conceito de comunicação pública a partir da teoria de Habermas e que eles denominam de “nova esfera pública”. O filósofo alemão Jürgen Habermas identifica no modelo da Grécia antiga a perspectiva histórica do pensamento europeu sobre os conceitos de “público” e “privado”.

Assim, a esfera pública seria um espaço do convívio comunitário no qual os cidadãos, em iguais condições de liberdade, encontram-se para compartilhar, valorizar e até transformar a cultura, a guerra e as opiniões. Um ambiente propício para a realização da política em seu sentido mais amplo, de discussão e de disputa (BARROS, 2008).

Ao longo da história do ocidente, com o advento do Estado Absolutista e do capitalismo, a esfera pública passaria a ser espaço de discussão da burguesia e se transformou em um ambiente de resistência à autoridade pública estatal. Nesse sentido, Barros (2008) esclarece que a sociedade civil se fortaleceu e figurou entre as divergências entre a cidade e a corte, ou seja, o “privado” versus o “público”.

Os cidadãos buscavam esclarecimento sobre os temas antes restritos ao Estado e à Igreja e fizeram circular suas opiniões, criando meios de publicidade como folhetins e pequenos jornais. Um dos temas reivindicados pela burguesia foi o acesso à política (BARROS, 2008, p. 25)¹⁵.

Nesse contexto habermasiano, Paolo Mancini (2008) delimita o conceito atual de comunicação pública na concepção de que a informação é um direito de cidadania e, dessa forma, o campo possui três dimensões que estão inter-relacionadas: os promotores/emissores, a finalidade e o objeto. Mancini explica que os promotores/emissores poderiam ser organizações públicas, privadas ou semipúblicas. As instituições públicas se referem a todas as instituições que mais ou menos diretamente dependem do Estado. Já as instituições semipúblicas seriam aquelas de direito privado, mas que intervêm de forma contínua sob a égide do interesse público.

Haswani (2013) explica que essas instituições se põem entre o Estado e os cidadãos, organizando a participação deles nos confrontos com o Estado, podendo, inclusive, ser financiadas com dinheiro público. Como exemplo desse tipo, podemos mencionar os partidos políticos. Enquanto isso, as instituições privadas são aquelas que não atuam basicamente ligadas ao campo da competência do Estado, mas que podem interferir junto ao Estado, quando necessário.

De acordo com Paolo Mancini (2008), a segunda dimensão é a finalidade, a que mais demarca o campo da comunicação pública. Nesse sentido, a comunicação não deve ser orientada para o alcance de uma vantagem econômica imediata, como a venda de produtos ou troca com interesses comerciais (KOÇOUSKI, 2013). Mas isso não impede que organizações orientadas para o lucro invistam em comunicação sem fins lucrativos, como no caso das organizações econômicas que promovem

¹⁵ Para mais detalhes dos estudos de Jurgen Habermans sugerimos a leitura de seu livro “Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa”.

valores sociais geralmente aceitos ou de serviços de interesse social (HASWANI, 2013, p. 123).

A terceira dimensão, proposta por Mancini e que pode delimitar o campo da comunicação pública, é o objeto. O autor define como comunicação pública a comunicação que tem por objeto os negócios de interesse geral, como entidades governamentais, instituições públicas, privadas e complexas. No entanto, não se restringe aos atos normativos, mas também inclui as iniciativas direcionadas para ampliar as relações entre cidadãos e instituições, promovendo valores de interesse geral (HASWANI, 2013). Mariângela Haswani explica que essa interpretação do campo da comunicação pública inclui a promoção dos valores e das ideias que pertencem à sociedade inteira, independentemente de visar lucro ou não (HASWANI, 2013).

Franca Faccioli é também uma pesquisadora italiana do campo e, embora não conste na revisão elaborada por Koçouski, também partilha a perspectiva habermasiana. Isso porque, para Faccioli, a comunicação pública tem como finalidade ampliar os espaços da democracia. Para ela, de forma geral,

a comunicação pública é aquela destinada ao cidadão em sua veste de coletividade e conota-se, em primeira instância, como “comunicação de serviço” que o Estado – nas suas articulações funcionais e territoriais – ativa, com o objetivo de garantir a implementação do direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação na definição das políticas públicas (FACCIOLI, 2000 *apud* HASWANI, 2013, p. 120).

Marina Koçouski aciona o colombiano Juan Camilo Jaramillo López que, de forma complementar, também entende a comunicação pública como um conceito habermasiano. Em seus estudos acerca da comunicação pública, o autor observa que “a comunicação pública nasce da relação que existe entre a comunicação e a política, considerando que o público é aquilo que é de todos e que a política é tida como a arte de construir consensos” (LÓPEZ, 2003, p.1 *apud* KOÇOUSKI, 2012, p. 78). Nesse sentido, a definição da comunicação pública, para ele, seria:

um conjunto de temas, definições, premissas e metodologias referentes à forma como os sujeitos lutam para intervir na vida coletiva e no futuro dos processos políticos de convivência com "o outro", para participar da esfera pública concebida neste como o lugar de convergência dos diferentes tempos presentes na sociedade

(LÓPEZ, 2010b, p. 1 *apud* KOÇOUSKI, 2012a, p. 69, tradução nossa)¹⁶.

O pesquisador francês Pierre Zémor, uma das referências do campo da Comunicação no Brasil, define a comunicação pública pela

legitimidade do interesse geral. Ela ultrapassa o domínio público, tomado no estrito senso jurídico. As atribuições dos poderes públicos e as missões dos serviços públicos implicam as disposições constitucionais, legais e regulamentares próprias a um Estado de direito. A Comunicação Pública acompanha, portanto, a aplicação das normas e regras, o desenvolvimento de procedimentos, enfim, a tomada de decisão pública. As mensagens são, em princípio, emitidas, recebidas, tratadas pelas instituições públicas “em nome do povo”, da mesma forma como são votadas as leis ou pronunciados os julgamentos (ZÉMOR, 1995, p. 1).

Para Zémor, as finalidades da comunicação pública não devem estar desajustadas com as finalidades das instituições públicas, estabelecendo como as funções da comunicação pública:

- a) informar (prestar conta e valorizar);
- b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público e o público;
- c) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto agente/ator);
- d) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (ZÉMOR, 1995).

O livro e os escritos de Zémor acerca da comunicação pública repercutiram no Brasil, especialmente após a tradução resumida do livro “*La Communication Publique*”, de 1995, pela professora Elizabeth Brandão. No âmbito nacional, Duarte (2007) também se destaca como um pesquisador da temática. Para ele, uma das dificuldades de delimitar o conceito do que seria comunicação pública é a dificuldade de desmembrar a comunicação pública da comunicação política e ou governamental, já que a primeira deriva da segunda (DUARTE, 2007). Enquanto a

comunicação política trata do discurso e ação na conquista da opinião em relação a idéias ou atividades que tenham a ver com

¹⁶ Tradução livre deste trecho: Un conjunto de temas, definiciones, premisas y metodologías referidas a la manera como los sujetos luchan por intervenir en la vida colectiva y en el devenir de los procesos políticos concernientes a la convivencia con “el otro”, por participar en la esfera pública concebida esta como el lugar de convergencia de las distintas veces presentes en la sociedad.

poder. Comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo [...]. O campo da comunicação pública inclui tudo que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, Legislativo, Judiciário, terceiro setor, instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (DUARTE, 2007, p. 66).

Wilson Bueno tentar elucidar tal questão, esclarecendo que

A comunicação pública costuma estar associada aos processos, ações e estratégias de comunicação postos em prática pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, em muitos casos, é entendida apenas como a comunicação do governo. Há quem prefira denominá-la Comunicação no Serviço Público, englobando aí o Executivo propriamente dito (presidência da República, governadores e prefeitos e suas diversas instâncias como ministérios, secretarias etc.), as empresas públicas ou mistas, o Congresso, as forças armadas etc (BUENO, 2013, p. 136).

A partir de tantos conceitos, é possível apreender a essência polissêmica da comunicação pública. Eugênio Bucci (2015) apresenta em seu livro *O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular* o conceito da comunicação pública da seguinte forma:

A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada (BUCCI, 2015, sem paginação).

Bucci argumenta que a comunicação pública deveria ser desta forma, mas ele enxerga que, no Brasil, a prática é um tanto distinta, e está mais próxima de configurar-se como comunicação governamental, comunicação partidária ou marketing eleitoral, mas não pública.

Todos esses conceitos, definições e ressalvas contribuíram para a construção do campo. Nesse sentido, em 2021, a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPublica) passou a adotar a comunicação pública da seguinte forma:

Comunicação Pública é a que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão. Destina-se a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e às informações de interesse público, a transparência e a prestação de contas. Ocorre no ambiente de informação e interação envolvendo Estado, Governo e Sociedade Civil. Zela pelos princípios constitucionais e democráticos. A existência de recursos públicos ou de interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 10).

Partindo dessa mesma linha, a ABCPublica elaborou o que seriam os 12 princípios da comunicação pública:

1. Garantir o acesso amplo à informação
2. Fomentar o diálogo
3. Estimular a participação
4. Promover os direitos e a democracia
5. Combater a desinformação
6. Ouvir a sociedade
7. Focar no cidadão
8. Ser inclusiva e plural
9. Tratar a comunicação como política de Estado
10. Garantir a impessoalidade
11. Pautar-se pela ética
12. Atuar com eficácia

O primeiro princípio da comunicação pública pressupõe uso de meios plurais e linguagem simples, que permitam o pleno acesso e compreensão da informação das mais distintas classes da sociedade. Deve-se, também, fomentar o diálogo na medida em que trata a informação e o diálogo como direitos individuais e patrimônio social. Esses são as bases para o exercício da cidadania, criando espaços para interlocução multidirecional, estimulando ainda uma cidadania ativa, informada e participativa, é o que rege o segundo princípio (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021).

O terceiro princípio trata de estimular a participação. Nesse sentido, a comunicação pública deve incentivar o debate e a participação ativa do cidadão na formulação e na implantação das políticas públicas. É importante ressaltar a distinção a ABCPública faz ao

tratar as pessoas como cidadãos, e não como massa, ou apenas públicos, usuários, eleitores ou clientes, qualifica os processos de comunicação relacionados aos serviços públicos e estimula o envolvimento na prestação de contas e demonstração de resultados por entes públicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 10).

O quarto ponto reitera que a comunicação pública deve promover direitos essenciais, como direitos humanos, constitucionais e sociais, a democracia, o diálogo, a justiça, a equidade, a solidariedade, a diversidade e o exercício da cidadania. Combater a desinformação também é considerado um dos princípios da comunicação pública, isso porque ela deve atuar para viabilizar a transparência e oferta de dados precisos, com rapidez na checagem de fatos, bem como a disseminação de correções e informações verificadas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021).

Ouvir a sociedade, esse é o sexto princípio. E, de acordo com essa premissa, os comunicadores públicos deveriam atuar como ouvidores da sociedade, ajudando as instituições a compreender e atender os interesses e necessidades dos distintos públicos. “Os profissionais de comunicação devem ser permanentemente capacitados para contribuir, de maneira qualificada, ao aprimoramento do atendimento da população” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 11). A comunicação pública adota foco e perspectiva do cidadão, esse é o sétimo princípio. Nele, a comunicação pública viabiliza o atendimento às demandas, anseios e interesses do cidadão. E, quando necessário, executar adaptações das informações ao nível de conhecimento, às condições e às possibilidades de cada pessoa envolvida.

Comunicação pública deve ser inclusiva e plural. O oitavo princípio preza pelo espaço para a diversidade de pensamento, garantindo a representatividade e o uso de uma linguagem inclusiva. Em seu nono princípio, ABCPública afirma que a comunicação deve ser tratada como uma política de Estado. Assim, a comunicação pública é dever e responsabilidade do Estado, atuando diretamente para o

cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da transparência. “O Estado tem obrigação de explicar, traduzir, orientar, prestar contas sobre o valor de cada ação pública e garantir a qualidade da interlocução e do acesso do cidadão às informações de seu interesse” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 11).

O décimo princípio trata da garantia da impessoalidade. A comunicação pública não deveria se submeter a interesses particulares, eleitorais ou de promoção pessoal. Esse princípio é interessante para desassociar personalidades e governos da comunicação pública, estabelecendo as distinções necessárias entre a comunicação pública e comunicação estatal ou governamental. Eugênio Bucci (2021, sem paginação) diz que: “a informação é apartidária, quem vai tomar partido é a sociedade”. As questões éticas são delineadas no 11º princípio, nesse sentido, “a comunicação pública tem como pressuposto que verdade e ética são responsabilidades de todos os governos, comunicadores, dirigentes e atores públicos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 11).

O último dos princípios da ABCPública afirma que a comunicação pública deve buscar a eficácia comunicativa, zelando pela utilidade e relevância dos conteúdos veiculados e pela otimização dos recursos empregados. Todos os “gastos relativos à publicidade da administração pública devem ser transparentes, baseados em princípios técnicos e canalizados para a diversidade de mídias e públicos, sem favorecimentos ou distorções” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 11).

Por fim, vale ressaltar que, conforme apresentamos, existem diversas formas de conceituar a comunicação pública. Haswani (2013) em sua pesquisa, concluiu que, no Brasil, assim como em outros países, há um indicativo crescente de publicações, artigos e livros que tratam da comunicação pública. Em geral, essas publicações contemplam temas relacionados à governança, às relações políticas, à opinião pública e, sobretudo, aos aspectos com a mídia e a imprensa, mas não há um consenso. No entanto, de acordo com Duarte (2007, p. 65), “a não unanimidade pode ser positiva, pois estimula o debate em torno da ideia central do tema, que é a comunicação que envolve o interesse público”.

Depois dessa explicação acerca da comunicação pública, em nossa monografia, abordaremos a TV Senado como um espaço criado para a instituição de uma comunicação pública que vai de encontro aos princípios democráticos da

informação. Nesse sentido, pretende-se analisar a programação da TV Senado durante a CPI da Pandemia, não apenas as reuniões e depoimentos da CPI, mas como essas reuniões e os assuntos a ela relativos eram explorados na grade de programação, se de fato foram desenvolvidos nos demais programas e de que forma aconteciam. Isso porque a CPI da Pandemia foi um assunto de grande interesse da população. Assim, nos resta verificar se a TV Senado cumpriu seu papel enquanto agente promotor da comunicação pública.

“Esse serviço hoje inaugurado aqui, não é um serviço para o senado, é um serviço para o povo brasileiro”, essa é uma fala do discurso do então presidente do Senado José Sarney, em 5 de fevereiro de 1996, durante a solenidade de inauguração da TV Senado. É interessante notar que desde a sua origem a TV Senado dialoga com os preceitos da comunicação pública.

4.3 TV Senado

As emissoras de televisão legislativas só foram possíveis de serem criadas a partir da Lei de Cabodifusão, Lei nº 8.977, de 1995. Essa lei dispunha acerca dos serviços de TV a cabo no Brasil. Em seu artigo 23, determina que as operadoras de TV a cabo, na sua área de prestação do serviço, deveriam tornar disponíveis gratuitamente:

[...]

- b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões (BRASIL, 1995, sem paginação).

Depois dessa Lei, as Assembleias Legislativas se articularam para criar os seus respectivos canais. O Estado de Minas Gerais foi o primeiro a conseguir, de fato. A TV Senado teve início no dia 5 de fevereiro de 1996 e a TV da Câmara Federal foi criada em 20 de janeiro de 1998. Em 2002, a Lei do Cabo foi ampliada

para que fosse, assim, viabilizado o canal TV Justiça, “reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça” (BRASIL, 2002, sem paginação).

A TV Senado é considerada a primeira emissora legislativa de alcance nacional, transmitindo diariamente as atividades do Senado Federal. No início, eram 15 horas de programação com o alcance do sinal limitado apenas para Brasília. Em maio de 1996, o sinal da TV Senado chegou a todo o Brasil pelo sistema de satélite digital. Antes de completar um ano, a TV Senado já estava no ar 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana.

De acordo com ex-secretário de comunicação do Senado, Fernando César Mesquita, um dos responsáveis pela implementação do projeto da TV Senado, as estratégias iniciais do projeto da TV Senado seriam: não censurar nenhuma fala ou programa, não editar ou recortar as reuniões, transmitir ao vivo as sessões do plenário e das comissões e não tornar a TV Senado um instrumento de promoção pessoal de nenhum parlamentar (TV SENADO, 2021).

A programação inicial da TV Senado durava 15 horas ao longo do dia, transmitida apenas para Brasília. A produção era limitada, também, do ponto de vista técnico, pois não havia todos os equipamentos necessários. Mas, pouco tempo após a sua estreia, em maio de 1996, o sinal chegou a todo Brasil por satélite digital. E, em menos de um ano, a TV Senado já se mantinha 24 horas no ar (SOALHEIRO, 2005).

A TV Senado entrou no ar com a missão de criar um espaço do e para o Senado no universo da mídia eletrônica nacional. Um espaço em que imperassem informações que partissem de dentro do próprio Senado e que não fossem mediadas pela imprensa nacional. (RENAULT, 2004, p. 59).

Tal fato foi até tratado com desdém por parte mídia tradicional, já que esta detinha o poder de filtrar aquilo que seria visibilizado ou publicizado diante dos acontecimentos da casa legislativa, conforme aponta Renault (2004). Com instalação do canal, o cidadão poderia acompanhar as atividades parlamentares diretamente da fonte, sem atravessadores ou intermediários. A TV Senado trabalhou para empreender uma ação comunicativa dirigida ao cidadão e para dar mais visibilidade aquilo que ocorria no interior do Parlamento, do ponto de vista do próprio Senado e não mais apenas da mídia privada (RENAULT, 2004).

A implosão do filtro da mídia, a partir do surgimento da TV Senado, permitiu a TV Senado explorar um dos pressupostos centrais da comunicação pública que é a transparência. Jorge Duarte afirma que a transparência na Comunicação Pública

diz respeito a atuação ética, responsável, límpida e acessível no trato das questões de interesse público. Exige a oferta de informações necessárias aos interessados, o estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização sobre as práticas de quem detém o poder, adoção de mecanismo de cobrança de responsabilidade e sistemática prestação de contas (DUARTE, 2012, p. 60).

Marilena Chiarelli (TV SENADO, 2021), a primeira diretora da TV Senado, rememora que, logo que iniciou as atividades, em 1996, não havia câmeras suficientes, o aparato tecnológico ainda estava em processo burocrático para a compra. Assim, cabia a ela, juntamente com Leila Daher, escolher qual comissão iria para a programação. A escolha era necessária porque a TV Senado tinha só três câmeras para transmitir e a agenda da Casa tinha cinco, seis ou até sete reuniões acontecendo ao mesmo tempo. E não era escolha “fácil” porque não havia hierarquia. E de acordo com Marilena isso começou a incomodar os senadores que não tinham sua comissão transmitida pela TV (TV SENADO, 2021).

A situação chegou a tal ponto que Marilena teve que levar essa questão para a mesa diretora, então presidida pelo senador José Sarney. A solução encontrada foi transmitir à comissão que começasse primeiro os seus trabalhos. Diante dessa regulamentação, as comissões começaram a iniciar às 8 horas da manhã ou à noite, ou ainda nas sextas-feiras, que geralmente eram vagas (TV SENADO, 2021). A limitação da capacidade técnica inicial e a regulamentação da própria TV fizeram parecer para alguns que a TV Senado censurava reuniões importantes, inclusive de CPIs.

Marilena relata que, durante a CPI dos Precatórios, em 1997, a TV mostrava a reunião, ao vivo e sem corte, até o início dos trabalhos no plenário. Quando se iniciava o plenário, a imagem era alterada. E isso gerava especulação e indignação por parte de quem acompanhava. Essa alteração ocorreu por conta da legislação interna da Casa, que estabelece a reunião do plenário como soberana. A ex-diretora da TV recorda que recebeu diversas reclamações por conta disso, inclusive de equipes de televisões comerciais que recorriam à TV Senado para transmitir determinados trechos nos telejornais. Na época, a solução criada pela TV Senado

foi a retransmissão na íntegra da reunião em outro momento, mas isso não amenizou as críticas de censura da CPI (TV SENADO, 2021).

Independentemente das críticas e dos problemas técnicos no seu início, a TV Senado quebrou a hegemonia das TVs comerciais, porque, até então, a cobertura dos fatos e acontecimentos do Senado era exclusiva das grandes emissoras de televisão. Nesse sentido, a TV Senado passou a mostrar toda a atuação dos parlamentares não apenas as falhas e os problemas, como se tendia a mostrar na grande mídia, mas as questões positivas também.

O jornalista Luís Santana Freitas, em sua dissertação de mestrado, comprovou a influência da TV Senado na atividade política, no âmbito do parlamento, assim como na organização formal da atividade parlamentar. Para tal, ele apresenta mudanças relacionadas à quantidade e à qualidade da atividade política do parlamentar no Senado brasileiro depois da implantação da TV Senado. Ele destaca ainda que não se tratava apenas de mudanças estéticas ou as performances televisivas dos parlamentares sem a interferência editorial comum da mídia tradicional. A TV Senado viabilizou o incremento da qualidade e de quantidade na sua função constitucional de elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo (FREITAS, 2004). O autor cita como exemplo os primeiros oito anos de funcionamento da TV Senado, especificamente entre 1996 e 2004:

apesar de o número de senadores ter permanecido o mesmo, o número de proposições apresentadas quase triplicou, o número de senadores que se inscreveram para fazer discursos no Plenário praticamente dobrou e os que efetivamente fizeram seus pronunciamentos aumentou em mais de 60% (FREITAS, 2004 p. 61).

Freitas aciona Joshua Meyrowitz para explicar como a mídia eletrônica transforma objetivamente os processos políticos e legislativos. Nesse sentido, a análise de Meyrowitz do impacto da mídia eletrônica no comportamento social, afirma que ações públicas, como conferências, discursos de parlamentares, entrevistas e convenções políticas, podem apresentar características distintas, caso tenham a presença ou não de uma câmera de televisão (MEYROWITZ, 1985 *apud* FREITAS, 2004).

Ao longo dos 25 anos de história, a TV Senado se consolidou e está cada dia mais presente também na internet, no site é possível acessar todo o conteúdo ao

vivo e gravado a qualquer tempo. O canal do YouTube possui mais de 1 milhão de inscritos e tem todas as comissões e plenários mesmo simultâneos, inclusive a emissora foi uma das primeiras no Brasil a realizar multiprogramação ao vivo. E já é possível transmitir até oito eventos simultâneos. Além de transmitir ao vivo as atividades do Senado Federal, a emissora produz jornalismo diário, programas jornalísticos de entrevistas, culturais, documentários, produtos digitais e institucionais do Senado Federal.

Como um espaço da televisão consolidado, a TV Senado projeta-se como um elemento que faz parte do Cenário de Representação da Política (CR-P), conceito proposto por Venício Lima no início dos anos 2000. O autor explica que

O CR-P é o espaço específico de representação da política nas "democracias representativas" contemporâneas, constituído e constituidor; lugar e objeto de articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão. Como a hegemonia, o CR-P não pode nunca ser singular. Temos, portanto, de acrescentar ao conceito de CR-P o conceito de contra-CR-P ou de CR-P alternativo (LIMA, 2008, p. 186-187).

O conceito, proposto por Venício Lima, parte do pressuposto que a televisão seria uma mídia dominante. No entanto, 20 anos depois seria mais prudente afirmar que a televisão é uma mídia relevante, em meio às outras mídias. Essa questão das mídias é um ponto central para o autor, porque, para ele, o reconhecimento da mídia como um objeto de análise é fundamental para a compreensão do poder político no mundo contemporâneo (LIMA, 2008).

Fazendo uma analogia ao conceito de hegemonia, para explicar o CR-P e a relevância da mídia e seu caráter "constituidor da" e "construída pela" realidade, Lima aponta que as "representações" que a mídia faz da "realidade" (*media representations*) passam a constituir a própria realidade, evidenciando, assim, a sua hipótese de que o CR-P, "construído *na* e *pela* mídia, define e delimita o próprio espaço da realidade política no mundo contemporâneo" (LIMA, 2008, p. 190, destaque do autor).

Considerando esse cenário de representação política, é importante analisar as mídias e, por conseguinte, a TV Senado, uma emissora legislativa de alcance nacional que transmite diariamente as atividades do Senado Federal, ou seja, uma emissora que transmite atividades dos parlamentares no cenário da política

nacional. É interessante frisar, também, que a própria TV Senado descortinou as reuniões legislativas. Em um país continental, como o Brasil, torna-se imprescindível a criação de um canal público para acompanhar as atividades dos parlamentares, mesmo que de forma remota. Em suma, a TV Senado, mesmo sendo uma emissora legislativa, é uma emissora que é orientada para os preceitos da comunicação pública. Sendo assim, na parte da análise, iremos observar se a TV Senado cumpriu com o seu papel de TV de comunicação pública sobre a pandemia da Covid-19 e a CPI do Senado, observando a sua grade de programação, tomando como base os conceitos de Pierre Zémor (1995), Eugênio Bucci (2015) e da ABCPública (2021).

4.4 Sociedade do espetáculo e *reality show*

Depois de discorrermos sobre o conceito teórico de comunicação pública e apresentar a criação da TV Senado, faz-se necessário compreender acerca da Sociedade do espetáculo. Conceito de Guy Debord, de 1967, para que se possa analisar se as sessões da CPI da Pandemia se converteram em um *reality show*. Em seu primeiro postulado do livro 'A sociedade do espetáculo', o autor afirma que "toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação" (DEBORD, 1967, p. 22).

A definição de espetáculo para Antonio Rubim seria como

como um momento e um movimento imanentes da vida societária, de maneira similar às encenações, ritos, rituais, imaginários, representações, papéis, máscaras sociais etc. Portanto, o espetáculo deve ser compreendido como inerente a todas sociedades humanas e, por conseguinte, presente em praticamente todas instâncias organizativas e práticas sociais, dentre elas, o poder político e a política (RUBIM, 2003, p. 1).

Na delimitação do espetáculo é possível analisar a derivação, do que seria espetacularização, para Rubim a espetacularização é um processo

através do qual, pelo acionamento de dispositivos e recursos dados, produz-se o espetáculo. Ou melhor, o espetacular. O processo de espetacularização, midiática ou não pode abarcar todas as áreas e campos sociais, ainda que, antes da modernidade, tenha se concentrado na religião e na política. Enfim, a espetacularização

aciona, simultaneamente, uma multiplicidade de dimensões – emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas – para fabricar e dar sentido ao espetacular. Nessa perspectiva, o espetacular deve ser sempre encarado como construção, social e discursiva (RUBIM, p. 18, 2005).

O autor ilustra que o espetáculo historicamente é anterior ao aparecimento da mídia, entendida como aparato sociotecnológico utilizado para a comunicação social. “Antes da existência de uma sociedade ambientada pela mídia, o espetáculo tinha sua produção associada quase sempre à política e/ou à religião” (RUBIM, 2005, p. 19). Em seu argumento, Antônio Rubim afirma que, na antiguidade e Idade Média, os espetáculos tinham sua produção quase sempre direcionados à política e à religião, como exemplo o autor cita as pirâmides do Egito, como um persistente testemunho da espetacularidade do poder político (RUBIM, 2003). Somente na modernidade e, de forma vertiginosa, na contemporaneidade, que o espetáculo emerge, de forma autônoma das práticas religiosas e políticas, e passa a ser produzido no campo cultural ou midiático (RUBIM, 2005).

Se no passado a política era exercida predominantemente pela força e violência, na contemporaneidade o autor alega que a argumentação, o convencimento e a pressão não violenta e não corrupta tornam-se “expedientes legítimos para a conquista e manutenção do poder político” (RUBIM, 2003, p. 5) Diante dessa nova configuração, Antonio Rubim esclarece que o espetáculo passa a ser produzido como um modo de sensibilização, que visa à disputa de poder, capaz e demarcador de legitimidade política (RUBIM, 2003). O autor conclui que “o espetáculo, portanto, não aparece como estranho à política, apesar do deslocamento acontecido” (RUBIM, 2003, p. 5).

Espectáculo e política estão relacionados de tal forma que Maria Helena Weber (1999 *apud* RUBIM, 2003) propôs uma classificação para os espetáculos políticos e suas interações com a mídia. Segundo ela, nessa conjuntura seria possível vislumbrar os espetáculos políticos: editorial, articulado, autônomo e arbitrário. Rubim, assim, explica a diferenciação dos espetáculos políticos propostos por Maria Helena Weber:

O modelo editorial congrega os eventos que a mídia constrói como espetáculo político, através de variados gêneros discursivos, mas todos eles sob o controle da instituição midiática. O tipo articulado se conforma na interação obrigatória entre mídia e a política, que busca representar um evento de caráter excepcional e conjuntural, como as eleições, reformas constitucionais etc. O espetáculo político

autônomo implica na existência de um fato político de eloquente grandiosidade e imprevisibilidade que, impondo-se, obriga a mídia a mudar seus padrões de cobertura. Enfim, o modelo arbitrário supõe o controle do espaço-tempo da mídia pelo campo da política, destituindo a mídia de seu poder de decisão empresarial ou editorial, como ocorre na propaganda político-eleitoral no Brasil (RUBIM, 2003, p. 10).

A guisa dessa classificação de Maria Helena Weber e a noção de espetáculo, é possível vislumbrar a CPI da Pandemia como evento articulado de espetáculo político, uma vez que, ao longo dos trabalhos da comissão, a CPI consolidou o seu espaço na mídia e a atenção dos espectadores. Nesse sentido, é interessante notar, também, a questão da espetacularização defendida por Antonio Rubim. Ele a define como: “um processo, através do qual pelo acionamento de dispositivos e recursos dados, produz-se o espetáculo” (RUBIM, 2003, p. 11).

Rubim especifica que tais dispositivos e recursos são produzidos pelo

exarcebamento de dimensões constitutivas do ato ou evento, da dramaticidade de sua trama e de seu enredo, através de apelos e dispositivos plástico-estéticos, especialmente os relativos ao registro da visão, mas também aos sonoros, em menor grau. A plasticidade visual, componente essencial, e a sonoridade tornam-se vitais: os movimentos, os gestos, os corpos, as expressões corporais e faciais, o vestuário, os cenários, a sonoridade, as palavras, as pronúncias, as performances; enfim, todo esse conjunto de elementos e outros não enunciados têm relevante incidência na atração da atenção, na realização do caráter público e na produção das simbologias e dos sentidos pretendidos com o espetáculo (RUBIM, 2003, p.8).

Dessa forma, os processos de espetacularização, sejam midiáticos ou não, podem abranger todas as esferas cotidianas dos campos sociais. A espetacularização atinge um patamar na sociedade contemporânea que, diante de suas características, pode ser nomeada como uma “sociedade do espetáculo”, conceito criado por Guy Debor. Antonio Rubim, ao estudar a espetacularização da sociedade, compreende que tal termo pode expressar o mundo contemporâneo. Entretanto, ele não considera, necessariamente, que vivemos uma sociedade espetacular no termo defendido por Debor. Isso porque, para Rubim, os postulados de Debor, em geral, mantém um tom de manifesto e são balizados de forma negativa. Para Rubim, frente à comunicação de massa, o espetáculo é visto, por Debor, de forma depreciativo.

Para Debor, a presença intensa do espetáculo no cotidiano dos indivíduos tende a ocasionar, nesses atores, uma certa passividade e aceitação com o sistema dominante, imposto pela ordem midiática. Rubim, ao redefinir e atualizar os termos da “sociedade do espetáculo” na contemporaneidade, considera que a sociedade do espetáculo

está em sintonia com a fase atual do capitalismo, na qual a informação e a comunicação tornam-se mercadorias privilegiadas e a economia do espetáculo aparece como cada vez mais relevante. Mas ela também pode ser caracterizada como a sociedade em que, diferente do que acontecia nas anteriores, quando o espetacular era algo da esfera do extraordinário e da efemeridade, agora o espetáculo potencialmente está (oni)presente, no espaço e no tempo, e afeta radicalmente toda a vida societária. O espetáculo, depois de se tornar autônomo em relação ao religioso e ao político e ser acolhido na esfera cultural, como cerimônia artística ou festa popular, ocupando locais e ocasiões privilegiadas, transforma-se em algo com pretensões a colonizar todo o mundo da vida (RUBIM, 2003, p. 13).

Como tudo é passível de espetáculo, é interessante, sempre que possível, estudar as nuances do espetacular. Nesse sentido, retomando o objeto de estudo, aqui proposto, trata-se de uma comissão parlamentar e não, necessariamente, um show ou espetáculo de entretenimento, embora, como já foi possível verificar com Rubim e Weber, que se trata de um espetáculo político. Para seguir o direcionamento desta pesquisa e verificar se há de fato possíveis aproximações dos *realities shows* com as reuniões da CPI da Pandemia, optou-se por nos apoiar no conceito de *reality show*, proposto por Bazo (2011). Para ele:

Os reality shows televisivos são definidos como espetáculos de convivência entre atores não profissionais que reagem de forma espontânea, tentando superar e sobreviver os seus oponentes diante de uma competição permanente e expostos aos olhares de câmeras colocadas de maneira estratégica. (BAZO, 2011, p. 121, tradução nossa)¹⁷.

Tal escolha aconteceu, em razão da analogia possível, de que o ambiente da CPI se configura como um espaço de convivência, muitas vezes, com longas reuniões com mais de seis, sete horas e embates retóricos. Notadamente, a CPI

¹⁷ Tradução livre do texto: Los reality shows televisivos son definidos como espectáculos de convivencia entre actores no profesionales que reaccionan de forma espontánea, intentando superar y sobrevivir a sus oponentes mediante una competencia permanente y expuestos ante la mirada de unas cámaras ubicadas de manera estratégica.

estava dividida em grupos (base governista, opositores e independentes) que competiram entre si em diversos momentos. Bazo, também, se refere à exposição, fato marcante dessa CPI da Pandemia, que foi a audiência alcançada nos diversos canais de exibição, retransmissores do sinal da TV Senado.

Essa questão da visibilidade da CPI da Pandemia foi abordada tanto na própria TV Senado como nas redes de televisão privadas. Em um relatório de audiência, por exemplo, da TV Senado divulgado pelo portal Metrópole, indicava que o total de visualizações nos dois primeiros meses de CPI foi de 34,4 milhões, com uma média de 582 mil por dia, 13 vezes maior do que a média de antes do funcionamento da comissão (SAID, 2021). No período de 3 a 21 de maio de 2021, no início da CPI da Pandemia, mais de 3,5 milhões de pessoas sintonizaram o canal pago GloboNews para acompanhar a cobertura das reuniões. De acordo com Andrade (2021), no mercado nacional, a GloboNews conta com uma audiência diária 20% maior do que a soma de todos os outros concorrentes de jornalismo. Na TV aberta, a Record News registrou um crescimento de 28% na média-dia da Grande São Paulo, nas terças, quartas e quintas-feiras, dias de depoimentos da CPI durante o mês de maio de 2021 (ANDRADE, 2021).

A exposição e visibilidade são questões centrais quando falamos de *realities shows*, na perspectiva histórica sobre o tema, é comum pensar que o primeiro exemplo desse gênero tenha sido o Big Brother diante da repercussão que foi no mundo e no Brasil, produzido pela produtora holandesa Endemol. No entanto, Martino (2014) apresenta um programa que estreou nos Estados Unidos em 1973. *An American Family* foi um dos primeiros *realities*, no qual a família Loud foi filmada diariamente por dezesseis horas ao longo de seis meses (MARTINO, 2014).

O programa atingiu a marca de audiência de 10 milhões de pessoas assistindo, o que, para o autor, é uma quantidade relevante. No programa, o formato era próximo de um documentário, o casal principal se divorciou diante das câmeras, o que gerou diversas discussões por parte do público. Foi possível acompanhar, também, conflitos afetivos, discussões entre pais e filhos e problemas de relacionamento (MARTINO, 2014).

Já Mariana Bricio afirmou que o filme 'O show de Truman: o show da vida', lançado em 1998, foi um precursor do fenômeno dos *realities shows*. No filme, Truman Burbank é um vendedor de seguros que leva uma vida simples com sua esposa Meryl. Mas algumas situações ao seu redor fazem com que ele passe a

estranhar sua cidade, seus supostos amigos e até sua mulher. Após conhecer a misteriosa Lauren, ele fica intrigado e se choca ao saber que toda sua vida foi monitorada por câmeras e transmitida em rede nacional. Ele faz de tudo para sair dessa bolha até conseguir acessar o mundo real.

Um ano após o filme, em 1999, o Big Brother foi patenteado pela holandesa Endemol (BRICIO, 2019, p. 28-29). O Big Brother, que na tradução seria 'Grande irmão', foi inspirado no livro '1984', de George Orwell. No livro, o mundo era dividido em três nações distintas: Oceania, onde o personagem principal Winston Smith vivia, Eurásia e Lestásia, territórios que se mantinham em guerra uns contra os outros. Winston Smith era membro do Partido Externo e trabalhava como funcionário do Ministério da Verdade, onde reescrevia e alterava dados de acordo com os interesses do Partido. Cada nação era governada pelo Partido, que era coordenado pelo Grande Irmão (Big Brother) e pelos membros do Partido Interno.

Logo após a estreia do Big Brother, os *realities shows* se espalharam rapidamente e se tornaram tendência internacional no mercado do audiovisual, com presença permanente nas mais diversas mídias, seja no Brasil ou fora dele, por meio da pluralidade de gêneros e formatos, da horizontalidade das formas de produção, exibição e circulação (FELDMAN, 2008).

Os *realities shows* são entendidos comumente como uma forma de captura e busca por autenticidade, uma vez que essa esvaece pela ficção assumida como tal. "Já estamos cansados de atores com emoções falsas", diz Cristof, criador do Programa de TV 'O show de Truman', no filme. Esse gênero tem se tornado cada vez mais explícito evidenciando os artifícios ficcionais que organizam e engendram as narrativas "de quem se é", conforme relata Feldman (2006). Para a autora, essas narrativas, apesar de organizadas e codificadas ficcionalmente, através de um vínculo melodramático paródico, "atendem tanto à eficiência e rentabilidade da cena quanto à codificação moral da conduta dos personagens" (FELDMAN, 2006, p.15).

Para Kehl, os *realities shows* são

o sintoma do sofrimento do sujeito contemporâneo, que perdeu a dimensão pública de seus atos e de sua existência e tenta substituí-la pela dimensão espetacular, do aparecimento de sua imagem corporal. Tanto do lado de quem participa, e paga qualquer preço para aparecer num programa de televisão, como do lado de quem assiste, buscando uma identidade entre a banalidade da vida na tela e a banalidade de sua própria vida - identidade entre a imagem dos corpos exibidos na tela e a imagem de seu próprio corpo -

manifestam-se os sintomas da falta de recursos de que sofre o sujeito das sociedades do espetáculo, para construir tanto a dimensão singular do ser quanto o espaço público do qual depende o sentido de sua existência (KEHL, 2004, p. 120)

Os *realities shows* proporcionam um espetáculo, como alternativa de fuga dessa realidade problemática. Isso porque

O que um *reality show* oferece ao espectador não é uma lição moral, mas material de conversa, a ser utilizado em comparações com situações e comportamentos do cotidiano. Se o “show de realidade” alcança de fato uma mimese, não é por trazer para o espetáculo a autenticidade da vida, mas porque a própria vida está dominada por uma encenação de si também altamente concorrencial e denegada (SARAIVA, 2006, p. 30).

Patrício Dugnani (2017) tentando elucidar sua curiosidade de entender o motivo da proliferação do formato de *realities shows*, principalmente, na TV por assinatura, distingue esse gênero

como simulacros que constituem uma hiper-realidade, através da produção de mitos, num processo de naturalização de discursos, que visam persuadir e convencer a audiência, a consumir aquela vida representada, virtual, objeto sagrado a ser profanado. Necessariamente profanado, pois em uma sociedade de consumo, o sagrado – o desejado – deve ser rapidamente profanado – o consumido, para que se possa colocar um novo objeto a ser venerado. Por isso a proliferação de reality shows, é preciso manter os espetáculos, para que possam ser consumidos pela audiência insaciável, mantendo-se, assim, o ciclo incessante de consumo, que alimenta nossa sociedade, baseada, justamente, no próprio consumo (DUGNANI, 2017, p. 64).

Compreender e identificar as características, reconhecendo a eficácia de audiência *dos realities shows* não significa, entretanto, que se endossa o discurso do programa, que se apresenta como uma experiência participativa de relacionamento humano. Tanto que Chaves e Dantas consideram o *reality show* sob uma perspectiva mais pragmática. Nesse sentido, os autores definem *reality show* como sendo um tipo de produto midiático que acontece no âmbito das interações, uma vez que concede ao público o poder decisório daquele que vai permanecer ou sair do programa, daquele que irá ganhar ou perder a competição (CHAVES; DANTAS, 2020).

Nesse sentido, Saraiva explica

os reality shows baseando-se no registro de pessoas reais, criariam um novo protocolo de relacionamento com o espectador, capaz de desarmar os mecanismos fetichistas do espetáculo televisivo, que tradicionalmente estabelece para o espectador a posição passiva que Debord apontou como definidora da alienação da sociedade do espetáculo (SARAIVA, 2006, p. 28).

Saraiva (2006, p. 29) afirma ainda que há uma

relação de analogia entre o espectador, trabalhador precarizado sob constante ameaça, e o concorrente do *reality show*. A identificação é reforçada pelo fato dos participantes serem “pessoas comuns”, ou seja, não serem profissionais da mídia (ainda que quase todos queiram ser).

Ilana Feldman categorizou, em 2008, o Big Brother Brasil (BBB) como o mais expressivo *reality* brasileiro. A convergência de mídias inseriu o BBB como um produto central dentro uma rede de tecnologias e serviços, interconectados e interativos que mobilizam, simultaneamente, diversos suportes tecnológicos e comunicacionais, como a televisão, a telefonia fixa e móvel, site, fóruns, *chats* e canais de exibição na internet, além das publicações diárias e periódicas, eletrônicas ou não, das revistas de fofoca à pornografia, passando por diferentes perfis de jornais (FELDMAN, 2008).

O BBB está presente na grade da TV Globo desde 2002, Tales Ab’Saber caracteriza a representação deste tipo de programa:

No tempo da crise do emprego e de todos os objetos do espírito, com exceção das mercadorias, da inflação dos egos vazios pela cultura do espetáculo e do mercado, alcançar a ascensão social através da indústria do fetichismo de si mesmo é uma das poucas alternativas. Por outro lado, se transfere às massas desoladas e identificadas com aqueles pobres diabos aprisionados, que tentam vender qualquer coisa de si mesmos, o direito de julgar a vida, o espírito e o destino daquelas pessoas. (...) Por algumas semanas todos nos tornamos patrões daqueles destinos e decidimos quem será demitido ou quanto os prisioneiros devem comer, e assistimos contentes a dolorosos processos de regressão e sofrimento humano, programados pela televisão para o nosso próprio deleite” (AB’SABER, 2004, sem paginação).

Saraiva interpreta essa similaridade e identificação do espectador como um

processo duplo, ocupando imaginariamente o lugar de julgador e julgado. A encenação mobiliza, assim, para o espectador o

mecanismo completo da concorrência social. Revivendo os dois pólos, o programa atinge plenitude ideológica pela adesão afetiva do espectador ao “jogo” ao qual ele está submetido cotidianamente (SARAIVA, 2006, p. 29).

Diante da identificação do público e respectiva audiência dos *realities shows*, associadas às formas de interação e convergência midiática de Jenkins (2009), criadas estratégias de aproximação pela televisão, Rocha frisa que, em certa etapa de seu desenvolvimento, a televisão, quis se aproximar de seu consumidor.

procurou reproduzir mimeticamente o cotidiano vivenciado pelo público, agora vai além, quer trazê-lo para dentro da máquina, para o interior da programação como marca de veracidade. Trata-se de uma estratégia na qual o referente, o mundo sensível e real, o mundo vivido se torna o grande protagonista da TV, ele é o personagem principal e estrutura essa forma de televisão que tem sido denominada como reality TV, a TV realidade (ROCHA, 2009, p. 2).

A pesquisadora ressalta que, embora o formato mais associado ao reality TV seja o *reality show*, ela não se restringe a ele. De forma que, moldando a programação em geral, e direcionando estilos e técnicas que visam tornar seus textos mais próximos do real, a *reality TV* vai utilizar as tecnologias mais avançadas e as estruturas narrativas mais funcionais para unir realidade e ficção como simulação (ROCHA, 2009).

A autora cita ainda diversos exemplos dessa TV de realidade na grade de programação da TV. Como exemplo, ela lista programas atuais, ou que já foram extintos como: Domingão do Faustão (TV Globo), Domingo Legal (SBT) e programas de auditório similares que exibem “pegadinhas” com câmera escondida. Outros exemplos, são possíveis em programas como: Linha Direta (TV Globo), que reconstituía crimes que ocorreram na vida real; O Programa da Márcia (TV Bandeirantes), que utilizava o detector de mentiras para averiguar possíveis traições conjugais; Lar Doce Lar e Lata Velha, quadros do Caldeirão do Huck (TV Globo), que reformava a casa ou recuperava o carro de algum telespectador. Dada essa diversidade de formatos que a reality TV tem contagiado, há dificuldades para enquadrá-la em determinada categoria do gênero televisivo (ROCHA, 2009).

É interessante observar que esses exemplos são apenas da TV aberta. Se considerássemos, também, as programações das TVs por assinatura e dos serviços de *streaming*, como Netflix, HBOMax, Prime Vídeo, entre outros, seria possível

vislumbrar uma lista ainda mais extensa. No Brasil não há uma distinção clara entre os termos *reality show* e *reality TV*, na prática o termo *reality show* foi ampliado para abarcar esses preceitos da reality TV.

Ante o exposto, evidencia-se os indícios do que seria o *reality show*, mas não há uma definição concreta que agregue todas as modalidades possíveis do formato. De forma geral, para Ikalyuk e Doronyuk (2015), os *realities shows* se tornaram uma das características mais marcantes da cultura pop, como há várias definições dos *realities shows* os autores demarcaram quatro grandes grupos de programas:

1. O primeiro trata de *reality shows* baseados em uma estrutura competitiva: há sempre um participante que ganha o jogo. Por exemplo, BBB, A Fazenda, etc.

2. Competições de talentos como The Voice, X-Factor, American Idol, Master Chef, entre outros, aqui também há uma competição, mas em torno de uma habilidade, como cantar, cozinhar, etc.

3. Programas de relacionamento que tentam criar as condições ideais para surgir algum tipo de relação afetiva. Por exemplo, The Bachelorette, Beauty and the Geek, The Big Date, De Férias com Ex, etc.

4. *Realities shows* que descrevem a vida cotidiana de celebridades, que Ikalyuk Doronyuk (2015) também denominam de novelas documentais. Por exemplo, Real Housewives, Keeping Up with the Kardashians, Os Gretchens, etc.

Todos os conceitos, ora aqui apresentados de sociedade do espetáculo, espetacularização e *reality show* são importantes para, a partir deles, trabalhar detalhadamente as sessões da CPI da Pandemia na parte da análise. Apesar da CPI não ser programa de entretenimento, ao contrário, tratou-se de uma comissão de parlamentares que estava desenvolvendo trabalhos de uma investigação para apurar as razões e possíveis negligências que causaram a morte de mais de 600 mil brasileiros até a finalização deste TCC. As reuniões da CPI da Pandemia se tornaram palco para o espetáculo político dos atores desenvolverem os seus papéis, apoiando ou revidando as ações ou inações governamentais. Desta forma, tomaram para si a atenção do público que os acompanhava atentamente através da TV Senado.

5 METODOLOGIA

Nos estudos da comunicação não há um método preferencial ou uma abordagem exclusiva para a análise de um objeto em função da própria natureza do campo comunicacional e da interdisciplinaridade comum entre as áreas do conhecimento. Nas ciências sociais aplicadas, grande área da comunicação social, os objetos de estudo são, essencialmente, qualitativos. A pesquisa qualitativa, dentro das ciências sociais, é direcionada a uma realidade que, geralmente, é difícil de ser quantificada (MINAYO, 2002).

O campo da comunicação no Brasil apresenta uma variada gama de estudos e correntes de pensamento comunicacional, incorporadas a várias vertentes teóricas e aplicadas da área de comunicação, bem como seus múltiplos processos, suas metodologias e suas escolas, que vão sendo construídas para produzir pesquisas e novos conhecimentos (KROHLING KUNSCH; GOBBI, 2016).

Nesse sentido, o estudo de caso, apresentado neste TCC, configura-se como uma pesquisa qualitativa do campo da comunicação, que investiga, como objeto principal, se a TV Senado cumpriu o seu papel enquanto instituição promotora da comunicação pública. Minayo aponta ainda que a pesquisa qualitativa:

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Este trabalho se caracteriza, também, como uma pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2008), esta tipologia tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou ainda, estabelecer relações entre variáveis. Os estudos descritivos favorecem uma pesquisa mais ampla e completa, por meio de formulações assertivas acerca do problema e das hipóteses como tentativa de solução. Geralmente, este tipo de pesquisa objetiva identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos ou grupos, assim como intenciona identificar estruturas, funções, formas e conteúdos (CERVO; BERVIAN, SILVA, 2007).

Para consecução do objetivo proposto, primeiro fez-se necessário realizar uma pesquisa bibliográfica com o intuito de coletar trabalhos feitos sobre a TV

Senado para buscar dados relevantes relacionados ao tema. Também fizemos o mesmo processo para reunir os autores que nos dessem aporte teórico sobre comunicação pública e *reality show* para responder à pergunta deste estudo: Como a TV Senado cobriu a CPI da Pandemia? Pergunta essa que, inicialmente, nos direcionou a pesquisar a grade de programação da TV Senado.

“A TV Senado foi criada em 1996 para fazer a divulgação institucional do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras comerciais” (SENADO, [20--?]). A programação da TV Senado sempre priorizou ao longo de sua trajetória a transmissão das sessões legislativas. Mas há diversos programas que promovem debates e entrevistas com parlamentares ou especialistas das mais diversas áreas além de boletins informativos e programas culturais.

Diante dos objetivos propostos, fez-se necessário, também, averiguar o estado da arte acerca dos *realities shows* a fim de embasar e verificar que elementos associativos e/ou similares são possíveis encontrar entre esse gênero televisivo a transmissão da CPI da Pandemia na TV Senado. Nesta parte, analisamos, exclusivamente, as reuniões da CPI da Pandemia sob essa perspectiva.

Os dados coletados, referentes à programação da TV Senado e às reuniões da CPI da Pandemia, serão analisados sob a perspectiva da Análise de Conteúdo (AC), que é uma das formas de interpretar um conteúdo, adotando normas sistemáticas para extração dos significados. AC consiste em um

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

A categorização é uma das formas da AC, mas não é, necessariamente, obrigatória (BARDIN, 2011). De forma geral, Laurence Bardin define a categorização como sendo “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147).

Para consecução dos objetivos propostos, foram elaboradas duas matrizes com as categorias e subcategorias da análise de conteúdo (vide quadro 1): uma

para os programas transmitidos pela TV Senado e uma outra para as transmissões das reuniões da CPI da Pandemia (Quadro 2).

Para elucidar o problema principal da pesquisa, propusemos a categorização da Comunicação Pública, apresentada abaixo, a partir de suas funcionalidades, propostas por Pierre Zemor (1995). Nesse sentido, as categorias são ‘Comunicação pública de ou para’ algo. A única exceção foi “Comunicação pública inclusiva e plural”, que é o 8º princípio da Comunicação pública entre os 12 indicados pela ABCPública (2021). Os outros princípios dessa instituição não foram acionados porque estavam já contemplados nas categorias de Pierre Zemor ou não seria viável no âmbito deste estudo.

Quadro 1 - Base para a parte da análise de conteúdo dos Programas da TV Senado.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Fonte: A autora (2022).

A segunda parte da pesquisa, que trata exclusivamente das transmissões das reuniões da CPI da Pandemia, foram analisadas sob outra perspectiva, a fim de investigar o objetivo específico de identificar que elementos e aproximações das sessões da CPI da Pandemia se assemelham ou não com as características de um *reality show*. Assim, as categorias foram criadas a partir do conceito de *reality show*, de Bazo (2011). Tal escolha se justifica porque o autor especifica questões pertinentes às reuniões da CPI da Pandemia, como, por exemplo, a questão da convivência, sobrevivência e competição entre os indivíduos dentro dos realities shows, além da exposição sob o visor das câmeras.

Além desse autor, fez-se necessário o aporte de Ilana Feldman (2008). A partir dela, tomamos a percepção de que os *realities shows* firmaram sua presença

permanente nas mais diversas mídias. Nesse contexto, é importante verificar dentro dessa categoria de *reality show* até que ponto os membros da CPI dialogaram com as redes sociais ou acionam as esferas do entretenimento, por exemplo. Dessa forma, foi criada a seguinte categorização da análise de conteúdo das reuniões da CPI da Pandemia para identificar que elementos e aproximações são possíveis com um *reality show* pode ser compreendida com base no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2- Base para a análise de conteúdo das transmissões das reuniões da CPI da Pandemia.

Tema	Categoria	Unidade de Registro
<i>Reality show</i>	Referência aos Reality shows	
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	

Fonte: A autora (2022).

5.1 Coleta de dados

Com a coleta de dados foram realizadas observações sistemáticas a fim de se obter uma descrição precisa da programação exibida na TV Senado. Gil aponta que, antecipar aspectos que se pretende observar, é essencial neste tipo de pesquisa. Para tal, o autor aconselha a elaboração prévia de um plano de observação. Para a composição desse plano, o primeiro passo consiste em definir o que vai ser observado, considerando os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Por esse motivo, sempre é sugerido ter muito clara a razão de ser da pesquisa e o que se pretende com o estudo planejado. Ao observar, é igualmente importante apontar as informações e as formas de registro, que podem variar, também, a depender novamente do objeto e objetivos do estudo, desde anotações livres a planilhas e formulários pré-estabelecidos.

Gil alerta ainda que é impraticável observar tudo. Para ele, a observação deve ser sempre seletiva. E que, para garantir um nível de objetividade essencial das pesquisas científicas, faz-se necessário que o registro da observação esteja subordinado a algum tipo de amostragem (GIL, 2008). Dito isso, toda a programação

da TV Senado que compõem a amostra foi assistida e quando necessário mais de uma vez. Quando necessário elucidar algum ponto das falas dos senadores ou depoentes nas reuniões da CPI recorremos à análise das notas taquigráficas¹⁸ disponibilizadas pelo Senado Federal (as exceções foram 65ª e 66ª reuniões que ocorreram nos dias 18 e 19 de outubro de 2021, porque não estão disponíveis).

A amostragem da pesquisa (a grade de programação e as reuniões da CPI) compreende os dias de trabalho, com reuniões da CPI da Pandemia, que ocorreu de 4 de maio a 20 de outubro de 2021. A CPI da Pandemia teve 67 reuniões. Desse montante, as duas primeiras foram para organizar os trabalhos, para convocação de depoentes e a ordem desses depoimentos entre outros pontos de natureza organizacional. A última reunião da comissão foi marcada para a leitura do relatório final. Assim, consideramos, para a análise, as reuniões que tiveram depoimentos ou audiências públicas, totalizando 64 reuniões. Dentro desse universo, foram definidos 12 dias para análise das reuniões que contemple o marco tempo temporal da comissão com início, meio e fim da CPI da Pandemia

A partir de uma análise preliminar da programação veiculada pela TV Senado, nos dias coletados, foi possível verificar que a TV Senado abordou apenas a questão da Covid em nove programas e deu visibilidade a questões tratadas na CPI da Pandemia exclusivamente em cinco programas. Na programação analisada, 27 programas mencionam diretamente a CPI da Pandemia e a Covid-19, enquanto 32 programas não mencionaram nada a respeito desses temas (vide Tabela 1). Em suma, 41 programas trataram dos temas "Covid-19" ou "CPI da Pandemia", e o restante, 32 programas não fizeram menção a essas temáticas.

Tabela 1 - Exposição dos temas "Covid-19" e "CPI da Pandemia" na grade geral programação da TV Senado.

Enfoque da Programação	Quantitativo
Menciona apenas a CPI da Pandemia	5
Menciona apenas a Covid-19	9
Menciona CPI da Pandemia e Covid-19	27
Não trata da CPI da Pandemia ou da Covid-19	32
Total	73

Fonte: A autora (2022).

¹⁸ No Senado Federal, tudo o que acontece e é dito no Plenário e nas comissões é registrado pelos taquígrafos e disponibilizado na página do Senado.

Como este trabalho está dividido em duas partes, a primeira parte da análise recaiu sob a programação que abordou os temas da Covid e da CPI da Pandemia, totalizando 41 programas. Enquanto a segunda parte é focada nas reuniões da CPI da Pandemia, representando um quantitativo de 12 sessões que abordam a temática da Covid-19. É importante ressaltar que cinco programas ficaram de fora do universo de análise por conta da indisponibilidade do material.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste trabalho, o material coletado e analisado faz parte da programação da TV Senado. A emissora mantém uma biblioteca de mídia dentro da página web do Senado Federal¹⁹ e em seu canal do YouTube²⁰. Assim, foi possível acessar a programação exibida na emissora, localizando os links de cerca de 70% dos programas que foram transmitidos nos dias selecionados, de acordo com a grade de programação divulgada em seu portal, o que permitiu um *corpus* de análise consistente. Com esta análise dos dados, queremos responder à pergunta da pesquisa que lastreou toda a investigação: Como a TV Senado cobriu a CPI da Pandemia?

Com o intuito de contemplar todas as fases da CPI, estabelecemos uma amostra com marcadores temporários dos trabalhos, considerando os três primeiros depoimentos, os seis intermediários, três antes do recesso parlamentar e três após o recesso e, por fim, as três últimas reuniões da CPI. Essa amostra representa 18,75% do total das reuniões. A partir desse recorte, a análise da grade de programação e das reuniões da CPI recaíram sobre os dias: 4, 5 e 6 de maio (a primeira fase da CPI, o início); 13, 14 e 15 de julho; 3, 4 e 5 de agosto (a segunda fase da CPI, parte intermediária); e 7, 18 e 19 de outubro de 2021 (a terceira fase da CPI, o seu encerramento).

A programação da TV Senado acontece de forma ininterrupta ao longo de todos os dias da semana. Mas, para a análise deste estudo, definiu-se que o exame da programação deveria ocorrer entre o horário das 7h às 21h. Após uma análise preliminar da grade de programação da TV Senado, decidiu-se excluir do *corpus* da pesquisa as sessões e reuniões da casa e os pronunciamentos dos senadores. As únicas reuniões de comissão analisadas foram as da CPI da Pandemia.

Essa decisão foi tomada, porque a transmissão das reuniões sem cortes é uma premissa da TV Senado e não cabe à equipe da TV pautar o que é discutido nas sessões. Como não há uma construção intencional e racionalizada, pela equipe

¹⁹ No site é possível buscar a programação por datas retroativas, como teste realizamos a busca simulando a data de um ano anterior, ou ainda do dia seguinte. A biblioteca está disponível neste endereço: <https://www12.senado.leg.br/tv/programacao>.

²⁰ Disponível em: <https://www.YouTube.com/c/tvsenado>

de produção, foi possível excluir essas reuniões sem prejuízo para a pesquisa. A partir de dados coletados no site da TV Senado, foi possível visualizar a grade de programação da TV e montar o *corpus* para a análise, que será apresentada a seguir.

A primeira parte da análise foi direcionada aos programas que a TV Senado transmitiu e que não se enquadram como reuniões de comissões ou plenários, ou seja, os programas que são produzidos pela TV ou que são exibidos pela TV Senado. Nesta parte do estudo, investigamos se a TV Senado cumpriu o seu papel de TV pública, de acordo com os critérios descritos mais à frente e que constam na parte teórica deste TCC.

Já a segunda parte, focou apenas nas reuniões da TV Senado, as sessões da CPI da Pandemia, que foram exibidas pelo canal na grade da televisão e encontram-se disponibilizadas no canal do YouTube. Nessa fase, pesquisamos se há aproximações possíveis entre as reuniões da CPI da Pandemia e um *reality show*, segundo os critérios detalhados mais adiante e que estão no capítulo teórico deste trabalho.

6.1 O papel da TV Senado na Comunicação Pública

A programação, produzida na própria TV Senado, consiste basicamente em programas de entrevistas e reportagens sobre assuntos variados de interesse público. A TV Senado também exibe produções externas, materiais produzidos por produtores parceiros, em geral esses conteúdos são compostos por documentários. Mas isso não impede a produção deste gênero dentro da TV Senado, que foi exibido na grade de programação, mais de uma vez, inclusive, reproduzindo documentários elaborados pela própria TV Senado.

Em geral, os conteúdos não são transmitidos em uma única vez. É comum a reprise de determinados programas. Essa estratégia de reprisar os conteúdos permite ao espectador a chance de rever os programas exibidos. De acordo com Barros e Bernardes (2012), essa prática funcionou também como uma forma de estruturação logística do canal desde sua concepção, devido à capacidade estrutural e financeira de produção própria da TV Senado em comparação com as televisões comerciais.

Ao analisar a grade da programação semanal, exibida pela TV Senado, no horário das 7 horas às 21 horas, percebeu-se que ela é composta por um documentário, programas de entrevistas com parlamentares e especialistas em diversos temas, transmissões das reuniões de sessões do plenário do Senado Federal além do *Senado Notícias*. O noticiário do canal frequentemente é exibido pela manhã e final de tarde, entretanto, em alguns dias esse programa ganhou edições extras nos intervalos da CPI da Pandemia.

Em relação à programação da TV Senado, composta por 41 programas analisados, sem considerar as sessões da CPI da Pandemia, criamos uma matriz para a análise do conteúdo, de acordo com Bardin (2011), para trazer os as funções de comunicação pública definidas por Pierre Zémor (1995) e os princípios da comunicação pública, segundo a ABCPública (2021). Diante dessa categorização, apresentamos a tabela abaixo.

Tabela 2 – Quantitativo de registros da análise de conteúdo dos Programas da TV Senado.

Tema	Categoria	Quantitativo de registros
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	256
	Comunicação pública para consulta de opinião	32
	Comunicação pública para prática de interlocução	9
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	5
	Comunicação pública para o interesse público	28
	Comunicação pública inclusiva e plural	3

Fonte: A autora (2022).

Diante desse parâmetro e com as decupagens dos programas, listamos alguns exemplos dessas categorias identificadas na programação da TV Senado, que serão detalhadas a partir de agora com um exemplo para cada categoria.

Um dos pilares da comunicação é o ato de informar, e com a comunicação pública também não seria diferente. Nesse sentido, Eugênio Bucci (2015) considera que as ações informativas se configuram como uma das estruturas da comunicação pública. Nesse sentido, foi verificado que uma grande quantidade de programas da TV Senado é construída diretamente com esse propósito.

Nesse contexto informacional, a categoria **Comunicação pública de ação informativa** foi acionada 256 vezes. No programa de entrevista *Em Discussão*, que tenta apresentar ao público um resumo das principais audiências públicas realizadas nas comissões do Senado Federal, o programa é exibido no canal desde 2011. Em seu sétimo episódio da temporada de 2021, ao abordar o tema da indústria das vacinas no Brasil e até mesmo a fabricação da vacina contra a covid-19, o *Em Discussão* informa que:

- *Entre as vacinas brasileiras contra a COVID com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, três já estão com estudos mais avançados. Versamune [...], Vacina com spray nasal e Vacina bivalente para gripe também para o Coronavírus;*
- *Temos três vacinas bastante avançadas para iniciar os testes clínicos com pacientes. Programa: Em Discussão (Ep. 7 - Covid-19: vacina brasileira e ajuda da indústria veterinária), exibido em 04/05/2021.*

Figura 1 - Programa: Em Discussão (Ep. 7 - Covid-19: vacina brasileira e ajuda da indústria veterinária).



Fonte: TV Senado (2021).

Comunicação pública para consulta de opinião é o tipo de comunicação pública na qual se pretende ouvir a sociedade em suas demandas e expectativas (ZÉMOR, 1995). Nesse sentido, a TV Senado demonstrou tal prática, quando permite e transmite as entrevistas coletivas dos senadores, especialmente após as reuniões da CPI da Pandemia. Por 32 vezes, ao longo dos dias analisados, a TV Senado deu espaço para os senadores responderem aos jornalistas.

As entrevistas coletivas foram exibidas dentro do *Senado Notícias* ou de imediato após a reunião, sem indicação de programa. Quando foi exibida dentro do noticiário, o apresentador do jornal introduzia o senador que participaria da entrevista coletiva. Nesse espaço, tanto jornalistas do Senado e da TV Senado,

quanto jornalistas de outros veículos externos, da mídia tradicional corporativa estavam aptos a fazerem perguntas. O trecho a seguir ocorreu após o término da CPI no dia 15 de julho de 2021, e na sua fala o vice-presidente da CPI da Pandemia, senador Randolfe Rodrigues, emitiu a sua avaliação do depoimento prestado pelo Cristiano Alberto Hossri Carvalho²¹:

- O senhor Cristiano trouxe informações muito graves a essa comissão parlamentar de inquérito.
- Os dados que ele passa, os dados que ele transfere a essa comissão dão conta de que enquanto nós tínhamos quase 3 mil brasileiros ou mais, morrendo por dia, a cúpula do Ministério da Saúde estava negociando com estelionatários. Estava negociando, estava em curso um golpe da vacina.
- Nós vimos que vários personagens da cadeia de comando do Ministério da Saúde, vários dirigentes do Ministério da Saúde, que anteriormente, se negavam a reunir com a Pfizer, e eu lembro, chamo a atenção que o ex-ministro Pazuello disse que era impróprio reunir com empresário. A cúpula do Ministério da Saúde que não se reuniu com a Pfizer, se reuniu com Domingueti, reuniu com a Davati;
- As informações que vieram hoje a essa comissão parlamentar de inquérito foram muitos graves;
- A cada oitiva nós ouvimos: Consórcio Nordeste, Gabas, indústria da maconha, hidroxicloroquina para tratamento precoce, O que mais? Então, faz parte do roteiro. Kit Covid. Então tem um bingo já pronto, faz parte. (Entrevista coletiva com os senadores Randolfe Rodrigues e em seguida Rogério Carvalho, exibida 15/07/2021).

²¹ O empresário Cristiano Alberto Hossri Carvalho, representante da Davati Medical Supply no Brasil, disse à CPI da Pandemia, que foi procurado pelo ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, que insistiu em buscar contato para compra da vacina.

Figura 2 - Entrevista coletiva com os senadores Randolfe Rodrigues e em seguida Rogério Carvalho exibida em 15 de julho de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

Já na categoria **Comunicação pública como prática de interlocução** identificamos nove registros. Para Eugênio Bucci (2015), a prática de interlocução é um dos elementos que compõem a comunicação pública, assim como as ações afirmativas e práticas de opinião que ainda será abordada a seguir. No recorte analisado da programação da TV Senado, dois programas viabilizaram essa prática de interlocução. Como exemplo, recuperamos mais um trecho do programa *Em Discussão*, exibido em 04/05/2021, que abordou a temática da vacina contra o novo coronavírus:

- *Não há interferência política na ANVISA que seja capaz de impedir que a ANVISA avalie uma vacina com critérios de qualidade, eficácia e segurança para ser disponibilizado para a população, esse é um compromisso nosso enquanto servidores públicos desse país.*
- *Nacionais, estrangeiras que venham todas as vacinas.* Programa: *Em Discussão* (Ep. 7 - Covid-19: vacina brasileira e ajuda da indústria veterinária), exibido em 04/05/2021.

Figura 3 - Programa: Em Discussão exibido em 4 de maio de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

A categoria **Comunicação pública para promover o bem comum** é um dos pilares propostos pela ABCPública (2021) e reitera que a comunicação pública deve promover direitos essenciais, como direitos humanos, constitucionais e sociais, a democracia, o diálogo, a justiça, a equidade, a solidariedade, a diversidade e o exercício da cidadania.

A programação analisada dois programas que fomentam expressamente essa categoria. O trecho que ilustra esta categoria foi extraído do *Senado Notícias*. O boletim diário incluía, de forma geral, informações acerca da pauta do plenário e as atividades da Presidência da Casa, da mesa-diretora e demais órgãos do Senado. Essencialmente o noticiário apresenta enfoque institucional em boa parte das matérias. O trecho a seguir foi captado no *Senado Notícias*, exibido em 06 de maio de 2021, após o depoimento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, na CPI da Pandemia.

- O cardiologista Marcelo Queiroga, assumiu o Ministério da Saúde há cerca de um mês e meio, ele substituiu o ex-ministro Eduardo Pazuello. Na fala inicial de 20 minutos, Queiroga reconheceu que assumiu no pior momento da Pandemia, por isso a posse foi em uma cerimônia fechada porque não havia clima para comemoração. Ele falou sobre as ações à frente do ministério, pediu um voto de confiança para aprimorar o trabalho e união para enfrentar a crise sanitária e também, reforçou a importância da vacina.
- O relator, senador Renan Calheiros, questionou o ministro sobre a quantidade de vacinas realmente contratadas pelo governo. Programa: Senado Notícias, exibido em 06/05/2021.

Figura 4 - Senado Notícias exibido em 6 de maio de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

A **Comunicação pública para o interesse público** trata de uma comunicação através de meios plurais que permitam o pleno acesso e compreensão da informação pelas mais distintas classes da sociedade (ABCPÚBLICA, 2021). A sociedade requer informações relevantes em meio ao volume informacional, mas uma informação com valor, comum ao jornalismo comprometido com a qualidade.

Nessa perspectiva, vislumbra-se a essa categoria dois programas, Senado Notícias e Argumento, que juntos apresentam 27 trechos que refletem essa categorização. Destacamos no trecho a seguir reportagens veiculadas na primeira edição do noticiário *Senado Notícias*, exibido no dia 14 de julho de 2021:

- A comissão deveria ouvir a diretora técnica da Precisa Medicamentos, empresa que intermediou as negociações para compra pelo governo brasileiro de 20 milhões de doses da vacina Covaxin, da indiana Barat Biotech. Emanuela Medrades foi citada nos depoimentos do chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda e do consultor técnico Willian Santana, foi ela quem encaminhou as invoices, notas fiscais necessárias para importação da vacina, com várias irregularidades. Emanuela recorreu ao supremo para não comparecer à CPI, mas o ministro Luiz Fux negou e concedeu apenas o direito ao silêncio para não se incriminar;
- Desde que os trabalhos da CPI da Pandemia começaram no final de abril várias frentes de investigação foram abertas, mas com o desenrolar das apurações os senadores ampliaram as análises principalmente para apurar

irregularidades em negociações de vacinas. (Senado Notícias exibido em 14/07/2021 às 9h).

Figura 5 - Senado Notícias exibido em 14 de julho de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

A **Comunicação pública inclusiva e plural** é um dos princípios da Comunicação Pública defendido pela ABCPública (2021), que a define como um espaço necessariamente voltado para a diversidade de pensamento, que assegure a representatividade e o uso de uma linguagem inclusiva.

No trecho a seguir, extraído do *Senado Notícias*, exibido no dia 05 de maio de 2021, que abordou a vitória da bancada feminina e seu espaço de fala nas futuras reuniões da CPI da Pandemia:

- A CPI decidiu que, apesar de não ter integrantes no colegiado, a bancada feminina no Senado terá direito a fala nas reuniões. A cada lista de inscrição uma senadora poderá ter a palavra, seja no modo presencial ou remoto (Senado Notícias exibido em 06/05/2021 às 9h45).

Figura 6 - Senado Notícias exibido em 06 de maio de 2021



Fonte: TV Senado (2021).

Esse assunto foi bastante discutido na sessão da CPI do dia 5 de maio de 2021, inclusive, e gerou certa tensão entre os senadores. Além disso, também foi possível perceber que muitas das categorias da comunicação pública se interpõem, ou seja, há registros que apresentam características comuns a mais de uma categoria. O trecho a seguir foi extraído da edição matinal do Senado Notícias do dia 3 de agosto de 2021, quando repercute a CPI da Pandemia. Na tabulação dos dados essa fala foi classificada como uma “Comunicação pública para o interesse público”, mas poderia ser “Comunicação pública para promover o bem comum” ou ainda “Comunicação pública de ação informativa”:

- A CPI da pandemia tem sido palco de revelações e debates intensos sobre ações e omissões no enfrentamento do coronavírus e por isso tem atraído a atenção dos brasileiros, confira agora, alguns dos momentos mais importantes da CPI desde que foi instalada em 27 de abril. (Senado Notícias exibido em 03/08/2021 às 8:30min).

Figura 7 - Senado Notícias exibido em 3 de agosto de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

Para verificar toda a tabulação e decupagem dos programas da TV Senado, vide o Apêndice A. Mas, de forma geral, é importante mencionar que a categoria de comunicação pública de ação informativa esteve presente em todos os 41 programas analisados, e que os registros não são necessariamente excludentes.

Na análise da programação, também percebemos que o boletim informativo do canal, o *Senado Notícias* destaca-se, principalmente, em divulgar a agenda de trabalho das comissões. Durante a CPI da Pandemia, essa temática teve muito destaque e o Senado Notícias pautou bastante os trabalhos desta comissão, inclusive, por diversos dias.

Este programa era feito no âmbito da CPI da Pandemia, antes de iniciar a reunião, enquanto aguardava-se o início dos trabalhos, durante os intervalos da reunião da CPI, ou ainda no final, após a reunião, apresentando uma síntese com tudo que aconteceu durante a sessão, independentemente do horário. Em todos os dias analisados, sempre ao fim de reunião da comissão, foi ao ar o *Senado Notícias*, para cobrir tudo o que aconteceu na CPI da Pandemia.

Considerando esta análise, percebemos que a TV Senado cumpriu o seu papel de agente promotor da comunicação pública ao cobrir a CPI da Pandemia, configurando-se como um dos principais equipamentos da Comunicação Pública brasileira. De todo o recorte analisado, dos 73 programas analisados, 41 programas

fazem menção à CPI da Pandemia ou à Covid-19. Isso equivale ao percentual de 56,16%, ou seja, mais da metade da programação analisada voltou a atenção e direcionamento a esses temas.

A TV Senado reafirma seu papel ainda, quando analisamos a programação geral transmitida. Independentemente da CPI da Pandemia ou da Covid-19, a TV Senado aborda, comumente, questões de interesse público, com temas acerca de saúde, legislação em tramitação, direitos dos cidadãos, ou ainda, questões de desenvolvimento econômico e sustentável, entre outros. Estes são temas relevantes para o cotidiano dos cidadãos. Tal prática corrobora a definição proposta por Jorge Duarte de que a “Comunicação Pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo” (DUARTE, 2007, p. 66).

Ante o exposto, a TV Senado cumpriu seu papel de agente promotor da comunicação pública não apenas na cobertura da CPI da Pandemia, mas, também, em diversas temáticas de interesse público, alinhando sua prática com a fundamentação, delineada pela ABCPública (2021), ao considerar que uma Comunicação Pública cidadã é aquela que envolve temas de interesse coletivo. E ao estimular o debate acerca de temas necessários à população, a Comunicação Pública permite a participação popular e, por conseguinte, fortalece a democracia.

6.2 Aproximações e similaridades entre a CPI da Pandemia e os *realities shows*

A segunda parte da análise, proposta nesse trabalho, voltou-se para a investigação quanto à existência de possíveis similaridades entre a CPI da Pandemia e os *realities shows*. Assim, a partir da compreensão dos *realities shows* como espetáculos de convivência entre atores não profissionais que reagem espontaneamente, tentando superar e sobreviver aos seus oponentes diante de uma competição, na qual estão expostos aos olhares de câmeras (BAZO, 2011, tradução nossa)²², foi possível definir as categorias norteadoras da análise das reuniões da CPI da Pandemia. A Tabela 2 apresenta uma síntese quantitativa dos registros encontrados.

²² Trecho original: Los reality shows televisivos son definidos como espectáculos de convivencia entre actores no profesionales que reaccionan de forma espontánea, intentando superar y sobrevivir a sus oponentes mediante una competencia permanente y expuestos ante la mirada de unas cámaras ubicadas de manera estratégica.

Tabela 3 – Quantidade de registros por categorias na temática do *Reality Show*

Tema	Categoria	Quantitativo de Registros
Reality show	Competição entre os atores	23
	Referência direta ao show business	12
	Referência aos Reality shows	1
	Citações de celebridades	6
	Interlocução com as redes sociais	4
	Convivência pacífica entre os atores	10

Fonte: TV Senado (2021).

A definição de Bazo (2011) permite inferir que o ambiente da CPI se configura como um espaço de convivência que pode ser pacífico ou de atrito, isto é, de competição. As reuniões da CPI da Pandemia, muitas vezes, se estenderam por longas horas, com mais de seis ou sete horas de atividades e depoimentos. Notadamente, a CPI estava dividida em grupos (base governista, opositores e independentes), que competiram discursivamente entre si em diversos momentos, emergindo de certa forma, embates entre os senadores, o que nos remete a primeira categoria: **Competição entre os atores**.

Essa foi a categoria mais recorrente dentre essa parte da análise. Por isso, separamos mais de um trecho, com intensidades distintas. O primeiro foi um diálogo que fugiu um pouco do tom cordial adotado pelos senadores Renan Calheiros, relator da CPI, e Fernando Bezerra Coelho, então líder do governo Bolsonaro no Senado. O trecho a seguir foi extraído durante a terceira reunião da CPI da Pandemia, a primeira com depoimentos. No momento, do trecho abaixo, ouviu-se o ex-ministro da saúde Henrique Mandeta, em 04 de maio de 2021:

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator) - Esta é a nossa primeira reunião de oitiva, mas será uma semana muito importante, para que nós possamos dar os primeiros passos. Nós estamos tendo algumas dificuldades, hoje, novamente verificadas aqui, com enfrentamentos, tensões. Eu estou dizendo isso para, em meu nome, como Relator, fazer uma autocrítica, pedir desculpas e dizer que, hoje, eu estou demonstrando - e serei assim, em todas as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito - que eu não vou, de forma nenhuma, aceitar a provocação de amigos e de companheiros; eu, calado, estaria errado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - E esta CPI está dividida na tentativa de querer criminalizar eventuais erros, equívocos ou omissões. (3ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 04/05/2021).

Figura 8 - 3ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 04 de maio de 2021.



Fonte: TV Senado (2021).

Em alguns momentos, houve realmente uma tensão mais aflorada, como no trecho a seguir, falado pelo presidente da comissão, Senador Omar Aziz, tentando manter a ordem na comissão. Inclusive, essa fala não consta nas notas taquigráficas e foram resgatados através do registro audiovisual:

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião, deixem aí, podem discutir aí, podem brigar aí, fazer o que quiserem aí, mas perai ... [fala inaudível]. Podem brigar aí a vontade. (4ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 05/05/2021).

Ou ainda, quando o tumulto de fato se instala e a reunião precisa ser interrompida por alguns minutos, evidenciando mais um momento de competição, entre o senador Flávio Bolsonaro e a senadora Simone Tebet. No momento da 36ª Reunião da CPI da Pandemia, realizada no dia 14 de julho de 2021, na qual a senhora Emanuela Batista de Souza Medrades funcionária da Precisa Medicamentos prestou o seu depoimento.

- O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Sem um centavo de dinheiro público. Interessante isso. Interessante. Interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não estou me dirigindo a V. Exa. V. Exa. usará o microfone quando o Presidente desta Comissão lhe determinar. Eu peço que respeite uma Senadora da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Muito interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - Eu nunca tive a indelicadeza do Líder do Governo de gritar com ele. Mas estou começando a ficar surda do lado esquerdo e do lado direito. Eu não consigo sequer ouvir o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - ... porque ficam os dois no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... o senhor pode ficar tranquilo. Não precisa o senhor ficar vermelho, calma; porque, veja, até o microfone eu desliguei. Até o microfone nós bloqueamos. Então, vamos garantir... (Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - O senhor me respeite! O senhor me respeite! (Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Fora do microfone.) - Sr. Presidente, por favor!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - Se o senhor repetir isso mais uma vez, eu vou falar ao microfone...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Repita o que o senhor disse para mim! Repita!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Fora do microfone.) - Ela falou isso?

Fica induzindo a depoente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - Repita o que disse para mim!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fora do microfone.) - Não, repita o que o senhor disse sobre mim! Ora!

Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

Se esse Senador novamente repetir o que disse para mim agora, eu vou poder invocar nosso Regimento.

(36ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 14/07/2021).

O embate foi recorrente ao longo das reuniões da CPI, em maior ou menor grau, visto que os senadores sempre travaram batalhas discursivas entre si e, às vezes, com os depoentes também. O único dia que não apresentou essa competição direta aconteceu no dia 18 de outubro de 2021. Na ocasião da 65ª reunião, tratou-se de uma audiência pública para ouvir algumas das vítimas diretas e indiretas atingidas pela Covid-19.

Naquele dia foram ouvidos: Mayra Pires Lima, Giovanna Gomes Mendes da Silva, Katia Shirlene Castilho dos Santos, Arquivaldo Leão Leite, Rosane Maria dos Santos Brandão, Márcio Antônio do Nascimento Silva e Antônio Carlos Alves de Sá

Costa. Observamos que, naquele dia em específico, o que mais se sobressaiu foram as **referências ao show business**, categoria que foi criada devido à proximidade do tema aos espetáculos, sejam eles midiáticos, culturais, entre outros.

Rubim (2005) afirma que é preciso acionar dimensões – emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas – para fabricar e dar sentido ao espetacular, que deve ser encarado como construção, social e discursiva. Nesse sentido, os senadores e depoentes recorrem a temas como palco, circo, palhaço, super-homem, cena (teatral) para induzir à espetacularização. Contudo, no contexto da CPI da Pandemia, não feito uso de todas as dimensões, porque não caberia em uma reunião solene, mas, quando possível, os senadores e depoentes recorreram a alguns desses elementos, como é possível visualizar nos trechos a seguir. O trecho 1 é uma fala do presidente da comissão, na audiência pública no dia 18 de outubro de 2021, o senador Omar Aziz, para o senhor Marcio Antonio do Nascimento Silva que perdeu o filho, vítima da Covid-19. O segundo trecho também foi extraído da mesma audiência pública, no momento da fala da senadora Soraya Thronicke.

Trecho 1-

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque cada um desses 600 mil, mais de 600 mil vítimas tem uma história. Uma história diferente, e infelizmente com final sempre muito triste, não há final feliz nessa história. Não é uma novela que as coisas acontecem no enredo e lá no final os casais ficam felizes, as pessoas sobrevivem, aqui não. Aqui é realidade, aqui é a vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até pastel Renan, o “caba” comia sem máscara para mostrar que era o Super-Homem. Não tem Super-homem, é um cara que incentivava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos outras formas que se faça justiça também, nessas mentiras, inverdades, ensacadas contra a gente, tentando desmerecer usando a CPI dizendo que era um circo, bom, um circo não é, porque um circo tem alegria, o circo você vai para se divertir e aqui o depoimento de vocês, de todos vocês, e o comportamento do Márcio dignifica o trabalho da gente, por entender que não tem como a gente rir de nenhum depoimento de vocês. Então todos aqueles senadores que vociferavam, pessoas na internet vociferando que isso era um circo, olha aqui os palhaços! Só que esses palhaços estão chorando, esses palhaços estão comovidos, indignados com a perda que tiveram. Esses palhaços que estão aqui hoje, o circo de horrores não foi feito por nós, tem nome e sobrenome e tem as pessoas que serão indiciadas e pagarão pelos crimes que cometeram independente das divergências que possamos ter.

Aquele que escreveu, aquele que falou que isso era um circo preste atenção na Mayra, vê se ela tem cara de palhaça. Presta atenção na Giovanna, vê se essa moça tem cara de palhaça. Presta atenção na Kátia, vê se essa senhora tem cara de palhaça. Veja o Arquivaldo, sobrevivente da Covid, veja aqueles que chamam a CPI da Covid de circo, se o Arquivaldo tem cara de palhaço. Rosane que nos deu a honra de estar aqui, vindo lá do Rio Grande do Sul, lá perto da cidade que eu tanto amo que é Cacique, vê se ela tem cara de palhaço.

O Marcio ele não tem cara de palhaço, ele não está no circo, ele está aqui para pedir justiça para o filho.

MARCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA (Pai de vítima da Covid) – Por isso que essa CPI foi tão importante para mim, porque alguém apareceu e falou assim: Pow não me deu um “E daí”. Alguém apareceu e falou assim: vou fazer alguma coisa por você, não importa se é partido... eu não quero saber. Isso aqui não é circo não, isso aqui a gente ta falando de vida. A gente ta falando de vida, de pessoas que morreram, não é circo. Quem fala que é circo é porque não se importa com as pessoas que morreram, então eles são os verdadeiros palhaços, não somos nós.

Trecho 2-

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL – MS) – Hoje eu quero lembrar aqui e de longe mandar meu abraço para o Marcos que é meu assessor, que perdeu a Luciana e eu já falei isso tantas vezes. Perdeu a sua esposa que teve bebe numa segunda-feira e faleceu na outra segunda-feira. Quando a Luciana foi internada aí em Brasília, poucos dias depois foi liberada a vacina para as grávidas e puerperais e a Luciana não teve tempo de ser vacinada. Ontem foi aniversário do Marcos e ele passou o primeiro aniversário sem a esposa dele, e isso não é a gente fazer cena, isso aqui não é um momento da CPI, momento apelativo não, é o momento da gente trazer a face dos números que nós contabilizamos. (65ª Sessão da CPI da Pandemia realizada em 18/10/2021).

Em meados de agosto, a CPI já tinha uma ampla visibilidade e já havia sido comparada a um *reality show*. Já como afirmou que “sem Big Brother, a política é o grande *reality show* do país no momento” (JÁCOMO, 2021). E os senadores talvez tenham percebido a visibilidade que esses fatos atraíam para si, visto que citaram diretamente Gil do Vigor, participante do Big Brother Brasil do ano de 2021, demarcando mais uma categoria: **Referência direta ao reality show**. Os senadores Humberto Costa e Omar, eventualmente, abandonam o linguajar formal a que comumente se utilizam para citar um bordão criado no *reality* da TV Globo:

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É. Daqui a pouco, é recebido pelo Secretário-Executivo; daqui a pouco, é recebido pelo Ministro. Meu Deus do céu, realmente o Brasil está muito mal. Como diz aquele rapaz do Big Brother, "tá lascado"! Com um Governo deste, "tá lascado"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E ele é de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É. É o Gil do Vigor. (38ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 03/08/2021).

As menções às celebridades também foram consideradas como delimitadores categóricos norteadores para essa pesquisa, porque o status de célebre é socialmente compartilhado (MILNER, 2010). Os senadores se referiram à

cantora Anitta e ao humorista Paulo Gustavo, em homenagem e pesar pela sua morte em decorrência da Covid-19. Além destes, o personagem *Superman* e o cantor Ivan Lins também foram acionados.

Os senadores Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Omar Aziz recorreram a essas celebridades para explicar alguns pontos de vista (como foi a citação do *Superman*), ou para prestar homenagem, ou ainda acionar o status das celebridades. O exemplo a seguir relata as homenagens prestadas ao humorista Paulo Gustavo e outros ícones da cultura que faleceram por conta da Covid-19:

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Eu queria, antes de nós começarmos, pedir a V. Exa. que nós possamos aqui fazer uma homenagem às centenas de milhares de pessoas que faleceram. E ontem nós tivemos o falecimento de um artista renomado, muito conhecido, muito querido, e acho que essa morte dá uma dimensão simbólica do que nós estamos vivendo, não é? Perdemos muitas pessoas da área da cultura, perdemos da área do jornalismo, perdemos profissionais de saúde, perdemos, inclusive, Parlamentares, e eu pediria a V. Exa. que nós fizéssemos aqui uma homenagem ao ator Paulo Gustavo e também às mais de 410 mil pessoas que faleceram e às suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é, em especial, a todas as famílias enlutadas e a Paulo Gustavo, ao que ele representava para a cultura brasileira. A cultura é o espelho e a mensagem de um povo. Que a memória, agora, de Paulo Gustavo, a memória desses brasileiros e o impacto que o Brasil tem neste momento com a perda desse artista tão querido, que deixa um vazio enorme na alma brasileira, inspirem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que o nosso trabalho seja em honra a Paulo Gustavo e a tantos milhares de famílias brasileiras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, ainda sobre o ator Paulo Gustavo, o Paulo Gustavo fez o Brasil rir com leveza, sem preconceitos. A personagem inspirada em sua mãe conquistou nossas famílias.

Nós o perdemos. A dor e a solidariedade nos unem por ele e pelas mais de 400 mil vítimas da Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou responder ao Senador Otto, logo após o pedido do Senador Humberto, do Senador Randolfe e do Senador Renan, dizendo que o ator Paulo Gustavo fez milhões de brasileiros sorrirem com os filmes e as suas atuações. No meu Estado do Amazonas, não foi diferente: perdemos grandes artistas. Um ícone nacional e internacional foi o Zezinho do Carrapicho, que cantou para o mundo todo o Tic Tic Tac. Assim como ele, grandes artistas parintinenses e amazonenses, infelizmente, também se perderam pela Covid. Então, eu vou pedir um minuto de silêncio e respondo a V. Exa. logo em seguida.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

4ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 05/05/2021).

A CPI da Pandemia se destacou pela exposição e visibilidade que ela adquiriu ao longo dos meses. Esse fato foi verificado no cotidiano dos senadores integrantes da CPI, em suas redes sociais, por exemplo. E comprovado por Pligher e Oliva (2021) que em levantamento realizado, constataram que os senadores titulares da CPI da Pandemia ganharam juntos nas redes sociais 1,5 de seguidores em 105 dias. Com o crescimento das redes o engajamento também é expandido, assim, a interlocução com as redes sociais foi uma prática comum, tanto para contrapor com os depoentes algumas informações, quanto para dialogar com os cidadãos.

Essa **Interlocução com as redes sociais** também estão presentes nos *realities shows*, por isso foi descrita como uma categoria. Isso porque os autores Chaves e Dantas (2020) afirmam que esse gênero televisivo é um tipo de produto midiático que acontece no âmbito das interações, permitindo ao público o poder decisório daquele que vai permanecer ou sair do programa, daquele que irá ganhar ou perder a competição. Mas na CPI não se tem uma disputa pelo prêmio, e os embates são travados no campo discursivo. No entanto, é interessante notar o poder das interações também com os senadores, nas quais era permitido ao público participar através das redes sociais, com sugestões, perguntas entre outras interações. No trecho 1 a senadora Eliziane Gama, em sua fala, agradece aos internautas de suas redes sociais pelas contribuições prestadas remotamente, no trecho 2 o senador Omar Aziz também agradece as mensagens recebidas pelas redes sócias.

Trecho 1

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Antes de V. Exa. conceder os cinco minutos, eu queria rapidamente aqui cumprimentar os internautas que acompanham muito os trabalhos da CPI e, portanto, dão uma grande contribuição com as informações e com dados que chegam até aqui.

Eu faço questão de ler uma mensagem que recebi do Sr. Francisco Gonçalves, de Volta Redonda, que é uma pessoa que acompanha. Inclusive, cumprimenta-o, cumprimenta a Simone Tebet, o Senador Rogério e todos os demais que participam aqui ativamente nesta CPI. Ele coloca o seguinte: "Todo esse rolo de propina envolvendo as vacinas, com toda certeza, foi o que motivou a exoneração açodada do Ministro Pazuello, para não respingar nele e, por extensão, ao Presidente Bolsonaro. Tanto é fato que, logo em seguida, Pazuello é recontratado pelo Governo".

Eu acho que ele faz uma mensagem que eu fiz questão de ler aqui. Deixo os meus cumprimentos a ele, da mesma forma também ao Leonardo Gonçalves.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (37ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 15/07/2021).

Trecho 2

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - *E quero aqui agradecer a um artista aqui de Brasília que mandou estas palavras, estes desenhos. O nome dele é Gurulino, é aqui de Brasília. Ele diz: "Na dúvida, eu faço soprar canela" - eu não sabia disso - "bater na madeira, pular ondinhas e esperança na CPI". É isto que o povo brasileiro tem: esperança na CPI. Quero agradecer ao Gurulino, que encaminhou estes esboços aqui para a gente. (38ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 03/08/2021).*

A CPI não se destacou apenas pelos combates retóricos, pois foram registrados alguns momentos de convivência pacífica entre os membros. Essa interação também está contemplada na definição de *reality show*, proposta por Bazo (2011), já que são 'espaços de convivência'. Só existem dois tipos de convivência pacífica: harmoniosas ou convivência conflituosa/competitiva. Os trechos a seguir ilustram a ocorrência dessa categoria definida como **convivência pacífica entre os atores**. Trata-se de dois momentos vivenciados pelos senadores Omar Aziz e Marcos Rogério, que são parlamentares de bases opostas. Em suas falas em momentos distintos da 66ª reunião da comissão, externam o respeito as diferenças entre todos os parlamentares:

Trecho 1

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – *Tudo aquilo que democraticamente que nós possamos discutir e chegarmos num consenso de votação. É e aí volto a repetir, é um trabalho que foi feito aí durante os seis meses ne, que nós vamos tomar conhecimento e discutir. É lógico aqui que a divergência aqui é natural, a divergência é natural, e a gente vai fazer o possível para democratizar o máximo a votação do relatório.*

Trecho 2

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) - *Apenas agradecer a essa presidência e aos colegas aqui por esse período de embates, debates, visões, mas que acho que é importante para o Brasil, muito obrigado. (66ª Reunião da CPI da Pandemia realizada em 19/10/2021).*

Assim, ante o exposto, é necessário afirmar que a CPI apresenta elementos que a aproximam de fato a um *reality show*. Pode-se inferir também que a exibição da CPI é um ato de comunicação pública, uma vez que permitiu a visibilidade e exposição dos trabalhos e desdobramentos diante de um tema que afetou, e ainda afeta, toda a sociedade brasileira, como foi a pandemia da Covid-19.

A CPI, todavia, não foi um *reality show*, apesar das aproximações analisadas, mas ela foi um espetáculo. E esse estudo serviu para aprofundar as nuances do espetáculo. A comissão evidenciou as características de um espetáculo político nos moldes definidos por Rubim (2003). Como espetáculo, a comissão pode ter sido

percebida ainda como entretenimento, entretanto ela serviu para sensibilizar a população dos efeitos da maior crise sanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, evidenciou a disputa pelo poder e a legitimação do campo político, no caso aqui do Senado, de seu papel de instituição fiscalizadora das ações do Poder Executivo, relativas ao combate à pandemia. A CPI, como ação política em geral, não deveria se configurar no polo oposto dos espetáculos, até porque eles já foram muito próximos na história antiga (RUBIM, 2003), mas o distanciamento da modernidade moldou esses polos ao extremo, delineando-os como pontos antagônicos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa tratou de analisar a programação da TV Senado, especificamente durante a CPI da Pandemia da Covid-19. Para isso, os conceitos teóricos de Comunicação pública, sociedade do espetáculo e *reality show* embasaram o suporte teórico necessário. A partir deles foi possível responder didaticamente à pergunta norteadora desde o início da investigação acadêmica: Como a TV Senado cobriu a CPI da Pandemia?

Diante de tal indagação, percebeu-se que a TV Senado, enquanto uma emissora pública, cumpriu o seu papel de agente promotor da comunicação pública no âmbito da CPI da Pandemia e da Covid-19. Foi apenas a partir da TV Senado que toda a sociedade pôde acompanhar as reuniões da CPI da Pandemia, pois coube a essa televisão legislativa o papel de divulgar todos os detalhes da comissão. Além disso, a cobertura não se limitava apenas às reuniões, visto que houve, também, noticiários focados na CPI, transmissão de entrevistas coletivas, cobertura dos depoimentos e desdobramentos dos fatos ocorridos na CPI na produção de reportagens e entrevistas.

A partir deste estudo, foi possível verificar que a comunicação pública de ação informativa esteve presente em 97,48% dos programas exibidos no período da CPI da Pandemia, considerando aqui todos os programas analisados, inclusive aqueles que não tratam da CPI da Pandemia ou da Covid-19. Esse dado não implica afirmar que os programas mantinham apenas essa característica, mas que, embora detivessem outras formas de comunicação pública, mantinham o caráter essencialmente informativo.

Ao excluir os programas que não abordam os temas da CPI da Pandemia e ou Covid-19, temos o universo de 53 programas (12 reuniões da CPI e o 41 da programação transmitida ao longo do dia), que nos permitiram perceber que 100% desses programas apresentaram pelo menos alguma comunicação de caráter informativo. É preciso salientar, também, que, nesse universo, todas as categorias da comunicação pública estabelecidas para essa comunicação foram contempladas. E, embora não tenha sido um objetivo formal proposto inicialmente, observamos que todas essas categorias da comunicação pública são latentes quando verificamos as reuniões da CPI da Pandemia. Assim a emissora consegue cumprir seu papel de

levar transparência sobre o parlamento, além de ofertar conteúdos de interesse público.

Uma comunicação pública pode ter múltiplas finalidades e assumir vários formatos, assim, percebeu-se que as categorias não são mutuamente excludentes e que, em diversos momentos, os trechos registrados em determinada categoria poderiam configurar mais de um tipo de comunicação pública. Dessa forma, a escolha foi pautada na característica mais latente, de modo que todas as categorias aparecem nos resultados encontrados a partir da decupagem da programação.

Diante do contexto atual brasileiro em uma democracia recente, ainda não consolidada, o que se espera e se precisa é que o campo da comunicação pública assuma a perspectiva cidadã da comunicação por meio de temas de interesse coletivo. A ABCPública (2021) esclarece que a Comunicação Pública efetiva é aquela que é destinada a garantir o acesso aos serviços e às informações de interesse público, a transparência e a prestação de contas do estado, viabilizando assim o exercício da cidadania.

Em relação às reuniões da CPI da Pandemia, percebemos que temas como o uso de cloroquina ou hidroxicloroquina e tratamento precoce foram frequentes por parte de alguns senadores em suas falas na comissão. Esse tipo de tratamento foi comprovado cientificamente ineficaz contra a Covid-19, configurando assim uma inverdade, mas que foi dita inúmeras vezes ao longo da CPI. Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha nazista já dizia: “Uma mentira dita mil vezes torna-se verdade”. Mesmo que tais temas não tenham sido, necessariamente, tangenciados pelos objetivos propostos desta pesquisa, sugere-se e estima-se que estudos posteriores sejam capazes de averiguar essas ocorrências e como isso se reverberou na sociedade na perspectiva dos estudos comunicacionais, para que se possa refletir acerca do papel das *fakes news* na sociedade.

Foi possível, também, perceber que a CPI da Pandemia apresentou similaridades com os *reality shows*, apesar de não ser produto do show business. Nesse sentido, a natureza contínua da CPI, os 90 dias prorrogados por igual período, fez com que o público a acompanhasse do mesmo modo como acompanharia uma série de TV, com o recesso parlamentar assimilando-se a um intervalo habitual entre as temporadas. Da mesma forma, os embates retóricos entre os senadores governistas e a oposição criaram a atmosfera de uma competição. Enfim, todos esses elementos do entretenimento estiveram ali dispostos. Seria

interessante para estudos de recepção da comunicação futuros, averiguar as razões do público para se compreender a percepção popular desse cenário.

As aproximações entre o *reality show* e a CPI da Pandemia foram possíveis porque há elementos que remetem ao espetacular. Esses elementos são o ponto de convergência, uma vez que foi possível acompanhar a convivência, a competição, a interlocução com o público e as referências ao *show business*. A distinção basilar se dá quando se analisa os objetivos, pois o objetivo de um *reality show* é entreter os telespectadores, enquanto que o da CPI foi apurar as causas, ações e omissões dos agentes públicos em relação à pandemia da Covid-19, que foi uma tragédia sem precedentes que já tirou a vida de 686.573 brasileiros²³.

Podemos concluir que, embora a CPI da Pandemia tenha se aproximado de um *reality show*, com pontos de convergência, ela não foi, de fato, um BBB. A CPI foi um espetáculo sim, mas um espetáculo político, nos moldes que Antônio Rubim (2003) discorre. Para ele, o espetáculo sempre foi afirmação do poder desde a antiguidade e que na modernidade ganhou uma nova dimensão. O espetáculo “passa ser produzido também como modo de sensibilização, visando a disputa do poder, e como construtor de legitimidade política” (RUBIM, 2003, p. 5).

A CPI da Pandemia foi um espetáculo que, para Maria Helena Weber (1999 *apud* RUBIM, 2003), seria caracterizado como autônomo, pois implica na existência de um fato político de eloquente grandiosidade e imprevisibilidade que, impondo-se, obriga a mídia a mudar seus padrões de cobertura. O fato político seria a CPI, enquanto a imprevisibilidade se observa na medida em que, no curso de uma investigação, sabe-se o ponto de partida, mas o seu resultado e em quem irão respingar as responsabilidades são elementos imprevisíveis. Assim, essa CPI pautou toda a sociedade e a mídia, seja ela tradicional ou alternativa. Estes são elementos que corroboram com a ideia de que a CPI se configurou como show único, mas um show político.

O espetáculo político da CPI da Pandemia foi acessível a um grande público, que não está habituado aos rituais de uma casa legislativa federal, com as sessões plenárias, as audiências públicas e as reuniões de comissões parlamentares. O grande público parou para ver a CPI da Pandemia. No canal da TV Senado, do YouTube, o vídeo mais visto é o de 2016, da ex-presidenta Dilma Rousseff em

²³ Dados coletados em 06 de outubro de 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2022.

ocasião do *impeachment* quando foi ao Senado nas duas sessões extraordinárias dos dias 29 e 31 de agosto de 2006.

O terceiro vídeo com maior número e visualizações do canal do YouTube é o depoimento do empresário Luciano Hang na CPI da Pandemia. Entre os 10 vídeos mais vistos do canal ainda temos mais três reuniões da CPI da Pandemia²⁴ em evidência. É importante frisar que, diferentemente da CPI, todos os vídeos entre os mais vistos foram sessões pontuais. Enquanto a CPI da Pandemia, por sua vez, foi cotidiana e permanente, permitindo que cada vez mais pessoas acompanhassem os depoimentos.

Além disso, soma-se a esse cenário, o fato de a sociedade estar vivenciando a pandemia em seu dia a dia, com o isolamento, o medo de contágio, a ânsia pela vacina e a vivência do trabalho remoto, para quem podia ficar em casa, que fez despertar o interesse nessas reuniões. O trabalho remoto, inclusive, pode ser considerado um dos fatores para justificar também os níveis de audiência da CPI da Pandemia. A possibilidade de trabalhar em casa permitia a muitas pessoas, enquanto desenvolviam as tarefas do dia, acompanhar, em segundo plano, o espetáculo político da CPI da Pandemia.

É importante frisar ainda que a análise das reuniões CPI da Pandemia poderia remeter a todas as categorias de comunicação pública, embora esse não tenha sido o foco da análise. Reafirmando o caráter de TV pública da TV Senado, pois o que foi apresentado nas reuniões poderia configurar-se em todas as categorias aqui propostas. As reuniões apresentaram-se, efetivamente, como Comunicação pública de ação informativa, configurando-se também como uma prática de interlocução dos senadores e depoentes, assim como uma ‘Comunicação pública para promover o bem comum’ e disposição de ‘informação de interesse público’. Esse último ponto pode ser comprovado, inclusive, com os níveis de audiência registrados tanto da TV Senado, quanto das emissoras que retransmitiam a CPI da Pandemia, como mencionado anteriormente.

A transmissão da CPI da Pandemia também pode ser considerada como uma comunicação inclusiva e plural, já que a partir da 11ª reunião, realizada em 25 de maio de 2021, a comissão passou a dispor de tradução simultânea em libras,

²⁴ Ranking elaborado pelo Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/tvsenado/videos?view=0&sort=p&flow=grid>. Acesso em: 29 set. 2022.

garantindo a inclusão, a acessibilidade, para um público ainda maior até o final dos trabalhos da comissão.

A guisa de conclusão, espera-se que esse estudo possa contribuir para fortalecer ainda mais e solidificar as bases para uma Comunicação Pública autônoma e emancipadora no Brasil. Tão necessária para a democracia e para o desenvolvimento socioeconômico da população e para o pleno exercício da cidadania. Na perspectiva pessoal, depois de acompanhar de perto a CPI e a programação da TV Senado, reafirmei o compromisso que defendo por uma comunicação pública emancipatória. Para tal, gostaria de conciliar a minha formação de bibliotecária e, agora, com a de comunicadora em minha prática de atuação, além de continuar com estudos futuros na área como um mestrado ou até mesmo um doutorado.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Tales. Há mais ficção que realidade nos 'reality shows'? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2004. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3101200410.htm>. Acesso em: 28 nov. 2021.

AGÊNCIA SENADO. CPI do judiciário investigou nove casos. **Senado Federal**, Brasília, 16 dez. 1999. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1999/12/17/cpi-do-judiciario-investigou-nove-casos-187578364>. Acesso em: 07 nov. 2021.

AGÊNCIA SENADO. Relator da CPI do Banestado tenta obstruir votação do relatório final. **Senado Federal**, Brasília, 20 dez. 2004. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/12/21/relator-da-cpi-do-banestado-tenta-obstruir-votacao-do-relatorio-final>. Acesso em: 07 nov. 2021.

AGÊNCIA SENADO. CPMI das Fake News é instalada no Congresso. **Senado Federal**, Brasília, 04 set. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>. Acesso em: 09 out. 2021.

AGÊNCIA SENADO. Randolfe protocola requerimento para instalação da CPI da Covid. **Senado Federal**, Brasília, 04 fev. 2021a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/04/randolfe-protocola-requerimento-para-instalacao-da-cpi-da-covid>. Acesso em: 12 out. 2021.

AGÊNCIA SENADO. CPI da Pandemia amplifica alcance da TV Senado. **Senado Federal**, Brasília, 11 jun. 2021b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/11/cpi-da-pandemia-amplifica-alcance-da-tv-senado>. Acesso em: 18 out. 2021.

AGÊNCIA SENADO. DataSenado: 73% dos brasileiros conhecem a CPI da Pandemia. **Senado Federal**, Brasília, 19 jul. 2021c. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/19/datasenado-73-dos-brasileiros-conhecem-a-cpi-da-pandemia>. Acesso em: 18 out. 2021.

ALDÉ, Alessandra; VASCO NCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 61-69, 2008.

ALENCAR, Jessé Cláudio Franco de. **Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

ANDRADE, V. CPI da Covid mais do que dobra ibope da TV Senado; GloboNews lidera na TV paga. **Notícias da TV**, [S. l.], 25 maio 2021. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/cpi-da-covid-mais-do-que-dobra>

ibope-da-tv-senado-globonews-lidera-na-tv-paga-57845?cpid=txt. Acesso em: 28 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA. **Guia de comunicação pública**. Brasília: ABCPública, 2021. 53 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa: uma revisão do tema. **Universitas: Arquit. e Comun. Social**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-34, 2008.

BARROS, Antônio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. Identidade e programação das emissoras de televisão do campo público: estudo comparativo de quatro canais federais brasileiros. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 180- 203, 2012.

BAZO, Francisco Perales. La realidad mediatizada: el reality show. **Revista Comunicación**, Sevilla, v. 1, n. 9, 2011, p. 120-131.

BORGES, Sheila. **O repórter amador**. Recife: CEPE, 2015.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p.1-33.

BRANDÃO, M. Pacheco considera “inapropriada” CPI da covid-19, ordenada pelo STF: Para presidente do Senado, a CPI servirá de “palanque eleitoral”. **Agência Brasil**, Brasília, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-04/pacheco-considera-inapropriada-cpi-da-covid-19-ordenada-pelo-stf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL registra mais 1.291 mortes por Covid em 24 horas; total chega a 228,8 mil. **G1**, [S. l.], 4 fev. 2021a. Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/04/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-4-de-fevereiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002**. Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei no 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10461.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. CPI da Pandemia. **Relatório final**: Aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021. Brasília: Senado Federal, 2021b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d3-888b-4228-8682-260175471243>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos Correios”**: volume II. Brasília: Senado Federal, 2006a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/84897/RelatorioFinalVol2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos Correios”**: volume III. Brasília: Senado Federal, 2006b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/84897/RelatorioFinalVol3.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório final: “CPI dos bingos”**. Brasília: Senado Federal, 2006c. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CPI/Bingos/ResumoCPIBingos.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BUCCI, Eugênio. **O estado de Narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Arquivo tipo Mobi.

BUCCI, Eugênio. O Papel da Comunicação Pública na Democracia. Conferência de abertura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CIDADANIA E INFORMAÇÃO, 1., 2021. [S. l.]: UFG, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K37XSj0B5p0>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012, p.134-153.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissões Parlamentares De Inquérito: CPI. Brasília, Câmara dos Deputados, [2021]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **CPI**: guia de referência rápida das Comissões no Senado Federal e no Congresso Nacional: 1974 a 2005. Brasília: Senado Federal, 2005.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, Viviany Moura; DANTAS, Alexsandro Galeno Araújo. Espetáculo à mesa: midiatização da cozinha nos reality shows de gastronomia. **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 244-260, 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 113-134.

CPI do Banestado. Globo.com. [S. l.], 15 dez. 2004. Disponível em: <http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL819388-16020,00-CPI+DO+BANESTADO.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. [S. l.]: Livros da Revolta, 1967.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. In: LOPES, Boanerges. **Gestão da comunicação empresarial**: teoria e técnica. Juiz de Fora: UFJG, 2007. pp. 63-71.

DUARTE, Jorge. Instrumentos da Comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012, p.59-71.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciana (Org). **Glossário de comunicação pública**. Brasília: Ed. Casa das Musas, 2006. pp. 11-12

DUGNANI, Patricio. A vida é um grande reality show: da proliferação de reality shows na programação televisiva. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 61-69, 2017.

FAVERO, Daniel. Lembre do escândalo dos Anões do Orçamento que completa 20 anos. **Terra**, [S. l.], 13 nov. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lembre-do-escandalo-dos-anoes-do-orcamento-que-completa-20-anos,3f1376212bd42410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2018. 87 p. (Série Pesquisa 6).

FELDMAN, Ilana. Reality show: um dispositivo biopolítico. In: COLOQUIO INTERNACIONAL TELEVISÃO E REALIDADE, 1., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Ilana%20Feldman.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FELDMAN, Ilana. Reality show: um paradoxo nietzschiano. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 16, 2006

FERRAZ, Adriana. CPI vira nova paixão nacional depois do BBB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 maio, 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cpi-vira-nova-paixao-nacional-depois-do-bbb,70003719637>. Acesso em: 18 out. 2021.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições e Política no Controle do Executivo. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 689- 727, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos Santana de. **A mediatização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade**. 2004. 75 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

G1. Brasil tem média móvel de 342 mortes diárias por Covid; tendência é a pior registrada no último mês. **G1**, [S. l.], 26 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/26/brasil-tem-media-movel-de-342-mortes-diarias-por-covid-tendencia-e-a-pior-registrada-no-ultimo-mes.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUAZINA, Liziane. O papel da comunicação pública contra a desinformação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CIDADANIA E INFORMAÇÃO, 1., 2021. **Palestra online**. [Goiânia]: UFG, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MRQPoXKj4SA&list=PLTtVU0kdT_nJ4jRrDoJmKBytI4hTfiR5k&index=8. Acesso em: 20 out. 2021.

GUERRA, Rayanderson. Imprevisíveis, CPIs assombram política nacional e já somam 203 desde a redemocratização. **O Globo**, [Rio de Janeiro], 18 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/imprevisiveis-cpis-assombram-politica-nacional-ja-somam-203-desde-redemocratizacao-1-24976710>. Acesso em: 09 out. 2021.

HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública: bases e abrangência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

IKALYUK, L. M.; DORONYUK, O. I. Reality show as a type of media discourse (a study of the reality show Keeping up with the Kardashians). **Journal of Vasyk Stefanyk Precarpathian National University**, Oblast, v. 2, n. 2-3, p. 71-76, 2015.

INTERVOZES. Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV. **Intervozes**, São Paulo, 3 out. 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/politicos-donos-da-midia-levantamento-do-intervozes-em-10-estados-denuncia-pratica-ilegal-de-candidatos-que-sao-proprietarios-de-canais-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

JÁCOMO, André. CPI da Pandemia: um olho na tv e outro nas redes sociais. In: **Exame**, [S. l.], 10 de jun. 2021. Disponível em: <https://exame.com/bussola/cpi-da-pandemia-um-olho-na-tv-e-outro-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KEHI, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. In: BUCCOI, E.; KEHI, M. R. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004. pp. 109-120. (Estado de sítio).

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. pp. 71-97.

KOÇOUSKI, Marina. **A comunicação pública face ao dever estatal de informar: pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/publico/MarinaKocouski.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

KROHLING KUNSCH, Margarida María; GOBBI, María Cristina. O campo acadêmico-científico da Comunicação no Brasil: panorama, constituição e perspectivas. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"**, Bogotá, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/xml/51115/511152709005/index.html>. Acesso em: 22 nov. 2021.

LIMA, Venício A. de. Cenário de representação política (CR-P): um conceito e duas hipóteses sobre a relação da mídia com a política. In: LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. pp. 179-2016.

MAGALHÃES, Adriana. Especial CPIs 1: as atividades de PC Farias no governo Fernando Collor de Mello. **Rádio Câmara**, Brasília, [2005]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/266246-especial-cpis-1-as-atividades-de-pc-farias-no-governo-fernando-collor-de-mello-05-58/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Reality show e mídias digitais. In: MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais**. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 161-

MATEUS, Samuel. Reality-show: ascendências na hibridização de gênero. **Contemporanea: Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 10, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5951/4396>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Ed. Penso. 2012. pp. 16-23.

MILLNER, M. Is celebrity a new kind of status system? **Society Magazine**, New York, v. 47, n. 5, p. 379-387, 2010

MINAYO, Maria C. de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria C. de Souza. Parte I: Conceitos básicos sobre metodologia e sobre abordagens qualitativas. In: MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2013. pp.35-76.

MONTE, José Cleyton Vasconcelos. **Interfaces da corrupção política no Brasil: A CPMI dos Correios**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MONTEIRO, Ester. CPI da Pandemia amplifica alcance da TV Senado. **Agência Senado**. Brasília, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/11/cpi-da-pandemia-amplifica-alcance-da-tv-senado>. Acesso em: 28 out. 2021.

MORAIS, Ginny. Primeiras investigações parlamentares no Brasil ocorreram em 1826. In: **Agência Câmara de Notícias**, Brasília: Câmara dos Deputados, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/400788-primeiras-investigacoes-parlamentares-no-brasil-ocorreram-em-1826/>. Acesso em: 12 out. 2021.

PLIGHER, Pedro; OLIVA, Gabriela. Senadores da CPI da Covid captam 1,5 milhão de seguidores nas redes. In: **Poder 360**. [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senadores-da-cpi-da-covid-captam-15-milhao-de-seguidores-nas-redes/>. Acesso em: 29 set. 2022.

RENAULT, Leticia. Ao vivo: dos plenários para a casa do cidadão. In: RENAULT, L. **Comunicação e política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. - Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004. pp. 47-80.

ROCHA, Debora Cristine. Reality TV e reality show: ficção e realidade na televisão. **E-compós**, Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2009.

RODRIGUES, Lucas Olmes; ALMEIDA, Cristóvão. O Poder de um reality show na construção da imagem de seus participantes. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça – SC. **Anais** [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA; V. et al. (orgs.). **Estudos de Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2003, v. 1, p. 85-103. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetáculo. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Cultura e Atualidade**. Salvador: Editora da UFBA - Edufba, 2005, v. 01, p. 11-28. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/147/4/Cultura%20e%20Atualidade.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SAID, Flávia. Com CPI da Covid, TV Senado registra recorde nos índices de audiência. *In: Metrópolis*. [Brasília], 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/com-cpi-da-covid-tv-senado-registra-recorde-nos-indices-de-audiencia>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SANTI, Marcos Evandro Cardoso. **Comissões parlamentares de inquérito e democracia no Brasil do tempo presente (1985-2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SANTIAGO, Anna Luiza. Interesse pela CPI da Covid na internet já é maior do que por realities. **O Globo**, [Rio de Janeiro], 21 maio 2021. Coluna de Patricia Kogut. Disponível em: <https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/coluna/noticia/2021/05/interesse-pela-cpi-da-covid-na-internet-ja-e-maior-do-que-por-realities-confira-estudo-exclusivo.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SARAIVA, Leandro. “Big Brother Brasil e Edifício Máster: espetáculo e anti-espetáculo”. **Sinopse – Revista de Cinema**, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 26-42, set. 2006.

SENADO FEDERAL. **O que é a TV Senado**. Brasília: Senado Federal, [20--?]. Disponível em: http://www.wisetel.com.br/pe_senador/senado/sf_tv_senado.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

SILVA, Airton Ferreira *et al.* Breve histórico das comissões parlamentares de inquérito no Brasil e a esperança equilibrada. *In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, 6., 2018, Montes Claros-MG. **Anais** [...] Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2018. Disponível em: https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT09/BREVE%20HISTORICO%20DAS%20COMISSOES%20PARLAMENTARES%20DE%20INQUERITO%20NO%20BRASIL%20E%20A%20ESPERANCA%20EQUILIBRISTA.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

SOALHEIRO, Marco Antônio de Castro. **Reflexos e perspectivas da comunicação institucional do Senado**. 2005. 41 p. Monografia (Especialização em Direito Legislativo) – Universidade do Legislativo Brasileiro, Brasília, 2005.

SOUZA, Janara Kalline Leal Lopes de; VARÃO, Rafiza. Harold Lasswell: as contribuições do “paladino” do saber comunicacional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 29., 2006, Brasília; *ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO*, 6., 2006. **Anais** [...] Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1393-1.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

TV SENADO. **Conheça a história da construção da TV Senado**. Brasília: Senado Federal, 2021. 1 vídeo (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5JbWzqlkHvl>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Coronelismo eletrônico ou indústria**

cultural? Uma análise das empresas de radiodifusão do deputado federal Inocêncio Oliveira. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ZÉMOR, Pierre. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 189-195, 2009.

ZÉMOR, Pierre; BRANDÃO, Elizabeth (trad.). **La Communication Publique**. Paris: PUF, 1995. Disponível em:
<https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

APÊNDICE A – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PROGRAMAÇÃO

Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 7:00 Link disponível aqui Programa: Cidadania (episódio 45) Sinopse: Direitos do consumidor e as compras pela internet - Falsas promoções e fraudes cresceram na pandemia com o aumento de compras pela internet. Aprenda quais são os direitos garantidos aos consumidores digitais no Código de Defesa do Consumidor. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Na entrevista de hoje vamos falar sobre os direitos dos consumidores, especialmente o que diz respeito às compras pela Internet; - O que significa para Lei, ser uma norma cogente e também uma norma considerada Principiológica;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- A lei é considerada uma lei Principiológica, uma Lei de princípios e também uma Lei cogente, são palavras que para nós, consumidores, que não conhecemos o direito são pouco conhecidas;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	- Quais são os principais desafios, quais são os principais problemas encontrados pelos consumidores, quais são as diferenças, quais são os direitos principais que os consumidores devem ficar, devem observar e quais são os riscos que as compras pela internet têm trazido para os consumidores e consumidoras do nosso país?
	Comunicação pública para o interesse público	- Estamos aqui oferecendo informações importantes para as pessoas sobre o direito dos consumidores, lembrar que existe um serviço disponível, serviços públicos disponível aos consumidores de todo o país que é o consumidor.gov.br. É uma ferramenta voltada a interlocução entre empresas e consumidores no sentido de resolver conflitos de compras pela internet;
	Comunicação pública inclusiva e plural	Quais são os riscos que as compras pela internet têm trazido para os consumidores e consumidoras do nosso país?

Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 7:30 Link disponível aqui Programa: Tela Brasil (Memória Viva - Eco-história do Planalto Central - Ep. 1) Sinopse: O primeiro episódio da série Memória Viva - Eco-história do Planalto Central mostra os sinais do homem pré-histórico em sítios arqueológicos		
---	--	--

preservados em Brasília e seu entorno.		
Produção da TV Senado: Não (Realização: Instituto Latinoamerica: Cultura Ciência e Tecnologia) Gênero televisivo: Documental		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Vai contar como a descoberta do ouro atraiu diferentes povos, formou cidades, fazendas e mudou a região para sempre. E mostrará a cultura que se formou no entorno da jovem capital da república brasileira; - O cerrado é caixa d'água do Brasil porque é uma região de planaltos altos e todas as nascentes das grandes bacias brasileiras nascem aqui; - Cabe a nós, ao IPHAN e historiadores e arqueólogos, mostrar que existe uma história anterior à Brasília
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	Conhecer esse patrimônio, proteger esse patrimônio é essencial pra gente conhecer quem a gente era no passado.
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/05/2021		
Horário de exibição: 8:00		
Link disponível aqui		
Programa: Assunto de Estado (Ep. 10 - Distrito Federal – Pode se tornar um grande pólo de ciência e tecnologia). Sinopse: O DF pode se tornar um grande pólo gerador de empregos na área de ciência e tecnologia, mas isso depende de investimentos e maior ação do governo federal, diz o senador Izalci Lucas.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Vamos começar falando sobre os desafios para a saúde no distrito federal; - Nossa saúde é totalmente curativa, todo mundo vai para os hospitais, não há um sistema preventivo;

		<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil nós temos políticas públicas que são de governos e não do estado brasileiro, ou seja, uma coisa que não mudaria com a mudança do presidente da república, do governador ou do prefeito. Isso prejudica muito a aplicação das verbas públicas e o atendimento das necessidades básicas da população; - Brasília tem uma característica que é única no país, ela é ao mesmo tempo um estado e um município, o senhor acha que aqui talvez seria um ambiente ideal para gente experimentar essa nova tentativa de administração brasileira em que não houvesse a descontinuidade dos projetos e das políticas públicas? - Não se faz educação sem a participação da família; - Na vida privada você faz o que você quiser, você não pode fazer o que é proibido, mas na área pública você só pode fazer o que é permitido.
	Comunicação pública para consulta de opinião	Eu inclusive na CPI, que nós temos [de] aproveitar e buscar soluções definitivas no sentido de manter controle, de colocar planejamento de colocar tecnologia [na saúde pública].
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/05/2021			Horário de exibição: 8:30			Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Episódio 20 - Projetos autoriza quebra de patente)								
Sinopse: Projeto que autoriza governo a quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19 é aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro						
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O Senado aprovou um projeto de lei que autoriza o governo brasileiro a decretar licença compulsória temporária de patentes e vacinas e medicamentos para o enfrentamento da Covid-19. O texto é de autoria do senador Paulo Paim, mas o projeto aprovado é o substitutivo do relator Nelsinho Trad; - Esse projeto entra na Lei de Propriedade Industrial, propriedade intelectual, não quebra 						

		<p>patentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O substitutivo respeita os acordos internacionais; - A velocidade Carla da vacinação países ricos é 25 vezes maior do que a nossa e dos países em desenvolvimento, isso é justo? Não! - E essa lei vai dar um instrumento para que barateie os custos e para que países como o nosso que estamos capengando nessa situação [vacinação contra a Covid-19] possa ter um instrumento com mais agilidade e mais quantidade para o enfrentamento da Covid-19. - Possibilita ao governo chamar para uma mesa de pactuação aqueles detentores de propriedade intelectual de medicamentos, de vacinas, que interessam ao Brasil no combate à pandemia e que o Brasil de conta de replicar aqui; - Quais seriam os laboratórios que poderiam ter essas patentes quebradas, eles são daqui do Brasil? De fora do Brasil, quais seriam essas possibilidades?
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	Aqui no Senado, quando a gente altera muito a ideia de um colega, ele acaba virando um substitutivo com a finalidade de ser aplicável.
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 9:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Em Discussão (Ep. 7 - Covid-19: vacina brasileira e ajuda da indústria veterinária)</p> <p>Sinopse: O Brasil produz anualmente milhões de doses contra a febre aftosa. Mas seria possível usar essas fábricas para fazer vacinas contra a Covid-19? E como andam os estudos pela vacina brasileira.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Segundo o sindicato três fábricas que produzem vacinas contra febre aftosa podem ser adaptados fazer vacinas contra o novo coronavírus; - Vacina inativada – é uma das classificações das vacinas virais, quando ela é produzida a partir de um vírus inativado (morto); não causa mais a doença, mas induz o organismo a produzir anticorpos. A vacina da gripe é um exemplo de imunização inativada (Fonte: Fiocruz);

		<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de Biossegurança são exigidos para manipulação de microrganismos, quanto maior os ricos, maior a sua complexidade, variam de 1 a 4; - Você sabia que tem estudos de soros e sprays brasileiros para combater a COVID? Acompanhe; - Entre as vacinas brasileiras contra a COVID com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, três já estão com estudos mais avançados. Versamune [...], Vacina com spray nasal e Vacina bivalente para gripe também para o Coronavírus; - Temos 3 vacinas bastante avançadas para iniciar os testes clínicos com pacientes; Não há interferência política na ANVISA que seja capaz de impedir que a ANVISA avalie uma vacina com critérios de qualidade, eficácia e segurança para ser disponibilizado para a população, esse é um compromisso nosso enquanto servidores públicos desse país. - Nacionais, estrangeiras que venham todas as vacinas.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	Aqui tenho uma pergunta de um assunto mais ou menos político de Tiago Castro do Estado de Minas Gerais: Qual o mecanismo que impediria uma interferência política prejudicial às atividades da ANVISA?
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/05/2021			Horário de exibição: 9:30			Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Ep. 18 - Colaboração entre CPI's)								
Sinopse: CPI mista das <i>Fake News</i> pode compartilhar informações com a CPI da Pandemia. O colegiado já investigou denúncias de notícias falsas a respeito da eficácia da vacinação.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria			Unidade de Registro				
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa			<ul style="list-style-type: none"> - A CPI de combate às <i>fakes news</i> é uma CPI longa, CPI grande em números de parlamentares, ela é mista com senadores e deputados; - Como seria o compartilhamento das informações (entre a CPMI das Fakes News e CPI da 				

		<p>Pandemia)?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual a maior dificuldade senador de investigar notícias falsas? - Em relação às vacinas existem alguma punição prevista para quem divulga informação falsa sobre vacinação? - As notícias falsas são um atentado à vida - O projeto 555 que pede aqueles que não forem se vacinar ou não levarem seus entes para se vacinar, quando essa vacina estiver no plano nacional de imunização; - O Senado da República nem a Câmara Federal tem o poder de punir, nós temos o poder de investigar, mas a punição quem vai fazer é o Ministério Público que compete a justiça que penaliza essa pessoa que cometeu algum deslize na sua atividade, tanto no executivo como qualquer parte da vida.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Senador, a gente sabe que a CPMI (das <i>Fake News</i>) tem um vasto material aí relacionado às notícias falsas em relação às vacinas, é nesse ponto que pode haver um compartilhamento da CPMI das <i>Fake News</i> com a CPI da Pandemia?
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- Esses documentos que estão na CPI de combate às <i>Fake News</i> estarão à disposição da CPI da Covid.
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 9:45 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias – Ao Vivo</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do dia no Senado Federal.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser apresentado hoje às três da tarde no plenário virtual o relatório da Comissão de reforma tributária. O documento foi elaborado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro que é o relator da comissão mista criada em fevereiro para propor mudanças na legislação tributária do país. - Os senadores decidiram começar a investigação ouvindo os ministros pela ordem

		cronológica, do primeiro ministro que trabalhou no início da Pandemia Mandetta, depois seguindo pelo ministro Nelson Teich e por fim na quinta-feira a CPI ouvirá o atual ministro Marcelo Queiroga.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 10:21 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Reunião da CPI da Pandemia (3ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura)</p> <p>Sinopse: Ao vivo - A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia ouve o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
<i>Reality Show</i>	Referência aos <i>realities shows</i>	
	Convivência pacífica entre os atores	<p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator) - Esta é a nossa primeira reunião de oitiva, mas será uma semana muito importante, para que nós possamos dar os primeiros passos. Nós estamos tendo algumas dificuldades, hoje, novamente verificadas aqui, com enfrentamentos, tensões. Eu estou dizendo isso para, em meu nome, como Relator, fazer uma autocrítica, pedir desculpas e dizer que, hoje, eu estou demonstrando - e serei assim, em todas as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito - que eu não vou, de forma nenhuma, aceitar a provocação de amigos e de companheiros; eu, calado, estaria errado.</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Ministro Mandetta, esta CPI está unida para apontar caminhos que possam aprimorar a legislação sanitária brasileira, para que a gente possa estar mais preparado, ainda no decorrer desta pandemia, porque ela prossegue, mas, sobretudo, para as novas ocorrências que possam surgir no nosso futuro.</p>

		<p>O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpellar. Por videoconferência.) - Senador Renan Calheiros, eu estou muito triste com o senhor. O senhor deveria ter entrado num assunto que não entrou, porque não quis. O senhor tinha toda a condição de entrar e não entrou.</p>
	<p>Competição entre os atores</p>	<p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, a questão de ordem é para a gente começar os trabalhos. Presidente, é em toda sessão, homem - em toda sessão. Parece que ficam embromando, empurrando com a barriga, atrasando o serviço. Estamos com depoente aqui esperando. O plano de trabalho está consagrado. Já houve várias comissões parlamentares de inquérito em que, em algumas, o plano de trabalho foi apresentado e votado, sim, sim; e outras em que não foram votados. Eu lhe dou uma lista.</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E outra coisa: é só ler. Ciro...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. <i>Fora do microfone.</i>) - Cite uma. Estou pedindo para o senhor falar uma!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ciro, Marcos, Girão, bora trabalhar, homens! Vamos trabalhar!</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu queria que o senhor me citasse uma CPI em que não foi aprovado o plano de trabalho, Senador.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Calma! O Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de o senhor ficar desesperado assim, não.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Olha, eu não gostaria de viver para ver o dia de hoje, Senador, em que o senhor é contra votar um plano de trabalho.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ciro, o Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de você ficar desesperado em nome deles, não, homem!</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Não estou desesperado.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Fique tranquilo!</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Desesperado está o senhor que parece que quer encobrir o desvio dos Governadores.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não! Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Mas não parece.</p>

		<p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Não parece.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu sei que você está com a assessoria direta da Dra. Thaís, lá do Palácio do Planalto. A Dra. Thaís o deve estar assessorando diretamente. Está fazendo os seus requerimentos. As suas orientações estão vindo diretamente de lá. Mas tenha calma, porque esta CPI vai investigar. Ela vai conduzir o seu trabalho. Não adianta...</p> <p>E outra coisa, deixe-me falar o que o Senador Renan já falou anteriormente, o Senador Renan já falou: ô tropa de choque atrapalhada, homem! Vão para o Supremo Tribunal Federal para tentar obstruir toda vez. Parece que tem uma coisa pessoal contra o Relator. Toda vez! Tem uma paixão aí pelo Relator, homem. Toda vez ficam querendo questionar os trabalhos do Relator. Está no plano de trabalho aqui feito. Olha aqui: emprego de recursos federais. Só era ler, homem! Só era ler! Só era se dar ao trabalho de ler o plano de trabalho. Está aqui. Então, Presidente, a minha questão de ordem é para a gente trabalhar. Já temos depoentes aqui. Vamos começar os depoimentos. Que V. Exa. indefira essa questão de ordem...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu gostaria de saber por que o senhor é contra votar o plano de trabalho.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Teve aqui um exercício de maioria. Eu sei que vocês não são acostumados. Democracia se faz com respeito à minoria, mas respeitando sobretudo a vontade da maioria.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe, para concluir.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Oito Sras. e Srs. Senadores votaram no Presidente Omar e na gente para ser Vice-Presidente. O Senador Omar designou o Relator. Agora vamos trabalhar. Toda vez ficam obstruindo; toda vez, embromando; toda vez, atrasando esta CPI. Homem, bora trabalhar!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator) - Esta é a nossa primeira reunião de oitiva, mas será uma semana muito importante, para que nós possamos dar os primeiros passos. Nós estamos tendo algumas dificuldades, hoje, novamente verificadas aqui, com enfrentamentos, tensões. Eu estou dizendo isso para, em meu nome, como Relator, fazer uma autocrítica, pedir desculpas e dizer que, hoje, eu estou demonstrando - e serei assim, em todas as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito - que eu não vou, de forma nenhuma, aceitar a provocação de amigos e de companheiros; eu, calado, estaria errado.</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - E esta CPI está dividida na tentativa de querer criminalizar eventuais erros, equívocos ou omissões.</p>
--	--	---

	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	<p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo menos o nome é bom, não é? O nome do...</p> <p>O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Annita.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... tratamento.</p> <p>O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - É verdade.</p>
	Referência direta ao show business	

<p>Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 19:45 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico e transmissão da entrevista coletiva com os senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues e o ex ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>- O ex ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta foi a primeira autoridade ouvida pela CPI da pandemia em uma sessão que durou mais de 8 horas;</p> <p>- Acabamos de ter mais informações nessa entrevista ao vivo, mas você pode ter acesso a cobertura completa da CPI da Pandemia no nosso canal no YouTube.</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 04/05/2021 Horário de exibição: 20:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Em Discussão (Ep. 8 - Alta dos combustíveis: de quem é a culpa?)</p> <p>Sinopse: O que levou às alturas o preço dos combustíveis? A Petrobras vai continuar a política de reajustes automáticos com o mercado internacional?</p>		
--	--	--

Veja o que dizem os chefes do Cade e da ANP.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - É muito difícil caracterizar um cartel, principalmente no mercado de combustíveis; - Compete ao CADE avaliar e julgar os indícios de infração à ordem econômica; - Mas o que afinal caracteriza um cartel? O fato de termos preços coincidentes não significa necessariamente que é um cartel, mas o comportamento de preços de determinada região ao longo do tempo pode nos fornecer indício da existência desse cartel; - O Brasil ocupa a 10ª posição entre os maiores produtores de petróleo no mundo, segundos dados de 2019, o país produz mais de dois milhões e oitocentos mil barris por dia, algo em torno de 3% da produção mundial; - Afinal nós somos importadores ou exportadores de petróleo? <p>Se somos auto suficientes porque então os derivados de petróleo estão tão caros?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porque tem tanta gente voltando a usar lenha para cozinhar? - A atitude que o governo brasileiro escolher lá trás em Temer e agora em Bolsonaro de praticar preço internacional na porta da refinaria, que é o que está na origem do preço alto do combustível hoje; - Hora de saber a composição do preço da gasolina e do diesel, uma conta que a Petrobras faz toda semana e que está na internet; - O preço do petróleo é a coisa que mais varia no mundo, e não é controlado por ninguém, houve um tempo que a OPEP ainda controlava, hoje nem a OPEP consegue; - Mas o que impede um produtor de vender diretamente para os postos de combustíveis, e será que impede mesmo?
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/05/2021 Horário de exibição: 7:00 Link disponível aqui Programa: Cidadania (Ep. 46 - Órfãos da Covid-19) Sinopse: Jornalista quer ajudar filhos das vítimas do coronavírus através da lei e da ficção. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Apesar de serem minoria entre os casos mais graves de covid os impactos da pandemia sobre as crianças são muito fortes, com a morte de milhares pais e mães muitas crianças ficaram órfãs; - Antes da covid, antes da pandemia o Brasil tem um sistema, que até então funcionava, que era o sistema de orfanatos, adoção e tal, que eu acho que com essa pandemia vai ficar caótico, porque não tem como absorver tanta criança órfão com o sistema que nós temos, a fila de adoção é gigantesca;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/05/2021 Horário de exibição: 7:00 Link não disponível Programa: Tela Brasil (Rikbaktsa Episódio 03 - O Canoeiro) Sinopse: O terceiro episódio da série Rikbaktsa, sobre a participação dessa etnia na 1ª edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, mostra o campeão canoeiro que ganhou vários títulos nacionais. Link não disponível e não foi possível realizar a análise		
--	--	--

Data: 05/05/2021 Horário de exibição: 8:00 Link disponível aqui		
--	--	--

Programa: Em Discussão (Ep. 8 - Alta dos combustíveis: de quem é a culpa?)

Sinopse: O que levou às alturas o preço dos combustíveis? A Petrobras vai continuar a política de reajustes automáticos com o mercado internacional? Veja o que dizem os chefes do Cade e da ANP.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 8:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Argumento (Episódio 20 - Projetos autoriza quebra de patente)

Sinopse: Projeto que autoriza governo a quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19 é aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 9:00

Link disponível [aqui](#)

Programa: Assunto de Estado (Ep. 10 - Distrito Federal – Pode se tornar um grande pólo de ciência e tecnologia)

Sinopse: O DF pode se tornar um grande pólo gerador de empregos na área de ciência e tecnologia, mas isso depende de investimentos e maior ação do governo federal, diz o senador Izalci Lucas.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 9:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Argumento (Ep. 18 - Colaboração entre CPI's)

Sinopse: A CPI mista das *Fake News* pode compartilhar informações com a CPI da Pandemia. O colegiado já investigou denúncias de notícias falsas a respeito da eficácia da vacinação.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 9:45

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: Programa jornalístico com as notícias do Senado Federal.

Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A liderança feminina foi criada este ano [2021] e pelo regimento tem direito de participar das reuniões semanais que decidem as prioridades da pauta, de orientar a bancada para as votações e tem ainda a preferência para o uso da palavra; - A proposta do relator segue principalmente a PEC da Câmara com unificação de 5 tributos, 3 de competência da união o IPI, o PIS e o COFINS e 2 de estados e municípios ICMS e ISS a ideia é somar esses tributos em uma única alíquota o imposto sobre bens e serviços o IBS que será complementado pelo imposto seletivo responsável por taxar cigarros outros produtos do fumo e bebidas alcoólicas; - A progressividade na renda e no patrimônio foram pontos prioritários do relator, além disso, o texto abre o debate sobre a tributação de grandes fortunas, IPVA para embarcações e aeronaves de luxo e imposto sobre heranças; - O senado faz hoje a partir das 4 da tarde sessão para votar várias propostas vamos conferir o que está previsto na pauta de votações: temos um dos projetos que regulamenta a criação do conselho consultivo de saúde e determina que evidências científicas e diretrizes de órgãos especializados embasem as medidas de enfrentamento a emergências de saúde públicas, também pode ser votado o projeto que cria fundos filantrópicos emergenciais, o que prorrogará o período de suspensão de pagamento do fundo de financiamento estudantil o FIES e o que aumenta a penas para crime digitais como invasão de celulares. - O início da reunião [da CPI da Pandemia no dia 04 de maio] que já começou com embates, senadores governistas questionaram o plano de trabalho apresentado pelo relator.
	Comunicação pública para consulta de opinião	<ul style="list-style-type: none"> - Grande parte dos questionamentos [a Henrique Mandetta] da oposição foram relacionados aos pensamentos e atitudes do presidente Bolsonaro diante da pandemia; - [Luiz Henrique Mandetta] citou várias vezes que todas as decisões tomadas enquanto era ministro foram baseadas na ciência, disse que o ministério acompanhava de perto o que acontecia em outros países para se antecipar e que sempre defendeu o isolamento social nas reuniões ministeriais apesar das resistências e que era constrangedor ficar explicando porque o ministro da saúde ia por um caminho e o presidente por outro.
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o	- Nesta terça-feira Henrique Mandetta o primeiro ministro na ordem cronológica da pandemia

	interesse público	afirmou na CPI ter visto no palácio do Planalto a minuta de um decreto que mudava a bula da cloroquina para incluí-la no tratamento contra a covid-19; - A CPI da Pandemia concentra as atenções no senado nesta semana, mas já outras atividades importantes acontecendo, a comissão mista da reforma tributária, por exemplo, apresentou nesta terça-feira um relatório preliminar da nova proposta da reforma do sistema brasileiro de tributação;
	Comunicação pública inclusiva e plural	- A CPI decidiu que apesar de não ter integrantes no colegiado a bancada feminina no Senado terá direito a fala nas reuniões. A cada lista de inscrição uma senadora poderá ter a palavra seja no modo presencial ou remoto;

Data: 05/05/2021 Horário de exibição: 10:21 Link disponível aqui		
Programa: Reunião da comissão da CPI da Pandemia		
Sinopse: A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia ouve o ex-ministro da Saúde Nelson Teich. Ele é o segundo convocado a depor na CPI. Após a reunião da CPI é veiculado também uma coletiva de imprensa com alguns senadores da CPI.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Transmissão ao vivo		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality shows	Referência aos Realities shows	
	Convivência pacífica entre os atores	O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Mas olhe, Presidente, eu vou aceitar hoje, aqui, em respeito à Senadora. Nada contra a Senadora, mas isso não está em Regimento, não foi acordado pela Comissão. O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Fora do microfone.) - É isso. É isso. O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - E a gente fica sempre com o papel de ser o vilão dessa situação? O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Porque nós queremos cumprir o Regimento, queremos... O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Fora do microfone.) - É isso. O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - ... que o trabalho seja... O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Longe disso. O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - ... levado a sério?

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Ciro, longe disso, porque eu fiz um apelo a V. Exa...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Mas não aconteceu isso, Presidente, isso não foi acordado.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não há vilões aqui, Deus o livre. Não existe isso. O senhor tem um posicionamento e eu tenho que respeitar seu posicionamento, como eu respeito o posicionamento do Senador Marcos Rogério.</p>
	Competição entre os atores	<p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Presidente. Só não entendo por que tanto medo das vozes femininas aqui, Ciro e Marcos Rogério.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Está vendo? É por isto que nós não queremos, Presidente: porque as pessoas ficam querendo dar uma outra versão, como se nós estivéssemos perseguindo as mulheres. Quem perseguiu as mulheres foi seu partido, que não a indicou, Senadora.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós estamos em pleno depoimento! Por favor!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Vamos adiante.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor!</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Criado pelo senhor, Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu fiz um apelo a V. Exa.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Simone. Fiz um apelo de ouvir a representação de uma Senadora da República. Não é um... Eu não estou fazendo nenhum favor, não, eu estou dando...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Claro.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu pedi para a gente conversar daqui a pouco.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E não é concessão, não; é compensação.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente.</p> <p>Sr. Presidente, há uma grande diferença... (Intervenções fora do microfone.)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem. Há uma grande diferença de privilégio e prerrogativa. Privilégios são inadmissíveis num Estado de direito, e as mulheres desta Casa nunca vão pleitear. Prerrogativas são diferentes. Nós</p>

		<p>pedimos ao Plenário desta Comissão, na data de ontem, que pudéssemos ter direito a uma fala na lista dos titulares, na lista dos suplentes. V. Exa., com toda a grandeza, numa decisão salomônica, pôs aos membros desta Comissão, aos que estavam presentes - havia Senador que não estava...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - A senhora está enganada, Senadora, eu estava aqui presente.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... e V. Exa., quando deliberou ao final...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - A senhora não fale inverdades, Senadora!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... quando deliberou ao final...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu estava aqui presente! Em minuto nenhum esta Comissão deliberou sobre isso!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... deliberou ao final...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos ouvir a Simone!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - V. Exa., enquanto Presidente, deliberou ao final...</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Pergunte aos demais se deliberou ou não deliberou. Pergunte aos demais!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu estava aqui...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Fora do microfone.) - Não deliberou em hora nenhuma! (Intervenções fora do microfone.)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... e fez uma concessão ainda maior à bancada: que nós teríamos o direito de ser a primeira - nós não pleiteamos - na lista da titularidade, o que nós agradecemos, Sr. Presidente. Então, o que eu quero dizer neste momento, até porque fica muito ruim essa exposição desta Comissão... Nós somos muito maiores do que isso, e o País está precisando neste momento mais do que nunca de união e harmonia e que nós possamos priorizar aquilo que é relevante.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - É apenas para dizer, Sr. Presidente, que a questão de ordem já foi resolvida; ontem já foi, de alguma forma, decidido pela Presidência desta Comissão.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, não!</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Por que 18</p>
--	--	--

		<p>homens vão falar e 2 mulheres não podem?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fazendo soar a campanha.) - Só um minutinho! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele decidiu em Plenário, Ciro! Ele decidiu ontem, Presidente!</p> <p>Presidente, ele decidiu, tanto que nós reunimos a Bancada Feminina nesse sentido. Pelo amor de Deus!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra para uma manifestação.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Agora, é muito medo da voz das mulheres! Eu fico pasma com isso! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É sim, Senador Ciro! Por favor, Senador!</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Por que desse show? Qual o porquê do show?</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É óbvio que é! É óbvio que é!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir, por favor...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aqui há Parlamentares da base do Governo e da Oposição, há mulheres que apoiam o Governo e mulheres que fazem oposição ao Governo.</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente! Sr. Presidente!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aqui não é uma questão política, aqui é uma participação feminina, das mulheres, Senador Fernando!</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas não é isso não!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador Fernando, nós temos mulheres que são da base do Governo, e elas vão falar, Senador! Por favor!</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas não pode ser ao arpejo da representatividade que o povo elegeu!</p>
--	--	--

		<p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós não vamos ter direito a voto! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Houve uma inversão de ordem! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele decidiu sobre uma questão de ordem!</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não pode ser rasgado o Regimento!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não se está rasgando o Regimento! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ninguém está rasgando o Regimento! Aqui nós não temos direito a voto, Sr. Presidente! Nós não temos direito a apresentar um requerimento! Nós não temos direito a votar, nós estamos apenas pedindo, gentilmente, uma inversão de ordem na Comissão! (Tumulto no recinto.)</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Omar, resolva a questão de ordem! Resolva a questão de ordem!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós não estamos pleiteando aqui a titularidade na Comissão, apenas uma inversão de ordem para falar! (Tumulto no recinto.)</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente! Sr. Presidente!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador Presidente...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Total desequilíbrio!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir para as Senadoras... (Intervenções fora do microfone.)</p>
--	--	--

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não adianta, esse bate-boca não vai resolver...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, peço a V. Exa. que... Veja...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. não está equilibrado.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... o gesto de V. Exa. em tentar...</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, você sabe que eu tenho um carinho pessoal por você. Você não pode se alterar dessa forma, Senador Fernando!</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Aliás, nenhum deles!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, o gesto de V. Exa. em tentar...</p> <p>(Intervenções fora do microfone.)</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... atender o apelo da Bancada Feminina não encontra respaldo no Regimento Interno.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A gente nem vai votar - a Soraya lembrou muito bem -, a gente não tem nem direito a voto nesta Comissão! A gente só quer falar, Senador Fernando!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quando há um ambiente de convergência, de entendimento, esse caminho é o caminho do bom senso, é o caminho da razoabilidade. Quando não há, é a regra regimental que manda, é ela que determina. Todo o Senado Federal tem absoluto respeito pela Bancada Feminina e por sua representação nesta Casa. Agora, foi feito o gesto, votado por todos nós, em relação à Liderança feminina. Agora, quando da ocupação de assento numa Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, isso tem peso não só na questão da votação, da deliberação dos requerimentos aqui. Isso tem peso em relação à narrativa que está sendo feita no âmbito desta Comissão e para a sociedade.</p> <p>O que se busca aqui me parece que é engrossar o coro daqueles que querem dar peia no Presidente Bolsonaro, com todo respeito.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus, Senador Marcos!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não dá para entrar...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus!</p>
--	--	--

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espera aí, espera aí, espera aí, espera aí.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, Presidente! Eu não vou aceitar isso!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que é isso? (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso não é verdade! Isso não é verdade!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A nossa bancada é plural.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A Soraya aqui, PSL, Presidente.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está aqui a Senadora Soraya.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a V. Exa. que imponha regra regimental.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso não é verdade! Isso não é verdade! Isso não é verdade!</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Que desequilíbrio! Que desequilíbrio!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É só pegar...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso não é verdade!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se não é verdade, é só ouvirem.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Estão colocando uma cortina de fumaça!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, com as mulheres, não.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não é verdade, Senador Marcos do Val! V. Exa. seja coerente com a sua própria história.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, se a Bancada Feminina quer assento nesta Comissão para agir como titulares da Comissão, pegue o bloco, forme um partido político e terão assento nesta Comissão como membros titulares. Ao contrário disso... (Tumulto no recinto.)</p>
--	--	---

		<p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não crie fatos diferentes, por favor.</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Marcos Rogério, eu entrei do mesmo jeito que o senhor.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Podem falar!</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu entrei nesta Casa do mesmo jeito que o senhor, Senador. Votos legítimos! Voto da população. Eu entrei nesta Casa como o senhor!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não se trata de questão sexista. Aqui as prerrogativas são asseguradas pelo Regimento Interno. Então, esse discurso de sexismo, com todo o respeito.</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Entramos todos pela mesma porta! (Soa a campainha.)</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Entramos todos pela mesma porta...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Entramos todos pela mesma porta...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A reunião está suspensa. (<i>Suspensa às 11 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 52 minutos.</i>)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião, deixem aí, podem discutir aí, podem brigar aí, fazer o que quiserem aí, mas perai ... [fala inaudível]. Podem brigar aí a vontade!²⁵</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, por favor! Senadora Eliziane! Ontem, ao final da sessão - só um minutinho, por favor -, eu até fiz um apelo ao Senador Ciro, que preside a Bancada do PP, a maior bancada feminina que há na Câmara e no Senado. E, no final, no final... (Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Simone. Só um minutinho, por favor.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu vou falar, Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... no final, eu disse o seguinte: que, a partir de agora, nas reuniões da CPI - só um minutinho -, falaria primeiro o Relator; depois, o Senador Randolfe, como Vice-Presidente - e hoje também foi questionado isso e nós vamos, depois,</p>
--	--	---

²⁵ Esse trecho não consta nas notas taquigráficas elaboradas pelo Senado Federal, foi coletado a partir do registro audiovisual.

		<p>discutir -; e, logo em seguida, nós passaríamos a palavra a uma das 12 mulheres. E V. Exa., Senador Ciro, estava aqui. E ninguém me contestou. (Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Não diga isso! Então, eu quero, por favor, que se coloque, agora, no final da sessão, para ver se alguém concorda ou discorda.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Fora do microfone.) - O senhor está dizendo que eu concordei.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. disse que faria uma reunião...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. ficou quieto.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente.</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Eu peço para o senhor rever as notas taquigráficas.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está aqui. Pegue as imagens de ontem, eu falando.</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Pegue as imagens, e o senhor vai ver que eu não concordei com isso, Sr. Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador Ciro, todo mundo concordou...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - V. Exa., Sr. Presidente...</p> <p>(Tumulto no recinto.)</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa é uma discussão inútil.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Depois nós vamos discutir...</p> <p>O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - V. Exa. disse que faria a reunião...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A palavra está assegurada...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Perfeito, Senador.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... por 15 minutos, à Senadora Eliziane. Vamos lá. Vamos tocar.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pronto.</p> <p>Presidente Omar, muito obrigada. Eu... É muito lamentável que a gente tenha todo esse debate, mas vamos lá.</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador Marcos do Val, eu não posso falar?</p> <p>O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Fora do</p>
--	--	---

		<p>microfone.) - Pode.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, pronto. Por favor, a gente não pode falar nada que vocês ficam - sabe? - descontrolados. Com todo o respeito. Pelo amor de Deus.</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É você, Senador Ciro. V. Exa. começou a ficar descontrolado desde ontem.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É. Ficam provocando.</p> <p>(Intervenções fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, pronto. E nem você comigo, Senador Ciro. E nem V. Exa. comigo. Nem V. Exa. comigo...</p> <p>(Tumulto no recinto.) (Soa a campanha.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador Ciro. V. Exa. está assim desde o início desta CPI. O que é isso?</p> <p>(Intervenções fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não. E nem eu aguentando grito de homem, Senador Ciro. Por favor. O que que é, Senador? O que que é, Senador? V. Exa. pensa o quê, Senador, que V. Exa. vai calar a gente? Do jeito que V. Exa. não admite meu grito, eu também não admito o seu grito. Pelo amor de Deus!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, eu quero iniciar o debate de onde começou. Senador Ciro, V. Exa. não fique me olhando dessa forma achando que vai me intimidar, não. Tá bom?</p> <p>(Intervenções fora do microfone.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fazendo soar a campanha.) - O que é isso?</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, está bom. Não, Presidente, é só para dizer, porque o Senador Ciro vira para mim como se estivesse...</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Existe... Não é qualquer um que me olha de cara feia.</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor está prescrevendo o tratamento precoce?</p>
--	--	--

		<p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu fiz.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Recomendando?</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, eu fiz. Estou comentando, porque ouço médicos, cientistas; não é da minha cabeça, Senador Renan.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não é da minha cabeça e gostaria que esses médicos... Já pedi que eles viessem aqui, vão falar, são eles que vão falar. O que eu falo é porque eu ouço médicos falando, sim.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Eu quero...</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente Omar, como o Senador Heinze me citou duas vezes...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... eu vou invocar o art. 14, até para responder a ele.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele também se referiu a mim como falando...</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ele me citou duas vezes.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu respeito a opinião de todos. Eu cursei Engenharia Civil por alguns anos e me formei em Engenharia Civil. Agora, o que não dá, Senador Luis Carlos Heinze, é pessoas que nunca passaram na porta de uma faculdade de Medicina quererem saber mais do que um médico. (Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, não. Eu estou falando cientistas. Aqui há cientistas.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não... Senador, o senhor já falou...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Aqui tem sacanagem.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se tem sacanagem, o senhor que está dizendo. Eu não estou falando isso, não.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, está aqui: retratação. Está aqui a retratação.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. Eu estou dizendo o seguinte: eu não prescrevo remédio, eu não debato. Tem quem debata isso por mim. Mas eu... Tem aqui, neste Plenário, o Dr. Otto Alencar, tem o Dr. Rogério Carvalho, tem o Dr. Teich, o Dr. Humberto Costa. É impossível eu debater prescrição médica com um deles.</p>
--	--	--

	<p>Senador Otto com a palavra, por favor.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para explicação pessoal.) - Presidente, muito obrigado. Eu queria apenas dizer ao Senador Heinze, com todo respeito que eu tenho por ele, que, primeiro, eu não me coloco, Senador Heinze, como alguém de esquerda, muito menos faço politicagem na Medicina, absolutamente.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Só uma parte desenvolve. V. Exa. é agrônomo, eu não sei se V. Exa. está confundindo aquilo que se faz nos animais com o que se faz nos humanos. Tem uma diferença muito grande. V. Exa. falou até nos laboratórios de bovinos para utilizar em humanos. Pode se readaptar. Mas, certamente, da maneira que V. Exa. falou, com tanta raiva de quem se coloca contra àqueles que prescrevem de forma correta e não são médicos, nesse laboratório de utilização para bovinos, uma vacina antirrábica não ficava inadequada para V. Exa.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente.</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... duas vezes sem eu provocá-lo. Então, eu estou respondendo uma provocação de V. Exa., citando Porto Seguro, dizendo que lá teve esses casos. E a informação de V. Exa. é completamente equivocada.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Por quê? Estão errados os números?</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Está completamente equivocada!</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não estão?</p> <p>O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Até porque eu já lhe disse e repito agora - V. Exa. não entendeu, paciência! - que para 90% a 95% dos pacientes basta tomar água, porque não desenvolvem a forma grave. Então, se dá hidroxycloquina e diz: "Não, foi hidroxycloquina que curou", mas não foi. É porque os doentes cursam assim; só os 5%, 8%, às vezes, 10% cursam para a forma grave.</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Olha, se o senhor me der um minuto, para eu concluir, eu quero deixar isso claro aqui, porque, se a gente entender diferente do que a gente fez, do pedido de CPI aprovado e apensado, se der uma interpretação que a gente quer, seja para blindar "a", ou "b", ou "c", eu acredito que isso é uma fraude contra o povo brasileiro, Presidente Omar Aziz.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso!</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu faço, eu faço!</p>
--	---

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa., de manhã, veio aqui prescrever remédio, como se fosse médico. E, agora, o senhor volta aqui só para ofender a gente?</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está me acusando de prescrever? Eu não sou nem médico.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É.</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não sou nem médico! Como é que eu vou prescrever remédio?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E como o senhor estava prescrevendo cloroquina aqui, rapaz?</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu fiz perguntas respeitadas, Presidente.</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O que eu acho é que a gente não pode, nessas horas... Existe o TCU...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que conversa é essa? Que conversa é essa, rapaz?</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Se existe o TCU, que é um órgão auxiliar do Legislativo, para ver contratos federais, por que a gente não pode ver aqui?</p>
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	<p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Eu queria, antes de nós começarmos, pedir a V. Exa. que nós possamos aqui fazer uma homenagem às centenas de milhares de pessoas que faleceram. E ontem nós tivemos o falecimento de um artista renomado, muito conhecido, muito querido, e acho que essa morte dá uma dimensão simbólica do que nós estamos vivendo, não é?</p> <p>Perdemos muitas pessoas da área da cultura, perdemos da área do jornalismo, perdemos profissionais de saúde, perdemos, inclusive, Parlamentares, e eu pediria a V. Exa. que nós fizéssemos aqui uma homenagem ao ator Paulo Gustavo e também às mais de 410 mil pessoas que faleceram e às suas famílias.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem o Senador Randolfe.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é, em especial, a todas as famílias enlutadas e a Paulo Gustavo, ao que ele representava para a cultura brasileira. A cultura é o espelho e a mensagem de um povo. Que a memória, agora, de Paulo Gustavo, a memória desses brasileiros e o impacto que o Brasil tem neste momento com a perda desse artista tão querido, que deixa um vazio enorme</p>

		<p>na alma brasileira, inspirem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que o nosso trabalho seja em honra a Paulo Gustavo e a tantos milhares de famílias brasileiras.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, ainda sobre o ator Paulo Gustavo, o Paulo Gustavo fez o Brasil rir com leveza, sem preconceitos. A personagem inspirada em sua mãe conquistou nossas famílias.</p> <p>Nós o perdemos. A dor e a solidariedade nos unem por ele e pelas mais de 400 mil vítimas da Covid.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou responder ao Senador Otto, logo após o pedido do Senador Humberto, do Senador Randolfe e do Senador Renan, dizendo que o ator Paulo Gustavo fez milhões de brasileiros sorrirem com os filmes e as suas atuações. No meu Estado do Amazonas, não foi diferente: perdemos grandes artistas. Um ícone nacional e internacional foi o Zezinho do Carrapicho, que cantou para o mundo todo o Tic Tic Tac. Assim como ele, grandes artistas parintinenses e amazonenses, infelizmente, também se perderam pela Covid. Então, eu vou pedir um minuto de silêncio e respondo a V. Exa. logo em seguida.</p> <p style="text-align: center;"><i>(Faz-se um minuto de silêncio.)</i></p>
	Referência direta ao show business	<p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Agora, é muito medo da voz das mulheres! Eu fico pasma com isso! (Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É sim, Senador Ciro! Por favor, Senador!</p> <p>A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Por que desse show? Qual o porquê do show?</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É óbvio que é! É óbvio que é!</p>

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 8:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Argumento (Episódio 20 - Projetos autoriza quebra de patente)

Sinopse: Projeto que autoriza governo a quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19 é aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021

Horário de exibição: 20:00

Link disponível [aqui](#)

<p>Programa: Agenda Econômica (Ep. 8 - Indicação Geográfica de Origem) Sinopse: A identificação da região de origem de produtos é uma forma de fortalecer as economias locais e destaca os produtos no mercado consumidor. Mais de 70 regiões já receberam o selo do Sebrae.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O programa SEBRAE ORIGENS que o Sebrae vem desenvolvendo desde 2003 e que contempla as indicações geográficas e que é o mecanismo que pode além agregar valor ao produto, gerar empregos, trazer desenvolvimento local; - A gente já tem no Brasil 77 produtos que tem esse selo de indicação geográfica, explica para gente o que é esse selo, o que ele significa, quais são as diferenças aí? - Na verdade esse [selo] é um artigo de propriedade industrial, um registro que é concedido pelo Instituto Nacional propriedade industrial com base na lei da propriedade industrial; - A primeira região que foi protegida com a indicação foi o Vale dos Vinhedos em 2002 e de lá para outras regiões buscam esse reconhecimento; - Nós temos duas espécies de indicação geográfica, a indicação de procedência e a denominação de origem; - Você tem uma relação do local com o produto em função tanto fatores naturais quanto de fatores humanos como saber fazer, então é a denominação de origem é necessário esse estudo para comprovar esse vínculo de meio e produto; - A indicação geográfica tem o objetivo de proteção e tem o objetivo de promoção, juntos os produtores daquela região eles podem alavancar vendas, alavancar o desenvolvimento local usando uma promoção coletiva; - [A indicação geográfica] ela fixa as pessoas na região; - A indicação geográfica ela agrega valor ao produto; - No Brasil com a nossa dimensão territorial, com a nossa biodiversidade há espaço para que a gente possa proteger e desenvolver muitas indicações geográficas.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e	

	plural	
--	--------	--

<p>Data: 05/05/2021 Horário de exibição: 20:30 continuar daqui Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 47 - Desafios e transformações na educação)</p> <p>Sinopse: A necessidade de isolamento social levou às escolas públicas e privadas às novas práticas, como a teleaula. Jorio Jadjiski, diretor de Operações Escolares da Inspira, analisa o fenômeno.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>
--

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Eu queria começar a nossa conversa por aí, essa sutil diferença entre ensinar e educar; - Acho que a diferença principal entre ensinar e educar ela vem do conceito de ensinar ser mais conteudista, ser mais relacionado ao que se dá dentro de um conteúdo na sala de aula, seja ela presencial, seja ela online, seja ela numa plataforma de ensino. A parte do educar está mais correlacionado a formação humana, a formação da sociedade; - Essa mística de que o ensino a distância prejudica ou é menos eficiente, a gente entende ela está cada vez mais diminuída pela tecnologia e pela robustez de tudo que a gente entrega; - De qualquer forma aquela troca imediata acaba se perdendo, quando você tem uma avaliação que eu acho que é fundamental que é a avaliação do comportamento do aluno frente ao conhecimento; - Quando ele [o aluno] está a distância é mais até difícil manter esse foco [concentração] - A escola aberta é melhor para todo mundo, essa troca na sala de aula, a gente acredita que ela é praticamente insubstituível; - A humanidade cada vez que ela é desafiada por um fator externo ela acaba se reinventando, a gente viu professores se reinventando muito; - Acho que foi a classe que se não foi a que mais evoluiu, foi uma das que mais evoluíram nesse período que estamos vivendo [pandemia da covid]; - Acho que não dá para substituir o ensino presencial; - Eu acredito que se a gente precisar, enquanto precisar, o ensino a distância vai ser muito importante, também para o ensino básico, mas eu não acredito que o ensino básico em algum momento vá virar ensino a distância; - A educação é sempre um desafiar-se constante;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para	

	promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 7:00 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: Cidadania (Ep. 47 - Desafios e transformações na educação)

Sinopse: A necessidade de isolamento social levou às escolas públicas e privadas às novas práticas, como a tele aula. Jorio Jadjiski, diretor de Operações Escolares da Inspira, analisa o fenômeno.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 7:30 **Link não disponível**

Programa: Tela Brasil (Rikbaktsa Episódio 02 - Os Flecheiros)

Sinopse: O segundo episódio da série Rikbaktsa, sobre a participação dessa etnia na 1ª edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, mostra a preparação de dois competidores dessa modalidade.

Link não disponível e não foi possível realizar a análise

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 8:00 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: Agenda Econômica (Ep. 8 - Indicação Geográfica de Origem)

Sinopse: A identificação da região de origem de produtos é uma forma de fortalecer as economias locais e destaca os produtos no mercado consumidor. Mais de 70 regiões já receberam o selo do Sebrae.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 05/05/2021 **Horário de exibição:** 8:30 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: Argumento (Episódio 20 - Projetos autoriza quebra de patente)

Sinopse: Projeto que autoriza governo a quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19 é aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos

Deputados.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 9:00 **Link disponível** [aqui](#)

Programa: Em Discussão (Ep. 8 - Alta dos combustíveis: de quem é a culpa?)

Sinopse: O que levou às alturas o preço dos combustíveis? A Petrobras vai continuar a política de reajustes automáticos com o mercado internacional? Veja o que dizem os chefes do Cade e da ANP.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 9:30 **Link disponível** [aqui](#)

Programa: Argumento (Ep. 18 - Colaboração entre CPI's)

Sinopse: A CPI mista das *Fake News* pode compartilhar informações com a CPI da Pandemia. O colegiado já investigou denúncias de notícias falsas a respeito da eficácia da vacinação.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** 9:45 **Link disponível** [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: O programa de notícias do Senado Federal.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Jornalístico

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A morte do ator e comediante Paulo Gustavo repercutiu aqui no Senado, vários parlamentares prestaram homenagens ao ator que morreu nesta terça-feira aos 42 anos vítima de covid; - E foi enviado à sanção presidencial um projeto aprovado ontem pelos senadores em plenário que aumenta as penas para crimes praticados em meio eletrônico, a invasão de celulares, computadores ou tablets, por exemplo, pode dar até 4 anos de prisão; - E o projeto que regulamenta o conselho consultivo de saúde voltou a pauta do plenário virtual,

		nessa semana ele foi aprovado ontem, o texto segue agora para análise dos deputados; - O governo federal anuncia para o ano que vem essa tecnologia [5G] para todas as capitais; - O plenário aprovou também nesta quarta a suspensão de pagamentos do FIES até 31 de dezembro deste ano por causa dos prejuízos causados pela pandemia; - O Ministro da Saúde Marcelo Queiroga prestou depoimento à CPI da Pandemia, mas evitou comentar declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre Cloroquina, isolamento social e guerra química;
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Ontem o ex-ministro da saúde Nelson Teich reafirmou a CPI da pandemia que pediu demissão após apenas 29 dias no cargo por discordar da orientação do Presidente Jair Bolsonaro do uso da cloroquina;
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	- O momento mais tenso da reunião [da CPI da Pandemia] foi quando senadores governistas resolveram questionar a decisão de dar às senadoras da bancada feminina o direito de se manifestarem na reunião apesar de não fazerem parte da CPI.

Data: 06/05/2021 Horário de exibição: 10:10 Link disponível aqui		
Programa: Reunião da CPI da Pandemia		
Sinopse: Ao vivo - A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia ouve o ministro da saúde Marcelo Queiroga.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Transmissão ao vivo		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality Show	Referência aos Realities shows	
	Convivência pacífica entre os atores	O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou com a palavra para perguntar. Eu peço aos meus queridos amigos que, por favor, permitam que eu possa cumprir minha missão. Eu fiz autocrítica... <i>(Intervenção fora do microfone.)</i> O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não. Vamos deixar o Relator trabalhar, homem! O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e disse

		<p>que não vou bater boca com ninguém. Disse até ao Senador Omar Aziz que, se tiver dificuldade para localizar as mulheres nesse debate, que é fundamental, porque são as maiores vítimas da pandemia, coloque-as antes de mim. Não há problema nenhum. Mas eu quero que me deixem fazer a minha parte, cumprir o meu papel.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir para os Srs. Senadores que a gente mantenha aqui o equilíbrio necessário para a gente continuar o trabalho. Se há divergência em relação às perguntas do Senador Renan Calheiros...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu posso fazê-las.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No momento oportuno, Senador Renan Calheiros, qualquer Senador pode dizer que não é verdade. Agora, no momento oportuno, por favor. O Senador Renan Calheiros, como qualquer outro Senador, vai fazer a pergunta que quiser para o Ministro Queiroga - está certo? - e ele vai responder. Na hora, V. Exa. pode se contrapor: "Olha, o Senador Renan Calheiros perguntou isso..." e desmentir na hora ou qualquer coisa. Agora, se for fazer essas intervenções, não vai ser legal. Eu espero que todo mundo me compreenda. Eu fico aqui numa situação... Todos nós somos iguais aqui. Eu só estou aqui por uma questão de... Mas não sou melhor do que ninguém. Eu só espero que todos tenham... Nós somos aqui, temos relações 365 dias por ano. Então, o Senador Renan pergunta o que quiser. Depois, V. Exa. pode se contrapor, vai ter o tempo necessário para fazê-lo.</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Ótimo. Obrigada e parabéns pela condução dos trabalhos, principalmente em não politizar. Foi o que o senhor disse agora em relação à visita do Ministro Onyx ao... A suposta visita, porque pode ter entrado no hotel e ter ido falar com outra pessoa. Ninguém sabe. Então, é por aí que tem que ser mesmo.</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, não. Não quero falar sobre isso não. Só, Presidente, só pedindo, até em respeito à saúde de todos nós aqui, se o senhor puder colocar... Apenas isto: se o senhor puder colocar a máscara, eu acho que fica uma coisa mais coerente.</p>
	Competição entre os atores	O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se quiserem falar, se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Avisem! Eu gosto muito de vocês dois...

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Ciro, Senador Fernando Bezerra, qualquer pergunta...</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenções fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho! Qualquer pergunta que o Relator...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eles replicam depois, Presidente, se quiserem!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Todo dia isso aqui não dá! Todo dia não dá!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho! Espere aí, espere aí...</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. <i>Fora do microfone.</i>) - Não é todo dia, não! Você disse que tinha um gabinete paralelo. O Ministro Mandetta, hora nenhuma... Indagado, negou que tivesse gabinete paralelo...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, isso...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, espere aí...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ô Fernando, quer tomar o lugar do Relator, é? Quer tomar o lugar do Relator?</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quer tomar o lugar do Relator?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí, Fernando...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Fernando, vamos deixar o Relator trabalhar, homem!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra...</p> <p>O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu estou falando é porque isso está nas notas taquigráficas!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas dá licença...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, tem uma obstrução aos trabalhos aqui em curso!</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenções fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Fernando chegou ontem! Chegou ontem! E já está assim...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O Ministro Mandetta... O Senador Renan disse que ele mentiu. Vou lhe dizer que ele mentiu, porque tinha uma instrução normativa sobre uso de cloroquina...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, isso</p>
--	--	--

		<p>é impraticável. Eu não posso cumprir o meu papel...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, isso não pode, Presidente!</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu vou entrar com requerimento aqui...</p> <p style="text-align: center;"><i>(Soa a campainha.)</i></p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Isso não pode, Presidente!</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - É mentira que ele falou... Ele mentiu, ele mentiu!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Este senhor ontem aqui chegou a recomendar remédio de animal para humano.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não estou recomendando.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós temos que ter responsabilidade nisso.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - V. Exa. mente. V. Exa. é um mentiroso!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, não terá condições assim.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não recomendei tratamento animal. Jamais!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, claramente tem um time aqui que não quer que a CPI trabalhe...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu quero que a CPI trabalhe.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... que quer obstruir esse trabalho.</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem um time que quer esconder Prefeitos e Governadores.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem um time que tem gabinete anexo ao Palácio do Planalto que não quer o trabalho da CPI.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não vou bater boca, definitivamente.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, cada um não vai ter a sua oportunidade de perguntar? Não tem um espaço para cada um?</p>
--	--	---

		<p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vai, mas não cabe direcionamento, Senador.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não cabe a você direcionar!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A V. Exa. cabe?</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, eu não estou direcionando! Quem está falando é você!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. e outros aqui tentam direcionar...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é uma manobra de obstrução.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... o depoimento das testemunhas.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, é obstrução clara. (Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É impedir...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor compartilha ou não as opiniões do Presidente? É uma pergunta objetiva. O senhor pode dizer "sim" ou "não".</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, eu, como Ministro da Saúde...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor compartilha, então?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Querem induzir o depoente, Senador. (Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... como testemunha, não tenho que fazer juízo de valor a respeito das opiniões do Presidente da República.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - espere aí, só um minutinho. Uma pergunta mais fácil. É porque o Renan também, às vezes, coloca uma dificuldade... (Risos.)</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não retiro a minha, não.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... para as pessoas entenderem a pergunta. Ministro Queiroga, o senhor é a favor de prescrever cloroquina ou não é a favor? Sim ou não? É mais fácil.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não foi</p>
--	--	--

		<p>essa. Eu perguntei: o senhor compartilha o...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quer induzir...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que o Presidente defende - inclusive ontem defendeu novamente. O senhor compartilha ou não? É a pergunta!</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, eu peço a V. Exa. que entenda a minha posição, como autoridade sanitária, que vou ter que me manifestar no momento correto.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem nada ver com isso aqui, aqui não é fórum...</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Se eu me manifesto agora, Senador, eu estou...</p> <p>(Intervenção fora do microfone.)</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso não é fórum de cloroquina, não; isso é uma CPI...</p> <p>O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Claro que é, Senador Humberto Costa.</p> <p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fora do microfone.) - ... a ciência já mostrou que cloroquina...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Que investiga fatos.</p> <p>O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente Omar Aziz, pela ordem, por gentileza.</p> <p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fora do microfone.) - Não tem polêmica, nem controvérsia.</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Polêmica existe, sim!</p> <p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fora do microfone.) - Não existe, não.</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Existe sim, porque nós vamos ouvir aqui, se esta Comissão deixar, nós vamos ouvir cientistas e médicos renomados pró e médicos renomados contra o tratamento precoce. A ciência não tem posição definida, Senador.</p> <p>Só fazer uma colocação, Senador Omar Aziz, com todo o respeito.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sinceramente... Eu vou ouvir, sim, Senador Eduardo. Hoje, por exemplo, eu fui procurado...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu estou indagando, estou fazendo interrogações. Eu não vou permitir esse debate paralelo, senão eu estaria, sim...</p> <p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas,</p>
--	--	---

		<p>Senador Renan...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não cabe querer conduzir as respostas do depoente, com todo o respeito.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não vou nem te responder, porque estou vendo a tua tentativa de obstrução.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não vou responder a V. Exa. Eu já deixei claro...</p> <p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está bom! Então, escute. O senhor falou de mim, e eu vou lhe falar.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem provocação.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Presidente não é objeto de investigação, ninguém está dizendo isso.</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. <i>Fora do microfone.</i>) - Quem falou isso?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só o Marcos Rogério que falou isso até agora.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. deve estar com os ouvidos tapados, Senador Randolfe.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Zenaide.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só o Senador Marcos Rogério que falou isso daí.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Randolfe, me respeite. Se V. Exa...</p> <p>A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. <i>Por videoconferência.</i>) - Obrigada, gente...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe... V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe, fica patrulhando...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... Palácio do Planalto!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. tem algum problema...</p> <p>A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Gente,</p>
--	--	---

	<p>deixem-me falar!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. Tem algum problema com isso?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Zenaide, toda vez que a senhora vai falar tem algum problema aqui...</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. se põe no tamanho da sua estatura, Senador Randolfe. Me respeite!</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. <i>Fora do microfone.</i>) - Que é maior que a sua, é muito maior que a sua!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Me respeite! Me respeite! Me respeite!</p> <p>A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Por favor, gente!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu respeito a quem se dá ao respeito!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se dê ao respeito!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois é, eu respeito a quem se dá ao respeito, não é o seu caso!</p>
Interlocução com as redes sociais	
Citações de celebridades	<p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Independentemente de cláusulas, do que quer que seja, que estivessem escritas naquele contrato com a Pfizer em agosto do ano passado, tinha que se ter assinado aquele contrato, garantindo 100 milhões de doses. Nós já teríamos salvo, quem sabe, pessoas muito queridas, como o nosso artista e eterno comediante Paulo Gustavo, que eu acho que representa todos aqueles que não têm comorbidade, aqueles que não estão na faixa etária considerada de alto risco e que estão perdendo as suas vidas.</p>
Referência direta ao show business	<p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Mas o senhor também não é só o protagonista dessa história, Ministro. O senhor não só tem a caneta na mão e a capacidade de decidir sobre a vida das pessoas, no sentido de auxiliar a salvar vidas no Brasil.</p>

Data: 06/05/2021

Horário de exibição: 16:54

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: O programa de notícias apresentado durante o intervalo da CPI da Pandemia.

Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - E comissão de relação de exteriores e defesa nacional recebeu em audiência pública nesta quinta-feira, o ministro das relações exteriores, Carlos Alberto Franco França; - Foi enviado para sanção presidencial um projeto aprovado ontem, pelos senadores em plenário que aumenta a pena para crimes praticados em meio eletrônico. A invasão de celulares, computadores e <i>tablets</i> pode dar até quatro anos de prisão. - Um projeto que regulamenta um conselho consultivo de saúde, voltou a pauta do plenário virtual do senado nesta semana e foi aprovado na quarta-feira, o texto segue para análise dos deputados; - O plenário aprovou também nesta quarta a suspensão de pagamentos do FIES até 31 de dezembro deste ano por causa dos prejuízos causados pela pandemia;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	<ul style="list-style-type: none"> - O cardiologista Marcelo Queiroga, assumiu o Ministério da Saúde há cerca de um mês e meio, ele substituiu o ex-ministro Eduardo Pazuello. Na fala inicial de 20 minutos, Queiroga reconheceu que assumiu no pior momento da Pandemia, por isso a posse foi em uma cerimônia fechada porque não havia clima para comemoração. Ele falou sobre as ações à frente do ministério, pediu um voto de confiança para aprimorar o trabalho e união para enfrentar a crise sanitária e também reforçou a importância da vacina. - O relator, senador Renan Calheiros, questionou o ministro sobre a quantidade de vacinas realmente contratadas pelo governo.
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 06/05/2021 **Horário de exibição:** Durante o intervalo da CPI da Pandemia **Link disponível** [aqui](#)

Programa: Argumento (Episódio 20 - Projetos autoriza quebra de patente)

Sinopse: Projeto que autoriza governo a quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19 é aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Produção da TV Senado: Sim
Gênero: Documental

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 06/05/2021 Horário de exibição: Durante o intervalo da CPI da Pandemia Link disponível aqui Programa: Argumento (Alessandro Vieira quer convocação de Osmar Terra para depor na CPI da Pandemia) Sinopse: O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) quer convocar o ex-ministro Osmar Terra para depor na CPI da Pandemia. Ele quer explicações do ex-titular da pasta Cidadania sobre falas em defesa da chamada imunidade de rebanho e do contágio generalizado da sociedade como forma de por fim à pandemia. Nesta entrevista, o senador também avalia os depoimentos de ex-ministros da Saúde na Comissão Parlamentar de Inquérito		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Os dois depoimentos [na CPI dos ex ministros da saúde Mandetta e Teich] foram muito sólidos, muito consistentes no sentido de que a cadeia de decisão, o processo decisório passava, tinha como fonte definitiva a do presidente da república Jair pelo Bolsonaro; - A constatação muito clara de que o presidente não aceitava o aconselhamento técnico dos profissionais que ele mesmo escolheu; - O presidente [Bolsonaro] simplesmente optou por ignorar as orientações deles [de Mandetta e Teich] e seguir orientações paralelas ou da sua cabeça; - Os profissionais médicos Mandetta e Teich confirmaram que está havendo uma confusão Brasil afora entre o que é a autonomia do médico na sua relação médico-paciente na qual ele pode escolher sim o medicamento fora da previsão normal da bula, o chamado <i>off label</i> , e pode fazer isso naquela relação que é no caso particular, o que você não pode é ter uma política pública, com gastos relevantes baseado numa ideia que não tem lastro técnico.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- O senhor foi o primeiro senador que apresentou sugestão de um plano de trabalho para o relator, senador Renan Calheiros, mas há um certo consenso sobre essas linhas de investigação? Que passam pela questão da vacinação, medicamento sem eficácia comprovada, falta de medicamento para o chamado kit intubação e também sobre a situação de Manaus que ficou sem oxigênio.
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	

	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 06/05/2021	Horário de exibição: 20:30	Link disponível aqui
Programa: Cidadania (episódio 45)		
Sinopse: Direitos do consumidor e as compras pela internet - Falsas promoções e fraudes cresceram na pandemia com o aumento de compras pela internet. Aprenda quais são os direitos garantidos aos consumidores digitais no Código de Defesa do Consumidor		
Programa exibido em reprise e análise já realizada.		

Data: 13/07/2021	Horário de exibição: 7:00	Link disponível aqui
Programa: Cidadania (Ep. 74 - Julho Amarelo pela cura da hepatite)		
Sinopse: Hepatites B e C têm tratamento pelo SUS e o teste para diagnóstico precoce pode ser feito em postos de saúde. Para dar mais visibilidade à doença foi lançada a campanha Julho Amarelo.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Porque tem que ter tanto cuidado com a saúde do fígado? E qual a função do fígado para a saúde humana? - E no caso das hepatites B e C? Primeiro vamos diferenciar as duas para depois a gente falar dos sintomas - A organização mundial de saúde objetiva até o ano de 2030 erradicar as hepatites virais do mundo, a hepatite C do mundo; - Eu queria que você explicasse o porquê dessa atenção especial com o grupo de pessoas com mais de 40 anos; - Existe relação entre o consumo de álcool e o desenvolvimento de uma dessas hepatites, hepatites virais? - Não existe uma relação direta entre o álcool e a hepatite viral. - Então a gente deixou aí, dicas importantes, informações muito importantes para você que está assistindo a nossa entrevista; - É prevenível a hepatite B, tem tratamento a hepatite para a hepatite C, o diagnóstico pode ser feito na rede de saúde no SUS, nos postos de saúde.

	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 13/07/2021 Horário de exibição: 7:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Tela Brasil (Pedro Bruno: o Poeta da Cor)</p> <p>Sinopse: Conheça o pintor e escultor fluminense Pedro Bruno, que fez da Ilha de Paquetá um santuário ecológico e artístico.</p> <p>Produção da TV Senado: Não (Cinema Cinema)</p> <p>Gênero televisivo: Documental</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>O Pedro Bruno foi um poeta, um pintor, um grande paisagista, na verdade uma grande personalidade na ilha de Paquetá.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ele [Pedro Bruno] depois acabou se encantando pela pintura e deixou completamente o canto; - Ele pintou todas as coisas que Paquetá tinha para oferecer; - A natureza toda o inspirava, mas ele dedicou-se mais a marinha e a maternidade, ele tinha um encanto pela maternidade; - Pedro Bruno teve algumas de suas telas premiadas em exposições de âmbito nacional; - Mas cultura, você sabe como é que é, nós tentamos muito fazer museu, fizemos várias exposições, fizemos exposições em casa, durante uns dois anos recebíamos aos domingos pessoas para visitar a casa, mas não deu em nada. A cultura no Brasil eu acho que está muito precária; - Ele é um grande pintor, ele é um grande paisagista, mas ele é também um dos primeiros ecologistas que a gente tem, a obra dele paisagista diz isso o tempo todo. - Pedro Bruno construiu muita coisa, plantou muito e protegeu muito; - Paquetá era o quinto filho dele
	Comunicação pública para consulta de opinião	

	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	O cemitério de pássaros Paquetá é uma singularidade da ilha e muito importante para todos nós.

Data: 13/07/2021			Horário de exibição: 8:00			Link disponível aqui		
Programa: Assunto de Estado (Ep. 20 - Goiás - Destina emendas parlamentares para saúde)								
Sinopse: Muito antes da pandemia, o senador Jorge Kajuru já elegia a saúde como sua prioridade de mandato; por isso, destinou 90% de suas emendas parlamentares ao Orçamento da União para esse setor.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria		Unidade de Registro					
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa		- A diabetes é a terceira maior causa de morte no mundo, no Brasil atinge 12,5 milhões de pessoas;					
	Comunicação pública para consulta de opinião							
	Comunicação pública para prática de interlocução		- Aqui é jornalismo é informação, parabéns! - A importância da TV Senado, o que ela dá ao senador, ao parlamentar, aí no caso a TV Câmara também, o espaço para ele esclarecer a população do seu estado e ao Brasil o que realmente ele está fazendo, porque normalmente o restante da imprensa só quer o fuxico.					
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)							
	Comunicação pública para o interesse público							
	Comunicação pública inclusiva e plural							

Data: 13/07/2021			Horário de exibição: 9:00			Link disponível aqui		
Programa: Reunião da CPI da Pandemia								

<p>Sinopse: Ao vivo - A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia ouve Emanuela Medrades da Precisa Medicamentos. Parte 1 - Inicialmente a depoente se recusou a responder se ela tinha um vínculo empregatício com a Precisa Medicamentos e diante do habeas corpus emitido pelo STF. Nesse sentido, a CPI da pandemia enviou um ofício ao STF para um esclarecimento acerca dos limites do direito habeas corpus e a sessão foi suspensa.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality Shows	Referência aos Reality shows	
	Convivência entre os atores	
	Competição entre os atores	<p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa? Isso não a autoincriminará.</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Repete a pergunta, para o Brasil entender a resposta da depoente. Olha a pergunta que a incrimina. Vamos lá.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em primeiro lugar, eu queria só repetir que nós não vamos fazer nenhuma pergunta que possibilite uma autoincriminação da depoente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Lógico! Vamos lá.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito pelo contrário. E se, por acaso, nós fizermos qualquer pergunta nessa direção, ela, sim, não estará obrigada a responder, como obrigada a responder está sobre qualquer pergunta que não a autoincrimine, como testemunha.</p> <p>Eu fiz a primeira pergunta, que o Presidente pede para que eu repita: qual a sua relação, Emanuela Medrades, com a Precisa Medicamentos - profissional, técnica? V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.</p> <p>O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sr. Presidente, ela está em estado flagrancial do crime do 330 - desobediência! Por favor, isso é elementar. A decisão do Ministro Fux se limita a ela se manter calada nos fatos que a incriminem. A pergunta é simples: qual vínculo empregatício com a empresa? Se ela se reserva</p>

		<p>ao direito de permanecer calada, ela não está cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal! A Constituição Federal é clara: ninguém pode ser preso salvo em flagrante delito ou por ordem judicial. Flagrante vem do latim flagrans, que quer dizer corpo em chama. O art. 301 do Código de Processo Penal diz mais claro: qualquer do povo poderá...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - ...e as autoridades policiais e seus agentes devem prender quem quer que seja em flagrante delito. É inadmissível que uma depoente venha aqui, estando com o compromisso de dizer a verdade, e se recuse a dizer o elementar que é o grau de responsabilidade, o vínculo de comprometimento, o vínculo empregatício...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Os advogados estão contra ela, na verdade, estão infringindo o Código de Ética da OAB...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. PEDRO IVO VELLOSO - Sr. Presidente, V. Exa. me permite usar da palavra?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Isso é contra um cliente. Isso não se faz com um cliente!</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, eu queria fazer aqui... Presidente, eu queria fazer aqui uma colocação...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fazendo soar a campanha.) - Só um minutinho! Eu vou... Eu vou...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dá licença...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu pediria a V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu pediria a V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senadora.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Se V. Exa. me permite, eu pediria a V. Exa. que, diante da colocação feita pela depoente de que realmente não vai responder, na verdade, V. Exa. libere a depoente. Eu quero só deixar claro...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não...</p>
--	--	--

		<p style="text-align: center;">(Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu quero só dizer para o senhor aqui o seguinte: o Carlos Wizard veio aqui, Presidente, e não respondeu a nenhuma pergunta...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu quero, inclusive, pedir a V. Exa. que V. Exa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São situações diferentes, Eliziane...</p> <p style="text-align: center;">(Tumulto no recinto.)</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Omar, pela ordem.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... a extensão, a extensão, a extensão...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Omar, Presidente...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A decisão do embargo que V. Exa. toma também faça extensivo ao Wizard e aos demais também que não falaram!</p> <p style="text-align: center;">(Tumulto no recinto.)</p> <p>O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Não, não, não!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São situações diferentes...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.</p> <p>O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - É termo circunstanciado...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São situações diferentes.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem. É um encaminhamento...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -</p>
--	--	--

		<p>Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Deixe-me fazer o encaminhamento. Se alguém... Quem vai fazer o encaminhamento neste momento sou eu. (Intervenções fora do microfone.)</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Eliziane. Primeiro, é o seguinte: nós fizemos uma pergunta teste. Foi feita uma pergunta teste simples. Baseada na resposta dela, nós iremos suspender a reunião, chamarei os advogados, entraremos com embargo de declaração neste momento ao Presidente Fux para que ele possa nos responder...</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A decisão está clara! Não precisa aclarar nada!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí! Espere aí! Quem decide sou eu se precisa ou não parar! Vou fazer o embargo de declaração agora, baseado nessa resposta...</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... para que o Presidente Fux possa dizer quais são os limites.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque eu não vou perder meu tempo em estar ouvindo uma depoente que não quer colaborar - nem dizer qual o papel dela na empresa!</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - A decisão de V. Exa. é prudente e correta.</p> <p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Os advogados dela...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É essa a decisão e acabou!</p> <p>Sessão suspensa 12 horas e 11 minutos e retomada às 19:44 horas.</p>
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	

Data: 13/07/2021

Horário de exibição: 18:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- A comissão deveria ouvir a diretora técnica da Precisa Medicamentos, empresa que intermediou as negociações para compra pelo governo brasileiro de 20 milhões de doses da vacina Covaxin da indiana Barat/Biotec. - Emanuela recorreu ao Supremo para não comparecer à CPI, mas o ministro Luiz Fux negou e concedeu apenas o direito ao silêncio para não se incriminar. - Já no momento em que o presidente da CPI Omar Aziz perguntou se ela prestaria voluntariamente o compromisso de dizer a verdade apesar o habeas corpus, Emanuela Medrades afirmou que não iria falar;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- A Precisa medicamentos é a representante da empresa Barat/Biotech que desenvolveu a vacina indiana Covaxin e a CPI então investiga as supostas irregularidades no contrato e nas negociações para que essas vacinas chegassem ao Brasil por meio do Ministério da Saúde.
	Comunicação pública inclusiva e plural	- A TV Senado vai acompanhar, fazer a cobertura completa e trazer em primeira mão informações para vocês em nosso canal exclusivo para a CPI.

Data: 13/07/2021 Horário de exibição: 19:44 Link disponível aqui		
Programa: Reunião da CPI da Pandemia		
Sinopse: Ao vivo - A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia ouve Emanuela Medrades da Precisa Medicamentos. Parte 2 – A CPI da Pandemia retoma o depoimento de Emanuela Medrades.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
	Referência aos Reality shows	

	<p>Convivência pacífica entre os atores</p> <p>Competição entre os atores</p>	<p>Sessão suspensa às 12 horas e 11 minutos e retomada às 19:44 horas.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Muito obrigado, Senador Randolfe.</p> <p>Eu irei fazer uma pergunta à senhora, Sra. Emanuela: qual é a sua função, qual é a sua função dentro da empresa Precisa, na qual a senhora trabalha? Qual é a sua função?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) - Srs. Senadores, Sras. Senadoras, boa noite!</p> <p>Eu sou Diretora Executiva e Responsável Técnica da Precisa. Eu sou envolvida em todas as tratativas contra a pandemia em que a Precisa atuou. Dessa forma, devido à negativa que me deram, de um pedido de adiamento, eu pedi que fosse adiado por 12 horas esse depoimento, eu vou permanecer, no que eu julgar ser referente à pandemia, a essa CPI e também à empresa, permanecer em silêncio, porque é humanamente impossível você passar o dia inteiro nessa tortura e depois vir até aqui e ter que depor por mais oito horas, sendo que eu estou totalmente disposta a esclarecer e eu só pedi 12 horas de adiamento.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A senhora chegou aqui às dez e meia da manhã para esclarecer.</p> <p>O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) - Às oito horas da manhã, Senador, oito horas da manhã.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um minutinho, doutor, não me interrompa. Eu não o interromperei na hora em que V. Exa. pedir a palavra. V. Exa. não me interrompa. V. Exa. chegou aqui às dez e meia. Inclusive, a pedido, a senhora entrou por um local estratégico, para que a senhora não fosse de forma nenhuma admoestada por ninguém. Nós fizemos essa concessão, a primeira concessão à senhora, a pedido do seu advogado, porque a senhora estava num escritório, não estava aqui, não estava no Senado. Eu cheguei aqui às dez horas. Conversei com os seus advogados. Eles me comunicaram que a senhora iria permanecer em silêncio. Então, eu estou lhe fazendo essa pergunta para que a gente não fuja das funções que a senhora tem. Por isso é que eu lhe perguntei qual é a sua função dentro da empresa. Além disso, a sua função dentro da empresa, o que a senhora faz, quais são as suas obrigações na empresa. Sabendo das suas obrigações na empresa, com certeza absoluta não lhe faremos nenhuma pergunta que possa lhe autoincriminar. É por isso a pergunta nossa. Qual é a sua função? Quais são os seus deveres na empresa? É uma pergunta simples. A senhora, quando foi contratada para trabalhar na empresa, foi contratada com uma função, e é isso que nós queremos saber. A sua função é tratar do Covid ou é tratar de contratos, liberação? É isso que nós queremos saber.</p> <p>Baseado nisso, eu pedirei aos Senadores e às Senadoras que não façamos nenhuma pergunta à depoente que a comprometa e a autoincrimine. Por isso que eu estou lhe perguntando agora para que a gente não perca tempo em perguntas que a senhora não vai poder responder, e a</p>
--	---	--

		<p>gente não quer constrangê-la. Por isso eu lhe pergunto: quais são as suas funções dentro da empresa? Quais são as suas obrigações como funcionária da empresa Precisa?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Isso, Senador, eu já havia respondido. Eu sou Diretora-Executiva e Farmacêutica, responsável técnica pela companhia, e, mais uma vez, todas as tratativas em que a Precisa atuou no enfrentamento da pandemia eu fui envolvida. O.k.? E devido a isso e devido também à negativa a meu pedido de um adiamento de somente 12 horas... Porque temos que esclarecer, sim, não existiram irregularidades, e eu estou exausta. O.k.? Eu estou, psicologicamente e fisicamente, exausta e eu estou querendo colaborar. A única coisa que eu pedi foi o adiamento.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator, para que a gente comece a ouvir a nossa depoente.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.</p> <p>Retomando o depoimento. Em função de decisão do Supremo Tribunal Federal - há claras circunstâncias com relação aos limites e às perguntas que a podem autoincriminar e, eventualmente, às perguntas que a depoente estará obrigada a responder -, eu gostaria de retomar.</p> <p>V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) - Não, senhor.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. é remunerada pela Precisa? Diretamente ou por meio de outra empresa do grupo?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, mais uma vez, estamos falando do mesmo tema, estamos falando da companhia, e eu vou permanecer no direito de ficar calada.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. chegou à Precisa Medicamentos?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, eu vou permanecer no meu direito de não responder, porque estou exausta.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma empresa de V. Sa. tem alguma relação societária ou negocial com a Precisa Medicamentos?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Sr. William Amorim Santana aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, como todos sabem, é Consultor Técnico do Ministério da Saúde, afirmou que já lidou com V. Sa. em outros contratos do Ministério da Saúde. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas. De quais outros contratos com o Ministério da Saúde V. Sa. participou?</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES - Não têm relação com a pandemia. Sr. Senador, com todo o respeito, eu gostaria muito de colaborar, mas, no que diz respeito à</p>
--	--	--

	<p>Precisa, nesse momento e nessa pressão, eu gostaria de permanecer em silêncio.</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, o senhor me permite uma questão de ordem?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor.</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) - Para poder situar as coisas no seu ponto razoável e racional. Esse andamento absolutamente atípico de uma sessão da CPI se deu pelo não entendimento do primeiro comando do Supremo. Então, o Supremo Tribunal Federal concedeu à depoente o direito de permanecer calada pra evitar autoincriminação. Ela foi equivocadamente orientada a não responder nenhuma pergunta.</p> <p>V. Exa., Senador Omar Aziz, poderia ter decretado a prisão por desobediência. O senhor tomou excesso de cuidado de solicitar esclarecimento ao Supremo Tribunal Federal novamente e, novamente, recebeu o mesmo comando, no sentido de que a depoente pode silenciar com relação às perguntas que gerem risco de autoincriminação, mas não com relação às demais. Ressalto, da mesma forma, que exaustão ou coisa parecida não é justificativa para a depoente responder ou não responder, não funciona assim.</p> <p>Então, a questão de ordem objetiva é que, se V. Exa., por ato unilateral de benevolência, resolver fazer uma nova sessão de depoimento, que o faça, mas, a prosseguir desta forma, que V. Exa. avalie a necessidade de prisão por não resposta indevida às perguntas.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos avaliar a necessidade de uma tomada de decisão mais drástica nesse momento.</p> <p>Eu vou pedir à Sra. Emanuela pra colaborar. Nós não queremos que a senhora se incrimine. Exaustos estamos todos nós, exaustos estão 534 mil brasileiros que perderam a vida e seus familiares. Exausta é a brincadeira que se fez no Brasil pra comprar vacina. E a Precisa brincou de vender vacinas. A senhora está aqui por causa disso. Então, a exaustão sua não é um centímetro de uma mãe ou de um filho que chora a perda do pai ou dos seus filhos.</p> <p>Então, eu peço a sua colaboração nesse momento, Sra. Emanuela, porque, se tem alguém responsável por essa exaustão, tenho certeza de que não é essa CPI. Não foi a CPI que fez a senhora passar o dia todo aguardando. Foi uma decisão que a senhora tomou de nem querer responder a primeira pergunta do Senador Renan Calheiros, que era uma pergunta simples, que não a comprometia em nada. Naquele momento, nós percebemos que a sua presença aqui era pra brincar com a cara da gente. E eu estou lhe comunicando: eu espero que a senhora colabore. Se a senhora quiser tomar um café, quiser comer, eu espero aqui. Se a senhora está exausta, não tem ninguém aqui que não esteja exausto.</p> <p>Agora, conforme disse o Senador Alessandro, a orientação dada para a senhora foi equivocada. A decisão do Ministro Fux é muito clara em relação à senhora não responder aquilo que possa autoincriminá-la, mas a senhora não pode aqui justificar que a senhora está exausta e não responder qual o salário que a senhora tem, como a senhora é remunerada, porque isso aí são perguntas simples, que não têm esforço físico nenhum. A senhora não vai fazer uma corrida de</p>
--	--

		mil metros, de 10 mil metros. A senhora vai responder uma pergunta simples. E a gente está exausto também. Então, eu espero a sua colaboração para que eu não possa ser uma pessoa que tenha que tomar uma decisão que não é boa nem para mim, nem para a senhora, nem para ninguém.
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	

Data: 13/07/2021			Horário de exibição: 20:07			Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias								
Sinopse: Entrevista coletiva ao vivo dos senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro						
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- A CPI da pandemia decidiu retomar amanhã o depoimento de Emanuela Medrades que é uma funcionária da Precisa Medicamentos; - No depoimento de hoje na CPI Emanuele Medrades resolveu ficar calada porque tinha um <i>habeas corpus</i> que lhe garantia não produzir provas contra si.						
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Nesse momento então vamos ao vivo escutar o relator e o vice-presidente da CPI que concedem entrevista ao vivo, vamos ver; - Eu acho que a grande vitória da comissão parlamentar de inquérito no dia de hoje foi a decisão do Ministro Luis Fux em relação a esse artifício que tem sido utilizado pela Precisa em colaboração com o governo federal; - Sim. A nossa avaliação diante de todos esses fatos é que na verdade, o governo está hoje detendo um controle, um aparelhamento, sobre certas intuições do estado que ele utiliza em seu interesse. Não é de interesse do governo de jeito algum que nós aprofundemos as investigações sobre essa empresa [Precisa Medicamentos]						
	Comunicação pública para prática de interlocução							
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)							
	Comunicação pública para o interesse público							
	Comunicação pública inclusiva e							

	plural	
--	--------	--

Data: 14/07/2021			Horário de exibição: 7:00			Link disponível aqui		
Programa: Cidadania (Ep. 75 - Projeto Luna Medicina)								
Sinopse: O Conselho Federal de Medicina criou um canal de comunicação para que médicos possam alertar sobre as condições de trabalho na saúde durante a pandemia da covid-19, é o projeto Luna Medicina								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro						
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A conversa de hoje eu falar sobre o projeto Luna medicina, o levantamento unificado de alerta de profissionais da medicina sobre a pandemia da Covid-19; - O Conselho Federal de Medicina tem um forte sistema de fiscalização nos seus braços regionais, que são os conselhos regionais de medicina; - O projeto, o Luna, e o Conselho Federal de Medicina também, ele fiscaliza, tanto o setor privado, quanto o setor público de saúde; - Nós já estávamos observando esse impacto na saúde mental, e existe essa preocupação dentro do Conselho Federal de Medicina, a saúde mental do médico e o projeto Luna vem mostrando esse aspecto de infraestrutura de EPI e também da saúde mental do profissional médico; - Existem consequências de pessoas que tiveram a Covid e consequências neuropsicológicas posteriores a doença; 						
	Comunicação pública para consulta de opinião							
	Comunicação pública para prática de interlocução							
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)							
	Comunicação pública para o interesse público							
	Comunicação pública inclusiva e plural							

Data: 14/07/2021			Horário de exibição: 7:30			Link disponível aqui		
-------------------------	--	--	----------------------------------	--	--	---	--	--

Programa: Tela Brasil (Quem me representa?) Sinopse: O documentário põe em debate a representatividade do brasileiro, desde as primeiras eleições, em 1532, até a conquista dos espaços democráticos por segmentos historicamente excluídos. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Documentário		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Não existia voto secreto; - Com a república [primeira república no Brasil] não apenas a situação se modificou como ela piorou, o número de eleitores brasileiros na chamada primeira república, que é por definição uma república oligárquica diminuiu em relação ao que nós tínhamos no império; - As mulheres não votavam [durante a primeira república]; - Há uma intensa movimentação das mulheres no século XIX e no início do século XX isso começa a resultar na aprovação, no mundo inteiro, do voto feminino; - As mulheres em termo nacionais só vão adquirir o direito ao voto em 1934; - Na esteira da revolução constitucionalista de São Paulo, que militarmente foi derrotada, mas politicamente saiu vitoriosa, [Getúlio] Vargas é obrigado a assinar um código eleitoral, é a primeira vez que nós vamos ter na verdade isso, a criação da justiça eleitoral, a convocação de eleições por uma constituinte o direito de voto, aí sim explícito as mulheres; - A partir da eleição de 74 o Senado assume o protagonismo dessa grande discussão política, desse grande debate que vai culminar com o fim do regime militar; - As diretas já era um nome que simbolizava toda uma luta contra o regime militar.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	<ul style="list-style-type: none"> - Eu acho que agora os movimentos sociais, esses sujeitos não aceitam mais o apagamento, nós não aceitamos esse apagamento da história. E Eu acho que não aceitar esse apagamento da história é insuficiente, além de lutar para que a gente tenha visibilidade, identidade, a gente também precisa ocupar política, ocupar os espaços de poder;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	<ul style="list-style-type: none"> - Era uma oportunidade de fazer as pessoas pensarem porque que eles estão votando, e o que isso faz? O que isso representa? - Elas [as pessoas] elegem um representante, mas elas nunca param para pensar que aquele é o representante deles; - A gente só pode construir uma sociedade realmente com cidadania e democrática se for uma sociedade construída por todas essas vozes que foram historicamente apagadas; - A população entendeu que você não pode julgar ninguém pela cor da pele, pela orientação sexual ou pelo gênero, ou por qualquer que seja, ela entendeu que a competência, eficiência no serviço público e a representatividade tem que ser mais significativa.
	Comunicação pública para o	<ul style="list-style-type: none"> - Por muito tempo setores importantes da sociedade não viam o poder que o voto tem, e o

	interesse público	poder transformador que a representatividade pode ter, de segmentos que estão naqueles espaços, mas muitas vezes na sociedade são a maioria, como as mulheres, a população negra;
	Comunicação pública inclusiva e plural	- Como eu vou explicar para a população e para as pessoas que no Brasil 52% da população é de mulheres e eu estive na assembleia legislativa de Mato Grosso do Sul com 24 deputados e todos homens? Isso é muito significativo, isso é estrutural. Eu estive em Salvador, 85% da população de Salvador é de negros, nunca elegeu um negro. Então a sociedade tem que refletir isso, nós temos que entender que realmente nós vivemos numa democracia, mas que nós temos que dar instrumento para essa democracia seja efetivamente implementada e não só no discurso.

<p>Data: 14/07/2021 Horário de exibição: 8:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Em Discussão (Ep. 16 - Passaporte sanitário)</p> <p>Sinopse: Uma plataforma digital com todas as informações da sua vida sobre as vacinas e os testes da Covid-19. É o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (CSS), aprovado no Senado.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Uma plataforma digital onde você vai ter todas as informações da sua vida sobre as vacinas e os testes da Covid-19. É o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária, o CSS, já aprovado no Senado. É o que você vai ver agora no Em discussão. - O CSS vai fornecer informações sobre 4 outros certificados, dois de vacinação nacional e internacional e dois com testagem também com validade nacional e internacional; - O acesso a essas informações é feita pelo próprio vacinado ou então pelos profissionais de saúde que estão devidamente autorizados a acessar informação do cidadão; - [O CSS] propicia adoção de medidas de controles de surtos e pandemias de forma mais inteligente, estratégica, eficientes; - As medidas de prevenção contra a covid-19, como o uso de máscara, a lavagem das mãos e o distanciamento não podem ser abandonadas mesmo com a adoção do CSS;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o	

	interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 14/07/2021	Horário de exibição: 8:30	Link NÃO disponível
Programa: Argumento		
Sinopse: O que pensam os senadores sobre o cenário político brasileiro, a conjuntura econômica, a atuação dos parlamentares, projetos em debate no Congresso e temas recentes da agenda do país.		
Link não disponível		

Data: 14/07/2021	Horário de exibição: 9:00	Link disponível aqui
Programa: Senado Notícias		
Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Hoje a partir das 4 da tarde o Senado vai votar mais projetos de lei relacionados a eleições, vamos conferir então a pauta de votações; - Será analisada a proposta de emenda à constituição que reserva 5% do fundo partidário para criação, manutenção e promoção de campanhas de mulheres na política; - O plenário do senado aprovou nesta terça-feira duas propostas que alteram a legislação eleitoral, se virarem leis as novas regras já serão aplicadas nas eleições gerais de 2022; - Nesta terça-feira, 6 comissões do senado votaram emendas a lei de diretrizes orçamentárias, a comissão de assuntos econômicos, de assuntos sociais, de transparência, educação e desenvolvimento regional, e a de direitos humanos. Hoje as votações de emendas vão ser em outras 5 comissões, a de meio ambiente, que você viu acabou de começar, a senado do futuro, infraestrutura, ciência e tecnologia e a de relações exteriores; - Nesta quarta-feira o senado vai receber pela terceira vez o selo Pró equidade de gênero e raça do ministério dos direitos humanos. - Daqui a pouco a CPI da pandemia vai retomar o depoimento de Emanuela Medrades, diretora da Precisa Medicamentos, ontem pela manhã ela não quis responder perguntas dos senadores que suspenderam e consultaram o supremo tribunal federal sobre os limites de um <i>habeas corpus</i> que havia sido concedido a ela. - Mais uma vez os senadores da CPI começaram a reunião fazendo um minuto de silêncio pelos

	<p>mais de 530 mil mortos pela pandemia e em homenagem pela consultora legislativa do senado Fabiana Queiroz, mais uma vítima da doença;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O presidente da CPI, senador Omar Aziz reclamou que a polícia federal tem ouvido testemunhas às vésperas dos depoimentos delas a comissão; - E a CPI da pandemia pode convocar o general Braga Neto para esclarecer a participação dele nas tentativas de compras de vacinas. Braga Neto atualmente ministro da defesa foi chefe da casa civil e por isso teve papel de coordenação junto com o Ministério da Saúde no enfrentamento da pandemia, os senadores também reagiram a nota das forças armadas na semana passada contra o presidente da CPI Omar Aziz; - O depoimento de Francisco Emerson Maximiano estava previsto para primeiro de julho, mas ele informou à CPI que estava em quarentena para a Covid-19 porque tinha acabado de voltar de uma viagem à Índia. A expectativa pela presença dele acabou aumentando depois do depoimento dos irmãos Miranda na sexta-feira, eles disseram à CPI que o presidente Jair Bolsonaro sabia de irregularidades no contrato da compra da vacina Covaxin que é fabricada pelo laboratório indiano Bharat Biotech que é representado no Brasil pela empresa de Maximiano, a Precisa Medicamentos; - A CPI da Pandemia vai marcar uma nova data para o depoimento do reverendo Amilton que seria hoje e foi adiado depois que ele alegou crise renal. Uma perícia médica foi pedida pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz, que confirmou o problema; - E amanhã a CPI da Pandemia deve ouvir Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador da empresa Davati Medical Supply. Ele vai prestar depoimento como testemunha sob suposto esquema de corrupção em compras de vacinas contra a covid-19.
Comunicação pública para consulta de opinião	<ul style="list-style-type: none"> - A gente volta a falar da CPI da Pandemia, parece que tem entrevista ao vivo acontecendo agora é isso? É o senador Randolfe Rodrigues, vice-presidente da comissão, vamos acompanhar. - Neste momento o senador Rogério Carvalho está dando uma entrevista ao vivo sobre a oitiva de hoje, vamos acompanhar;
Comunicação pública para prática de interlocução	
Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
Comunicação pública para o interesse público	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda nessa edição vamos trazer a cobertura completa dos depoimentos de hoje na CPI da Pandemia; - A comissão deveria ouvir a diretora técnica da Precisa Medicamentos, empresa que intermediou as negociações para compra pelo governo brasileiro de 20 milhões de doses da vacina Covaxin, da indiana Barat Biotech. Emanuela Medrades foi citada nos depoimentos do chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda e do consultor técnico Willian Santana, foi ela quem encaminhou as <i>invoices</i>, notas fiscais necessárias para

		importação da vacina com várias irregularidades. Emanuela recorreu ao supremo para não comparecer à CPI, mas o ministro Luiz Fux negou e concedeu apenas o direito ao silêncio para não se incriminar; - Desde que os trabalhos da CPI da Pandemia começaram no final de abril várias frentes de investigação foram abertas, mas com o desenrolar das apurações os senadores ampliaram as análises principalmente para apurar irregularidades em negociações de vacinas.
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 14/07/2021 Horário de exibição: 10:02 Link disponível aqui		
Programa: CPI da Pandemia (36ª Reunião - Semipresencial)		
Sinopse: 36ª Reunião da CPI da Pandemia. Depoimento de agendado de Amilton Gomes de Paula, mas diante do retorno dos esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal no dia anterior, nesse dia foi colhido o de Emanuela Batista de Souza Medrades da Precisa Medicamentos.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Transmissão ao vivo – Com tradução simultânea em libras		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
	Referência aos Realities shows	
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	- O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Sem um centavo de dinheiro público. Interessante isso. Interessante. Interessante. A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não estou me dirigindo a V. Exa. V. Exa. usará o microfone quando o Presidente desta Comissão lhe determinar. Eu peço que respeite uma Senadora da República. O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Muito interessante. A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>) - Eu nunca tive a indelicadeza do Líder do Governo de gritar com ele. Mas estou começando a ficar surda do lado esquerdo e do lado direito. Eu não consigo sequer ouvir o Relator... O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando... A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>) - ... porque ficam os dois no meu ouvido. O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... o senhor pode ficar tranquilo. Não precisa o senhor ficar vermelho, calma; porque, veja, até o microfone eu desliguei. Até o microfone nós bloqueamos. Então, vamos garantir... <i>(Tumulto no recinto.)</i> A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>)

		<p>- O senhor me respeite! O senhor me respeite! (<i>Intervenção fora do microfone.</i>)</p> <p>A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (<i>Fora do microfone.</i>) - Sr. Presidente, por favor!</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>) - Se o senhor repetir isso mais uma vez, eu vou falar ao microfone... (<i>Intervenções fora do microfone.</i>)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Repita o que o senhor disse para mim! Repita!</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. <i>Fora do microfone.</i>) - Ela falou isso? Fica induzindo a depoente...</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>) - Repita o que disse para mim! (<i>Intervenções fora do microfone.</i>)</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. <i>Fora do microfone.</i>) - Não, repita o que o senhor disse sobre mim! Ora! Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem. Se esse Senador novamente repetir o que disse para mim agora, eu vou poder invocar nosso Regimento.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Estou dizendo que a senhora está querendo induzir a depoente a falar o que a senhora quer.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - No microfone, ele não tem coragem de falar o que disse para mim agora.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Que a senhora está induzindo a depoente a falar o que a senhora quer.</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não, não foi isso o que o senhor disse.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Foi, foi!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador...</p> <p>A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não foi isso! Eu quero respeito!</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Ela não vai mentir, não! Ela não vai mentir aqui, não!</p> <p>Pausa para almoço e retorno às 14h10</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - O próprio Senador Renan Calheiros, aqui nos corredores do Senado todos já sabem, se utiliza da qualidade de Relator para fazer perseguição</p>
--	--	---

	<p>peçoal, em especial comigo. Já é de conhecimento público, a imprensa já colocou que o senhor teria um <i>bunker</i> na sua casa com um esquema das pessoas que têm alguma proximidade comigo, para ver se acha alguma coisa contra mim, inclusive já requerendo a quebra de sigilo dessas pessoas, que nunca foram citadas aqui nesta CPI, nunca sentaram aqui para dar o seu depoimento.</p> <p>E, para finalizar, ainda tem uma entrevista sua ao portal Metr�p�les dizendo que eu sou investigado nesta CPI. Eu queria que o senhor falasse sobre isso também, que eu sou investigado nesta CPI. O senhor pediu a quebra do meu sigilo?</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para explica�o pessoal.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas a todos para ter que responder a uma questão colocada aqui absolutamente verdadeira.</p> <p>Eu nunca tive operador na minha vida. Minha vida sempre foi transparente, absolutamente transparente. Nunca me acusaram de ter operador. Quem � acusado de ter operador � o Senador Flávio Bolsonaro.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Está no Supremo.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando ele se dirige a mim, eu acho que ele está se dirigindo � pessoa errada; eu acho que ele deve estar dirigindo ao Queiroz...</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, Lyra.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ao Adriano da Nóbrega.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Ao Lyra.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu acho que ele está se dirigindo a essas pessoas.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Estou me dirigindo a Milton Lyra.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, me erra, entendeu? E responde às acusa�es que pesam sobre você.</p> <p>O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Todas respondidas e nada comprovado, diferente do senhor.</p>
	Interlocu�o com as redes sociais
	Cita�es de celebridades
	Referência direta ao show business

Data: 14/07/2021

Horário de exibiu o: 13:29

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado que foi apresentado no intervalo da CPI da Pandemia com depoimento de Emanuela Batista de Souza Medrades da Precisa Medicamentos.

Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Hoje às 4 horas da tarde o senado tem sessão deliberativa com votações relacionadas a mudanças na legislação eleitoral, vamos então conferir a agenda, o que está na pauta das votações de hoje. O primeiro item da pauta é esse aí, que explicita o código eleitoral que as coligações partidárias somente são admitidas nas eleições majoritárias e dispõe também sobre as sobras eleitorais; - Próximo ponto também será analisada proposta de emenda à constituição que reserva 5% do fundo partidário para criação, manutenção e promoção de campanhas de mulheres na política; Os senadores também vão avaliar a reinclusão do acesso gratuito dos partidos políticos em horários de rádio e de televisão; - E será avaliado ainda a proposta de cotas para candidaturas femininas no legislativo, garantido recursos do fundo eleitoral; <p>E o senador Carlos Fávaro, autor do projeto que muda as regras das sobras eleitorais e que deve ser votado hoje diz que a ideia, se aprovada, vai aperfeiçoar a composição em câmaras das assembleias legislativas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conversamos com o senador Ângelo Coronel que também tem um projeto na pauta de votações do senado hoje. É o projeto que garante o mínimo de 30% dos recursos do fundo especial de financiamento de campanhas eleitorais para as candidaturas proporcionais femininas e determina também que no mínimo 15% das vagas para deputado e para vereador sejam preenchidas por mulheres; - E nesta terça-feira o plenário do senado aprovou outras propostas que mudam a legislação eleitoral, se virarem lei as novas regras já vão ser aplicadas nas eleições do ano que vem; - Também foram aprovados a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar os efeitos da crise hidroenergética no país, e um projeto que acabou com a restrição imposta por uma portaria do Ministério da Saúde que limitava o valor de emendas parlamentares para o enfrentamento da pandemia da Covid-19; - E Hoje pela terceira vez, o senado recebe o selo Pró equidade de gênero e raça do ministério dos direitos humanos, entre as ações do programa no senado estão a sensibilização dos gestores sobre a temática e acompanhamentos de casos de assédio moral e sexual na instituição, por exemplo; - Ao contrário do que ocorreu ontem, hoje a diretora da Precisa Medicamentos aceitou responder perguntas dos senadores na CPI da Pandemia, e durante o depoimento ela disse que não reconhece o documento de memória de uma reunião ocorrida no Ministério da Saúde onde a vacina indiana Covaxin teria sido oferecida ao governo brasileiro pela Precisa Medicamentos ao preço de 10 dólares; - A diretora da Precisa Medicamentos também negou que no dia 18 de março, a nota fiscal

		internacional de venda da vacina Covaxin já estivesse disponível para o Ministério da Saúde, mas os senadores exibiram um vídeo em que a diretora da uma outra versão com outras datas; - E questionada sobre o pagamento de impostos referentes ao contrato de venda da vacina Covaxin Emanuela Medrades disse que não houve ilegalidade, e acrescentou que também não houve pagamento antecipado de vacinas; - O presidente da CPI da Pandemia disse hoje que ao contrário do que estava previsto não será possível tomar o depoimento de Francisco Maximiano que é o dono da Precisa Medicamentos, essa empresa onde trabalha a depoente de hoje; - E amanhã a CPI da Pandemia deve ouvir o depoimento de Cristiano Alberto Carvalho que se apresenta como representante da empresa Davati Medical Supply, ele vai prestar depoimento como testemunha sobre o suposto esquema de corrupção envolvendo uma venda de vacinas AstraZeneca.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- Desde que os trabalhos da CPI da Pandemia começaram no final de abril, mais precisamente no dia 27 de abril, várias frentes de investigação foram abertas pelos Senadores, mas com o desenrolar das apurações, os senadores ampliaram as análises principalmente para apurar as irregularidades na compra de vacinas. Vamos ver uma reportagem especial sobre isso;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 14/07/2021 Horário de exibição: 16:47 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias		
Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado que foi apresentado no intervalo da CPI da Pandemia com depoimento de Emanuela Batista de Souza Medrades da Precisa Medicamentos.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- E agora a tarde, o senado aprova projetos de leis relacionadas às eleições, vamos conferir a pauta de votações; O primeiro item da pauta explicita o código eleitoral que as coligações

		<p>partidárias somente são admitidas nas eleições majoritárias e dispõe sobre as sobras eleitorais;</p> <ul style="list-style-type: none">- Também será analisada proposta de emenda à constituição que reserva 5% do fundo partidário para criação, manutenção e promoção de campanhas de mulheres na política; Os senadores também vão avaliar a reinclusão do acesso gratuito dos partidos políticos em horários de rádio e de televisão;- Outro projeto aumenta pena para crimes contra honra, como os de calúnia, injúria e difamação;- E será avaliada ainda a proposta de cotas para candidaturas femininas no legislativo, garantido recursos do fundo eleitoral;- O senador Carlos Fávaro, autor do projeto que muda as regras das sobras eleitorais e que deve ser votado hoje diz que a ideia, se aprovada, vai aperfeiçoar a composição em câmaras das assembleias legislativas;- Também, conversamos com o senador Ângelo Coronel, autor de outro projeto que está na pauta hoje, e que garante que o mínimo 30% dos recursos do fundo especial de financiamento de campanha para as candidaturas proporcionais femininas e determina no mínimo 15% das vagas para deputado e para vereador sejam preenchidas por mulheres;- Ontem o plenário do senado aprovou duas propostas que também alteram a legislação eleitoral, se virarem leis as novas regras já serão aplicadas nas eleições gerais de 2022; Também foram aprovados a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar os efeitos da crise hidroenergética no país, e um projeto que acabou com a restrição imposta por uma portaria do Ministério da Saúde que limitava o valor de emendas parlamentares para o enfrentamento da pandemia;- O senado recebe hoje pela terceira vez o selo pró equidade de gênero e raça do ministério dos direitos humanos, entre as ações do programa no senado estão a sensibilização dos gestores sobre a temática e acompanhamentos de casos de assédio moral e sexual na instituição, por exemplo.- Acabou agora a pouco a sessão de depoimentos de hoje da CPI da Pandemia e ao contrário do que ocorreu ontem a diretora da Precisa Medicamentos Emanuela Medrades aceitou responder perguntas durante o depoimento, ela disse que não reconhece o documento de memória de uma reunião ocorrida no Ministério da Saúde, onde a vacina Covaxin teria sido oferecida a Precisa Medicamentos por 10 dólares;- Emanuela também negou que no dia 18 de março, a nota fiscal internacional de venda da vacina Covaxin já estivesse disponível para o Ministério da Saúde, mas os senadores exibiram um vídeo em que a diretora, durante uma reunião no senado dá outras datas;- O presidente da CPI da Pandemia, o senador Omar Aziz, avisou que o depoimento do dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano que aconteceria hoje foi adiado para agosto;- E amanhã a CPI da Pandemia deve ouvir Cristiano Alberto Carvalho que se apresenta como procurador da empresa Davati Medical Supply, ele vai apresentar depoimento como testemunha sobre um suposto esquema de corrupção na compra de vacinas contra a covid-19.
--	--	--

	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	-- Desde que os trabalhos da CPI da Pandemia começaram no final de abril, várias frentes de investigação foram abertas pelos Senadores, mas com o desenrolar das apurações, os senadores ampliaram as análises principalmente para apurar as irregularidades em negociações de vacinas;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 14/07/2021 Horário de exibição: 20:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 76 - Envelhecimento e Gastos com Saúde)</p> <p>Sinopse: Cresce exponencialmente a população de idosos no Brasil, mas para José Cechin, FenaSaúde, ainda é necessário oferecer ao brasileiro um envelhecimento mais saudável.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Segundo dados do instituto de Estudos e Saúde Suplementar a relação entre a despesa assistencial de jovens e idosos poderá passar de 6 vezes em 2032. - Como é que estão essas relações entre jovens e idosos no país [Brasil] - Hoje devemos ser perto de 13 a 14 por cento dos brasileiros com mais de 60 anos, vamos chegar a 35 % deles com mais de 60 anos daqui a 30 anos, 35 anos por aí, é um processo muito rápido. não aconteceu em nenhum outro país do mundo com essa tamanha velocidade; - Pessoas que são mais idosas costumam ter várias doenças crônicas, diabetes, pressão alta, problemas de articulações, artrites, artroses, várias outras; - Envelhecer é bom, não estou criticando o envelhecimento, mas temos que ter consciência do que ele traz consigo, ele [o envelhecimento] traz consigo esse grande aumento das despesas; - Somente pelo envelhecimento nos próximos 10 anos a despesa per capita com saúde dos planos de saúde aumenta 11%; - O ganho da expectativa de vida, da longevidade, de tempo da vida é em todas as regiões brasileiras, não quer dizer que tenhamos a mesma expectativa de vida em todas as regiões;

		<ul style="list-style-type: none"> - [A longevidade] veio, como você bem observou mais por questões de saneamento ambiental, erradicação de mortalidade infantil, diminuição de doenças infecciosas; - Se por um lado houve um aumento das tecnologias médicas que permitem esse desenvolvimento mais saudável, por outro lado teve digamos assim uma perda na qualidade de vida por conta da má alimentação; - Nós temos que saber que efeitos os alimentos fazem em nosso organismo, conhecimento; - Criar um ambiente, e aqui interessa muito a formulação da política pública, a responsabilidade dos governos é formar um ambiente que seja propício a gente evitar coisas que não são saudáveis e colocar à disposição coisas que são saudáveis; - Rotulação é fundamental [de alimentos] - Diminuir sal dos alimentos; - Cuidar do meio ambiente, um conjunto grande de política que envolvem o indivíduo, o conhecimento, o desejo, e meio ambiente; - A gente sairia daquele panorama da medicina curativa para uma medicina preventiva, essa seria uma grande solução para diminuir os custos dos gastos em saúde no futuro; - A medicina devia se voltar para evitar que adoecêssemos, que tivessem vida longa com saúde com menos doenças crônicas; - Temos que mudar para produzir saúde; - Eu destacaria assim de imediato as equipes de saúde da família, que são mantidas pelo SUS, hoje existem dezenas e milhares delas Brasil afora, elas têm papel importantíssimo a contribuir nesse sentido, porque eles visitam a as famílias, vão na casa; - Esse papel que as equipes de saúde da família desempenham é muito importante, elas podem ter esse papel educativo, levar a informação além de claro detectar eventual problemas de saúde que possam existir na família; - A obesidade hoje é vista como uma pandemia também.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Programa: Cidadania (Ep. 76 - Envelhecimento e Gastos com Saúde)

Sinopse: Cresce exponencialmente a população de idosos no Brasil, mas para José Cechin, FenaSaúde, ainda é necessário oferecer ao brasileiro um envelhecimento mais saudável.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Jornalístico

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

Data: 15/07/2021

Horário de exibição: 7:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Tela Brasil (Cinema, Gerais e Barus)

Sinopse: Um novo festival de cinema é criado em Sagarana, comunidade no sertão da região norte de Minas Gerais, onde filmes regionais são exibidos numa tela grande montada no campinho da praça.

Produção da TV Senado: Não

Gênero televisivo: Documental

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Por qual motivo pessoas dos mais diversos cantos do Brasil se juntam para realizar um festival de cinema, num lugar onde não há cinemas? - Quais são as evoluções dos costumes do século 21? - Esse filme é invenção nossa. - Tudo é criativo, depois a gente fala disso;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	- O que significa passar cinema pela primeira vez para um monte de gente?

Data: 15/07/2021	Horário de exibição: 8:30	Link NÃO disponível
Programa: Argumento (Reprise)		
Sinopse: O que pensam os senadores sobre o cenário político brasileiro, a conjuntura econômica, a atuação dos parlamentares, projetos em debate no Congresso e temas recentes da agenda do país.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		

Data: 15/07/2021	Horário de exibição: 8:00	Link disponível aqui
Programa: Agenda Econômica (Ep. 16 - Futuro do Comércio Brasil-China)		
Sinopse: As vendas para a China passaram de US \$1 bi para US \$68 bi ao ano em 20 anos. A diretora do Conselho Empresarial Brasil-China, Cláudia Trevisan, fala sobre o futuro do comércio Brasil-China.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>Em 2009 o país [China] virou o maior parceiro comercial do Brasil. Do ano 2000 para cá o valor das nossas exportações passaram de um bilhão de dólares para quase 68 bilhões de dólares ao ano. Superaram as nossas vendas para Estados Unidos, Argentina e União Europeia juntos, os outros três maiores parceiros comerciais do Brasil;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar da pandemia, o peso da China nas exportações brasileiras aumentou; - A soja, fala aí, corresponde a 31% das nossas exportações, são dados de 2020; - A China é o destino de 60% das exportações de petróleo do Brasil; - O Brasil se transformou em um importante fornecedor de petróleo para a China, o Brasil está entre os 10 maiores fornecedores de petróleo para a China; - Nós somos exportamos matéria-prima, matéria bruta, soja em grão, minério de ferro bruto, óleo bruto de petróleo, nada com valor agregado, são grandes quantidades, são muitos significativos em termos financeiros da nossa balança comercial, em termos de montante no total da nossa exportação, mas a gente poderia melhorar um pouquinho isso aí. - Desde o princípio da relação, desde a década de 2000 há uma discussão muito intensa de como o Brasil pode aumentar o valor agregado de suas exportações para a China; - Dentro da cadeia do agronegócio a gente pode ter produtos de maior valor agregado, o caso do café o caso clássico, ao invés da gente exportar o grão de café, exportar o café processado; - A renda per capita da China cresce todo ano então os chineses estão comendo carne que era algo que antes, carne de boi, eles não comiam, os chineses estão tomando leite, estão tomando café; - Nessa área do agronegócio em que o Brasil é competitivo, produtos em que o Brasil pode

		<p>agregar valor e pode conquistar fatias do mercado chines;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os Estados Unidos hoje são nosso segundo ou terceiro, dependendo da situação, maior parceiro comercial, mas muito atrás da China. Enquanto a China aumentou em 60 vezes o seu comércio com o Brasil, os Estados Unidos não chegou a dobrar de 2000 para cá; - A China foi a única grande economia do mundo que cresceu no ano passado [2020], cresceu pouco 2%, um pouquinho mais de 2%. É mais do que a gente cresce a cada cinco anos. O pouco deles é mais do que a gente aqui cresce a cinco anos. E neste ano a China vai crescer pelo menos 8%; - A China hoje é a segunda maior economia do mundo, ela tem uma economia de 14 trilhões de dólares, isso é dez vezes mais do que a economia brasileira; - Para um país não é saudável o depender tanto de um único parceiro, eu acho que o Brasil deve fazer um esforço, e acho que o governo tem consciência disso, deve fazer um esforço diversificação, não só dos produtos que exporta, mas também, dos seus mercados;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 15/07/2021 Horário de exibição: 9:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado que foi apresentado antes da sessão da CPI da Pandemia.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O congresso nacional tem reunião marcada para hoje, na pauta está a votação lei de diretrizes orçamentárias de 2022, antes o projeto tem que ser aprovado na comissão mista de orçamento; - A LDO 2022 prevê um déficit de 177,5 bilhões de reais; - E nesta quarta-feira o plenário do senado aprovou mais mudanças e regras eleitorais que vão

	<p>ter validade nas eleições do ano que vem, muitas delas tratam de incentivo a atuação das mulheres no cenário político;</p> <ul style="list-style-type: none"> - E o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, disse que o médico do presidente tranquilizou a família [2 vezes] - Daqui a pouco a CPI da Pandemia vai ouvir, Cristiano Carvalho, procurador no Brasil da empresa Davati Medical Supply. Essa empresa teria tentado vender vacinas Astrazeneca ao Ministério da Saúde. - Daqui a pouco a CPI da pandemia deve ouvir Cristiano Alberto Carvalho que se apresenta como procurador da empresa Davati Medical Supply. Ele vai prestar depoimento como testemunha sobre um suposto esquema de corrupção em compra de vacinas contra a covid-19; - E na reunião de daqui a pouco na CPI, os parlamentares podem votar hoje a convocação hoje do diretor geral da agência brasileira de inteligência, Alexandre Ramagem, os senadores querem apurar dois pontos: a suspeita de que o órgão teria atuado para interferir nos trabalhos da comissão e a insinuação do presidente Jair Bolsonaro de que o coronavírus teria sido criado pela China como arma em uma suposta guerra química; - Os senadores podem decidir sobre a convocação de Adolfo Sachsida, ele é secretário de política econômica do ministério da economia e em novembro de 2020, Sachsida afirmou que considerava baixíssima a probabilidade de uma nova onda de Coronavírus no país, segundo ele, a chamada imunidade de rebanho, já estaria sendo alcançada no Brasil; - O depoimento da diretora técnica da Precisa Medicamentos, Emanuela Medrades a CPI da pandemia foi retomado ontem, Emanuela negou que a empresa teria oferecido a vacina indiana a dez dólares a dose, como registra supostamente um documento do Ministério da Saúde, ela chegou a dizer que o documento é mentiroso, o contrato foi assinado com o preço de 15 dólares a dose; [2 vezes]
Comunicação pública para consulta de opinião	<ul style="list-style-type: none"> - Interrompemos a reportagem porque fala ao vivo o relator da CPI da Pandemia, vamos escutar; - Vamos voltar a falar sobre a CPI da Pandemia, nesse momento um integrante da comissão, o senador Humberto Costa concede entrevista, vamos escutar;
Comunicação pública para prática de interlocução	
Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
Comunicação pública para o interesse público	<ul style="list-style-type: none"> - A LDO 2022 prevê um déficit de 177,5 bilhões de reais; - O salário mínimo previsto no projeto de lei de diretrizes orçamentárias é de R\$1.147,00, enquanto a inflação prevista é 3,5% e o crescimento do produto interno bruto de 2,5%. - E ainda nesta edição vamos trazer a cobertura completa do depoimento de hoje na CPI da Pandemia; - Bom lembrar que ontem o presidente do senado, Rodrigo Pacheco, anunciou a prorrogação da

		CPI da pandemia por mais 90 dias a partir do dia 7 de agosto; - Estamos fazendo a cobertura da CPI da pandemia, que hoje vai ouvir em depoimento o procurador da empresa Davati aqui no Brasil. Essa empresa teria tentado negociar vacinas Astrazeneca com o Ministério da Saúde e houve denúncias de um suposto esquema de corrupção; [2 vezes]
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 15/07/2021 Horário de exibição: 10:00 Link disponível aqui Programa: CPI da Pandemia (37ª Reunião – Semipresencial) Sinopse: Ao vivo - Depoimento do ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde Marcelo Blanco* (Neste dia o depoente foi Cristiano Alberto Hossri Carvalho). Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo Tradução simultânea em Libras		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality Shows	Referência aos Reality shows	
	Convivência pacífica entre os atores	<p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Publicou artigo sobre a decisão desta CPI de quebrar sigilo bancário, financeiro, telemático, etc., sem a devida fundamentação e que isso estava colocando em risco a nossa competência perante o Supremo. Então, eu só quero alertar a V. Exa... O senhor pode discordar. Eu também tenho o direito de discordar...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro, claro.</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... mas quero dizer a V. Exa. que é uma temeridade. Mas V. Exa. é o Relator, o Presidente é quem pauta, e cabe a nós votarmos. Acho que deveria ser detalhado. Deveria ser fundamentada cada uma dessas...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já foram fundamentadas, meu Líder Eduardo, querido.</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não está. Desculpa. Não está.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes disso, só um minutinho, Senador Luis Carlos. Quero aqui parabenizar o Senador Jorginho Mello, do bravo Estado de Santa Catarina. Parabéns! V. Exa. tenha muitos anos de vida e vinagre! (<i>Risos.</i>) Senador Luis Carlos Heinze, por favor.</p>

		<p>O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, primeiro cumprimento o Senador Jorginho também.</p>
	<p>Competição entre os atores</p>	<p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É que os requerimentos já foram aprovados. Vai modificar um requerimento aprovado? Isso é uma coisa sem lógica...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sem lógica é o que apresentaram aqui...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... um argumento sem qualidade jurídica, técnica...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qualidade jurídica e técnica é o que o Relator Renan Calheiros está apresentando.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A sua qualidade é que está saindo aos olhos do País aqui, todo dia.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Essa qualidade técnica o Brasil está vendo.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É a sua qualidade.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, o Brasil está vendo a qualidade técnica da sua fundamentação jurídica para a quebra de sigilos genérica.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os sigilos já foram quebrados. V. Exa. insiste em discutir uma coisa que não é objeto de deliberação...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na falta de conteúdo, de provas, aí Relator e membros fazem esse carnaval. "Bora"!</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, assegure a minha palavra.</p> <p>Ele está... O depoente - e é bom que se diga, e queria fazer como Relator esse registro - está fazendo um dos mais importantes depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Muito importante. Muito importante. Muito importante.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele mostrou um diálogo de WhatsApp.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Aliás, <i>hashtag</i> que isso é muito importante...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa, rapaz! Não me interrompa, rapaz!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - "Bora"! "Bora" seguir! Quem interrompeu foi V. Exa., fazendo esse espetáculo.</p>

	Interlocução com as redes sociais	<p>O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, eu recebi aqui de uma internauta que me passa alguns tuítes do Helcio Bruno de Almeida: "Não há dúvidas que o sistema está operando em todas as etapas. Ou a segurança nacional intervém nisso por meio do poder garantidor da democracia ou a tecnocracia, associada ao globalismo, irá dominar totalmente a política". Agora, veja o outro. Assim vai o nosso Coronel, nosso Coronel que é coordenador do instituto Movimento Brasil...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Força Brasil.</p> <p>O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Força Brasil.</p> <p>O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO - Presidente, Excelência. Ele é Presidente.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Cristiano.</p> <p>O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele é Presidente do Força Brasil. Ele está falando inclusive de outras coisas aqui. Eu vou passar os tuítes para vocês. Ele é colega do Elcio Franco e é da milícia digital do Governo Bolsonaro.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Antes de V. Exa. conceder os cinco minutos, eu queria rapidamente aqui cumprimentar os internautas que acompanham muito os trabalhos da CPI e, portanto, dão uma grande contribuição com as informações e com dados que chegam até aqui.</p> <p>Eu faço questão de ler uma mensagem que recebi do Sr. Francisco Gonçalves, de Volta Redonda, que é uma pessoa que acompanha. Inclusive, cumprimenta-o, cumprimenta a Simone Tebet, o Senador Rogério e todos os demais que participam aqui ativamente nesta CPI. Ele coloca o seguinte: "Todo esse rolo de propina envolvendo as vacinas, com toda certeza, foi o que motivou a exoneração açodada do Ministro Pazuello, para não respingar nele e, por extensão, ao Presidente Bolsonaro. Tanto é fato que, logo em seguida, Pazuello é recontratado pelo Governo".</p> <p>Eu acho que ele faz uma mensagem que eu fiz questão de ler aqui. Deixo os meus cumprimentos a ele, da mesma forma também ao Leonardo Gonçalves.</p> <p>Muito obrigada, Sr. Presidente.</p>
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	<p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Enquanto isso, enquanto dá palco para esse tipo de proposta de estelionato, ao Brasil e aos brasileiros, milhões desviados no Consórcio Nordeste. Em Santa Catarina, Jorginho, caso escandaloso, tem que ser investigado. Rio de Janeiro, Pará e tantos outros Estados... Porém, corrupção de verdade, aqui não se investiga, aqui não se investiga.</p>

		<p>Então, vou repetir: aqui bandidos são promovidos, tratados com fidalguia, e quem serve o povo, trata pessoas, é tratado com desrespeito, sob acusações, ameaças, debaixo de vara - total inversão de valores. Contra o Governo do Presidente Bolsonaro, até agora, rodam em círculo, mas não encontram prova de crime algum, nenhum centavo pago...</p> <p>A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador, V. Exa. conclua.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... em nenhum contrato desses - zero prejuízo -, mas acusam o Governo.</p> <p>Lamento, Sra. Presidente, que nós estejamos dando palco hoje para uma situação que me parece representar a tentativa de um grande golpe ao Ministério da Saúde - graças a Deus não avançou um milímetro e a proposta sequer foi cogitada. Nos Estados tramitaram, inclusive saiu agora há pouco uma matéria...</p>
--	--	---

Data: 15/07/2021 Horário de exibição: 14:19 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias		
Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado que foi apresentado no intervalo da sessão da CPI da Pandemia.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Nesse depoimento de hoje quem é ouvido é Cristiano Carvalho procurador no Brasil da empresa Davati Medical Supply. Essa empresa teria tentado vender vacinas Astrazeneca ao Ministério da Saúde. - Cristiano Carvalho disse que a primeira vez que esteve no Ministério da Saúde foi no dia 12 de março levado por Luiz Paulo Domingueti e também pelo reverendo Amilton que é representante da organização não governamental Senah; - Cristiano Carvalho disse no depoimento de hoje que nunca procurou Roberto Dias, pelo contrário, teria sido Roberto Dias, ex-diretor de logística do Ministério da Saúde que o teria procurado várias vezes; - E durante o depoimento de hoje, em um momento o líder do governo no senado no Senado, o senador Fernando Bezerra Coelho disse que sentia constrangido pelas pessoas que, com o despreparo dessas pessoas que tentaram negociar vacinas com o Ministério da Saúde, mas em que nenhum momento nenhum recurso foi utilizado e o líder do governo também defender o ex secretário executivo do Ministério da Saúde Antônio Elcio Franco. - Mais cedo durante a reunião da CPI da pandemia foram aprovados 33 requerimentos de informação a comissão quer saber quem foram os médicos voluntários que acompanharam a secretária de gestão do trabalho do Ministério da Saúde Mayra Dias quando ela fez uma viagem

		<p>a Manaus;</p> <ul style="list-style-type: none"> - E o atual ministro da saúde Marcelo Queiroga deve detalhar a compra da vacina indiana Covaxin, ele deve prestar essas informações a CPI sobre todo o processo de compra do imunizante; - A CPI quer saber ainda quem foi o servidor responsável por impedir acesso do servidor Luis Roberto Miranda do Ministério da Saúde ao sistema de computadores do ministério;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- Desde que os trabalhos da CPI da Pandemia foram instaurados em 27 de abril várias frentes de investigação foram abertas, mas com o desenrolar das apurações os senadores ampliaram as frentes de investigação, aliás a CPI da pandemia foi prorrogada ontem pelo presidente do senado por mais 90 dias contados a partir do dia 7 de agosto;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 15/07/2021 Horário de exibição: 17:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Entrevista Coletiva com os senadores Randolfe Rodrigues e Rogério Carvalho</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado que transmitiu uma coletiva de imprensa com os senadores da CPI da Pandemia.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- As quebras de sigilo, bancário, fiscal e telemático, é uma das prioridades de análise nos próximos dias. Nós vamos dedicar essas duas semanas [recesso parlamentar] a isso.
	Comunicação pública para consulta de opinião	<ul style="list-style-type: none"> - O senhor Cristiano trouxe informações muito graves a essa comissão parlamentar de inquérito. - Os dados que ele passa, os dados que ele transfere a essa comissão dão conta de que enquanto nós tínhamos quase 3 mil brasileiros ou mais, morrendo por dia, a cúpula do Ministério da Saúde estava negociando com estelionatários. Estava negociando, estava em curso um golpe da vacina. - Nós vimos que vários personagens da cadeia de comando do Ministério da Saúde, vários dirigentes do Ministério da Saúde, que anteriormente, se negavam a reunir com a Pfizer, e eu

		<p>lembro, chamo a atenção que o ex-ministro Pazuello disse que era impróprio reunir com empresário. A cúpula do Ministério da Saúde que não se reuniu com a Pfizer, se reuniu com Domingueti, reuniu com a Davati;</p> <p>- As informações que vieram hoje a essa comissão parlamentar de inquérito foram muitos graves;</p> <p>- A cada oitiva nós ouvimos: Consórcio Nordeste, Gabas, indústria da maconha, hidroxicloroquina para tratamento precoce, O que mais? Então, faz parte do roteiro. Kit Covid. Então tem um bingo já pronto, faz parte.</p>
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	

<p>Data: 15/07/2021 Horário de exibição: 20:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Assunto de Estado (Ep. 20 - Goiás - Destina emendas parlamentares para saúde)</p> <p>Sinopse: Muito antes da pandemia, senador Jorge Kajuru já elegia a saúde como sua prioridade de mandato; por isso, destinou 90% de suas emendas parlamentares ao Orçamento da União para esse setor.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p> <p>Programa exibido em reprise e análise já realizada.</p>

<p>Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 7:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 81 - ENEM 2021 - Projeto Salvaguarda)</p> <p>Sinopse: ENEM 2021 - Como o Projeto voluntário Salvaguarda contribui para que jovens de todo o Brasil alcancem a tão sonhada aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro

Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O Enem que surgiu já em 1998 como uma forma de avaliar o Brasil e que a partir de 2009 se tornou a porta de entrada dos estudantes nas universidades do País; - No país nós temos 154 universidades públicas; - O Enem atualmente é o maior vestibular do país; - O Cidadania aqui costuma prestar muitas informações úteis para a população eu acredito que muitos jovens vão poder assistir esse programa e vão buscar essas informações que você tem passado e se beneficiar delas; - Cada estudante encontra ajuda com a escolha profissional e com todo o caminho das pedras, por exemplo; - [Pode ingressar no projeto] estudantes a partir do primeiro ano do ensino médio de escola públicas, então primeiro ano do ensino médio de escola pública ou segundo ano ou terceiro, ah já formei pode? Pode também, desde que tenha feito o ensino médio em escolas públicas; - O critério [para participar do projeto] é pela modalidade do ensino médio em escola pública.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	Então eu tenho um universo de muita falta de informação que constrói um muro entre alunos de escolas públicas e universidades públicas; Ele [o projeto Salvaguarda] deveria trabalhar dentro de três frentes: motivação, conteúdo e informação;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	Eu olhava para o lado e sentia falta de pessoas da mesma realidade que a minha [dentro da USP]

Data: 03/08/2021			Horário de exibição: 7:30			Link disponível aqui		
Programa: Tela Brasil (Caminho da Roça)								
Sinopse: Um retrato poético e atual do campo visto por olhos acostumados à cidade. Valdis deixou o campo. Ao retornar, se depara com a vida simples e costumes que sobrevivem ao tempo.								
Produção da TV Senado: Não								
Gênero televisivo: Ficção								
Categoria	Subcategoria			Unidade de Registro				
Comunicação	Comunicação pública de ação							

pública	informativa	
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	<p>Ah, o interior? Dói um pouco mais a gente se acostuma, até sente um certo conforto sabe como é que é? Acostuma com as histórias, os velhos, as cartas, as mesmas piada. Acostuma. Mas sempre precisa voltar. Pra onde? Não sei. A única terra que eu tenho, que me pertence é aqui. Porque que teria feito meu velho sabendo que ia dar nisso? Ah, mas eu fico um pouco aqui também. Um pouco de mim sei lá.</p> <p>O resto vai embora, quem sabe para construir alguma coisa e terminar no fim. E meu filho, o que que eu vou deixar pra ele? Mas que filho, porra? Ele vai esquecer, negar isso tudo também. Sei lá... Quem sabe? Vai que é isso mesmo né? Não duvido. Quem vai querer saber? A quem interessa? Para quem contar? Ninguém vai querer ouvir.</p>

<p>Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 8:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Assunto de Estado (Ep. 23 - Goiás - Aposta no agronegócio para crescer)</p> <p>Sinopse: Goiás contorna a crise fiscal e aposta no agronegócio para crescer, diz Luiz do Carmo.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Uma série de medidas foram adotada pelo governo para tentar equilibrar essas finanças a ponto da Secretaria Tesouro Nacional indicar Goiás no ano passado como um estado de grande gestão financeira responsável; - A ferrovia norte-sul foi projetada para ser a espinha dorsal do sistema ferroviário do país interligando as regiões produtoras aos principais portos, quando concluída a norte sul vai percorrer mais de 4 mil quilômetros e passar por 10 estados desde o Pará até o Rio Grande do Sul; - A Agência Nacional de transporte terrestre estima que a ferrovia Norte-Sul tem potencial para movimentar quase 23 milhões de toneladas de cargas até 2055;

		<p>- O estado [Goiás] é o maior produtor nacional de várias coisas, vou citar, por exemplo, o maior produtor nacional de sorgo, maior produtor nacional girassol, quinto maior produtor de trigo, sempre com altíssimas produtividades na utilização da terra;</p> <p>- Com essa integração do transporte rodoviário com o transporte ferroviário barateando o frete o agronegócio fica ainda mais competitivo no mercado internacional;</p> <p>- Terminando a questão dos recursos para saúde que nós estávamos discutindo senador, o senhor apresentou uma proposta para estender até o final desse ano a autorização dada em lei para os estados, os municípios e para o distrito federal para que eles possam transferir de um ano para o outro os recursos enviados pelo governo federal para aplicação em saúde, que por alguma razão não foram aplicados. O senhor defende essa medida, me explica porque, porque mesmo num cenário de pandemia seria possível imaginar é que uma prefeitura ou que um governo estadual não tenham investido dinheiro na saúde.</p> <p>- Projeto 2235 de 2019, logo que o senhor entrou aqui. Ele reserva cota de 30 % das cadeiras parlamentares de um mesmo sexo.</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	<p>- Essa CPI está complicando as coisas, concorda? Ela tá uma coisa uma coisa que eu acho que... Ela perdeu a criatividade, certo? Oh o que não quer vir... Olha deixa eu te contar meu pensamento: se nós colocamos dinheiro e os prefeitos, os governadores desviou o dinheiro ou não aplicou o dinheiro correto, nós tem que investigar eles também. Porque não tá investigando? Então essa CPI para mim ela é política, ela tem um alvo, ela tem um alvo. O alvo é o presidente Jair Bolsonaro. E o que é que eu acho? Daqui a uns dias tem eleição, tira ele no voto, concorda? Tira ele no voto, concorda? Tira ele no voto, eu sou favor, eu acho que a democracia é um regime excelente, não tem outro regime, nós vamos votar. A população tira, não podemos pegar no meio do mandato e querer desgastar a pessoa, não podemos fazer isso. E a CPI foi feita para isso. Prova disso, ali parece que a pessoa senta ali, eu sinto vergonha dos colega fazendo tipo de pergunta. Pega a pessoa lá e diz a ela olha fala aí o que você sabe. Mas começa a instigar a pessoa para falar o que quer ouvir? Certo? Isso tá errado, não é uma CPI normal fazer isso, eu já participei de CPI aqui no estado de Goiás, mas é uma coisa o delegado tem que ouvir, fala-se, repete a sua história é isso aí mesmo que você tá fazendo? Não agora do jeito que tá não pode eu como senador to envergonhado dessa CPI que está fazendo nesse momento.</p> <p>- Eu não sou contra, acho tem que ser investigado totalmente, certo? Nesse momento que está errado e quando fazer ela [CPI] faça direito, vamos ouvir todo mundo concorda? O dinheiro é do povo, vamos investigar, certo? Vamos fazer uma completa, porque que faltou? Certo. Por que faltou? Faltou dinheiro? Não faltou dinheiro. Não faltou dinheiro, certo? Faltou o quê? Gestão? Que seja um presidente investigado, que seja um senador, que seja um deputados, que seja o governador, que seja um prefeito, nós somos gestores públicos, nós temos responsabilidade, mas neste momento eu acho que ela não devia ser [escondendo... inaudível] ser diferente, concorda? Não ser direcionada ou só oposição ou só situação não. É uma CPI para ver o que é que aconteceu porque realmente nós podíamos comprar vacina? Tinha como comprar, tinha ela</p>

		no mercado? Não tinha no mercado? Era isso que eu quero fazer, mas que seja sério.
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	<p>- Hoje quando você vai ter as candidatas, no partido para composição dos candidatos, como vamos ter agora para deputado federal, a coisa mais difícil é você achar mulher para completar os 30% de candidato, de candidata, você não consegue, certo? É vem cá, vamos ajudar... Pega no laços as mulheres que quer ser candidato, não dá 30%. Então eu pensei porque não das candidatas, dá já as vagas para elas? Certo? Porque acho que tem muitos países que tem isso, porque é uma disputa entre elas, uma cota. Eu não gosto de falar cota. Mas a Rose que é relatora do projeto disse vamos falar que é cota, porque é cota. Mas eu quero o seguinte que as mulheres entrem na política, as mulher na política pensa mais no social, porque as mulheres são mais honestas que os homens.</p> <p>- É um projeto justo para nós ajudarmos as mulheres a participarem da política;</p> <p>- A dificuldade de a mulher entrar na política é muito mais difícil do que o homem, é lógico que é uma polêmica boa, ninguém quer perder realmente, os homens. Nós estamos num país machista, sabemos que é, não está fácil de aprovar lá, mas se Deus quiser nós vamos passar isso e as mulheres vai ter essa cota de 30% das vagas, já para elas entrar na política.</p>
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 8:30 Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Escolha de ministros do STF)		
Sinopse: Senador Lasier Martins (Podemos/RS) defende a inclusão na pauta da PEC que cria lista tríplice para os indicados à vaga de ministro do STF e acaba com a vitaliciedade do cargo.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>- Hoje a indicação de ministros do supremo é feita pelo presidente da república, depois essa indicação passa pelo senado federal que faz uma sabatina e decide se aprova ou não essa indicação;</p> <p>- A minha proposta é que uma comissão de juristas formada por representantes do ministério público federal, a procuradoria no caso, o conselho da OAB, o conselho federal, alguém ou uma</p>

		comissão do supremo, uma comissão do STJ, um grupo de 7 juristas escolha observem os melhores nomes do direito do Brasil inteiro, seja de magistrados, seja de professores de direito, autores de obras, advogados, procuradores, defensores públicos e tragam para um lista tríplice com os melhores nomes do direito brasileiro e aí com esta lista tríplice ela vai para o presidente da república e ele tira um nome, esse nome irá então para a sabatina no senado federal; - A minha proposta é que haja mandato de 10 anos, ele é escolhido, vai para lá [STF] cumpre seu tempo encerra, entra outro. E com isso nós teremos mais possibilidades de termos melhores juristas;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 8:30 Link disponível aqui Programa: Senado Notícias Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	Você que está acompanhando a TV Senado ao vivo, vai assistir a partir de agora a sessão plenária, uma sessão que debate o tema improbidade administrativa. E você que está no canal 2 e no canal da TV Senado no YouTube a gente continua com a cobertura da CPI da pandemia, e lógico que quando a CPI começar com os trabalhos previstos para hoje começarem essa transmissão também vai passar para o canal principal da TV Senado; - Ontem, por exemplo, aconteceu a volta presencial das escolas em várias cidades do Brasil, mas a vacinação em menores de 18 anos contra o coronavírus ainda não começou e por isso algumas instituições devem optar pelo ensino híbrido, com atividades presenciais e remotas. O assunto foi discutido na comissão temporária da covid-19 com a presença do ministro das

	<p>comunicações Fábio Faria;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um novo programa de renda mínima para a população vulnerável foi discutido ontem pelo presidente do senado, Rodrigo Pacheco, ele recebeu na residência oficial o presidente da Câmara, Arthur Lira e os ministros Paulo Guedes da economia, Ciro Nogueira da casa civil, Flávia Arruda da secretaria do governo e João Roma da cidadania; - A comissão de desenvolvimento regional deu prosseguimento ontem ao ciclo de debates sobre soluções para o país, desta vez o tema central destaca o papel do SUS, sistema único de saúde na redução das desigualdades; - A CPI da pandemia vai analisar 130 requerimentos que começa daqui a pouco às nove horas, entre os itens está a convocação de dez ministros do governo Bolsonaro Podem ser convocados entre outros, o ministro da defesa Walter Braga Netto, o ministro da economia, Paulo Guedes e o novo ministro do trabalho Onys Lorenzoni. [2 Vezes] - A CPI da pandemia também vai ouvir hoje o reverendo Amilton Gomes de Paula, ele teria aval do Ministério da Saúde para negociar a vacina da Astrazeneca; [2 vezes] - Com a nomeação de Ciro Nogueira para o comando da Casa Civil a CPI da pandemia tem agora uma nova composição;
Comunicação pública para consulta de opinião	- E o presidente da CPI da pandemia, senador Omar Aziz acabou de chegar ao Senado e está dando uma entrevista ao vivo, vamos conferir.
Comunicação pública para prática de interlocução	
Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
Comunicação pública para o interesse público	<ul style="list-style-type: none"> - A gente continua então com a cobertura falando a respeito dos trabalhos da CPI da pandemia, não só para hoje, mas também para os próximos dias, é que amanhã a CPI ouve o Coronel Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Dias do departamento de logística do Ministério da Saúde. Blanco deve esclarecer suposto pedido de propina por dose de vacina em tratativas ilícitas com a empresa Davati. [2 vezes] - A CPI da pandemia tem sido palco de revelações e debates intensos sobre ações e omissões no enfrentamento do coronavírus e por isso tem atraído a atenção dos brasileiros, confira agora, alguns dos momentos mais importantes da CPI desde que foi instalada em 27 de abril.
Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 03/08/2021

Horário de exibição: 9:00

Link disponível [aqui](#)

Programa: CPI da Pandemia (38ª Reunião – Semipresencial)

Sinopse: Ao vivo - Depoimento do reverendo Amilton Gomes de Paula

Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo – Transmissão em Libras		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality Show	Referência aos Reality shows	<p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É. Daqui a pouco, é recebido pelo Secretário-Executivo; daqui a pouco, é recebido pelo Ministro. Meu Deus do céu, realmente o Brasil está muito mal. Como diz aquele rapaz do Big Brother, "tá lascado"! Com um Governo deste, "tá lascado"!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E ele é de Pernambuco.</p> <p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É de Pernambuco.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É. É o Gil do Vigor.</p>
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	<p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quero fazer esse registro, Sr. Presidente. Perdoe-me, Sr. Presidente. Essa é uma agressão monumental a um dos pilares da democracia neste País que nós não podemos aceitar sequer ser cogitada no âmbito deste Parlamento, sobretudo na Casa Alta do Congresso Nacional.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, só pra confirmar...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O requerimento não está mais na Ordem do Dia.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nem está pautado mais, já foi retirado.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Nem está pautado. Eu não estou conseguindo entender tanta argumentação.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Esse é um fato que não...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Talvez se V. Exa. conhecesse o que é o jornalismo no Brasil, o que representa, saberia o tamanho da ofensa.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu?</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem que perguntar isso para...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. está falando comigo?</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem que perguntar isso pra pessoa lá...</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, vamos retomar as falas, Sr. Presidente! Já teve...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V.</p>

		<p>Exa. está falando comigo? Eu perguntei a V. Exa. porque eu sou jornalista. Eu sou jornalista e, ao contrário dos vários que disseminam <i>Fake News</i>, com muita honra...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, eu... Só um minutinho.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, Senador, por favor. Por favor, Senador!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senadora.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu preciso fazer minha defesa aqui.</p> <p>O Senador está questionando que eu não entendo de jornalismo. Eu quero dizer a V. Exa. que, com muita honra, eu fui formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, universidade pública. O Senador Humberto também. Aliás, sempre estudei em escola pública. Trabalhei e atuei no jornalismo por dez anos, antes de entrar na vida pública. E eu, mais do que ninguém, entendo disso.</p> <p>Eu quero dizer apenas... Eu quero dizer apenas...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, deveríamos todos nos unir para repudiar e não para passar panos quentes.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, não. Tanto que o Senador Renan Calheiros retirou o pedido.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso não afasta a ofensa.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aliás, num entendimento de conversa nossa.</p> <p>V. Exa. está simplesmente querendo criar um fato e polemizar numa situação que não tem mais o que polemizar.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O fato foi criado no dia em que foi apresentado o requerimento e pautado nesta CPI. Esse é o fato.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Foi retirado. E é um ato de grandeza do Relator desta CPI, que recebe de nós, como jornalistas...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Imagine se o Presidente Bolsonaro tivesse feito isso!</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, Presidente, pela ordem!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Imagine se o Presidente Bolsonaro tivesse feito isso. Queria ver V. Exa.!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, só um minutinho. Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Jean Paul.</p> <p>O requerimento foi retirado. O próprio Senador Renan Calheiros ficou muito aborrecido quando viu esse requerimento ser pautado, está certo? E nós retiramos esse requerimento. O Senador</p>
--	--	---

		<p>Renan Calheiros já se posicionou. Agora, V. Exa., quando fala para a direção desta Mesa... Eu sou solidário a todo jornalista, inclusive àquelas que o Presidente chama de quadrúpedes, que V. Exa. nunca levantou a voz pra defender. Agora, V. Exa. vem aqui dar uma de paladino defensor da imprensa? Tem que fazer isso quando elas são atacadas pelo Presidente que V. Exa. defende aqui, Senador Marcos Rogério.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já defendi por diversas vezes.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vi não!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque V. Exa. só ouve...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vi não!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não, não, não, não, não, não, não!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vi não!</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nenhuma vez!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque V. Exa. só ouve...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vi não.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nenhuma vez! Nenhuma vez!</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, pela ordem!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. só ouve o que quer ouvir.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vi não, Senador. Não vi não.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É quem pautou foi V. Exa.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós defendemos... Nós, sim, defendermos uma imprensa livre...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ah, eu vi! Eu estou vendo.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... democrática.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ah, quando fala o que V. Exa. quer ouvir.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. nunca me ouviu aqui pegar e falar mal de alguém. Eu posso... Acabei de falar, antes de V. Exa. chegar: posso discordar da linha editorial, mas os princípios democráticos que eu defendo serão para todos.</p>
--	--	--

		<p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não paute, Presidente, quando tiver esse tipo de arbitrariedade. Só isso. É isso.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador, nem pautado foi.</p> <p>O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estava pautado. Estava pautado, sim.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foi nem pautado. Foi retirado da pauta.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estava pautado.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Foi retirado.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. ganhou uns pontinhos; agora perde muito, sabe quando?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Hã?</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quando não defendeu uma jornalista chamada de quadrúpede, quando vê ofensas aos meios de comunicação feitos pelo seu liderado.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente. Aqui muita gente já acusou jornalista, Presidente. Não vamos entrar nesse mérito não, porque eu nunca fiz isso.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não! Eu não! Eu não está dizendo que foi V. Exa.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu nunca acusei ninguém de acusar jornalista aqui nesta CPI.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não defendeu.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E aqui tem alguém que já fez. Não faço. E nunca defendi o Presidente nisso e repudiei...</p> <p>O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem. Sr. Presidente!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é pra defendê-lo não, é para criticá-lo como a gente faz, Senador Marcos Rogério.</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A conversa de retirada....</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já o fiz. V. Exa. é que é seletivo.</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -</p>
--	--	--

	<p>Sr. Presidente, acabou essa etapa? Podemos tocar o serviço ou não?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estou esperando passar o momento circense.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quem fez circo aqui foi a Mayra. Quem fez circo aqui foi a Mayra Pinheiro.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha, Sr. Presidente, eu acho que a CPI hoje... Já que V. Exas. querem mudar de assunto, não vou votar apenas o requerimento de destaque, não vou apresentar mais argumentos, porque não se trata de uma pessoa que tenha função executiva, não participou de nenhuma reunião que trata do objeto de investigação desta CPI, mas a maioria aqui patrola tudo. Já que querem falar da Mayra, Sr. Presidente, então, é o seguinte: votou um precedente para afastá-la, vou apresentar, Senador Girão, V. Exa. que é o precursor desse tema, requerimento para afastar do comando do Consórcio Nordeste o Sr. Carlos Gabas. Vamos votar requerimento para afastar dos palácios dos governos dos Estados...</p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Estava faltando...</p> <p>O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Estava faltando essa...</p> <p style="text-align: center;"><i>(Tumulto no recinto.)</i></p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se a CPI tem competência para afastar, vamos afastar corruptos, vamos afastar quem está metendo a mão no dinheiro público. Se esse é o papel... Isso a CPI não quer fazer...</p> <p style="text-align: center;"><i>(Intervenção fora do microfone.)</i></p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, o precedente que V. Exa. inaugurou aqui hoje talvez sirva ao propósito que V. Exas. mais temem, chegar ao quintal de muitos aqui, Governos estaduais.</p> <p>O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ao quintal de vocês, nós já estamos chegando; ao quintal de vocês, nós já estamos chegando!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu não tenho apadrinhado...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não tenho proteção a quem quer que seja.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, essa carapuça não serve para mim. Eu...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, vamos votar o</p>
--	--

		afastamento do seu Governador.
	Interlocução com as redes sociais	<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E quero aqui agradecer a um artista aqui de Brasília que mandou estas palavras, estes desenhos. O nome dele é Gurulino, é aqui de Brasília. Ele diz: "Na dúvida, eu faço soprar canela" - eu não sabia disso - "bater na madeira, pular ondinhas e esperança na CPI". É isto que o povo brasileiro tem: esperança na CPI. Quero agradecer ao Gurulino, que encaminhou estes esboços aqui para a gente.</p> <p>O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O senhor também poderia me confirmar, através dessas fotos? Eu tenho várias fotos. Acho que tenho a D. Maria Helena aqui. Aqui, de novo, fotos com o senhor na cabeceira da mesa com a Sra. Maria Helena. Aqui, uma outra foto onde o senhor está atrás dela, Sra. Maria Helena. E, aqui, a Sra. Maria Helena na posse do Ministro da Defesa, certo? Nós recebemos essas fotos dos nossos amigos do Twitter, a quem eu quero desde já agradecer, e, além disso, recebemos a informação de que esses registros são de reuniões para as tratativas de compra de vacinas intermediadas por meio da Senah. O senhor confirma isso?</p>
	Citações de celebridades	<p>O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - MUITÍSSIMO obrigado, Presidente Senador Omar Aziz. Eu queria saudar a todos aqui neste momento de retomada dos trabalhos. A gente teve tempo de reflexão, todos nós tivemos tempo de conversar com as pessoas, com a população brasileira, de ouvir o que ela está percebendo do nosso trabalho. Acredito que esse processo é muito importante para a gente corrigir rumos. Tem uma frase com que eu quero iniciar esses trabalhos aqui hoje que diz o seguinte... É uma frase que não é minha, é de um grande pacifista e humanista brasileiro, Chico Xavier. Ele diz o seguinte: "Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim".</p>
	Referência direta ao show business	<p>O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - O senhor sabia que ele reivindica ser o Superman brasileiro? Sabia que ele recebeu, depois que o Superman ficou tetraplégico, o ator, que ele recebeu os poderes de voar e que ele deveria estar nos filmes do Superman? Parece brincadeira para o pessoal que está nos assistindo! Isso parece até piada, mas não é, não! Esse senhor, Aldebaran Luiz Von Holleben, ele é tão sério que ele se põe como Superman tupiniquim, entrou na Justiça para conseguir o direito legítimo de ser reconhecido como Superman. <i>Diferentemente de Clark Kent, Aldebaran não é jornalista, e sim advogado com registro na cidade de Ponta Grossa, no interior do Paraná. Em sua ação, o "Homem de Aço" paranaense alega que foi fotografado em cima do cavalo de um carrossel e ao lado da caveira do túnel-fantasma, calçando o tênis do Superman.</i> Está aqui... O senhor conhece esse homem? É o Superman.</p>

		<p>O SR. AMILTON GOMES DE PAULA - Nós temos uma parceria em nível...</p> <p>O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - O senhor acha ele sério? Ele posa de Nações Unidas e diz que é o Superman! <i>Com a queda de Christopher Reeve - intérprete do Superman nos cinemas - de cima de um cavalo em 1995, que o deixou tetraplégico, o advogado a partir deste momento teria "derrotado artisticamente" Reeve, podendo pleitear pelo título de Superman.</i> <i>Com isso, além dos poderes como voo, superforça e lasers pelos olhos, Aldebaran reclama a vaga de ator nos filmes da DC - está rindo, Presidente? -, seja como herói ou como vilão.</i></p> <p>A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Só sorrindo, Senador!</p> <p>O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Ele aceita um papel de vilão, não está chateado não! <i>Além disso, ele também afirma que também merece uma porcentagem comercial das vendas relacionadas ao Superman.</i> Isso está aqui, no correio24horas.com.br. Enfim, era só para ilustrar aqui rapidamente quem é o Presidente da United Nations Mission of International Relations.</p> <p>O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O documento que o senhor encaminha ao Ministério da Saúde é eivado de mentiras do cabeçalho ao rodapé. E o senhor se senta aí e ainda tenta se apresentar para o Brasil e para esta Comissão como agente humanitário da paz mundial ou coisa parecida. Sinceramente, está mais fácil acreditar no cara que acha que é o Super-Homem. Obrigado, Sr. Presidente.</p>
--	--	--

<p>Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 13:33 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias (Edição especial do intervalo da reunião da CPI da Pandemia)</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado com as principais notícias do legislativo federal.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Documental</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	E hoje pela manhã uma sessão temática de debates no plenário do senado discutiu um projeto que modifica a lei que trata da improbidade administrativa. O projeto veio da câmara dos deputados e tem suscitados polêmicas; - Na primeira parte da reunião da CPI da Pandemia foram aprovados requerimentos, entre eles,

		o que pede o afastamento do cargo da Secretária de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde Mayra Pinheiro. Também havia na pauta um pedido de convocação do Ministro da Defesa general Walter Braga Netto, mas após manifestação de diversos senadores, o autor do requerimento, senador Alesandro Vieira decidiu retirar o pedido; - Amanhã a CPI da Pandemia vai ouvir o coronel Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Dias no departamento de logística do Ministério da Saúde. Blanco deve esclarecer um suposto pedido de propina por dose da vacina em tratativas supostamente ilícita com a empresa Davati; - Com a nomeação de Ciro Nogueira para o comando da Casa Civil a CPI da pandemia passa a ter uma nova composição.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- A CPI da pandemia que retomou os trabalhos hoje após o recesso parlamentar, a comissão ouviu, portanto hoje o reverendo Amilton Gomes de Paula, presidente de uma organização não governamental de caráter humanitário que teria tentando intermediar a negociação de vacinas Astrazeneca para o Ministério da Saúde. Durante o depoimento o reverendo disse que não conhecia ninguém no ministério, antes de oferecer a atuação da ONG e que foi recebido no Ministério da Saúde após enviar um e-mail. - Estamos revendo trechos do depoimento de hoje do reverendo Amilton Gomes de Paula, que explicou como o policial militar Luiz Paulo Domingueti se aproximou dele para tentar vender vacinas ao Ministério da Saúde. O policial militar de Minas Gerais se apresentava como representante da Davati a empresa que importaria as vacinas e as venderia para o Ministério da Saúde e que em troca daria a organização não governamental presidida pelo reverendo Amilton Gomes de Paula doações;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 03/08/2021

Horário de exibição: 18:45

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias (Edição após a reunião da CPI da Pandemia)

Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado com as principais notícias do legislativo federal.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Documental

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A comissão de assuntos sociais também se reuniu hoje e aprovou a isenção do imposto de renda para aposentados com Alzheimer; - A doença de Alzheimer é um dos tipos mais comuns de demência, ela é causada pela morte de células cerebrais e tem como consequência a perda de funções cognitivas como a memória e a orientação, segundo dados da organização mundial da saúde em 2020 há cerca de 50 milhões de pessoas com demência em todo mundo e a doença de Alzheimer contribui com 60 a 70% dos casos; - Uma sessão temática de debates no plenário do senado discutiu um projeto que modifica a lei que trata da improbidade administrativa. O projeto veio da câmara dos deputados e tem suscitado muita polêmica; - A CPI vai pedir o afastamento da Secretária de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde Mayra Pinheiro. Esse foi um dos requerimentos aprovados na reunião desta terça-feira. A convocação do Ministro da Defesa general Walter Braga Netto foi adiado; - Amanhã a CPI ouve o coronel Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Dias no departamento de logística do Ministério da Saúde. Blanco deve esclarecer um suposto pedido de propina por dose da vacina em tratativas com a empresa Davati; - Com a nomeação do senador Ciro Nogueira para o cargo de ministro da Casa Civil a CPI da pandemia tem agora uma nova composição.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Vamos agora ao vivo para o corredor na saída da sala da CPI porque o senador Randolfe Rodrigues está dando uma coletiva, uma entrevista coletiva neste momento;
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- A CPI acabou de ouvir o reverendo Amilton Gomes de Souza Paula, que teria tentando intermediar a compra 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca para o governo federal. Em depoimento ele disse que não conhecia ninguém no Ministério da Saúde e que foi recebido após enviar um e-mail pedindo uma audiência. O depoimento estava previsto para o dia 14 de julho mas, foi adiado depois que o reverendo apresentou um atestado médico;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 03/08/2021

Horário de exibição: 20:00

Link disponível [aqui](#)

Programa: Em Discussão (Ep. 17 - Os desafios da agricultura sustentável)

Sinopse: O que é? Por que produtos naturais são mais caros e mais raros nas prateleiras dos supermercados? A Comissão de Meio Ambiente do Senado reuniu especialistas para debater o tema.

Produção da TV Senado: Sim
Gênero televisivo: Documental

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>Você tem uma alimentação saudável? E o que a agricultura sustentável tem a ver com essa questão?</p> <ul style="list-style-type: none"> - É falsa a dicotomia entre desenvolvimento e preservação, temos inúmeros exemplos só nessa área de produção de alimentos eu poderia citar a Holanda com muita tecnologia, produzindo em menos espaço, como menos consumo de água e outras experiências e particularmente a questão da agroecologia e agricultura familiar; <p>Agroecologia além do conhecimento científico considera também as técnicas e saberes populares, tem entre os seus princípios a solidariedade, a sustentabilidade, a preservação biodiversidade, justiça social e ambiental, segurança alimentar e nutricional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Então nós dizíamos que a política de agroecologia tem que ter como princípio número um, um dispositivo que já está na constituição brasileira, que é a função social e ambiental da terra, e o direito humano a uma alimentação adequada e saudável; - O agrotóxico nada mais é do que uma corrida contra a natureza, a gente vai sempre precisar de mais agrotóxicos enquanto a gente continuar fazendo agricultura da forma como nós fazemos, com grandes monoculturas, cada vez maiores, mais extensas. Monoculturas que desempregam, que não geram alimentação saudável e que fazem com que a nossa economia cada vez mais da nossa agricultura seja uma agricultura sem agricultores e agricultoras. Agricultura totalmente vinculada a grandes cadeias de commodities comandada pelo capital financeiro; - Do ponto de vista agroecológico, do manejo não se substitui agrotóxico por produto menos tóxico, substitui agrotóxico por serviços ecológicos da própria biodiversidade; - O mundo tá morrendo pela boca; - As doenças crônicas não transmissíveis [...] matam 70% da população e são responsáveis por uma qualidade de vida piorada, não é só a questão de morrer, é questão de como a gente tá vivendo, convivendo com essas doenças crônicas; - A resolução da Anvisa publicada em 2019 define requisitos para o uso da gordura trans industrial em alimentos. Entre primeiro de julho de 2021 e primeiro de janeiro de 2023 a gordura trans industrial dos alimentos destinados ao consumidor final não poderá exceder 2 gramas por 100 gramas de gordura total. E a partir de primeiro de janeiro de 2023 a produção, importação, uso e oferta de óleos e gorduras parcialmente hidrogenados para uso em alimentos ficam proibidos; - De que forma a gente tá promovendo esses produtos nocivos à saúde? A gente precisa

		<p>regular isso, principalmente junto ao público infantil;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A gente conseguiu tirar o Brasil do mapa da fome por uma série de políticas públicas que foram adotadas lamentavelmente a gente vive nessa situação [de pessoas passando fome], eu diria que é imoral a gente tá convivendo ai com o Brasil se vendendo como celeiro do mundo; - A maior parte dos problemas de insegurança alimentar no Brasil e fome no Brasil e no mundo está exatamente em áreas rurais. Quem deveria estar produzindo alimentos são os mais vulneráveis; - A fome é bem estratégica na verdade na nossa sociedade, porque quem tem fome aceita qualquer coisa, aceita qualquer trabalho, então é muito importante uma sociedade alimentada, uma sociedade sem fome, a gente consegue dá poder ao povo; - 70% da nossa comida vem da agricultura familiar e enfim a agricultura familiar detém somente, ocupa somente 23% das terras cultiváveis no Brasil, o resto tá na mão do agronegócio; - O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar oferece alimentação a estudantes da educação básica no país, em 2009, por força de lei, no mínimo 30% do valor repassado da união a estados e municípios passaram a ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Projeto aprovado em maio [de 2021] na Câmara dos deputados acaba com essa obrigação; - A Agroecologia é capaz de alimentar a população crescente? Antes de responder essa questão nós precisamos já de cara afirmar, precisamos primeiro discutir em que condições, agora uma coisa nós sabemos, o agronegócio não alimentará. Não alimentará porque já não alimenta. Já não alimenta não é 2050, só que nós não teremos três condições básicas para permanência do agronegócio do jeito que ele se organiza hoje: clima estável, água abundante e petróleo barato. São três condições absolutamente necessária para o agronegócio continuar existindo, essas condições não existirão mais. - O agronegócio não produz alimentos a grande maioria do milho e da soja não vai para os homens, vai para os animais, para produzir proteína; - A água tratada no Brasil, 70% da água vai para o agronegócio; - Quando a gente fala em tributação no campo da alimentação, a gente tá falando de tributar de forma majorada somente os produtos que fazem mal à saúde.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	<p>Nós aqui na produção de lavoura já não temos nenhum problema de praga, a questão do agrotóxico para nós é a parte mais tranquila que a gente já conseguiu resolver, nós estamos um pouco na questão da saúde do solo, da fertilização do solo. Ainda apanhando um pouco, trabalhando. Mas essa outra parte, por nós temos uma produção saudável, elas sumiram praticamente as doenças. Então tem que entender a lógica da natureza. Cada vez mais as plantas vão ficando resistentes ao veneno e cada vez ... Olha é terrível o troço, cada vez vai ter mais aumento de agrotóxico se não parar isso ai, não sei onde vai parar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porque não hein senador nós começar a discutir um projeto de isenção de impostos para a

		<p>agricultura orgânica e familiar?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acho que o senado precisa se mobilizar com relação a segurar o que veio da câmara porque não tá legal [PL 3.292/2020 retira a obrigatoriedade da 11.947 do PNAE] - O sistema alimentar hegemônico não está alimentando a nossa população e ele também está poluindo aí o nosso planeta - A gente pode transformar o nosso mundo através das nossas escolhas alimentares da forma como a gente produz, distribui e consome os alimentos.
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	Quando discutimos a política nacional de agroecologia nós colocamos uma questão chave: no país como o Brasil é o acesso democrático aos bens naturais é uma condição base, a concentração fundiária no Brasil é obscena. Não há a menor possibilidade de fazer agroecologia se não tiver acesso seguro à terra, à água e à biodiversidade.
	Comunicação pública para o interesse público	- Está clara a necessidade de uma participação ativa da sociedade civil em temas de alimentação saudável no Brasil.
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 03/08/2021 Horário de exibição: 20:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 82 - Fluxo de Carga no Corredor Centro-Norte)</p> <p>Sinopse: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) defende investimentos em infraestrutura, com melhoria da rede ferroviária, para melhor escoar a produção agropecuária do Centro-Oeste.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Documental</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A dificuldade que nós temos hoje no Brasil é a questão da segurança jurídica, isso é fundamental porque quando você vai fazer um contrato de longo prazo, de 25, 30, 50 anos, você não pode assinar um contrato com o governo de plantão tem que ser um contrato com o estado. Muda o governo, mas o estado continua, mas infelizmente no Brasil nós não temos isso ainda assegurado. - Estamos discutindo outras ferrovias inclusive temos agora o marco regulatório ferroviário que está no senado, com o relator Jean Paul Prates (PT-NR) e estamos discutindo; - Nesse projeto a gente prevê a construção de ferrovia por autorização para que isso? Principalmente você faz uma ferrovia troncal com quilômetros e mais quilômetros, mil quilômetros enfim, a ferrovia troncal, mas você pode fazer aquelas artérias, aquelas ligações de regiões produtoras até a ferrovia central e isso pode ser feito de uma forma simples sem burocracia o governo vai lá e autoriza; - Nós tornamos lei é obrigatório pagar os fundos de compensação das exportações, fruto da lei

		Kandir, então agora os estados e municípios brasileiros já podem se planejar quanto vai receber todo mês e é obrigado a pagar todos os anos e não mais do final do ano, agora o governo paga mensalmente; - Nós temos índice de produtividade [do agronegócio] maior que os Estados Unidos. O nosso maior problema é a infraestrutura.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Essas concessões rodoviárias principalmente, todas elas a meu ver Maurício com um grande planejamento nacional;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- O estado que quer promover um desenvolvimento integrado do país ele tem que procurar fazer políticas públicas que sejam atraentes, e aí sejam com subsídios, seja com a parceria público privada e outras alternativas, e até investimento público direto.
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/08/2021 **Horário de exibição:** 7:00 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: Cidadania (Ep. 82 - Fluxo de Carga no Corredor Centro-Norte)

Sinopse: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) defende investimentos em infraestrutura, com melhoria da rede ferroviária, para melhor escoar a produção agropecuária do Centro-Oeste.

Produção da TV Senado: Sim
Gênero televisivo: Documental

Programa exibido em reprise e análise já realizada

Data: 04/08/2021 **Horário de exibição:** 7:30 **Link NÃO disponível**

Programa: Tela Brasil (Matias)

Sinopse: A somente 165 km de distância da maior cidade do hemisfério sul, São Paulo, em uma pequena cabana vive Matias. Cercado pelo que resta de uma floresta exuberante, ele incorpora toda uma cultura ameaçada de extinção.

Produção da TV Senado:
Gênero televisivo:

<p>Data: 04/08/2021 Horário de exibição: 8:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Em Discussão (Ep. 17 - Os desafios da agricultura sustentável)</p> <p>Sinopse: O que é Agroecologia? Por que produtos naturais são mais caros e mais raros nas prateleiras dos supermercados? A Comissão de Meio Ambiente do Senado reuniu especialistas para debater o tema.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p> <p>Programa exibido em reprise e análise já realizada.</p>
--

<p>Data: 04/08/2021 Horário de exibição: 9:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do dia no Senado Federal.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Subcategoria</th> <th>Unidade de Registro</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Comunicação pública</td> <td>Comunicação pública de ação informativa</td> <td> <p>O primeiro item da pauta [de votações do senado] é um projeto derivado de medida provisória que simplifica a abertura e funcionamento de empresas. O segundo projeto trata da incidência de ICMS em operações interestaduais para o consumidor final não contribuinte. Outro projeto sobre ICMS exclui do simples nacional o imposto sobre operações interestaduais destinadas ao mesmo tipo de consumidor.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A revogação da Lei de segurança nacional criada ainda na ditadura militar é o quarto item da pauta; - E os senadores podem votar também para criação do título de patrimônio nacional de saúde pública; - E hoje está marcada a reunião deliberativa da comissão de meio ambiente são nove itens na pauta entre eles o projeto de lei que cria incentivos a indústria da reciclagem; - Uma sessão temática de debates no senado discutiu ontem um projeto que modifica a lei que trata da improbidade administrativa. O projeto veio da câmara dos deputados e tem causado muita polêmica; - A comissão de assuntos sociais também se reuniu e aprovou nesta terça-feira e isenção do imposto de renda para aposentados com Alzheimer; - A doença de Alzheimer é um dos tipos mais comuns de demência, ela é causada pela morte </td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>O primeiro item da pauta [de votações do senado] é um projeto derivado de medida provisória que simplifica a abertura e funcionamento de empresas. O segundo projeto trata da incidência de ICMS em operações interestaduais para o consumidor final não contribuinte. Outro projeto sobre ICMS exclui do simples nacional o imposto sobre operações interestaduais destinadas ao mesmo tipo de consumidor.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A revogação da Lei de segurança nacional criada ainda na ditadura militar é o quarto item da pauta; - E os senadores podem votar também para criação do título de patrimônio nacional de saúde pública; - E hoje está marcada a reunião deliberativa da comissão de meio ambiente são nove itens na pauta entre eles o projeto de lei que cria incentivos a indústria da reciclagem; - Uma sessão temática de debates no senado discutiu ontem um projeto que modifica a lei que trata da improbidade administrativa. O projeto veio da câmara dos deputados e tem causado muita polêmica; - A comissão de assuntos sociais também se reuniu e aprovou nesta terça-feira e isenção do imposto de renda para aposentados com Alzheimer; - A doença de Alzheimer é um dos tipos mais comuns de demência, ela é causada pela morte
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro				
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>O primeiro item da pauta [de votações do senado] é um projeto derivado de medida provisória que simplifica a abertura e funcionamento de empresas. O segundo projeto trata da incidência de ICMS em operações interestaduais para o consumidor final não contribuinte. Outro projeto sobre ICMS exclui do simples nacional o imposto sobre operações interestaduais destinadas ao mesmo tipo de consumidor.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A revogação da Lei de segurança nacional criada ainda na ditadura militar é o quarto item da pauta; - E os senadores podem votar também para criação do título de patrimônio nacional de saúde pública; - E hoje está marcada a reunião deliberativa da comissão de meio ambiente são nove itens na pauta entre eles o projeto de lei que cria incentivos a indústria da reciclagem; - Uma sessão temática de debates no senado discutiu ontem um projeto que modifica a lei que trata da improbidade administrativa. O projeto veio da câmara dos deputados e tem causado muita polêmica; - A comissão de assuntos sociais também se reuniu e aprovou nesta terça-feira e isenção do imposto de renda para aposentados com Alzheimer; - A doença de Alzheimer é um dos tipos mais comuns de demência, ela é causada pela morte 				

	<p>de células cerebrais e tem como consequência a perda de funções cognitivas como a memória e a orientação, segundo dados da organização mundial da saúde em 2020 há cerca de 50 milhões de pessoas com demência em todo mundo e a doença de Alzheimer contribui com 60 a 70% dos casos;</p> <p>- E daqui a pouco a CPI da Pandemia vai ouvir Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Dias no departamento de logística do Ministério da Saúde. Mesmo tendo deixado o ministério em janeiro deste ano Blanco é apontado como intermediário na negociação para compra de 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca;</p> <p>- E ontem a CPI ouviu reverendo Amilton Gomes de Souza Paula, que teria tentando intermediar a compra 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca para o governo federal. Em depoimento ele disse que não conhecia ninguém no Ministério da Saúde e que foi recebido após enviar um e-mail pedindo uma audiência. Amilton Gomes compareceu à CPI amparado por um habeas corpus concedido pelo STF que permitiu ao reverendo não responder perguntas que pudessem incriminá-lo; [3 vezes]</p> <p>- No momento em que senadores governistas faziam perguntas ao depoente Amilton de Paula se emocionou, assumiu ter culpa nas supostas irregularidades envolvendo a negociação das 400 milhões de doses da Astrazeneca com preço supervalorizado e pediu perdão aos brasileiros; [3 vezes]</p> <p>- A CPI vai pedir o afastamento da Secretária de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde Mayra Pinheiro. Esse foi um dos requerimentos aprovados na reunião de ontem. A convocação do Ministro da Defesa general Walter Braga Netto foi adiada; [2 vezes]</p>
Comunicação pública para consulta de opinião	- Agora o relator da CPI da Pandemia está dando entrevista ao vivo, vamos acompanhar;
Comunicação pública para prática de interlocução	
Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
Comunicação pública para o interesse público	- Hoje a CPI da Pandemia ouve o coronel Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Dias no departamento de logística do Ministério da Saúde. Blanco deve esclarecer suposto pedido de propina por dose de vacina em tratativas com a empresa Davati; [2 vezes]
Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/08/2021

Horário de exibição: 10:17

Link disponível aqui

Programa: CPI da Pandemia (39ª Reunião – Semipresencial)

Sinopse: Reunião da CPI da Pandemia com o depoimento do coronel Marcelo Blanco.

Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Transmissão ao vivo – Transmissão em Libras		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality shows	Referência aos <i>Realities shows</i>	
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Coronel, só um minutinho. Eu vou aqui... Deixe-me dizer. Eu vou aqui... Senadora Eliziane. Eu vou até defendê-lo, Coronel Blanco. Isso é a cara do Ministério da Saúde. Ele é exonerado por... Só um minutinho.</p> <p>Ele é exonerado em janeiro. Na época, quando ele era do cargo, ele era o substituto eventual do Roberto Dias. O ministério exonera, mas não nomeia a outra pessoa, foi nomear cinco meses depois. Olha o tamanho da irresponsabilidade em que nós estamos metidos. Você não fez nada de errado nessa questão, não, Coronel.</p> <p>Eu estou mostrando isso aqui por uma razão: eram essas pessoas que estavam negociando a vida dos brasileiros.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A irresponsabilidade era tão grande que um servidor é exonerado, que tinha naquele momento como encargo também substituir e eles não nomearam outro. Foram nomear... Essa portaria não precisava dizer que estava dispensando Marcelo Blanco da Costa, até porque ele nem servidor era mais. Era só para dizer que, a partir desse momento, designava Ridauto Lúcio Fernandes para exercer o cargo de substituto. <i>C'est fini</i>.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, é uma questão de lógica...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é culpa sua, não estou fazendo acusação contra o Coronel Blanco.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, mas V. Exa. está fazendo algo pior. É uma questão simples, realmente. V. Exa. está certo na segunda lógica. A primeira é que realmente está equivocada.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual delas, Senador?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A primeira está equivocada, que é o fato de ele ter aberto a empresa, ser sócio administrador dela...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, eu estou repondo aqui. Eu disse que ia defendê-lo.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, eu sei que V. Exa. está repondo, mas aí passa para uma narrativa...</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, Senador, não é nada disso.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Aí passa para uma</p>

		<p>acusação em relação ao Governo.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Governo é incompetente!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja!</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O cara não era nem mais servidor e eles não tinham designado, ainda coloca o nome dele no dia 30, se ele já tinha sido exonerado cinco meses atrás.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Essa nomeação é acessória.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É pior. Eu estou com a palavra. É o <i>modus operandi</i> do Governo.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Essa nomeação é acessória. Não tem qualquer relevância.</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É a cara do Governo. É a cara do Governo!</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É a cara também dos que comandam esta CPI, essa construção de narrativas o tempo inteiro.</p>
	Interlocução com as redes sociais	<p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, nós temos uma coisa muito grave: nós temos aqui documentos que foram mandados para a Comissão Parlamentar de Inquérito, on-line, por internauta, que desmontam completamente o argumento de que o Coronel Blanco não orientou Domingueti nem Cristiano facilitou o acesso. São conversas, todas aqui, de 1º de março. Documento dois: em outra conversa Cristiano cobra Blanco e ele diz que gostaria de uma resposta rápida também. No dia 09/03, o Coronel Blanco fala sete vezes com Domingueti e faz conferência, via WhatsApp, com ele.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Onde é que está essa informação, Relator? Apenas pra...</p> <p>O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Documentos que foram mandados à Comissão Parlamentar de Inquérito, on-line, em tempo real. Acabam de chegar às minhas mãos. São coisas gravíssimas, e só aprofundam esse modus operandi do Governo, representado pelo Coronel Blanco, infelizmente.</p> <p>Acabam de chegar às minhas mãos. São coisas gravíssimas, e só aprofundam esse modus operandi do Governo, representado pelo Coronel Blanco. Infelizmente.</p>
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	

Data: 04/08/2021

Horário de exibição: 17:53

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do dia no Senado Federal.

Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O senador licenciado Ciro Nogueira do Partido Progressista do Piauí tomou posse na tarde de hoje como ministro da Casa Civil em cerimônia no Palácio do Planalto. A vaga de Ciro no senado ficou com a mãe dele, Eliane Nogueira, que era suplente na chapa. Na CPI da pandemia o posto de titular de Ciro foi assumido pelo senador Luis Carlos Heinze, que estava na suplência, para o lugar de Heinze na suplência entrou Flávio Bolsonaro; - E hoje também está acontecendo uma sessão plenária no senado, podem ser votados o fim da lei de segurança nacional e outros projetos, vamos conferir a pauta de votações. O primeiro item da pauta é um projeto derivado de medida provisória que simplifica a abertura e funcionamento de empresas. O segundo projeto trata da incidência de ICMS em operações interestaduais para o consumidor final não contribuinte. Outro projeto sobre ICMS exclui do simples nacional o imposto sobre operações interestaduais destinadas ao mesmo tipo de consumidor. - A revogação da Lei de segurança nacional criada ainda na ditadura militar é o quarto item da pauta; - E os senadores podem votar também para criação do título de patrimônio nacional de saúde pública; - Em reunião na manhã de aprovou projetos em favor do Bioma Cerrado, e de famílias que trabalham com reciclagem de lixo e coleta seletiva de resíduos. Também foi aprovada a política da agricultura urbana; - A CPI da Pandemia terminou agora de ouvir Marcelo Blanco, coronel reformado do exército, que foi assessor do departamento de logística do Ministério da Saúde durante oito meses, ele saiu em 19 de janeiro de 2021. Disse que após deixar o ministério foi procurado por Luiz Paulo Domingueti, suposto representante de uma empresa que afirmava dispor de doses de vacina Astrazeneca para venda. Marcelo Blanco afirmou que tinha interesse em vender vacinas no mercado privado e que por isso manteve diálogos com Domingueti, mas negou que tenha participado de esquemas de corrupção envolvendo as negociações para vendas das vacinas; - Marcelo Blanco negou que tenha sido propina; - Num momento do depoimento o senador Renan Calheiros apresentou trechos de conversas entre Marcelo Blanco e Cristiano, representante da Davati, que segundo o relator haviam sido suprimidas por Blanco num material apresentado à CPI e que comprovaria que ele intermediou a apresentação de documentos da empresa para o Ministério da Saúde.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Vamos agora ao vivo para o corredor ali da sala da CPI porque os senadores Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues estão dando entrevista coletiva ao vivo;
	Comunicação pública para prática de interlocução	

	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- Marcelo Blanco disse no depoimento de hoje que o encontro no restaurante Vasto em Brasília entre ele, Domingueti e o diretor do departamento de logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, foi para facilitar a marcação de uma agenda entre a Davati e o ministério. Na CPI Domingueti tinha afirmado que nesse jantar Roberto Dias teria pedido propina de um dólar por dose;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 04/08/2021 Horário de exibição: 20:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Agenda Econômica (Ep. 17 - Energia Solar)</p> <p>Sinopse: Apenas 1 por cento da energia consumida no Brasil é de fonte solar. Veja por que o uso dessa energia está tão atrasado aqui, apesar de termos um dos maiores níveis de insolação do mundo.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas 1% da energia consumida no Brasil vem de fonte solar; - A energia solar foi estabelecida no país, segundo projeto da Aneel em 2012; - O Brasil começou muito tardiamente na parte de investimento em energia solar, outros países começaram com bastante antecedência e a segunda questão é que as leis de energia solar no Brasil, elas mudam com certa frequência o que gera grande incerteza no investimento em painel solar e inibe o investimento em painel solar; - Hoje nós temos um projeto de lei, que é um projeto de lei muito bom, que define uma segurança jurídica no investimento em painéis solares, o projeto de lei é o PL 5829. - O Payback é o tempo que você tem de retorno de seu investimento; - Nossa matriz energética chega a ser meio absurdo a gente tem aí a energia solar com 1% é menor que a energia nuclear que é uma energia caríssima que está 2,5% - Recursos hídricos são simplesmente grandes reservatórios de água onde a gente estoca energia em forma de coluna de água, então na verdade recursos hídricos são uma grande bateria que o país tem; - A produção de energia [solar] é local, por que que isso é bom? Porque quando a produção não é local, é feita por uma usina essa energia tem que sair da usina passar uma rede de transmissão passar por uma rede de redistribuição para chegar na casa da pessoa e nesse trâmite você tem uma perda de em torno de 16%;

		<p>- [Quando você utiliza a energia solar] ela diminui a utilização da rede tanto de transmissão quanto de distribuição. Essa diminuição da rede tem grandes impactos no custo dessa rede, porque se você tiver mais energia solar você precisa menos de manutenção e investimentos nessas redes e também por utilização menos da rede você tem um grande benefício na parte de perdas, porque a perda de energia nas redes de transmissão e distribuição é uma função quadrática da corrente que passa por essas linhas, então quanto menos você usar essas linhas menos perda você tem;</p> <p>- Nós falamos sobre vários benefícios do investimento em energia fotovoltaica, a malha elétrica do país ganha, a população ganha, o sistema ganha, o meio ambiente ganha, mas tem um grande jogador econômico que perde com isso, que são as distribuidoras;</p> <p>- Não existe subsídio [do governo] nenhum, todo investimento em painéis fotovoltaicos é necessariamente de origem privada;</p> <p>- O projeto [PL 5829] ele limita a possibilidade do governo de ficar mudando as leis que governam a produção solar ao seu bel prazer, ou seja, limita os poderes da ANEL;</p> <p>- A principal medida que limita a utilização de painéis solares para as pessoas mais pobres é essa taxa, essa cobrança de um preço mínimo para utilização de trocas energéticas com a rede via painéis solares.</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 04/08/2021 **Horário de exibição:** 20:00 **Link disponível** [aqui](#)

Programa: Cidadania (Ep. 83 - A nova Lei de Improbidade Administrativa)

Sinopse: Deltan Dallagnol explica o que é improbidade administrativa e o que significa, para o combate à corrupção, o projeto de lei que propõe mudanças na Lei de Improbidade Administrativa.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Jornalístico

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
------------------	---------------------	----------------------------

Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Improbidade administrativa é um abuso relevante da função pública, é uma irregularidade ou ilegalidade grave cometida no exercício ou em razão da função pública; - Todo ato de corrupção é uma improbidade administrativa [...] Mas nem toda improbidade administrativa é um ato de corrupção; - Algumas mudanças que vieram da Lei [de improbidade administrativa] elas contribuem para trazer uma maior segurança jurídica para uma proteção maior para o gestor de forma positiva.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- O programa Cidadania tem esse propósito, aproximar o que está acontecendo no Congresso Nacional, na elaboração das nossas leis da sociedade e os impactos que essas leis têm na nossa vida.
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- A política como um instrumento para o crescimento da sociedade, essa demonização da política não leva a nada;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/08/2021 **Horário de exibição:** 07:00 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: Cidadania (Ep. 83 - A nova Lei de Improbidade Administrativa)

Sinopse: Deltan Dallagnol explica o que é improbidade administrativa e o que significa, para o combate à corrupção, o projeto de lei que propõe mudanças na Lei de Improbidade Administrativa.

Programa exibido em reprise e análise já realizada

Data: 05/08/2021 **Horário de exibição:** 7:30 **Link disponível aqui:** [Parte 1](#), [Parte 2](#), [Parte 3](#)

Programa: Tela Brasil (Eunice Michiles Primeira Senadora)

Sinopse: Primeira mulher a ocupar vaga de senadora por processo eletivo no Brasil, Eunice Michiles narra episódio que lhe permitiu cumprir seu mandato: a morte do titular da vaga, João Bosco de Lima.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Documental

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
------------------	---------------------	----------------------------

Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Em 1979, portanto quase 90 anos após a proclamação da república, o Brasil teria pela primeira vez no seu parlamento uma senadora. Eunice Michiles foi vereadora e deputada estadual no Amazonas e exerceu mandato de senadora até 1987, depois como deputada federal ajudou a elaborar a constituição de 1988. - Em 1927 Celina Guimarães Viana uma professora do Rio Grande do Norte ganhou na justiça o direito de votar, em 1933 finalmente o voto foi permitido ao então considerado sexo frágil. Mas se na população brasileira elas são maioria, isso não se reflete na política, nas eleições de 2006 2498 mulheres se candidataram, mas só 174 foram eleitas. Na câmara federal alcançaram menos de 9% das cadeiras, no senado menos de 15%. - Pela constituição imperial os príncipes regentes eram também senadores, assim a primeira senadora da história do Brasil foi a princesa Isabel, responsável pela lei Áurea. Para as mulheres brasileiras comuns participar do parlamento era simplesmente impensável.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Você se imagina [na política] consertando o mundo, então eu vou lá, eu vou fazer, vou acontecer, mas você ver tantos obstáculos na sua frente é tão difícil, os interesses são tão conflitantes muitas vezes, e na verdade não tem dinheiro;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	<ul style="list-style-type: none"> - Sempre foi uma grande reclamação não só minha, que estava na tribuna como também dos movimentos feministas. Porque só homens? Porque não mulheres e tal ? - Hoje você ver mulher governadora de estado, candidatas a presidência da república, a mulher realmente acendeu, realmente cresceu, e claro que isso melhorou muito e ainda tem muito a melhorar ainda tem um espaço muito grande; - O momento da posse foi muito emocionante, estavam políticos do Amazonas, estava minha família, o fato de penetrar de adentrar, invadir aquele recinto tão... aquele santuário masculino dava assim frio assim você dizer poxa que coisa fantástica; - Foi uma recepção maravilhosa, não deixava de ser discriminatória de um lado simpático, mas era discriminação. Nunca um senador havia sido recebido dessa forma. E eu percebi muito cedo o seguinte: que eu estava sendo recebida como dizer como a dama, como a senhora não como colega; - Esses gestos [simpáticos dos senadores] eram para a senhora, para a dama que estava chegando, não era para a política, não era para a colega; - É tão cultural a nossa posição de submissão [feminina] que eu achei que tinha que ficar quietinha e obedecer;

Data: 05/08/2021 Horário de exibição: 9:00 Link disponível aqui Programa: Senado Notícias Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A cinco dias da validade a medida provisória que tem a intenção de modernizar o ambiente de negócios no Brasil foi aprovada pelo senado com modificações e por isso o texto volta a análise dos deputados; - Os senadores também aprovaram uma proposta que altera a cobrança do ICMS ao regulamentar a incidência do imposto em operações entre estados envolvendo mercadorias destinadas ao consumidor final não contribuinte; - Rodrigo Pacheco também aproveitou para fazer um balanço dos trabalhos do senado, de acordo com ele, a quantidade de proposições aprovadas nos 100 primeiros dias da sessão legislativa foi a maior nos últimos 26 anos, inclusive, com o maior número de proposições de iniciativas de senadores desde 1988. Nesse período foram aprovadas 38 medidas provisórias, 25 projetos de decreto legislativo, 86 projetos de lei entre outros; - O senador licenciado Ciro Nogueira tomou posse nesta quarta-feira como ministro da Casa Civil. A cerimônia foi no Palácio do Planalto e teve a presença do presidente do senado, Rodrigo Pacheco. Entre as funções da pasta está a de coordenar as relações com os demais poderes e entre os ministérios. - E hoje o plenário se reúne às quatro horas da tarde para votação de projetos, vamos conferir então como está a pauta. O primeiro projeto é o que revoga a lei de segurança nacional, também vai ser votado a reabertura do prazo de adesão ao programa especial de regularização tributária. Outro projeto cria o programa de renegociação de longo prazo de débitos para com a Fazenda Nacional, chamado RELP. Os senadores vão analisar também permissão para microempreendedores individuais contratarem até dois empregados. E também está na pauta a criação da associação de municípios e ainda o projeto que coloca a educação básica e superior como serviço essencial; - E nesta quarta-feira a comissão de meio ambiente aprovou projetos em favor do Bioma Cerrado, de famílias que trabalham com reciclagem de lixo e coleta seletiva de resíduos. Também foi aprovada a política da agricultura urbana; - A cada mês milhares de sugestões, opiniões, queixas e ideias dos cidadãos chegam ao senado federal por meio da ouvidoria. E para facilitar o acesso e incentivar ainda mais essa participação popular a ouvidoria do senado acaba de lançar o novo site;

		<p>- E nesta quarta-feira em depoimento à CPI da Pandemia o coronel Marcelo Blanco também ex-assessor do Ministério da Saúde disse que tentou atuar na venda de vacinas para o setor privado, mas senadores lembraram que essa negociação não estava autorizada por lei e questionaram porque ele levou Luis Paulo Domingueti para o encontro com o então diretor de logística do Ministério da Saúde;</p> <p>- Marcelo Blanco reafirmou que não estranhou a proposta de 400 milhões de doses de vacina, Marcelo Blanco disse que não conhecia o mercado de imunizantes, a versão foi questionada pelos parlamentares;</p> <p>- A CPI da Pandemia vai entrar com um <i>habeas corpus</i> no supremo tribunal federal contra o inquérito instaurado ontem pela polícia federal para apurar suposto vazamento de documentos sigilosos enviados à CPI.</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	- O meio de contato mais frequente [ouvidoria do senado] continua sendo o telefone, afinal ele serve para falar e a ligação é de graça só no mês de junho deste ano [2021] foram mais de duas mil consultas e não é nem preciso adivinhar qual foi o tema dominante dos acessos: CPI da Pandemia;
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	- E o presidente do senado, o senador Rodrigo Pacheco aproveitou a primeira sessão deliberativa do ano, após o recesso parlamentar para reafirmar o compromisso do senado com o estado democrático de direito e com a independência entre os poderes. O líder do legislativo, Rodrigo Pacheco, disse que quem abusa de suas prerrogativas para enfraquecer qualquer um dos três poderes acaba enfraquecendo toda a sociedade;
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/08/2021			Horário de exibição: 10:00			Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Programa exibido enquanto a reunião da CPI não se inicia).								
Sinopse: O senador Reguffe (PODEMOS/DF) quer a derrubada de veto ao projeto de lei que permite o tratamento oral de pacientes com câncer, de forma gratuita. O projeto (PL 6330/2019) obriga os planos de saúde a pagarem os custos do tratamento, mas foi vetado pelo presidente da República. O senador desmente a justificativa do governo de que a medida aumentaria as mensalidades dos planos de saúde.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria			Subcategoria			Unidade de Registro		

Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O congresso nacional decide se vai manter ou derrubar o veto do presidente da república ao projeto de lei que obriga os planos de saúde a pagarem o tratamento com quimioterapia oral para pacientes com câncer; - O projeto [PL 6330/2019] gera zero de aumento de despesa pública; - É mais caro se pagar o custo uma quimioterapia na veia no hospital, é mais caro se pagar uma internação no hospital para se tomar a quimioterapia na veia do que o custo dos comprimidos para o paciente tomar a quimioterapia no conforto da sua casa de forma oral; - Hoje a legislação já prevê o pagamento pelos planos de saúde da quimioterapia oral só que ela exige que a ANS coloque no rol dos medicamentos da ANS, só que hoje o medicamento é aprovado pela ANVISA, um medicamento de quimioterapia oral e depois pela aprovação da ANVISA ele leva às vezes quatro anos para ANS colocar no seu rol, listar esse medicamento no seu rol. Ora quatro anos para um paciente com câncer é muito tempo; - Eu mantenho os crivos da ANVISA os planos só tem que pagar depois do crivo da ANVISA, depois dos registros dos medicamentos na ANVISA; - A proposta faz com que os planos de saúde tenham que arcar com o tratamento de quimioterapia oral, de pagar o tratamento de quimioterapia oral a partir do registro do medicamento na ANVISA;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
Comunicação pública inclusiva e plural		

Data: 05/08/2021**Horário de exibição:** 10:30**Link disponível** [aqui](#)**Programa:** 40ª Reunião da CPI da Pandemia**Sinopse:** Depoimento de Airtton Antônio Soligo, ex-assessor especial do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Transmissão ao vivo com tradução simultânea em Libras

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
------------------	---------------------	----------------------------

	Referência aos Realities shows	
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Alguns artistas, inclusive o próprio Paulo Gustavo, o finado Paulo Gustavo, o oxigênio dele chegou mais rápido que o do Amazonas, ele tinha mais capacidade de logística do que o Governo Federal colocou para a gente lá.
	Referência direta ao show business	A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, esta CPI tem se transformado numa verdadeira passarela onde desfilam aqui toda sorte de mentiras e histórias mal contadas. O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - E eu queria fazer aqui uma fala. Primeiro, eu quero dizer que vi aqui hoje, Cascavel, em certa medida, um desfile de covardias. No particular, o que ouvi de muitos foram reconhecimentos e gratidão pelo seu trabalho, mas aqui, no circo de horrores, você foi criticado, duramente questionado, inclusive sobre temas que sequer dizem respeito à sua atuação no Ministério da Saúde.

Data: 05/08/2021 Horário de exibição: 13:31 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias (Programa exibido no intervalo da reunião da CPI da Pandemia)		
Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Nesta quinta-feira a comissão de agricultura aprovou um projeto que permite que o assentado explore o potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel contanto que tenha uma autorização do INCA. Pelo texto o assentado de projetos de reforma agrária poderá celebrar contratos com terceiros individuais ou coletivos de modo a aproveitar o potencial de energia renovável; - A comissão [de agricultura] também aprovou a criação do fundo nacional de apoio a cultura da palmeira do babaçu, plantio de subsistência vital para as regiões de cultivo em especial no Maranhão e Piauí, e dos selos verdes cacau cabruca e cacau Amazônia que deverá contribuir para promoção da diversidade biológica ao valorizar o cacau produzido em sistemas agroflorestais; - E hoje o senado tem sessão deliberativa a partir das 4 horas da tarde entre os projetos que

	<p>estão na pauta, estão aí. O primeiro projeto é um que revoga a lei de segurança nacional, também vai ser votado a reabertura do prazo de adesão ao programa especial de regularização tributária. Outro projeto cria o programa de renegociação em longo prazo de débitos para com a Fazenda nacional, esse programa é chamado de RELP. Os senadores vão analisar também permissão para microempreendedores individuais contratarem até dois empregados. Também está na pauta a criação da associação de municípios e ainda o projeto que coloca a educação básica e superior como serviço essencial;</p> <ul style="list-style-type: none"> - E ontem a cinco dias da validade a medida provisória que tem a intenção de modernizar o ambiente de negócios no Brasil foi aprovada no senado com modificações agora a proposta volta para a análise dos deputados; - O senador licenciado Ciro Nogueira tomou posse nesta quarta-feira como ministro da Casa Civil. A cerimônia foi no Palácio do Planalto e contou com a participação do presidente do senado, Rodrigo Pacheco. Entre as funções da pasta está a de coordenar as relações com os demais poderes e entre os ministérios. No discurso, Ciro Nogueira exaltou a necessidade de entendimento. - Nós estamos agora no intervalo da CPI da Pandemia que hoje ouve Ailton Antonio Soligo que foi assessor especial do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello e durante o depoimento de hoje Soligo negou que Pazuello tenha terceirizado as atividades próprias de um ministro para ele. - O depoente de hoje, Ailton Soligo, também esteve presente em viagens do Ministério da Saúde no Amazonas então senadores da CPI o questionaram sobre a crise de oxigênio no estado.
Comunicação pública para consulta de opinião	
Comunicação pública para prática de interlocução	
Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
Comunicação pública para o interesse público	
Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/08/2021

Horário de exibição: 14:15

Link disponível [aqui](#)

Programa: Argumento (Escolha de ministros do STF)

Sinopse: Senador Lasier Martins (Podemos/RS) defende a inclusão na pauta da PEC que cria lista tríplice para os indicados à vaga de ministro do STF e acaba com a vitaliciedade do cargo.

Programa exibido no intervalo da CPI da Pandemia em reprise e análise já realizada

Data: 05/08/2021 Horário de exibição: 16:45 Link disponível aqui Programa: Senado Notícias Sinopse: Programa jornalístico da TV Senado Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Hoje um projeto votado pela comissão de agricultura e reforma agrária do senado permite que o assentado explore o potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel a depender de autorização do INCA. Pelo texto o assentado de projetos de reforma agrária poderá celebrar contratos com terceiros individuais ou coletivos de modo a aproveitar o potencial de energia renovável; - A comissão [de agricultura] também aprovou a criação do fundo nacional de apoio a cultura da palmeira do babaçu, plantio de subsistência vital para as regiões de cultivo em especial no Maranhão e Piauí, e dos selos verdes cacau cabruca e cacau Amazônia que deverá contribuir para promoção da diversidade biológica ao valorizar o cacau produzido em sistemas agroflorestais; - E o plenário do senado vai se reunir daqui a pouco para aprovar projetos, vamos conferir como está a pauta. O primeiro projeto é um que revoga a lei de segurança nacional, também vai ser votado a reabertura do prazo de adesão ao programa especial de regularização tributária. Outro projeto cria o programa de renegociação em longo prazo de débitos para com a Fazenda Nacional, esse programa é chamado de RELP. Os senadores vão analisar ainda permissão para microempreendedores individuais contratarem até dois empregados. Também está na pauta a criação da associação de municípios e ainda o projeto que coloca a educação básica e superior como um serviço essencial; - A cinco dias de perder a validade a medida provisória que tem a intenção de modernizar o ambiente de negócios no Brasil foi aprovada ontem pelo senado com modificações, o texto volta agora para a análise dos deputados; - O senador licenciado Ciro Nogueira tomou posse ontem como ministro da Casa Civil. A cerimônia foi no Palácio do Planalto e contou com a participação do presidente do senado, Rodrigo Pacheco. Entre as funções da pasta está a de coordenar as relações com os demais poderes e entre os ministérios. No discurso, Ciro Nogueira exaltou o entendimento. - A cada mês milhares de sugestões, opiniões, queixas e ideias dos cidadãos chegam ao senado federal por meio da ouvidoria. Para facilitar o acesso e incentivar ainda mais essa participação popular a ouvidoria do senado acaba de lançar o novo site; - Hoje a CPI da Pandemia ouviu Aírton Soligo que foi assessor especial do ex-ministro da saúde

		Eduardo Pazuello. Soligo negou que Pazuello tenha terceirizado atividades para ele. - A crise de oxigênio no Amazonas também foi questionada pelos senadores da CPI; - E o presidente senador Omar Aziz anunciou o calendário de depoimentos para semana que vem.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- O meio de contato mais frequente [ouvidoria do senado] continua sendo o telefone, afinal ele serve para falar e a ligação é de graça só no mês de junho deste ano [2021] foram mais de duas mil consultas e não é nem preciso adivinhar qual foi o tema dominante dos acessos: CPI da Pandemia;
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	- O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, aproveitou essa sessão de ontem que foi a primeira deliberativa após a volta do recesso parlamentar para reafirmar o compromisso do senado com o estado democrático de direito e com a independência entre os poderes. O líder do legislativo disse que quem abusa de suas prerrogativas para enfraquecer qualquer um dos três poderes acaba enfraquecendo toda a sociedade;
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 05/08/2021 Horário de exibição: 20:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: TV Senado 25 anos (Ep. 10 - Rede de TVs Legislativas)</p> <p>Sinopse: TV Senado 25 anos: conheça a Rede de TVs Legislativas e como ela ajuda a levar informações das atividades dos parlamentares para diversos municípios e estados. Neste episódio do TV Senado 25 anos, o programa entrevista Luís Carlos Fonteles, terceiro vice-presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), e Evelin Maciel, presidente da Astral no período 2008-2009.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Documental</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- A rede legislativa de TV Digital permite aos cidadãos brasileiros acompanhar tudo o que acontece no congresso nacional, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais; - Uma parceria entre o senado federal e a câmara dos deputados leva o sinal digital das emissoras legislativas a 234 municípios de 24 estados e no distrito federal; - A TV Digital ela possibilitou as emissoras, vamos falar de uma forma bem popular de dividir um único canal em 4, e assim foi possível entrar TV Senado, TV Câmara e outras emissoras legislativas no mesmo canal;

		<ul style="list-style-type: none"> - O objetivo sempre foi uma rede [de emissoras legislativas] única, a gente não queria provocar uma competição por parceiros, a gente queria unificar; - Nós temos uma rede [de emissoras legislativas] que é complexa, que tem um custo. Um custo que foi otimizado com essas parcerias e que tem o objetivo de levar o que acontece nas casas legislativas a todos os cidadãos; - A TV que faz mais sucesso é a TV municipal, porque as pessoas querem se ver, querem ver o seu vizinho e tal e cobrar vereador é uma coisa mais do dia-a-dia; - [Com as TVs legislativas] existe um impacto muito grande no comportamento dos parlamentares, eles passam a ter um cuidado muito maior com o que falam, procuram ter uma linguagem bem mais delicada; - As TVs ajudaram muito na qualificação da imagem dos parlamentares, eu acho que se tornou um efeito colateral muito importante das TVs; - A rede, ela não é só TV, a gente tem também rádio, rede legislativa envolve o rádio, só que no rádio a concessão é única a gente não tem como fazer... distribuir os canais. Nós não temos ainda rádio digital; - O sinal aberto é muito mais democrático [contraponto com o streaming]
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 05/08/2021

Horário de exibição: 20:30

Link disponível [aqui](#)

Programa: Cidadania (Ep. 81 - ENEM 2021 - Projeto Salvaguarda)

Sinopse: ENEM 2021 - Como o Projeto voluntário Salvaguarda contribui para que jovens de todo o Brasil alcancem a tão sonhada aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio.

Programa exibido em reprise e análise já realizada.

<p>Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 7:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 110 - Luto: As 5 fases e como vivê-las)</p> <p>Sinopse: Familiares podem esperar certas emoções após uma perda muito grande, começando pela negação, depois a raiva, arrependimento e tristeza profunda, até conseguir aceitar a morte com menos dor.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O luto é definido como a resposta que a gente tem, psicologicamente qual é a nossa resposta a partir da perda de alguém ou de algo, mas especialmente de alguém; - Um luto não é tanto um processo depressivo, mas ele é um processo transformativo, a ideia é que a pessoa passe pelas fases e ela saia dali transformada; - [Com tantas mortes por conta da pandemia] existe uma perda, uma desaceleração, o processo de luto, o luto tende a ser mais difícil se a gente não tem acesso ao corpo da pessoa, vamos dizer ali naquele momento do velório, no momento das homenagens de poder abraçar o familiar, não dá para dizer que o luto vai ser vivido da mesma forma; - A primeira fase do luto é a negação, porque quando a realidade nos mostra algo desagradável o jeito mais instintivo e desesperado de lidar com isso é negar que aconteceu; - A primeira fase [do luto] é uma referência para organizar, para as pessoas conseguirem entender melhor, não é que todo mundo vá viver o luto exatamente igual, não deixa de ser um processo pessoal. - Quando a gente tem as cinco fases [do luto] a pessoa olha assim e diz: não espera isso é esperado. E quando ela se dá conta que é esperado, é como se fosse um abraço nela assim: espera eu não tô maluco. - O luto pode se transformar numa depressão se não for bem manejado; - Pelas pesquisas o momento mais difícil de perder alguém é perder um filho jovem, ali nos seus 20 e poucos anos, filho ou filha. O pai e a mãe que perdem um filho bebe, por exemplo, sofrem muito, mas é uma dor bem menor em termos do tempo que luto leva, de como ele digere, é uma dor menor, apesar de ser enorme. É uma dor menor. É menor do que a dor de perder um filho, vamos dizer assim, com seus vinte e poucos anos, um filho jovem, porque o vai ver todo aquele trabalho que ele teve de criar o filho, de ver a personalidade do filho tem, os sonhos que o filho tem e daqui a pouco ele é mutilado; - Existe uma diferença de quando a gente perde uma pessoa e de que forma a gente perde uma pessoa que vai afetar no luto; - Existe uma ideia geral de que um luto tende a ter de 6 a 12 semanas, em que a pessoa tá processando aquilo, ou seja, vamos dizer que até 3 meses lidando com aquilo tá no limite do que é tranquilo, é bem esperado.
	Comunicação pública para consulta	

	de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 **Horário de exibição: 7:30** **Link disponível [aqui](#)**
Programa: Tela Brasil (Quem me representa?)
Sinopse: O documentário põe em debate a representatividade do brasileiro, desde as primeiras eleições, em 1532, até a conquista dos espaços democráticos por segmentos historicamente excluídos.
Programa exibido em reprise e análise já realizada

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 10:00 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias		
Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do senado federal.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Daqui a pouco a CPI da Pandemia deve iniciar dois depoimentos, o primeiro a falar vai ser Tadeu Frederico Andrade, paciente da Prevent Senior, depois dele vai ser a vez do médico Walter Correia, que trabalhava na operadora de saúde; - Walter Correia é médico e trabalhou na Prevent Senior durante boa parte da pandemia de Covid-19. Ele faz parte de um grupo de 12 médicos que produziram um dossiê com denúncias contra a empresa. Entre as acusações está o ataque à autonomia médica e a fraude em um estudo clínico que deveria comprovar a eficácia e a segurança do uso de azitromicina combinada com hidroxicloroquina para pacientes com covid leve; - A advogada dos médicos que fizeram a denúncia também disse a Prevent Senior alterava atestados de óbitos de pacientes que haviam sido internados com covid;

		- Pedro Batista, diretor executivo da Prevent Senior, defende que as denúncias são falsas e que os dados do dossiê foram manipulados por médicos desligados da operadora; - O diretor presidente da Agência Nacional de saúde suplementar disse que tomou conhecimento pela CPI da pandemia das denúncias contra a Prevent Paulo Roberto Filho que depôs, informou que foi instalado um procedimento de fiscalização, mas descartou fechar a operadora; A Agência Nacional de saúde suplementar é responsável por fiscalizar a atuação de operadoras de planos de saúde e aplicar penalidades a essas empresas. A ANS foi chamada pela CPI para esclarecer as providências tomadas em relação à Prevent Senior.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Mas hoje também falou a nossa reportagem um dos integrantes da comissão parlamentar de inquérito, o senador Otto Alencar, vamos acompanhar o que ele disse; - Agora nós vamos ouvir ao vivo o vice-presidente da CPI da Pandemia, o senador Randolfe Rodrigues; - Agora vamos escutar o relator da CPI, senador Renan Calheiros que também já chegou aqui.
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 **Horário de exibição:** 10:41 **Link disponível [aqui](#)**

Programa: 64ª Reunião da CPI da Pandemia

Sinopse: Depoimento de Tadeu Frederico de Andrade e Walter Correa de Souza Neto

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Transmissão ao vivo com tradução simultânea em libras

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
	Referência aos Realities shows	
	Convivência pacífica entre os atores	
	Competição entre os atores	
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)

		<p>No dia de ontem tivemos lamentável decisão de incluir o Presidente do Conselho Federal de Medicina como investigado nesta CPI. Pergunto: investigado por qual motivo? Como resposta, o próprio representante desse importante conselho profissional emitiu uma nota de esclarecimento aos brasileiros que aqui eu faço questão de ler.</p> <p><i>[...] sobre a decisão do relator da CPI da Pandemia, senador Renan Calheiros, de incluir meu nome [falando em nome do Presidente] no rol dos investigados para aquela Comissão Parlamentar de Inquérito venho manifestar publicamente que:</i></p> <p><i>1. Esta decisão não causa surpresa, diante da narrativa falaciosa adotada pela CPI ao longo de sua existência, transformando a Comissão num palco midiático para embates políticos e ideológicos;</i></p> <p>O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) - Creio que o observatório terá muito trabalho, porque, há cerca de dez minutos, como naqueles vilões que terminam a primeira parte de uma série e deixam uma deixa para a próxima temporada, o Presidente Bolsonaro, apesar de mais de 6 mil brasileiros mortos na faixa etária entre zero e vinte anos, acabou de declarar publicamente, com aquela empáfia que lhe é característica, aquela forma revoltada com o mundo de ser: "Por que vacina para zero a vinte anos? Isto é um negócio". E chamou de hipocrisia a defesa da vacina para jovens abaixo de 20 anos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - No próximo dia 18, ouviremos aqui o Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga. No dia 19, nós iniciaremos a leitura do relatório final do Senador Renan Calheiros. Antes disso... E é bom que se faça aqui um esclarecimento, a partir de informações distorcidas que têm sido veiculadas: não terá show de encerramento, não terá festa de encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito; terá, sim, a pedido da associação das vítimas da pandemia - hoje corroborado com as homenagens que serão feitas, a partir de amanhã, pela ONG Rio de Paz, em decorrência de mais de 600 mil mortos -, uma homenagem, que não é desta CPI, é do Senado brasileiro, às vítimas, aos familiares das vítimas, àqueles que sofreram, mas que estão vivos para testemunhar, como mártires, como Tadeu. "Mártires", Tadeu. "Mártir" vem do grego. Testemunha. Essa é a origem da palavra "mártir". Mártir significa aquele que testemunhou, aquele que viveu. É assim que nós vivemos neste depoimento de hoje.</p>
--	--	--

Data: 07/10/2021

Horário de exibição: 13:33

Link disponível [aqui](#)

Programa: Senado Notícias

Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do senado federal.

Produção da TV Senado: Sim

Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - A comissão de agricultura recebeu hoje o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, Celso Luiz Moretti falou dos resultados e contribuições da empresa para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil; - O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, discursou em Roma na Itália na sétima cúpula dos presidentes dos parlamentos dos países do G20. Ele destacou a necessidade de combate às desigualdades sociais e econômicas, juntamente com a união do enfrentamento à pandemia da covid-19. Afirmou também que o desenvolvimento econômico do mundo não pode mais se apartar da preservação ambiental. - O ministro da saúde Marcelo Queiroga vai ter que comparecer pela terceira vez a CPI, o requerimento de convocação foi aprovado hoje, entre os objetivos está verificar o planejamento vacinal para 2022 e esclarecer orientações sobre a vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos; - Também foi aprovado o requerimento para o que ministro da saúde informe em 24 horas as razões para um relatório contrário ao tratamento precoce que estava pronto para votação na comissão nacional de incorporação de tecnologias no sistema único de saúde, chamada CONITEC, porque foi retirado de pauta; - Os senadores da CPI também requisitaram a polícia civil do Distrito Federal a cópia de um boletim de ocorrência registrado pela secretaria de gestão do trabalho e da educação na saúde Mayra Pinheiro contra o chefe do gabinete do atual ministro da saúde, o chefe João Lopes de Araújo Júnior; - A CPI da Pandemia toma hoje o depoimento de um médico que trabalhou para a operadora de saúde Prevent Senior e também de um paciente da empresa. A empresa foi denunciada na comissão parlamentar de inquérito, Tadeu Frederico Andrade, paciente era beneficiário da Prevent Senior e criticou o tratamento que recebeu quando diagnosticado com covid-19; - Já o médico Walter Correia de Souza Neto ex-funcionário da Prevent Senior disse que a empresa tinha um modelo mais voltado para os custos que para o bem estar dos pacientes. Ele também relatou que era obrigado a prescrever o kit de tratamento precoce e que chegou ao ponto de ser orientado para não usar máscaras para não assustar os pacientes.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	

	Comunicação pública inclusiva e plural	
--	--	--

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 14:10 Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Economia Criativa) - Programa exibido no intervalo da CPI Sinopse: A senadora Katia Abreu conversa sobre a economia criativa.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- 2021 foi declarado pela ONU como o ano internacional da economia criativa com desenvolvimento sustentável; - Esse fenômeno da pandemia afetou extremamente a economia criativa, foram 458 mil postos de empregos que foram perdidos só no ano passado [2020]; - Ninguém mais hoje pode falar de acordo comercial sem considerar o tema meio ambiente mais; - Virou uma bandeira da humanidade premiar quem trabalha de forma sustentável; - Se nós não firmamos a gastronomia com regularidade e qualidade ela nunca vai se afirmar; - O que é que é a economia criativa? É um mundo, são as artes, a cultura, a comida, o turismo, é uma coisa gigante que movimenta 50 bilhões de reais no Brasil e já temos mais de dez milhões de pessoas envolvidas com a economia criativa;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Senadora eu queria aqui fazer duas perguntas do portal E-cidadania que foram enviadas;
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 14:35 Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Reforma do Imposto de Renda) Programa exibido no intervalo da CPI Sinopse: A proposta de reforma do imposto de renda, que é do executivo, já passou pela câmara dos deputados e está em análise na comissão de assuntos econômicos do senado já que é uma das prioridades do governo federal, neste Argumento conversa com o senador Ângelo Coronel que é o		

relator desta matéria.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Quando você faz uma renúncia fiscal, principalmente do imposto de renda, você sacrifica a receita da União, estados e municípios, o que nós estamos vendo agora é se com a tributação de lucros e dividendos, se dá para cobrir esse déficit [aumentar a isenção do imposto de renda de 2500 para 5000]; - Estados e municípios reclamam também porque vão perder repasses em função da desoneração do imposto de renda da pessoa jurídica; - Você não pode criar no orçamento uma despesa nova, sem a contrapartida dessa despesa.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 18:16 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do senado federal.		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- E agora está terminando também no senado uma parte de uma sessão no congresso nacional, senadores e deputados votaram três projetos de lei no congresso abrem crédito suplementar para a justiça eleitoral, para o ministério da ciência e tecnologia e para outros órgãos do poder executivo;

		<ul style="list-style-type: none"> - E também hoje a comissão de ciência e tecnologia do senado debateu em uma audiência pública o processo de licitação e os benefícios e impactos da tecnologia 5G no Brasil. O leilão dessa quinta geração da internet está marcado para 4 de novembro; - A tecnologia 5G é a próxima geração de internet móvel usada hoje em 65 países, é considerada a maior transição tecnológica do século, não só pela ultra velocidade de transmissão, mas pela possibilidade de expansão da internet para todos os municípios acima de 600 habitantes; - A comissão de agricultura recebeu hoje o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, Celso Luiz Moretti falou dos resultados e contribuições da empresa para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil; - O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, discursou em Roma na Itália na sétima cúpula dos presidentes dos parlamentos dos países do G20. Ele destacou a necessidade de combate às desigualdades sociais e econômicas, juntamente com a união do enfrentamento à pandemia da covid-19. Afirmou também que o desenvolvimento econômico do mundo não pode mais se apartar da preservação ambiental; - A CPI acabou de ouvir dois depoimentos hoje, Walter Correia de Souza Neto que é médico que era funcionário da Prevent Senior e Tadeu Frederico Andrade, ex- paciente da Prevent Senior. - A CPI marcou para o dia 18 de outubro o terceiro depoimento do atual ministro da saúde, Marcelo Queiroga, entre os objetivos está verificar o planejamento vacinal para 2022 e esclarecer orientações sobre a vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos; - Também foi aprovado um requerimento para o ministro da saúde informe em 24 horas as razões para que um relatório contrário ao tratamento precoce que estava pronto para votação na comissão nacional de incorporação de tecnologias no sistema único de saúde foi retirado de pauta; - Os senadores da CPI também requisitaram a polícia civil do Distrito Federal a cópia de um boletim de ocorrência registrado pela secretaria de gestão do trabalho e da educação na saúde Mayra Pinheiro contra o chefe do gabinete do atual ministro da saúde, no nome do chefe de gabinete é João Lopes de Araújo Júnior; - Walter Correia de Souza Neto confirmou que a operadora obrigava os médicos a receitarem medicamentos sem eficácia; - Outro depoente de hoje foi Tadeu Frederico Andrade, ele era cliente da Prevent Senior e criticou o tratamento recebido quando foi diagnosticado com Covid-19.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o	

	interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 18:41 Link disponível aqui Programa: Senado Notícias Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do senado federal. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Senadores e deputados aprovaram hoje três projetos de lei no congresso nacional que abrem crédito suplementar para a justiça eleitoral, para o ministério da ciência e tecnologia e para outros órgãos do poder executivo; -A comissão de ciência e tecnologia do senado debateu em uma audiência pública o processo de licitação e os benefícios e impactos da tecnologia 5G no Brasil. O leilão dessa quinta geração da internet está marcado para 4 de novembro; - A tecnologia 5G é a próxima geração de internet móvel usada hoje em 65 países, é considerada a maior transição tecnológica do século, não só pela ultra velocidade de transmissão, mas pela possibilidade de expansão da internet para todos os municípios acima de 600 habitantes; - A comissão de agricultura recebeu hoje o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, Celso Luiz Moretti falou dos resultados e contribuições da empresa para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil; - O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, discursou em Roma na Itália na sétima cúpula dos presidentes dos parlamentos dos países do G20. Ele destacou a necessidade de combate às desigualdades sociais e econômicas, juntamente com a união do enfrentamento à pandemia da covid-19. Afirmou também que o desenvolvimento econômico do mundo não pode mais se apartar da preservação ambiental. - A CPI da Pandemia marcou para o dia 18 de outubro o terceiro depoimento do atual ministro da saúde, Marcelo Queiroga, entre os objetivos está verificar o planejamento vacinal para 2022 e estabelecer orientações sobre a vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos; - Também foi aprovado um requerimento para que o ministro da saúde informe em 24 horas as razões para ter sido retirado de pauta um relatório contrário ao tratamento precoce que estava pronto para votação na CONITEC - comissão nacional de incorporação de tecnologias no sistema único de saúde; - Os senadores da CPI também requisitaram a polícia civil do Distrito Federal a cópia de um boletim de ocorrência registrado pela secretaria de gestão do trabalho e da educação na saúde,

		Mayra Pinheiro, contra o chefe do gabinete do atual ministro da saúde, no nome do chefe de gabinete é João Lopes de Araújo Júnior; - Um outro depoente de hoje foi Tadeu Frederico Andrade, ele era cliente da Prevent Senior e criticou o tratamento recebido quando foi diagnosticado com Covid-19.
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Vamos voltar agora ao vivo para perto da CPI, o senador Randolfe Rodrigues está dando uma entrevista;
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- Em um dos depoimentos de hoje foi de um dos médicos que montaram um dossiê contra a empresa Prevent Senior. Walter Correia de Souza Neto confirmou que a operadora obrigava os médicos a receitarem medicamentos sem eficácia;
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 19:30 Link disponível aqui		
Programa: Argumento (Ep. 63 - Subsídios a pequenas distribuidoras de energia)		
Sinopse: Projeto aprovado pela CAE amplia a lista de distribuidoras de energia elétrica de pequeno porte com direito a subsídio para compensar a carga de densidade reduzida.		
Produção da TV Senado: Sim		
Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- O que vamos fazer com essa lei, convertida em lei esse projeto, é uniformizar o subsídio. Não importa a natureza jurídica de quem fornece energia elétrica. Interessa que o cidadão não pague 50% mais porque quem me fornece é uma empresa e não uma cooperativa; - A energia hidrelétrica é a mais limpa do mundo.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e	

	democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 20:00 Link disponível aqui Programa: TV Senado 25 anos (Ep. 20 - Filmes e séries nacionais nas plataformas de <i>streaming</i>) Sinopse: TV Senado 25 anos: o produtor Manoel Rangel e a especialista em regulação audiovisual Vera Zaverucha falam sobre as produções nacionais nas plataformas de streaming. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Documental		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Um mercado de 25 bilhões de reais por ano que emprega 5 milhões de pessoas, esse é o tamanho do audiovisual brasileiro, que conta com incentivos como 700 milhões por ano em recursos do fundo setorial do audiovisual e cotas de exibição na TV por assinatura; - O mercado audiovisual é totalmente dependente ainda do financiamento público e também das cotas de exibição nas tvs e no cinema; - Nós temos no território do audiovisual uma estrutura mundializada de distribuição hegemônica em que poucas empresas controlam a estrutura internacional de distribuição e circulação de obras audiovisuais. Com isso elas asseguram o mercado para suas próprias produções e dificultam que as indústrias locais e a produção local dos diversos estados nacionais encontrem espaço para circulação das obras; - Nós construímos no Brasil já uma robusta política pública de apoio ao cinema e ao audiovisual, ferramentas que foram construídas durante décadas com a avaliação e a participação da sociedade brasileira e do parlamento brasileiro, para o Brasil pudesse e possa ter seu espaço com sua própria produção de filmes e séries e com isso chegar a maioria da sociedade brasileira; - Hoje uma das questões cruciais na construção de um marco regulatório de vídeo por demanda é uma atenção bastante especial a um elemento que já está presente na legislação de cinema e na legislação de TV paga que é a defesa da produção independente. Do direito à propriedade patrimonial as empresas produtoras brasileiras que criam, desenvolvem e produzem essas obras.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- A gente precisa de lei de proteção ao nosso mercado [audiovisual] porque a gente tem muita assimetria dentro dele, então é muito necessário ter dentro dele, mecanismos de apoio ao

		<p>audiovisual nacional;</p> <p>- Olha eu acho que são basicamente três pilares que devem constar numa lei sobre o vídeo por demanda, um deles é a obrigatoriedade de investimento dessas empresas em produções locais, outro é a questão da proeminência do conteúdo brasileiro, ou seja, não adianta nada a gente ter o conteúdo brasileiro dentro da plataforma se nós não conseguirmos encontrar esses conteúdos. Esses conteúdos geralmente ficam escondidos.</p> <p>- A terceira coisa é a cota, eu acho que a gente precisa ter uma obrigatoriedade é para que esses players do mercado tenham conteúdo audiovisual brasileiro de uma forma robusta;</p> <p>A meu ver aqueles que defendem a fusão entre ANATEL e ANCINE na verdade gostariam de propor a extinção da ANCINE e da regulação do audiovisual. Mas de uma maneira um tanto envergonhada apresentam isso numa forma nova, que é essa forma de fundir os dois órgãos para na prática esvaziar o funcionamento, a regulação dos serviços audiovisuais;</p>
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 07/10/2021 Horário de exibição: 20:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 108 - Combate a Doenças Raras – Ataxia de Friedreich)</p> <p>Sinopse: Mãe de paciente com a doença rara Ataxia de Friedreich, Amália Maranhão comenta os desafios no diagnóstico e no tratamento de doenças raras no País.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>- A Ataxia de Friedreich que é uma doença hereditária, rara, debilitante e paralisante;</p> <p>- São de 6 a 8 mil doenças raras no mundo, então se você começa a computar cada uma ou um grupo de pessoas em cada uma dessas doenças chega-se a milhões. Só no Brasil estima-se que há 13 milhões de pessoas com doenças raras;</p> <p>- Em geral as doenças raras são doenças crônicas, e por serem crônicas elas têm progressão é mais lenta, e aí o sofrimento das pessoas é muito maior;</p> <p>- A maioria das doenças raras, estima-se que 80% das doenças raras tenham origem genética. E a origem genética tem duas variáveis, ela pode ser hereditária, herda-se de ancestrais, ou pode ocorrer uma mutação, um acidente genético na hora da concepção do bebe;</p>

		- A Ataxia de Friedreich o sinal principal é o desequilíbrio na marcha, depois disso evolui para a falta de coordenação de braços e pernas, chega a um estágio que a pessoa quer colocar a comida na boca, mas a mão vai para o nariz ou para o queixo, não existe o controle do movimento fino.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 18/10/2021 Horário de exibição: 7:00 Link disponível aqui Programa: Cidadania (Ep. 112 - Abaixo-assinados na internet funcionam?) Sinopse: Ativismo digital com abaixo-assinados mobiliza sociedade e movimento Change.org comemora		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- Um das maiores petições criadas na Change foi pelo fim das queimadas na Amazônia em 2019, foram mais de cinco milhões de assinaturas no mundo inteiro que acabou resultando na abertura de uma comissão externa de políticas para integração do meio ambiente e economia; - [As petições online] são instrumentos de pressão popular e que realmente mostram e dão o termômetro daquela pauta e as autoridades se sentem na obrigação de ouvir, de entender e de agir em relação a aquilo, então assim abaixo-assinados funcionam, abaixo-assinados digitais funcionam; - Ficar atrás da tela faz sentido sim, e ajuda sim e transforma sim;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Se eu pudesse fazer um resumo do que a Change.org é, é tecnologia e união de vozes a serviço da democracia e das causas sociais;
	Comunicação pública para	

	promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 18/10/2021 Horário de exibição: 8:00 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Parlamento Brasil (Ep. 24 - Centenário de Paulo Freire) Sinopse: Centenário de Paulo Freire em PE. Novo centro de pesquisa científica no PI. Monitoramento de obras PR. Ciganos têm data especial em SE. Mulheres indígenas na CD. GO apresenta Colinas do Sul.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” essa é uma das muitas frases de Paulo Freire, patrono da educação brasileira; - Este ano Paulo Freire estaria completando 100 anos, em Recife cidade onde ele nasceu e começou a atuar como professor, o centenário foi celebrado com a inauguração de um memorial na biblioteca da Assembleia legislativa de Pernambuco; - Freire desenvolveu um método de alfabetização de adultos revolucionário, o processo de aprendizagem avança a partir de palavras utilizadas no cotidiano dos homens e mulheres que desejam aprender a ler e escrever. Na década de 1960 o método foi utilizado para embasar o Plano Nacional de Alfabetização, na época apenas os cidadãos alfabetizados tinham o direito ao voto. Em 1964 com o início da ditadura militar o plano foi cancelado e Paulo Freire foi preso e depois se tornou exilado político. Ele só retornou ao país em 1980; - Covid, Chikungunya, Febre amarela, zika, no Piauí o combate a essas e muitas outras doenças vai ganhar um reforço é a nova sede do CIATEN, Centro de inteligência em agravos tropicais emergentes e negligenciados; - O Paranaense vai poder acompanhar em tempo real pela internet as obras públicas executadas pelo governo do estado, foi sancionada a proposta enviada pelo executivo com substitutivo dos deputados Homero Marchese e Mabel Canto aprovada pelos deputados estaduais do Paraná que prevê além da instalação das câmeras a publicação e Diário Oficial dos contratos e aditivos. O objetivo é garantir a transparência, com a aprovação do projeto todas as obras de valor igual ou superior a 20 milhões serão registradas em vídeo e transmitidas em tempo real. Qualquer pessoa com acesso à internet poderá acompanhar o andamento das obras e denunciar possíveis irregularidades;

		<p>-A estimativa é que cerca de 800 mil ciganos vivem no Brasil;</p> <p>- Está comprovado pelos números: a vacinação é a melhor forma atualmente para combater o coronavírus. Muitos especialistas acreditam que provavelmente vamos que ter nos vacinar todos os anos, assim como acontece com a vacina da gripe;</p> <p>- Vítimas de estupro, exploração sexual e machismo dentro e fora das aldeias, as mulheres indígenas reclamam da falta de atuação do estado no combate à violência contra elas. O assunto foi debatido em audiência pública na câmara dos deputados durante a segunda marcha nacional das mulheres indígenas, evento que reuniu em Brasília mais de cinco mil participantes;</p> <p>- Os povos indígenas tem uma população de aproximadamente 900 mil pessoas, dessas 448 mil são mulheres;</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 18/10/2021 Horário de exibição: 10:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Senado Notícias</p> <p>Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do senado federal.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim</p> <p>Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<p>- As três horas da tarde vai ser realizada a sessão de debates temáticos no plenário sobre o sistema nacional do fomento e as necessidades de financiamento para saída da pandemia da covid-19;</p> <p>- As seis da tarde na comissão de desenvolvimento regional haverá audiência pública sobre a qualificação da mão de obra no setor do turismo;</p> <p>- Chegou ao senado o projeto de lei complementar 11/2020 da câmara dos deputados Que fixa uma alíquota do ICMS sobre combustíveis com o objetivo de diminuir os preços finais</p>

		<p>dos produtos. O presidente do senado, senador Rodrigo Pacheco, disse que vai ser importante conversar com os governadores sobre assunto;</p> <p>- Os preços da gasolina e do diesel dependem de uma cadeia de produção que começa com o valor mundial do petróleo praticado em dólar, depois disso vem o custo da exploração e refino, feitos pela Petrobras, da distribuição e revenda de componentes, de impostos federais e do ICMS que é estadual;</p> <p>- E o plenário do senado realizou na sexta-feira uma sessão especial em homenagem ao dia nacional de luta da pessoa com deficiência.</p> <p>- Amanhã, terça-feira às 10 horas da manhã a CPI vai tomar o depoimento de Elton da Silva Chagas, representante do conselho nacional de secretários municipais, junto a comissão nacional de incorporação de tecnologias no SUS, a chamada CONITEC [2 vezes]</p>
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Interrompemos aí a entrevista com o vice-presidente senador Randolfe Rodrigues para escutar o relator da CPI da Pandemia ao vivo;
	Comunicação pública para prática de interlocução	- Daqui a pouco então haverá audiência pública com vítimas diretas e indiretas atingidas pela covid-19, a TV senado vai mostrar ao vivo; [2 vezes]
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- O relatório preliminar da comissão parlamentar de inquérito deve ser apresentado na próxima quarta-feira e a votação do documento final só deve acontecer no dia 26 de outubro; [2 vezes]
	Comunicação pública inclusiva e plural	

Data: 18/10/2021			Horário de exibição: 11:19			Link disponível aqui		
Programa: 65ª Sessão da CPI da Pandemia								
Sinopse: Audiência pública para oitiva de vítimas diretas e indiretas atingidas pela covid-19: Mayra Pires Lima, Giovanna Gomes Mendes da Silva, Katia Shirlene Castilho dos Santos, Arquivaldo Leão Leite, Rosane Maria dos Santos Brandão, Márcio Antônio do Nascimento Silva e Antônio Carlos Alves de Sá Costa.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Transmissão ao vivo com tradução simultânea em libras								
Categoria	Subcategoria			Unidade de Registro				
Reality Show	Referência aos Realities shows							
	Convivência pacífica entre os atores							
	Competição entre os atores							

	Interlocução com as redes sociais	A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL – MS) – Esses dias riram de mim porque eu coloquei no Twitter, a seguinte, singela frase e curta: “Vidas acima de tudo” e dei boa noite. Aí acharam que é uma frase clichê e deram risada da minha frase como dão risada da morte das pessoas;
	Citações de celebridades	O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma música de Ivan Lins que foi autorizada pelo autor para ser apresentada aqui;
	Referência direta ao show business	<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque cada um desses 600 mil, mais de 600 mil vítimas tem uma história. Uma história diferente, e infelizmente com final sempre muito triste, não há final feliz nessa história. Não é uma novela que as coisas acontecem no enredo e lá no final os casais ficam felizes, as pessoas sobrevivem, aqui não. Aqui é realidade, aqui é a vida.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até pastel Renan, o “caba” comia sem máscara para mostrar que era o Super-Homem. Não tem Super-homem, é um cara que incentivava.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos outras formas que se faça justiça também, nessas mentiras, inverdades, ensacadas contra a gente, tentando desmerecer usando a CPI dizendo que era um circo, bom, um circo não é, porque um circo tem alegria, o circo você vai para se divertir e aqui o depoimento de vocês, de todos vocês, e o comportamento do Márcio dignifica o trabalho da gente, por entender que não tem como a gente rir de nenhum depoimento de vocês. Então todos aqueles senadores que vociferavam, pessoas na internet vociferando que isso era um circo, olha aqui os palhaços! Só que esses palhaços estão chorando, esses palhaços estão comovidos, indignados com a perda que tiveram. Esses palhaços que estão aqui hoje, o circo de horrores não foi feito por nós, tem nome e sobrenome e tem as pessoas que serão indiciadas e pagarão pelos crimes que cometeram independente das divergências que possamos ter.</p> <p>Aquele que escreveu, aquele que falou que isso era um circo preste atenção na Mayra, vê se ela tem cara de palhaça. Presta atenção na Giovanna, vê se essa moça tem cara de palhaça. Presta atenção na Kátia, vê se essa senhora tem cara de palhaça. Veja o Arquivaldo, sobrevivente da Covid, veja aqueles que chamam a CPI da Covid de circo, se o Arquivaldo tem cara de palhaço. Rosane que nos deu a honra de estar aqui, vindo lá do Rio Grande do Sul, lá perto da cidade que eu tanto amo que é Cacique, vê se ela tem cara de palhaço.</p> <p>O Marcio ele não tem cara de palhaço, ele não está no circo, ele está aqui para pedir justiça para o filho.</p> <p>MARCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA (Pai de vítima da Covid) – Por isso que essa CPI foi tão importante para mim, porque alguém apareceu e falou assim: Pow não me deu um “E daí”. Alguém apareceu e falou assim: vou fazer alguma coisa por você, não importa se é partido... eu não quero saber. Isso aqui não é circo não, isso aqui a gente ta falando de vida. A gente ta falando de vida, de pessoas que morreram, não é circo. Quem fala que é circo é porque não se importa com as pessoas que morreram, então eles são os verdadeiros palhaços, não somos nós.</p>

		<p>A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL – MS) – Hoje eu quero lembrar aqui e de longe mandar meu abraço para o Marcos que é meu assessor, que perdeu a Luciana e eu já falei isso tantas vezes. Perdeu a sua esposa que teve bebe numa segunda-feira e faleceu na outra segunda-feira. Quando a Luciana foi internada aí em Brasília, poucos dias depois foi liberada a vacina para as grávidas e puerperais e a Luciana não teve tempo de ser vacinada. Ontem foi aniversário do Marcos e ele passou o primeiro aniversário sem a esposa dele, e isso não é a gente fazer cena, isso aqui não é um momento da CPI, momento apelativo não, é o momento da gente trazer a face dos números que nós contabilizamos.</p>
--	--	---

<p>Data: 18/10/2021 Horário de exibição: 20:30 Link disponível aqui Programa: Cidadania (Ep. 114 - Descarte incorreto de lixo) Sinopse: Metade das cidades brasileiras despeja lixo em depósitos irregulares. Mais de 17 milhões de brasileiros não têm coleta de lixo nas residências e apenas 4% dos resíduos são reciclados.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Existe uma diferença entre lixo e resíduos sólidos, você poderia falar um pouco sobre isso; - Qual o seu balanço desses 11 anos da política nacional de resíduos sólidos? - Nós entramos no ano de 2019 com 3257 lixões no Brasil; - Quais os deveres dos cidadãos, das cidadãs, em relação à política nacional de resíduos sólidos? - O conceito da economia circular é o maior aproveitamento possível; - Cada 1 dólar bem gasto na gestão de resíduos representa uma economia em saúde pública de 4 dólares, isso é um trabalho da organização mundial de saúde;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	Convido sempre também as pessoas que assistem a nossas entrevistas a se manifestarem, eu quero saber de você, o que é cidadania?

Data: 19/10/2021	Horário de exibição: 7:00	Link disponível aqui
Programa: Cidadania (Ep. 114 - Descarte incorreto de lixo)		
Sinopse: Metade das cidades brasileiras despeja lixo em depósitos irregulares. Mais de 17 milhões de brasileiros não têm coleta de lixo nas residências e apenas 4% dos resíduos são reciclados.		
Programa exibido em reprise e análise já realizada		

Data: 19/10/2021	Horário de exibição: 7:30	Link disponível aqui
Programa: Tela Brasil (As sementes)		
Sinopse: Quatro mulheres de diferentes regiões do Brasil. Quatro sementes da economia solidária, do cooperativismo, do feminismo, da agroecologia.		
Produção da TV Senado: Não		
Gênero televisivo: Documental		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	<ul style="list-style-type: none"> - Acho que é mais fácil definir agroecologia vivendo do que às vezes descrever com palavras bonitas; - Agroecologia virou para mim pensar o futuro, o futuro sem aquecimento global, um futuro pensando em tudo que você possa imaginar que é a natureza; - A terra, a natureza e as mulheres a gente se identifica, porque a gente [mulher] produz a vida e a natureza, a terra, enfim toda a diversidade também produz a vida; - Hoje o pilar sustentador dessa rede é a agroecologia, a economia solidária e feminismo; - E nós do movimento de mulheres, a nossa organização trabalha para que a mulher vá para o mundo público, porque isso foi tirado de nós a muito tempo, é histórico; - A gente veio há muito tempo dentro das lutas dos movimentos, organizando grupos de base e não só pensando nos direitos, mas também num jeito de agregar valor das mulheres terem renda; - Os outros trabalhos [formais em uma empresa] dá um certo estresse e aqui [campo] pelo contrário, aqui a gente consegue uma terapia; - Eu comecei participando das atividades da igreja, as coisas que a igreja proporcionava era curso essas coisas, aí a partir da igreja eu fiquei conhecendo o sindicato de trabalhadores rurais. Aí veio um padre que era mais dinâmico para a paróquia no caso Acaiaca, que a minha naturalidade é Acaiaca, esse padre começou a chamar o pessoal para formar mais liderança,

		<p>participar de curso, falar sobre política, ele trabalhava muito nessa questão voltada para a realidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Às vezes a gente gosta do trabalho da natureza mesmo, de ir para fora de casa, de ter esse contato lá. É a independência, o trabalho na roça traz essa independência para a gente; - Discutimos muito essa questão da mulher e agroecologia, gênero, divisão de tarefas, renda. A renda é uma questão que ficou muito forte nas discussões, eu to comentando aqui os desafios, mas acho que isso tem que ir para o grupo também, eu acho que quando vai para o grupo isso fortalece e a gente começa a demandar para o município, para estado e para o nível nacional; - Temos muitas companheiras que elas têm força, tem vontade, mas que elas se encontram com barreiras recorrentes no dia a dia, que é o número de filhos principalmente, analfabetismo, que o índice é muito alto. - As mulheres agricultoras familiares pouquíssimas sabem ler e escrever; - Tem um superior que diz 'isso você não faz'. O superior, entendido por muitas é o marido; - Em 1998 eu vim para aqui com essa missão de estar trabalhando com o sistema agroecológico juntamente com as famílias daqui, e tá também dando minha parte de contribuição com essa questão da luta pela posse da terra; - Estamos nessa parte que a gente trabalha, que a gente chama de sistema agroecológico, quando a gente começou a trabalhar, a família nessa atividade muita gente dizia que a gente era louco, que ia morrer de fome. Mas honestamente posso te dizer com toda segurança a gente tira a grande parte de nossa renda exatamente dessas partes das áreas que é diversificada, que é o manejo a feira, porque a gente consegue tirar um salário mínimo por mês da feira; - Hoje quem se identifica mais com a agroecologia são as mulheres, por mais que isso nas pesquisas não saia, porque? Porque é ao redor de casa; - A gente surpreende com o tamanho da economia que a gente faz, e com o tamanho do que a gente arrecada aqui num quintal ou numa horta; - Ninguém percebia o que a gente trazia para dentro de casa. Nós [mulheres] percebíamos a diferença de eu ter um mamão para dar para o meu filho; de eu ter uma diversidade de hortaliça na minha mesa; - Na visão das pessoas: aquelas mulheres passam o dia morrendo de trabalhar e não ganham nada; - Nos últimos tempos a gente começou a desenvolver um projeto de recuperação e multiplicação das sementes crioulas; - Porque a gente tem a própria semente, a gente mesmo seleciona a nossa semente. Então não tem essa dependência do mercado; - No início foram 20 mulheres que seriam 20 famílias no intuito da gente estar trabalhando a questão da segurança alimentar, da desnutrição que era um índice muito grande aqui; - Quando a gente chama de cova, então acha um nome muito pesado, então a gente chama de berço porque estamos colocando uma planta; - Quando a gente começou as mulheres tinham uma situação, no dia que ela vinha para a roça o
--	--	---

		<p>marido dizia assim: “ou você fica em casa ou leva os meninos”. Hoje mudou porque ela consegue ter um ver diferente, ela consegue ir para a feira vender sua produção, consegue botar seu dinheiro no bolso e ela mesmo administrar dinheiro que conseguiu e ela ta com sua autonomia dentro da família, principalmente para ta discutindo com o esposo em casa e com os filhos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A gente faz esse momento de conscientização, a gente tem que tá discutindo com filhos com o marido para depois a gente conversar com a comunidade de que forma que estamos trabalhando; - As minhas filhas não me apoiam muito em minha luta não, só que elas também são independentes; - Eu acho que esse conflito do ser mãe, ele está em todas, quer seja feminista que não seja. Que você tem que deixar seu filho para poder trabalhar fora por necessidade e não militância. E na militância a gente sente a mesma coisa; - E daí é muito mais fácil para as mulheres irem lá em um encontro que vai aprender a cozinhar, a fazer artesanato ou qualquer coisa, elas vão ter apoio dos maridos para isso e elas voltam com a mesma cabeça, com as mesmas ideias, não muda a consciência. E o movimento de mulheres tem esse outro lado, que quem vai no movimento de mulheres volta diferente, volta pensando diferente. Então é difícil para ir, aí a família não deixa ir. O marido não deixa, a sogra não deixa. - Discutir agroecologia vem ao encontro disso tudo, da gente refletir e pensar o que a gente fazer pode fazer para que mudem essas relações. Que é uma mudança cultural que tem que acontecer, porque a cultura é algo que se constrói e que foi construída toda uma cultura de exploração. De explorar as mulheres, e de explorar a terra, explorar a natureza, tirar tudo, sugar tudo, tudo tem que virar lucro. E as mulheres da mesma forma porque a gente deu sustentação para esse modelo capitalista, machista que tá aí. - A gente produziu os filhos para trabalhar, para ser mão de obra barata. A gente educou os filhos para isso. Eles nos educaram para que a gente educasse os filhos para obedecer e aceitar toda a dominação. Então nós acreditamos que só nós podemos mudar isso, nós temos que mudar dentro de nós essa concepção de obediência que tá cravada dentro de nós, que foi construída dentro de nós. Então nós temos que desconstruir toda essa cultura e isso às vezes poderá ir a gerações.
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	- A gente acredita que tem que ter diversidade dentro da propriedade. Dentro da propriedade e dentro da vida da gente, nosso supermercado é na verdade ao redor da casa é chegar e colher;

Data: 19/10/2021

Horário de exibição: 8:00

Link disponível [aqui](#)

<p>Programa: Inclusão (Como o Brasil vai cuidar dos órfãos das vítimas de Covid-19?)</p> <p>Sinopse: O programa Inclusão levanta a questão: qual a assistência que os órfãos da Covid-19 têm recebido das autoridades brasileiras? Até o momento, famílias inteiras se juntam para matar a fome de recém-nascidos e de crianças que ficaram órfãs na pandemia. Os senadores apresentaram projetos que vão beneficiar um grande número de crianças e adolescentes. O que falta, agora, é votar essas medidas e colocar em prática o que vai melhorar a vida dos órfãos da Covid-19.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Uma estimativa do Ministério da Saúde revela que durante a pandemia, 88 mil pais, 28 mil mães perderam a vida para a Covid. Entre tios, avós e cuidadores são 17 mil mortos. - Pesquisa divulgada pela BBC de Londres revela que o Brasil tem um órfão por covid a cada 5 minutos e a cada 12 segundos uma criança ao redor do mundo perde os pais. - As mortes em decorrência da pandemia de mães e pais de crianças resultam em impactos relevantes, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social. Para a economia essas mortes representam a perda de força de trabalho que independentemente da alta ou da baixa qualificação, serem pais de crianças ou não, traz uma redução na geração da riqueza do país, mas para as famílias, especialmente pais e mães de crianças o impacto é mais imediato e as crianças são colocadas em situação de vulnerabilidade de forma abrupta e com carga emocional extremamente negativa inesperada; - É fundamental que políticas públicas sejam criadas não só para atenção a aprendizagem dessas crianças, mas para uma rede, para criação de uma rede de proteção social para elas; - Infelizmente com as escolas fechadas muitas delas [crianças] ficaram desprotegidas; - Houve um número importante no número de crianças em situação de trabalho infantil; - Nós temos que ter no momento políticas públicas no sistema de saúde, nas escolas, que chamem as famílias, que chamem as crianças para poderem conversar e trabalhar com suas emoções; - Nós temos que ter um sentido de urgência no olhar para essas crianças, os órfãos da covid; - O governo federal anunciou que planeja pagar uma pensão para os órfãos inscritos em programas sociais; - O poder público, o estado ele é responsável a garantir a sobrevivência, a subsistência dessas crianças e adolescentes, é obrigado a ampara-las já que a ações e omissão do poder público geraram esse altíssimo número de mortes, geraram esse genocídio; - O estado do Amazonas foi um dos mais afetados pelo coronavírus no Brasil;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	

	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 19/10/2021 Horário de exibição: 8:30 Link disponível aqui Programa: Argumento (Ep. 69 - Medidas cautelares em casos de violência doméstica) Sinopse: Senado aprova projeto que facilita adoção de medida cautelar contra violência doméstica.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O senado aprovou um projeto de lei que autoriza a concessão de medidas cautelares de urgência como a prisão preventiva em casos de violência doméstica, independente da manifestação do ministério público ou da oitiva das partes; - O que essa proposta muda na prática? - A proposta também ampliou o conceito de vítima de violência doméstica, que atualmente ele abrange mulher, criança, idoso, enfermo e pessoas com deficiência; - Qualquer pessoa dentro de um ambiente familiar que possa ser vítima de uma violência doméstica, independente de ser nesses casos, essa pessoa pode entrar com esse pedido, o juiz poderia inclusive conceder essa medida cautelar sem necessariamente a manifestação do ministério público ou ouvir as partes; - Infelizmente para mim a educação é a pior pasta desse governo.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e	

	plural	
--	--------	--

Data: 19/10/2021			Horário de exibição: 9:00			Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias – Ao Vivo								
Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do dia no Senado Federal.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro						
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - Na sessão plenária de hoje pode ser votado a criação do programa gás para os brasileiros, que concede subsídios para a compra de botijões para as famílias de baixa renda. O autor do projeto o senador Eduardo Braga explica a ideia; - A retomada do turismo doméstico e internacional pode criar milhares de oportunidades de emprego, a qualificação da mão de obra nesse setor específico está no foco de mais uma etapa do ciclo de debates da comissão de desenvolvimento regional; - Uma sessão solene do congresso nacional celebrou nessa segunda feira o dia do médico e homenageou os profissionais que estiveram à frente no combate a pandemia da Covid-19; - O vice-presidente do conselho federal de medicina disse que houve crises e divergências ao longo da pandemia, mas que o papel do conselho não deve ser de gestão de políticas públicas. A CPI da Pandemia tem novas datas para apresentação e leitura do relatório final. 						
	Comunicação pública para consulta de opinião	- Nós não estamos nos lamentando, não estamos indignados com o ciclo natural da vida, nós sabemos que as pessoas nascem e nós sabemos que morrem. Mas nós estamos falando daqueles que deveriam estar entre nós nesse, se não fosse as escolhas desse governo;						
	Comunicação pública para prática de interlocução							
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)							
	Comunicação pública para o interesse público	- A leitura do relatório da CPI [da Pandemia] vai acontecer no dia 20 de outubro e a votação no dia 26. A mudança de cronograma aconteceu depois de algumas minutas serem divulgadas na imprensa antes de ser discutidas com outros senadores;						
	Comunicação pública inclusiva e plural							

Data: 19/10/2021 Horário de exibição: 11:30 Link disponível aqui Programa: 66ª Sessão da CPI da Pandemia Sinopse: Depoimento de Elton Chaves, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Transmissão ao vivo		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Reality Show	Referência aos Reality shows	
	Convivência pacífica entre os atores	<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo aquilo que democraticamente que nós possamos discutir e chegarmos num consenso de votação. É e ai volto a repetir, é um trabalho que foi feito aí durante os seis meses ne, que nós vamos tomar conhecimento e discutir. É lógico aqui que a divergência aqui é natural, a divergência é natural, e a gente vai fazer o possível para democratizar o máximo a votação do relatório.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) - Apenas agradecer a essa presidência e aos colegas aqui por esse período de embates, debates, visões, mas que acho que é importante para o Brasil, muito obrigado.</p>
	Competição entre os atores	<p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Eu peço a palavra por uma questão de ordem senhor presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Questão de ordem baseado em que artigo Senador Marcos Rogério?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Baseado no artigo 403</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o que é que diz o 403?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – E 150 do regimento do senado federal.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não conheço esse artigo, pode me dizer qual é?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) - Vossa excelência está no senado há bem mais tempo do que eu e certamente que não vai se esquivar.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas vossa excelência. Vossa excelência é advogado, formado...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Não presidente, vossa excelência, vossa excelência como presidente .. Mas se vossa excelência quer que eu leia, eu vou ler os artigos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já que chegou os assessores, os advogados aí já lhe deram, então pode ler por favor.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Vossa excelencia quer que eu leia os artigos?</p>

		<p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não eu queria que o senhor citasse para mim. Sem ler. Já que eu estou há mais tempo e não conheço o artigo, vossa excelência conhece não precisa ler. Não leia fale! Vossa excelência disse: olha você está há mais tempo deve conhecer. Eu não conheço o artigo.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Não vossa excelência não conhece muita coisa, presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não eu conheço sim.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Vossa excelência não conhece muita coisa.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade agora não leia...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Mas nos artigos do regimento do senado federal senhor presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não leia.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Que trata da organização dos trabalhos, das comissões, rito, funcionamento.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – E é sobre isso que eu quero fazer uma questão de ordem.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD – AM) – Pois não.</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Se vossa excelência me permite.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD – AM) – Agora</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Com essas preliminares... é obviamente intempestivas que vossa excelência faz.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD – AM) – Tá defendendo o Duduzinho, Bolsonaro, xeique?</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Não senhor presidente, ele não precisa de defesa não porque ele é...</p> <p>O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM – RO) – Ora mas ele já .. ele se defende na rede social dele.</p> <p>O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD – AM) – Ele não precisa de defesa porque ele é deputado federal, tem investidura como deputado federal, e eu acho que nós assim, essa comissão poderia estar prestando um trabalho muito melhor, eu tenho mais preocupações com aquilo que essa comissão não está fazendo que é investigar a roubo que aconteceu no âmbito dos estados e municípios. Aí fica fazendo essa retórica, esses discursos políticos aqui de enfrentamento a A ou B. Acho que isso não é o papel desta CPI. E talvez vá chegar um dia aqui que senadores da república serão constringidos em comissões parlamentares de inquérito na câmara dos deputados, assim como tem acontecido no senado federal, mas não é essa a questão de ordem que quero fazer a vossa excelência.</p>
--	--	--

		O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS – CE) – Nós estamos chegando aí a sexagésima sétima sessão dessa CPI da Pandemia. Eu só tenho que agradecer. Agradecer, primeiramente a Deus a oportunidade de estar aqui aprendendo, minha primeira CPI, e tendo a oportunidade de colaborar, com todas as minhas limitações e imperfeições que são muitas. Mas graças às orações de milhares, talvez milhões de brasileiros para que a gente possa combater o bom combate aqui, em um ambiente muitas vezes tóxico, insalubre, pelo ódio que permeou essa CPI, muitas sessões. A falta de razão e a emoção exacerbada, misturada com política eleitoreira, antecipando o calendário do ano que vem.
	Interlocução com as redes sociais	
	Citações de celebridades	
	Referência direta ao show business	

Data: 19/10/2021 Horário de exibição: 15:32 Link disponível aqui		
Programa: Senado Notícias – Ao Vivo		
Sinopse: Programa jornalístico com as principais notícias do dia no Senado Federal e entrevista e parte da entrevista coletiva dos senadores Eduardo Girão (PODEMOS-CE), Jorginho Melo (PL-SC), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Marcos Rogério (DEM-RO).		
Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	- A comissão de assuntos econômicos aprovou hoje pela manhã a mensagem do governo federal para a contratação de um empréstimo no valor de 350 milhões de euros com um banco de desenvolvimento alemão;
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	- A CPI da Pandemia ouviu hoje Elton da Silva Chaves, representante do Conselho Nacional Secretários municipais de saúde na Comissão Nacional de incorporação de tecnologias no sistema único de saúde, é a chamada CONITEC. Na última reunião dessa comissão o doutor Carlos Carvalho apresentaria um estudo sobre a ineficácia de medicamentos do chamado kit covid;

	Comunicação pública inclusiva e plural	
--	--	--

Data: 19/10/2021			Horário de exibição: 20:00			Link disponível aqui		
Programa: Em Discussão (Ep. 26 - O Brasil sem Sistema Nacional de Educação)								
Sinopse: Previsto na Constituição, o Brasil ainda não tem um Sistema Nacional de Educação. Veja o que pode mudar com a aprovação do projeto que cria esse sistema inédito no país.								
Produção da TV Senado: Sim								
Gênero televisivo: Jornalístico								
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro						
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O manifesto dos pioneiros da educação nova publicado em 1932 já trazia a necessidade de um sistema nacional de educação, ele também está previsto na constituição, só que até hoje ele não existe. Sem ele fica muito difícil a coordenação dos sistemas federal, estaduais e municipais de educação. O Em discussão traz para você o debate sobre esse sistema inédito que será votado no senado; - 40% das escolas públicas brasileiras não têm água potável para o enfrentamento da higienização decorrente da pandemia; - O sistema [de educação] serve para garantir o direito à educação e redução das desigualdades da educação; - O custo aluno qualidade é um anseio aguardado a anos por toda a comunidade educacional brasileiro, é preciso que o texto crie parâmetros mínimos de qualidade, não é possível que tenhamos escolas em 2021 sem água potável; - Com um sistema nacional de educação nós temos uma capacidade, uma possibilidade de definir melhor esses parâmetros de qualidade que nós perseguimos; - Nada é mais decisivo do que a valorização dos profissionais da educação para garantia da qualidade da educação; - Que a gente (senado federal) possa lutar para aprovar em sintonia com a câmara, aprovando aqui pode ser aprovado com a câmara também e a gente dotar o nosso país desse instrumento tão importante que é o sistema nacional de educação. 						
	Comunicação pública para consulta de opinião							
	Comunicação pública para prática de interlocução							
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)							

	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	

<p>Data: 19/10/2021 Horário de exibição: 20:30 Link disponível aqui</p> <p>Programa: Cidadania (Ep. 115 - 100 anos da descoberta da insulina)</p> <p>Sinopse: O Diabetes mellitus tem tratamento, mas não tem cura. A descoberta da insulina, há 100 anos, abriu caminho para que pessoas com diabetes tenham mais qualidade e maior expectativa de vida.</p> <p>Produção da TV Senado: Sim Gênero televisivo: Jornalístico</p>		
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
Comunicação pública	Comunicação pública de ação informativa	<ul style="list-style-type: none"> - O que é o diabetes, como é que ela acontece, como é que as pessoas desenvolvem se é transmissível? - Nós chamamos de diabetes mellitus a elevação do açúcar no sangue fora dos parâmetros normais; - A gente tem sintomas que são semelhantes, a gente costuma dizer que é aumenta a fome, faz muito xixi e toma muita água, então sintomas de alerta relacionados ao diabetes; - O diabetes que está mais presente na nossa população [brasileira] é o tipo 2; - O diabetes tipo 2 é uma doença que está relacionada com o aumento de peso, sedentarismo, mais comum entre as pessoas que têm diabetes tipo 2 estarem acima do peso, e ela está relacionada com uma alteração ou da função dessa insulina que é o hormônio que coloca o açúcar para dentro da célula, ou ele está mais baixo ou a gente tem uma situação que a gente chama resistência insulínica, isso se representa como se ação desse hormônio não tivesse tão boa; - O diabetes tipo 1 é o diabetes relacionado a uma doença que a gente chama de diabetes autoimune, então é uma doença mais rara e ela tá relacionado ao reconhecimento do nosso corpo, do nosso sistema de defesa de uma parte da gente como se não fosse nossa, e a partir do momento que você tem a doença lá instalada a pessoa tem que tomar insulina, porque ela deixa de produzir a insulina; - O diabetes não tem cura, tem tratamento, mas não tem cura; - O diabetes gestacional que é o outro tipo de diabetes mais comum na população, ele tá relacionado na situação da mulher durante a gestação ela desenvolve o diabetes, normalmente em que passou, teve o parto, nasceu o neném, tirou a placenta, em geral ela não tem mais essa doença, mas ela pode vir a apresentar o diabetes tipo 2. Então ele acaba sendo um fator de risco para desenvolver o diabetes tipo 2 no futuro;

		<ul style="list-style-type: none"> - A insulina é um hormônio que trouxe a vida e trouxe a longevidade a muitas pessoas no mundo inteiro; - A diferença é que antes a expectativa de vida de alguém que tinha o diagnóstico [da diabetes] era de 8 meses, hoje é muito semelhante a expectativa da população em geral; - A atividade física é primordial porque eu vejo o quanto o quanto eu melhorei o meu controle da glicemia, com a atividade física seja com caminhada seja com musculação; - Os pilares do tratamento da diabetes eles incluem primeiro o que a gente chama de educação em diabetes [...]. Um dos outros pilares é a atividade física, e o outro é o uso da medicação adequada; - O diabetes é uma das principais causas de cegueira; - Eu posso ter como complicação [da diabetes] um risco maior de insuficiência renal.
	Comunicação pública para consulta de opinião	
	Comunicação pública para prática de interlocução	<ul style="list-style-type: none"> - É possível ter qualidade de vida junto com essa doença (diabetes) e viver bem, como foi colocado aqui. - A insulina é vida.
	Comunicação pública para promover o bem comum (direitos e democracia)	
	Comunicação pública para o interesse público	
	Comunicação pública inclusiva e plural	